

***ADUFPB-JP/SSind***

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

# **ADInforma**

**1993**

---

**ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL**

*Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801*

**CGC nº 09.282.914/0001-67**

João Pessoa, 7 de janeiro de 1993.



# **INFORMA**

## **Seção Sindical**

### **NOTA**

Diante das notícias veiculadas pela imprensa nos últimos dias, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind, vem a público esclarecer o seguinte:

1. Os 84,32%, relativo ao IPC de março de 90, foi nos tirado pelo Plano Collor I, e enquanto direito da categoria já foi reconhecido pela Justiça;
2. A Reitoria já se manifestou publicamente sobre esse direito, reconhecendo-o como legítimo;
3. É nosso entendimento que as ações judiciais da Reitoria são intempestivas e que visam apenas postergar a incorporação daquela quantia; estamos atentos a estas ações e contestando-as visando a garantia do nosso ganho - até o momento não comunicamos o não cumprimento por parte da Reitoria da decisão judicial unicamente em face do recesso do judiciário. Findo o recesso, esta comunicação será feita;
4. A ADUFPB-JP/SSind não solicitou em momento algum a prisão de quem quer que seja, porque não tem competência para tal, esta é da competência privativa da Justiça e é nosso entendimento que as informações veiculadas a este respeito apenas pretendem causar tumultos desnecessários que repudiamos.

João Pessoa, 07 de janeiro de 1993.  
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

84,32%

SEMINÁRIO SOBRE  
CARREIRA

1. Dia 18 de dezembro de 1992 a reitoria foi notificada do cumprimento da sentença e já havia ajuizado uma ação rescisória e uma medida cautelar. A notificação da justiça não estipulou prazos - neste caso, conforme entendimento de nossa assessoria jurídica, valeria o prazo estipulado no art.880 da CLT, isto é, 48 horas. Como a justiça estava em recesso, nada podemos fazer exceto aguardar o fim do recesso (07.01.93).
2. Dia 23 de dezembro a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind divulgou nota posicionando-se sobre esta questão.
3. Dia 24 de dezembro o Diário da Justiça publicou despacho do TRT acerca da medida cautelar proposta pela Reitoria, NEGANDO A LIMINAR SOLICITADA. Isto favorece mais ainda a nossa causa.
4. No dia 06.01.92, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind reuniu-se novamente com o Prof. Neroaldo para discutir entre outras questões, o problema dos 84,32%. Nesta reunião ouvimos que a posição da Reitoria não mudou, que acredita ainda que não foram esgotados todos os recursos e medidas judiciais ( a Reitoria ajuizou agora um mandado de segurança). Nesta reunião reafirmamos a nossa posição anterior - de exigir a confecção da folha de pagamentos com os 84,32% e que permaneceríamos buscando que fosse cumprida a ordem judicial. Reafirmamos ainda que o uso de medidas judiciais por parte da Reitoria visa apenas postergar o pagamento, sendo apenas PROTELAÇÃO.
5. Em reunião da Diretoria Executiva, dia 06.01.93, deliberamos, junto com nossos advogados, que aguardaremos os dias 07 e 08 de janeiro para ver se a Reitoria mandou implantar nosso ganho e que, não ocorrendo isso, **PEDIREMOS A PARTIR DO DIA 11 DE JANEIRO (SEGUNDA FEIRA) QUE SEJA CERTIFICADO NOS AUTOS O NÃO CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL.** A partir daí, cabe à justiça determinar as providências pertinentes.

## GTs

## GT VERBAS

A ADUFPB-JP/SSind faz parte do Grupo de Trabalho sobre Verbas e face a diversas questões (Orçamento/93, Verbas das Universidades) o GT estará se reunindo em Brasília nos dias 13 e 14 de janeiro. Em reunião do dia 06.01.93 deliberamos nossa participação nesta reunião, mandando um representante, Zaquie Ernesto da Silva, Vice-Presidente de nossa entidade.

## GT POLITICA EDUCACIONAL

O GT de Política Educacional reuniu-se em Brasília nos dias 12 e 13 de janeiro; na pauta consta, principalmente, a intervenção do Movimento Docente no processo de votação da LDB, que já conta com alguns artigos aprovados e a preparação para a discussão do tema "Política Educacional", no próximo Congresso da ANDES-SN em Manaus. Nesta reunião seremos representados pelos companheiros Alexandre Náder e Ignez Navarro.

## GT CARREIRA

A discussão sobre carreira foi um dos pontos polêmicos no último CONAD (Piracicaba); esta polêmica deverá ocorrer novamente no Congresso da ANDES-SN (previsto para Manaus nos dias 28/02 a 05/03/93) e, para preparar a discussão e levar adiante compromissos do CONAD, este GT também se reunirá em Brasília nos dias 12 e 13 de janeiro. O nó da questão é a forma de ascensão funcional: por titulação ou por pontuação; durante a última greve foi produzido um documento que refletia o posicionamento majoritário do Comando Local de Greve. Neste sábado, dia 09.01.93 estaremos discutindo aquele documento, bem como posições contrárias, com vistas a instruímos uma posição unânime da Diretoria Executiva. Na reunião de Brasília, o companheiro Giovanni Qüeroz estará representando a Diretoria.

Conforme deliberado no último CONAD, está sendo programado para os dias 04 e 05 de fevereiro, um Seminário sobre Carreira Docente, a ser realizado em João Pessoa-PB. A ADUFPB-JP/SSind como anfitriã do encontro, juntamente com a ANDES-SN, está empenhada na preparação da infraestrutura do encontro. A responsabilidade está a cargo de Semada Ribeiro.

## FGTS

Mandado de Segurança  
nº 92.0002346-0

A Justiça Federal já concedeu a segurança neste mandado e estamos tão somente aguardando a notificação da Justiça à CEF, o que deve ocorrer nos próximos dias. Solicitamos aos beneficiados que compareçam à sede da ADUFPB-JP/SSind munidos de carteira profissional e contracheque para que possamos agilizar o preenchimento dos formulários necessários.

As matérias jornalísticas dos últimos dias em relação "a liberação do FGTS para todos os servidores públicos através de uma decisão unânime do STJ" não correspondem à verdade. Nossa assessoria obteve informações junto ao Ministro Gomes de Barros, temos cópias de seu voto no processo nº REJSP 26.277.0/CE.

Permanece a necessidade de se ingressar judicialmente para obter a liberação.

## IMPOSTO SINDICAL

*Se você era professor do Campus I em março de 1989, venha receber a devolução do imposto sindical.*

João Pessoa, 27 de janeiro de 1993.



**INFORMA**

**Seção Sindical**

## ASSEMBLÉIA GERAL

dia 27/01/93- 4ª feira

09:00 horas - Aud. da Reitoria

Pauta:

1. Informes;
2. Ações Judiciais;
3. Carreira Docente.

## Reafirmação de princípios

**Desde** a sua criação, a ADUFPB-JP/SSind engajou-se em várias frentes de luta - anistia, diretas-já, *impeachment*, desmonte dos serviços públicos - e, em particular, na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis, como parte integrante da resistência aos diversos governos que, insistentemente, vêm atentando contra a soberania nacional.

A ADUFPB-JP/SSind tem-se mantido como exemplo na construção e no exercício dos princípios que norteiam o Movimento Docente. E, com ações políticas firmes, tem combatido as iniciativas das sucessivas administrações da UFPB que contrariam esses princípios.

Nessa linha de coerência, a ADUFPB-JP/SSind não se coloca a serviço de pessoas ou grupos e nem se junta a ações inconseqüentes e irresponsáveis que a desviem dos princípios que a fizeram grande e respeitada nacionalmente.

A atual Diretoria, conhecedora dessa história e consciente de sua responsabilidade, não seguirá outro caminho que não o até aqui trilhado: defesa dos interesses da categoria e da Universidade pública, gratuita e de qualidade e exigência de ética na administração dos serviços públicos.

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

## Opinião 84,32% e as tarefas do Movimento Docente

Rolando Laganaro\*

A expectativa de pagamento dos salários de verbas que viabilize o fim-84,32% gerou, nos meses de dezembro e janeiro, um afluxo contínuo de sindicalizados na sede da ADURPB. Nesse período, em função da lentidão através de uma política salarial, a do andamento do processo judicial de defesa - articulação sem os movimentos como pelas medidas protelatórias da gratuidade e da qualidade, bem como a Reitoria, foram encontradas as queixas articuladas com esses mesmos movimentos sindicalizados a respeito de "o que mentos em prol de uma política social a ADUF está fazendo" para efetivar a justa implantação do referido percentual no nosso salário.

Muitos reclamavam abertamente, exigindo da Diretoria uma atitude mais eficiente nesse sentido. Apoiados nesse tipo de intervenção do sindicalizado, que apenas serviu para nos manter ainda mais alertas e vigilantes a respeito do jogo protelatório da Reitoria da UFRB no processo.

Outros sindicalizados, entretanto, fizeram chegar através de terceiros, opiniões no sentido de que a Diretoria do Sindicato estaria fazendo algum tipo de "acordo" ou "entendimento" com a Reitoria. Cabe lamentar que este tipo de opinião não tenha chegado da forma como entendemos deve ocorrer entre nós, pois a cara. A imprensa publica a nota em que reafirmamos a nossa postura inegociável em prol dos interesses salariais da categoria, ao passo que denunciemos a atuação da Reitoria frente a nossa reclamação.

Vale lembrar, a respeito destes acontecimentos, que a Chapa "Organizar e Avançar pela Base" foi eleita com uma proposta de trabalho muito claro no que diz respeito às tarefas que considera prioritárias para o Movimento Docente na atual conjuntura. A integração entre a base e a Diretoria, como consta na nossa Carta-Programa, é a forma como entendemos devem ser realizadas as tarefas de mais amplo alcance, quanto as que se referem à vida cotidiana do Sindicato.

Essas tarefas, dizíamos no referido documento, compreendem a luta por uma produção de qualidade que atinja todas as atividades da Universidade (ensino, pesquisa e extensão); a luta por

Assessoria Jurídica

## Sobre os 84,32% (Historiando)

Aos quatro dias do mês de dezembro de 1992, a Doutora Maria Suzete Monte de Holanda Diogenes, assinou Mandado de Intimação à UFRB, para proceder a incorporação do percentual de 84,32% relativos ao IPC do mês de março de 1990, nos vencimentos dos professores do Campus I.

Nosso entendimento, baseado na CLT era que a UFRB dispunha de um prazo de 48 horas para essa incorporação. Assim sendo, a ADURPB-IP/SSind, no dia 19 de janeiro de 1993 notificou ao Exmo. Sr. Juiz Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), o não cumprimento do Mandado da Intimação.

Paralelamente, a UFRB entrou com uma "ação rescisória com vistas à desconstituição da sentença" e ao mesmo tempo foi ajuizada, também, ação cabular inominada incidental, com pedido de Liminar, objetivando a suspensão da execução da mencionada sentença, até o julgamento do mérito da sentença.

Como resultado das ações impetradas pela UFRB foi entendimento do Exmo. Sr. Juiz Relator José Dionizio de Oliveira, que a UFRB, como pessoa jurídica de Direito Público, deve-se proceder-se à execução diferentemente das regras estabelecidas para as empresas privadas. Sendo assim, a UFRB não está obrigada a fazer a incorporação dos 84,32% em 48 horas.

## O mais recente...

...ainda no Mandado de Segurança impetrado pela UFRB, o Juiz Relator deferiu a liminar requerida, suspendendo a incorporação do IPC de março de 1990, no percentual de 84,32%, até decisão final do mérito do Mandado de Segurança.

Pelos fatos expostos, a Diretoria da ADURPB-IP/SSind estuda as medidas jurídicas necessárias para cessar a liminar concedida pelo Juiz à UFRB.

## O Movimento Sindical e o momento Político-Econômico

Um ano novo com uma velha política econômico-social é o que o movimento sindical tem pela frente.

A recessão que tomou conta dos anos 80 adentrou 1993, impulsionada pela nefasta passagem do governo Collor de Mello. À classe trabalhadora resta o desafio de enfrentar a inflação, que se mantém ao redor dos 25% mensais, aliada aos altos índices de desemprego.

A posse do governo Itamar Franco, embora tenha sinalizado para a implementação de políticas compensatórias - benefícios sociais, combate à pobreza, política emergencial de emprego -, reafirma a manutenção da política econômica neoliberal, em grande parte causa dos elevados níveis de desemprego (16% na Grande João Pessoa) e do arrocho salarial.

A reforma fiscal tem sido apresentada como a redentora dos descaminhos da economia. Na dependência do ajuste fiscal está, entre outras coisas, o cumprimento das responsabilidades federais para com o funcionalismo público.

Porta-vozes do governo já anunciam a incapacidade do governo conseguir recursos para as folhas de pagamento de funcionários civis, militares e aposentados. O líder do governo na Câmara alardeia que sem o ajuste fiscal a Presidência não poderá cumprir seus compromissos.

As perdas salariais acumuladas pelo servidor público federal desde 1990 alcançaram mais de 462%. Em contrapartida, o governo acena com a reposição de 100% e uma gorjeta fixa de Cr\$102.000,00.

A recuperação salarial e da dignidade do servidor público federal passa por uma redefinição da política econômica e social do governo. Enquanto a economia brasileira estiver atrelada ao pagamento da dívida externa e interna, enquanto não for traçada uma política global de desenvolvimento, que combata a especulação

financeira e reoriente recursos para o investimento produtivo, qualquer política fiscal isolada de reformas estruturais será inócua e penalizará a classe trabalhadora e o servidor público.

O país precisa retomar o desenvolvimento econômico-social, reativar a economia e ocupar a capacidade ociosa das indústrias e da força de trabalho. O funcionalismo público não pode deixar por conta exclusiva dos políticos e do Planalto os encaminhamentos a serem tomados para a recuperação da economia e para a construção de um estado de justiça social.

Como servidores públicos, devemos orientar nossa preocupação com a defesa, manutenção e engrandecimento do bem público. Isto significa que devemos cuidar do patrimônio criado pela classe trabalhadora e concretizado em riqueza material, como por exemplo, as indústrias, a infra-estrutura física (estradas, saneamento básico, instituições de ensino, tais como a UFPB etc), riqueza esta à qual a classe trabalhadora sequer tem acesso.

O movimento sindical, que a ADUFPB-JP/SSind integra, defende a posição de que a função do sindicato não se resume a lutas por maiores salários. Lutar apenas por salário e não tentar reverter a política econômica do governo é um erro, pois a escalada inflacionária aprisionaria o movimento sindical na espiral preços-salários.

Além da campanha salarial e da luta para a incorporação dos 84,32% que lhe foram usurpados pelo governo Collor, o servidor público deve se engajar na politização do movimento sindical e no cumprimento do dever do servidor público, que é cuidar da coisa pública.

É com esta disposição de luta que a atual diretoria exorta os companheiros a se engajarem no dia a dia sindical, a comparecerem à sede do Sindicato e a dar a sua contribuição, através de críticas construtivas, sugestões e de realização de tarefas. Venham ajudar-nos a "carregar o piano".

## CONTINUAMOS ATENTOS

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind, após um mês da sua posse, vem a público para prestar contas da sua atuação no sentido de garantir a incorporação - pela Reitoria da UFPB - do percentual de 84,32% do nosso salário, subtraído pelo nefasto governo Collor de Mello.

Consideramos imprescindível reafirmar perante os sindicalizados a nossa decisão inegociável de exigir o cumprimento do Mandado de Intimação de 18 de dezembro de 1992 à Reitoria para proceder à devida incorporação. Frente à inquietação da categoria com a não efetivação do pagamento dos 84,32%, e frente à atuação da Reitoria no sentido de retardá-lo mediante diversos recursos legais, queremos manifestar a nossa posição.

Afirmamos que a ADUFPB-JP, coerente com uma trajetória que é exemplo no conjunto do Movimento Docente nacional, não tolerará desvios em relação aos compromissos que a atual Reitoria da UFPB assumiu publicamente.

A Reitoria da UFPB foi eleita pela comunidade universitária com o compromisso de lutar contra "o processo de asfixia das Universidades públicas, através do repasse cada vez menor de verbas e da baixa remuneração de professores e funcionários" (Carta-Programa dos então candidatos Neroaldo Pontes e Roberto Siqueira).

A Reitoria da UFPB diz reconhecer a justeza do nosso direito, da mesma forma como diz estar empenhada em obter junto ao MEC os recursos necessários para efetuar o pagamento dos 84,32%. Contudo, tais declarações de boas intenções, até o momento, são desmentidas por medidas protelatórias que só nos prejudicam, afora caracterizar uma aberta desobediência à Justiça.

Convocamos a categoria a se manter atenta e vigilante diante da necessidade de garantir, com a nossa mobilização, o que nos querem tirar com argúcias.

## GTs

A ADUFPB-JP/SSind precisa rearticular os Grupos de Trabalho ( de Política Educacional, Saúde, Sindical, Verbas, Carreira Docente) para que possamos contribuir com as discussões desses temas atinentes ao Movimento Docente.

Urge a reorganização do GT Carreira para implementarmos a discussão desse tema na nossa Seção Sindical e, especialmente, podermos participar mais efetivamente do I Seminário Nacional sobre Carreira Docente e do XII Congresso Nacional da ANDES-SN, onde esse tema será deliberado.

### GT VERBAS

Nos dias 12 e 13 de janeiro o GT Verbas da ANDES-SN esteve reunido em Brasília, para, dentre outros temas, discutir o último reajuste dos salários dos servidores públicos federais cuja avaliação reproduziremos nesse Boletim. A ADUFPB-JP/SSind esteve representada pelo professor Zaqueu Ernesto da Silva, Vice-Presidente da entidade.

### GT CARREIRA

Nos dias 12 e 13 de janeiro esteve reunido em Brasília o GT de Carreira da ANDES-SN. A ADUFPB-JP/SSind esteve representada pelo professor Giovanni Queiroz, secretário da entidade. A reunião avaliou os resultados do XXV CONAD, discutiu os documentos apresentados por diversas Seções Sindicais e elaborou o temário do I Seminário Nacional sobre Carreira Docente. Foram aprovados os seguintes encaminhamentos: realização de reunião do GT nos dias 06 e 07 de fevereiro, em João Pessoa, para avaliação do Seminário e aprovação de encaminhamentos para o XII Congresso; elaboração de Caderno Especial de textos para o XXII Congresso, a partir da avaliação do Seminário.

### GT POLITICA EDUCACIONAL

Nos dias 12 e 13 de janeiro reuniu-se em Brasília o GTPE da ANDES-SN. A ADUFPB-JP/SSind integra este Grupo de Trabalho e, nesta reunião, foi representada pelos professores Alexandre Náder e Ignez Navarro. Nesta reunião, foram definidas as linhas de ação prioritárias para o GT no ano de 1993 bem como o calendário das reuniões ao longo deste ano. Ficaram também estabelecidos os temas a serem abordados no texto básico para o XII Congresso (Manaus de 28/02 a 5/03), a participação do GTPE no Seminário Nacional sobre Carreira (João Pessoa - 5 e 6/02) e a nossa intervenção mais imediata no interior do FORUM EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB no longo do processo de votação da LDB na Câmara dos Deputados. Maiores informações devem ser procuradas na ADUFPB-JP/SSind com o Prof. Jamacy (Diretor de Política Acadêmica e Científica).

### SEMINÁRIO SOBRE CARREIRA

Com o objetivo de aprofundar a discussão que fundamenta o XII Congresso na tomada de posição a ANDES-SN estará promovendo com o apoio da ADUFPB-JP/SSind, nos próximos dias 4 e 5 de fevereiro, em João Pessoa, o I Seminário Nacional sobre Carreira Docente.

É importante a participação de todos para que possamos nos fundamentar e tirar uma posição. Este evento ocorrerá no Auditório da Reitoria (pela manhã) e no Centremar (a tarde).

### APOSENTADOS

A ADUFPB-JP/SSind é entidade sindical representativa dos professores associados, ativos e inativos do Campus I da UFPB. A participação mais efetiva dos inativos é objetivo da entidade. Para tanto é importante que estes compareçam à sua sede para que possamos atualizar endereços que permitam maior intercâmbio da Seção Sindical com estes sindicalizados.

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

Órgão deliberativo da ADUFPB-JP/SSind, o Conselho de Representantes encontra-se incompleto nos seguintes Centros: CCEN; CCSA; CCHLA; CCS; CT; CE.

As eleições devem constar de nomes os representantes e seus suplentes, em votação secreta pelos sindicalizados pertencentes à mesma unidade.

## XII CONGRESSO DA ANDES-SN

Ocorrerá em Manaus, de 28 de fevereiro a 05 de março, o XII Congresso Nacional da ANDES-SN, com o seguinte temário:

*Tema I - Movimento Docente e Conjuntura*

*Tema II - Relações Sindicais*

*Tema III - Política Educacional, Seguridade, Ciência e Tecnologia*

*Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras.*

Além disso, serão realizados dois Seminários:

- 1) *Perspectivas do Movimento Sindical*
- 2) *Educação e Trabalho - A formação técnico-profissional em questão.*

O processo de escolha de delegados para representação da ADUF no XII Congresso será feito por eleições diretas, mediante inscrição dos candidatos com carta programa que contenha o posicionamento dos mesmos em relação ao temário.

## FGTS

### Mandado de Segurança nº 92.0002346-0

Informamos que a notificação do MANDADO Nº 92.0002346-0, referente ao saque do FGTS já foi encaminhando à CEF. Os interessados devem comparecer à ADUFPB-JP/SSIND para assinar um formulário que deverá ser entregue na CEF.

Lembramos que o melhor dia para o saque é o dia 11 de cada mês, quando é creditada a correção.

**Tabela I**

20 horas				
Tabela de vencimentos a partir de janeiro				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	2.030.499	2.274.159		
Aux 2	2.132.024	2.387.867		
Aux 3	2.238.625	2.507.260		
Aux 4	2.350.556	2.632.623		
Ass 1	2.585.612	2.895.885	3.232.015	
Ass 2	2.714.893	3.040.680	3.393.616	
Ass 3	2.850.637	3.192.714	3.563.296	
Ass 4	2.993.169	3.352.349	3.741.461	
Adj 1	3.292.486	3.687.584	4.115.607	4.938.729
Adj 2	3.457.110	3.871.983	4.321.388	5.185.685
Adj 3	3.629.966	4.065.562	4.537.457	5.444.949
Adj 4	3.811.464	4.268.840	4.764.330	5.717.196
Tit	4.764.330	5.336.050	5.955.412	7.146.495

**Tabelas**

O Cálculo dos salários de janeiro/93, com base no Projeto de Lei Nº 8460/93, faz-se da seguinte forma:

- 1) aplica-se 160.24% sobre o vencimento de set/92;
- 2) soma-se um valor fixo e único de Cr\$ 102.000,00;
- 3) aplica-se sobre o valor obtido a Gratificação Atividade Executiva (GAE) de 80%.

O PL 8460/93, além do reajuste linear de 100% para todos os SPFs, atende a uma reivindicação emergencial feita pela ANDES-SN, no final do ano passado, equiparando o nosso teto - Titular, graduado/40 horas ao Almirante-Esquadra - isso representa um reajuste a mais de 30,12% que será pago a partir de março/93, retroativo a janeiro/93. O que representa um reajuste total de 160,24%.

As tabelas I e II representam, respectivamente, o salário base da categoria com o reajuste de 160,24% e salário mais a Gratificação Atividade Executiva (GAE).

40 horas				
Tabela de vencimentos a partir de janeiro				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	4.060.998	4.548.318		
Aux 2	4.264.048	4.775.733		
Aux 3	4.477.250	5.014.520		
Aux 4	4.701.113	5.265.246		
Ass 1	5.171.224	5.791.771	6.464.030	
Ass 2	5.429.785	6.081.359	6.787.231	
Ass 3	5.701.274	6.385.427	7.126.593	
Ass 4	5.986.338	6.704.699	7.482.922	
Adj 1	6.584.972	7.375.168	8.231.215	9.877.458
Adj 2	6.914.220	7.743.927	8.642.775	10.371.331
Adj 3	7.259.931	8.131.123	9.074.914	10.889.897
Adj 4	7.622.928	8.537.679	9.528.660	11.434.392
Tit	9.528.660	10.672.099	11.910.825	14.292.990

DE				
Tabela de vencimentos a partir de janeiro				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	6.294.547	7.049.892		
Aux 2	6.609.274	7.402.387		
Aux 3	6.939.738	7.772.506		
Aux 4	7.286.724	8.161.131		
Ass 1	8.015.397	8.977.245	10.019.246	
Ass 2	8.416.167	9.426.107	10.520.208	
Ass 3	8.836.975	9.897.412	11.046.219	
Ass 4	9.276.824	10.392.283	11.598.530	
Adj 1	10.206.706	11.431.511	12.758.383	15.310.059
Adj 2	10.717.042	12.003.087	13.396.302	16.075.562
Adj 3	11.252.894	12.603.241	14.066.117	16.878.341
Adj 4	11.815.538	13.233.403	14.769.423	17.723.308
Tit	14.769.423	16.541.754	18.461.779	22.154.134

**Tabela II**

20 horas Vencimentos + 80% de Gratificação				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	3.654.898	4.093.486		
Aux 2	3.837.643	4.298.160		
Aux 3	4.029.525	4.513.068		
Aux 4	4.231.001	4.738.721		
Ass 1	4.654.101	5.212.594	5.817.627	
Ass 2	4.886.807	5.473.223	6.108.508	
Ass 3	5.131.147	5.746.884	6.413.934	
Ass 4	5.387.704	6.034.229	6.734.630	
Adj 1	5.920.475	6.637.052	7.408.093	8.889.712
Adj 2	6.222.798	6.969.534	7.778.498	9.334.198
Adj 3	6.533.938	7.318.011	8.167.423	9.800.907
Adj 4	6.860.635	7.683.911	8.575.794	10.290.853
Tit	8.575.794	9.604.889	10.719.742	12.863.691

40 horas Vencimentos + 80% de Gratificação				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	7.309.796	8.186.972		
Aux 2	7.675.286	8.596.320		
Aux 3	8.059.050	9.026.136		
Aux 4	8.462.003	9.477.443		
Ass 1	9.308.203	10.425.187	11.635.254	
Ass 2	9.773.613	10.946.447	12.217.016	
Ass 3	10.262.294	11.493.769	12.827.867	
Ass 4	10.775.408	12.068.457	13.469.260	
Adj 1	11.852.040	13.275.303	14.016.187	17.779.424
Adj 2	12.445.597	13.939.000	15.556.996	18.668.395
Adj 3	13.067.877	14.638.022	16.334.846	19.601.815
Adj 4	13.721.270	15.387.823	17.151.588	20.581.906
Tit	17.151.588	19.209.778	21.439.485	25.727.382

DE Vencimentos + 80% de Gratificação				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	11.330.184	12.689.806		
Aux 2	11.896.693	13.324.296		
Aux 3	12.491.528	13.990.511		
Aux 4	13.116.104	14.690.037		
Ass 1	14.427.715	16.159.040	18.034.643	
Ass 2	15.149.100	16.966.992	18.936.375	
Ass 3	15.906.555	17.815.342	19.883.194	
Ass 4	16.701.883	18.706.109	20.877.354	
Adj 1	18.372.071	20.576.720	22.965.089	27.558.107
Adj 2	19.290.675	21.605.558	24.113.344	28.936.012
Adj 3	20.255.209	22.685.834	25.319.011	30.382.813
Adj 4	21.267.969	23.820.125	26.584.961	31.901.954
Tit	26.584.961	29.775.157	33.231.202	39.877.442

**IMPOSTO SINDICAL**

*Se você era professor do Campus I em março de 1989, venha receber a devolução do imposto sindical.*

João Pessoa, 16 de fevereiro de 1993.



**INFORMA**  
**Seção Sindical**

## ASSEMBLÉIA GERAL

dia 16/02/93 - 3ª feira

09:00 horas - Aud. da Reitoria

*Pauta:*

1. Informes;

2. Pauta do XII Congresso da ANDES-SN:

CARREIRA DOCENTE



# ASSEMBLEIA GERAL

1998-1999

Ordem do Dia

1. Abertura

2. Relatório

3. Aprovação do Relatório

4. Encerramento

Afinal, cassamos a liminar concedida ao Mandado de Segurança impetrado pela Reitoria e estamos mais próximos de recompor parte das perdas salariais sofridas nos últimos anos. Isto mostra a justeza do caminho seguido pela atual Diretoria Executiva que, nos momentos mais árduos, soube manter o ânimo, a coerência, os princípios que sempre nortearam nossa ação sindical e a defesa intransigente da categoria.

Tarefas complicadas se impõem daqui para a frente: o pagamento dos 84,32% exige a sua extensão pois apenas parte dos docentes será beneficiado; estamos falando dos docentes dos outros campi, dos servidores técnico-administrativos e também dos docentes que ingressaram na Universidade após março de 1990. Devemos discutir e encaminhar nossa luta a nível jurídico e também político; sabemos que esta luta não envolve apenas os docentes das IFES mas o conjunto dos trabalhadores públicos.

Um momento particular dessa discussão se dará no Congresso da ANDES- SN, a ser realizado em Manaus entre 28 de fevereiro a 05 de março próximos. É na instância máxima de nosso sindicato nacional que preparamos as tarefas, as estratégias e os rumos de nosso movimento para um período. Este próximo período não se afigura dos mais promissores; a recessão continua, a inflação não dá sinais de queda, temos mais um imposto na praça (o IPMF) e o achatamento salarial de todos os trabalhadores perdura. Além disso, neste ano temos um plebiscito que definirá forma de governo, os desdobramentos advindos com a aprovação da LDB e inicia-se a revisão constitucional que pode derrubar parte de nossas conquistas.

Entre as discussões que se darão em Manaus uma adquire caráter excepcional: a questão da carreira docente. A definição da Carreira Unica dos Docentes da Instituições do Ensino Superior se configura como princípio norteador do padrão unitário de qualidade da Universidade Brasileira. Este padrão de qualidade, bandeira histórica da ANDES-SN, longe de pretender eliminar as diferenciações entre as instituições, visa corrigir o ensino de qualidade duvidosa que prolifera em estabelecimentos que não oferecem aos professores condições mínimas de ensino e de pesquisa, nem condições de estudo sério para seus alunos. Sabemos das distorções que o atual Plano de Cargos e Salários (PUCRCE) ocasiona em nossas Universidades. A falta de uma política nacional de capacitação docente é outra aspiração do conjunto da categoria; esta discussão tem sido adiada em nosso movimento e as diversas propostas apresentadas apontam não apenas para diversas concepções de carreira, mas também para diferentes propostas de universidade e para diferentes concepções de sindicato. A ADUFPB-JP, que sempre se colocou na perspectiva de um padrão de qualidade para a Universidade Brasileira, é chamada a empreender esta discussão e apontar um caminho para a construção desta qualidade.

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

## GT CARREIRA

### A QUESTÃO DA CARREIRA DOCENTE

Desde 1982, quando foi aprovada a proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, destacou-se a carreira unificada como um dos princípios norteadores da implementação de um padrão unitário de qualidade. Foi somente em 1987, após sucessivas greves, que as instituições federais de ensino superior tiveram uma carreira única representada na Lei 7.596/87 e através do Decreto 94.664/87 - PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. As distorções que ocorreram na sua implantação alteraram o seu conteúdo original; por outro lado, no setor da Estaduais, a discussão e implementação de planos de carreira vem ocorrendo de forma crescente e diferenciada; no setor das particulares, a construção de um plano de carreira começa a surgir como reivindicação dos docentes.

Desde 1990 foi constituído um Grupo de Trabalho pela ANDES-SN que tem como meta retomar a discussão sobre carreira e propor um anteprojeto de lei de Carreira Única que sirva de referencial para a categoria.

O XI Congresso da ANDES-SN (Cuiabá, 1992) aprovou um conjunto de 14 princípios que deveriam nortear a construção da Carreira Única. Dois CONAD's sucessivos (Fortaleza, junho de 1992 e Piracicaba, novembro de 1992) não conseguiram definir uma proposta de Carreira Docente, devendo essa discussão se dar no XXII Congresso da ANDES-SN (28/fev a 05/mar de 1993, Manaus).

Basicamente se consubstanciaram três posições diante do projeto de carreira que se diferenciam principalmente quanto à progressão vertical:

1- Uma proposta onde a titularidade *stricto sensu* (graduação, mestrado, doutorado) é o critério exclusivo de progressão.

2- Uma proposta onde a titulação *stricto sensu* se constitui como uma variante da progressão, medida essencialmente por desempenho.

3- Uma proposta que reúne os dois mecanismos de progressão de docentes.

Dois momentos importantes dessa discussão ocorreram em João Pessoa. Nos dias 04 e 05 de fevereiro ocorreu o I Seminário sobre Carreira Docente e nos dias 06 e 07 de fevereiro reunião do GT Carreira da ANDES-SN. Estes quatro dias, de intenso trabalho, prepararam a discussão que acontecerá no XII Congresso da ANDES-SN e, embora não se tenha chegado a um consenso sobre a estrutura da carreira, serviram para aclarar as diversas posições que estão colocadas e para definir alguns princípios norteadores da decisão a ser deliberada no Congresso.

## XII CONGRESSO DA ANDES-SN

O XII Congresso Nacional da ANDES-SN terá lugar em Manaus-AM de 28/2 a 05/3, com o seguinte temário:

*Tema I - Movimento Docente e Conjuntura*

*Tema II - Relações Sindicais*

*Tema III - Política Educacional, Seguridade, Ciência e Tecnologia*

*Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras.*

*Seminários programados:*

*1) Perspectivas do Movimento Sindical*

*2) Educação e Trabalho - A formação técnico-profissional em questão.*

No período de 15 a 16 de fevereiro de 1993, na sede da ADUFPB estarão abertas as inscrições para os sindicalizados que pretendem participar, como delegados, do XII Congresso Nacional da ANDES-SN. As eleições ocorrerão nos dias 17 e 18 do corrente, nos Centros.

As inscrições deverão vir acompanhadas de Carta-Programa que contenha o posicionamento dos candidatos sobre os temas da pauta do Congresso.

## FGTS

.....URGENTE.....

Informamos que a notificação do MANDADO Nº 92.0002346-0 referente ao saque do FGTS já foi encaminhado à CEF. Os interessados devem comparecer *urgentemente* à ADUFPB-JP/SSind, no horário da manhã (das 8 às 12h), para assinar autorização de desconto dos honorários advocatícios. Aqueles que não preencheram ainda o formulário de rescisão, que permite a retirada do FGTS, devem comparecer à sede da ADUFPB-JP/SSind munidos dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho, contracheque e extrato do FGTS.

A ADUFPB-JP/SSind encaminhará os formulários, preenchidos e devidamente assinados direto para o DIFUS, setor da Caixa Econômica Federal responsável pelo FGTS. O pagamento será efetuado no Posto de Serviço da CEF da UFPA - Centro de Vivência, Agência 617.

Informamos também que os formulários recebidos até a *terça-feira* (pela manhã) serão entregues ao DIFUS na quarta-feira e os recebidos até quinta-feira (pela manhã) serão encaminhados até sexta-feira. Segundo informações do setor responsável, em cinco dias será efetuado o pagamento.

Informamos ainda que saiu a sentença do Mandado de Segurança nº 92.005527 (17 professores) e estamos aguardando que a CEF seja notificada.

## IMPOSTO SINDICAL Devolução...

*Solicitamos aos professores que ainda não receberam o cheque referente à devolução do Imposto Sindical que compareçam à sede da entidade com urgência.*

## PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM DEFESA DO POVO BRASILEIRO

Graziela de Oliveira\*

A crise econômica que se abateu sobre a América Latina nos anos 80 trouxe consequências profundas para a população, em especial para a classe trabalhadora.

Na tentativa de superar o caos econômico, os governos da região passaram a implementar ajustes econômicos severos, elaborados de acordo com as recomendações de organismos financeiros internacionais, o FMI entre outros.

Como resultado da política econômica neoliberal, o desemprego e a redução dos gastos públicos em saúde e educação e outros serviços provocaram aumento da precariedade em que vivem as populações da América Latina.

No Brasil, mesmo a classe média, que no passado se favoreceu do crescimento econômico, como no período 1968-73, hoje é golpeada pelo empobrecimento. A política de preços altos, a manutenção de altos índices de desemprego e a rigidez fiscal, como formas de combate à inflação, revelam-se como propulsores da injustiça social. A injustiça social se manifesta no caos da violência em todas as suas formas.

Ainda no mês passado (jan/93), o índice de inflação de 27,4%, segundo a FIPE (SP), foi puxado pelos preços dos alimentos industrializados e hortifrutigranjeiros, além dos gastos com saúde e educação.

Atento a este cenário social, o governo de Itamar Franco trancou um programa de combate à miséria, que inclui desde a promessa de distribuição de alimentos, até a de construção de moradias para famílias com renda até 03 salários mínimos e a distribuição gratuita de remédios a idosos e aposentados.

Composto por políticos de todos os matizes, o governo de Itamar Franco está empenhado na governabilidade do país. Neste empenho está prevista a manutenção do acordo da dívida externa firmado pelo governo precedente. O Ministro Paulo Haddad pretende retomar o crescimento da economia e ao mesmo tempo combater a inflação, tendo no ajuste fiscal um dos instrumentos para tal política.

Nós professores, sustentados pela classe trabalhadora, não podemos ficar alheios nem perplexos diante dos problemas da sociedade. Como servidores públicos em cumprimento de nossa responsabilidade, devemos oferecer alternativas de modo de vida à população.

Independentes de filiação partidária ou credo político, somos mantidos pelo poder público - o povo, e a ele devemos responder, através de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Precisamos levar a universidade à comunidade. Como fazer isto?

O plebiscito sobre o sistema de governo se aproxima. O que é melhor para o povo, o presidencialismo ou o parlamentarismo? Precisamos estudar o problema e esclarecer a população, para que ela se pronuncie livremente, munida de conhecimento da causa.

Em setembro haverá reforma constitucional, e os interesses da educação, saúde e previdência social estão em jogo, assim como o direito sindical.

Os estudos e pesquisas realizados pela universidade devem trazer respostas para os problemas da saúde, da miséria, da educação, do emprego e do salário. Os nossos próprios salários estão aviltados, e ainda lutamos pela recuperação dos 84,32% que nos foram expropriados.

Contudo, na nossa luta por salários, devemos olhar para além dos portões da universidade. Lutamos pelo impeachment e pela ética na política,

mas a luta não acabou com a derrubada do governo Collor. Ela continua no nosso dia a dia, nos debates sobre capacitação e carreira docente, e por uma política salarial.

Precisamos democratizar o saber, preparando nossas aulas e orientando nossos alunos para o exercício da cidadania. Precisamos fiscalizar nossa ética profissional. Precisamos exigir condições de trabalho, com renovação do acervo da biblioteca e a recuperação dos laboratórios.

A ação em prol da universidade e do cumprimento do seu papel social requer que estejamos atentos à política do governo e aos caminhos tomados pela economia. População alimentada e educada reduz a necessidade de remédios; investimentos em laboratórios universitários e institutos públicos de pesquisa reduzem a dependência das multinacionais.

Se nós que somos professores não nos posicionarmos por verbas para a educação do povo, para a capacitação docente, para a democratização do saber, por justiça e democracia, quem há de?

Vamos inserir a nossa luta por uma política salarial, pelo plano de carreira e capacitação na luta do povo brasileiro e, assim, cumprir a nossa responsabilidade de professor universitário servidor público.

(\*) Professora Departamento de Economia-CCSA/UFPB, Diretora de Política Sindical da ADUFPB-JP/SSind

## Calendário de Atividades

### Fevereiro/93

Dia 15 - segunda-feira  
Reunião por Centro  
Pauta: XII Congresso da ANDES-SN:

*Carreira Docente.*

Audiência com o Ministro da Educação sobre 84,32% (Reitoria/ Diretoria ADUFPB)

Dias 15 e 16 - segunda e terça-feiras  
Inscrições de candidatos ao XII Congresso da ANDES

Dia 16 - terça-feira  
Assembléia Geral - 9:00h  
Auditório da Reitoria  
Pauta: XII Congresso Nacional da ANDES-SN:

*Carreira Docente*

Dias 17 e 18 - quarta e quinta-feiras  
Eleições de delegados ao XII Congresso da ANDES

Dia 19 - sexta-feira  
Reunião da Diretoria Executiva com os delegados ao XII Congresso.

28/02 a 05/03  
XII Congresso da ANDES  
- Manaus-AM

Assembléia Geral  
dia 16 de fev de 1993  
Aud. Reitoria - 9h

## Prestando Contas

.....dos 84,32%.....

05.06.91 - A ADUFPB-JP/SSind interpõe reclamação trabalhista contra a UFPB no Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região - Processo nº 04.001155/91 - para incorporação do percentual de 84,32% aos vencimentos dos professores.

.....2 meses e 8 dias após.....

13.08.91 - Audiência na 4ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ).

.....2 meses e 22 dias após....

05.11.91 - Audiência na 4ª Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de João Pessoa, a ADUFPB-JP/SSind obteve decisão favorável no processo 1155/91 a nível de 1ª Instância.

.....9 meses e 6 dias após....

12.08.92 - O Acórdão nº 10472, a nível de Tribunal Regional do Trabalho (2ª Instância), garante aos docentes do Campus I da UFPB a incorporação aos vencimentos do percentual de 84,32%, relativos ao IPC de março de 1990.

.....2 meses e 16 dias após....

29.10.92 - Publicação do Acórdão no Diário da Justiça.

.....1 mês e 4 dias após.....

03.12.92 - É datilografado o Mandado de Intimação da 4ª Junta e é dado o cumpra-se ao Acórdão publicado no Diário da Justiça.

.....15 dias após.....

18.12.92 - Posse da atual Diretoria da ADUFPB-JP recebimento do Mandado de Intimação pela Procuradoria Geral da UFPB recebe o Mandado de Intimação.

.....Já se foi 1 ano,

6 meses e 12 dias.....

Um parênteses.....

01.12.92 - ADUFPB-JP/SSind é informada que a UFPB contestou a decisão do Tribunal através de uma

Ação Rescisória, com pedido de Medida Cautelar.

18.12.92 - A UFPB, através da Procuradoria Geral, tem seu pedido de Medida Cautelar indeferido pelo Tribunal.

28.12.92 - A UFPB deu entrada no Tribunal Regional de um Mandado de Segurança, com pedido de Liminar, para suspender o Mandado de Intimação.

*Fechemos o parênteses.....*

.....1 mês e 12 dias após.....

15.01.93 - A ADUFPB-JP/SSind dá entrada à contestação da Ação Rescisória.

.....3 dias após.....

18.01.93 - A ADUFPB-JP/SSind contesta o Mandado de Segurança.

.....1 dia após.....

19.01.93 - Notificamos ao Sr. Juiz Presidente da 4ª JCJ que a UFPB não havia cumprido a determinação judicial.

.....6 dias após.....

25.01.93 - A UFPB obtém a concessão de uma Liminar que suspende a incorporação do percentual de 84,32% aos salários dos professores do Campus I.

.....1 dia após.....

26.01.93 - A ADUFPB-JP/SSind interpõe um Agravo Regimental ao Sr. Juiz Relator do Mandado de Segurança com o objetivo de cassar a Liminar.

.....15 dias após.....

10.02.93 - A ADUFPB-JP/SSind obtém parecer favorável do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho e cassa a Liminar obtida pela UFPB.

**E AGORA.....**

**1 ano, 8 meses e 4 dias após.....**

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 14 de Abril de 1993. Nº 01

Assembléia Geral  
dia 14 de abril de 1993 - 4ª feira -  
Auditório da Reitoria - às 09:00 horas

Pauta:

1. Informes;
2. Pauta emergencial;
3. Indicativo de greve.
4. Imposto Sindical

## 1993 - Tempo de Mobilização

Muda-se o governo, mas não a política. "Honrar" os compromissos com os credores internacionais, manter a especulação financeira, submeter o orçamento da União aos Interesses eleitores, de banqueiros, de empreiteiros, e apontar os servidores públicos como os únicos responsáveis pelo déficit público tem sido uma rotina nos governos que se sucedem.

A política neoliberal e a estrutura de poder permanecem sem alteração. O governo Itamar, até o momento, não foi capaz de mudar os 2º e 3º escalões que, sabidamente, têm grande influência na administração do dinheiro público.

Em consequência, entra governo e sai governo e a pauta de reivindicações dos SPF, tal como o "Feliz Natal e Próspero Ano Novo", é apresentado aos governos. Verbas para a educação e saúde, política salarial, isonomia entre os três poderes, recuperação das perdas salariais, piso salarial, política de valorização dos SPF, são pontos convergentes das mais diversas categorias que compõem o serviço público.

Para inaugurar uma "nova" fase de relacionamento com os servidores o governo do Sr. Itamar Franco, criou uma mesa de "negociações" onde nossos interlocutores falam, escutam e nada decidem. São apenas "ouvintes" e portadores de recado da área econômica. Contra fatos não há argumentos. Os "ouvintes negociam" e, sem

ouví-los, a área econômica, com seus "estudos", decide sem nenhuma consideração ou respeito pelos servidores públicos. Foi assim em janeiro de 1992 e recentemente, com o reajuste de 33% de março.

As ações do governo com relação aos SPF são claras. Reajustes a "conta-gotas", sempre abalxo da inflação, para iludir e desmobilizar a categoria.

É necessário que despertemos para essa realidade. Precisamos ser ouvidos por interlocutores que tragam propostas concretas e que tenham poder de decisão.

O espaço da nossa Assembléia Geral é essencial para a discussão de nossa pauta de reivindicações emergencial que deve contemplar:

- política salarial com reajuste mensal de acordo com a inflação;
- reposição das perdas salariais;
- piso salarial como prevê a Constituição;
- isonomia efetiva;
- extensão dos índices dos planos econômicos para todos e negociações dos passivos;
- plano nacional de capacitação docente.

Nesse momento se faz necessário uma ação mais extrema, que embora não queiramos, seremos obrigados a discutir. A greve é hoje um recurso que não podemos descartar. Vamos discuti-la. Participe da nossa Assembléia Geral.

### NESTA EDIÇÃO:

**Carreira**

Pág. 02

**LDB**

Pág. 03

**SPF**

Pág. 04

**Assessoria Jurídica**

*Encarte.*

## Deliberações do XII Congresso sobre Carreira Única

A proposta de Carreira Docente para ser aplicada tanto nas instituições de ensino superior públicas como privadas que o XII Congresso da ANDES-SN aprovou, está estruturada a partir da titulação e avaliação de desempenho acadêmico e assim se define:

1. Todos os docentes de Instituição de Ensino Superior que atuem nos 1º, 2º e 3º graus devem estar na mesma carreira;

2. Garantia de ingresso por concurso público, estabilidade e isonomia de vencimentos para os mesmos estágios da carreira;

3. Ingresso para a última classe através de concurso público;

4. Estrutura baseada nas classes de professor auxiliar, professor assistente, professor adjunto, professor associado e professor pleno;

5. As progressões da classe de professor auxiliar para a classe de professor assistente e desta para a de professor adjunto dar-se-ão, respectivamente, com a obtenção do grau de mestre e o título de doutor.

A progressão da classe de professor adjunto para a classe de professor associado será realizada com base em avaliação de desempenho acadêmico;

6. Os docentes que tiverem ingressado na IES antes da data de implantação do plano de carreira poderão permanecer na carreira original (direito assegurado) ou optarem pela nova carreira tendo o direito

de, por cinco anos, progredirem até a classe de professor adjunto por titulação ou avaliação de desempenho. A progressão para a classe de professor associado exigirá o título de doutor e avaliação de desempenho;

7. A implantação do novo plano de carreira exige que o Ministério da Educação defina e aplique um Plano Nacional de Capacitação que possibilite a formação dos docentes em cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.

Este Plano deve dar conta de questões tais como: investimentos financeiros; valorização da experiência acadêmica do docente nos cursos de pós-graduação; aumento do quadro de pessoal nas IES tanto para a ampliação dos programas de pós-graduação, criação de novos cursos, como permitir o afastamento de docentes para formação; equacionar a relação de demanda em todo o país e a oferta de cursos nas diversas regiões do país e no exterior; revisão dos valores e do número de bolsas oferecidas pelos órgãos financiadores.

### Indicações do Setor das IFES

Na última reunião do setor das IFES da ANDES-SN (18/03) discutiu-se alguns itens para detalhamento da proposta de Carreira Única aprovada no XII Con-

gresso que deverão ser objeto de discussão e deliberação pela base do Movimento Docente e o Setor fez as seguintes indicações:

#### 1. Níveis

-deve haver níveis entre as classes, as bases devem propor, quantos e como se estruturam (interstícios e percentuais de remuneração);

#### 2. Incentivo por titulação

- o setor indica manter os atuais valores: Especialização: 12%; Mestrado: 30% e Doutorado: 60%;

#### 3. Atribuições:

- as ADs devem elaborar propostas de atribuições mínimas para cada classe (a proposta de carreira aprovada pela ADUFPB-JP/SSind já tem indicações);

#### 4. Avaliação de desempenho

- a discussão nas ADs/SSind deve observar o que deve ser objeto de uma Lei de Carreira, e o que compete às IFES, garantindo-se a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, respeitando-se as atribuições mínimas de cada classe;

#### 5. Transposição

- as propostas devem contemplar a alocação nas classes e níveis para os docentes das atuais duas carreiras (superior e 1º e 2º graus);

#### 6. Capacitação

- propostas de condições mínimas para capacitação docente.

### Assembléia Geral

Dia 14 de abril de 1993

4ª feira -

Auditório da Reitoria  
às 09:00 horas

Pauta:

1. Informes;
2. Pauta emergencial;
3. Indicativo de greve.
4. Imposto Sindical

### Aviso

Por erro da Superintendência de Recursos Humanos da UFPB, informamos aos sindicalizados que o desconto, em consignação, em favor da ADUFPB-JP/SSind, no valor de 1% das vantagens pessoais, não foi aplicado considerando a Gratificação de Atividade Executiva (GAE).

Informamos aos sindicalizados que a diferença devida à ADUFPB-JP/SSind referente à GAE foi consignada na folha extra.

### Imposto Sindical

Como é do conhecimento de todos os sindicalizados, a ADUFPB-JP tem posição contrária ao desconto compulsório feito anualmente nos salários dos trabalhadores. Após uma luta sindical com entidades que reclamavam o direito a esse percentual, a ANDES-SN ganhou na Justiça e remeteu às Seções Sindicais para devolver aos seus sindicalizados. Desde o mês de outubro que a ADUFPB-JP convoca os professores para que compareçam à sede da entidade para o ressarcimento porém, após cinco meses, um número reduzido compareceu para recebê-lo.

Considerando esse fato, estamos abrindo uma discussão com os sindicalizados sobre o destino desses recursos.

## 84,32% - As respostas do Reitor

De acordo com as decisões da Assembléia Geral ocorrida no dia 09/02/93, foi enviada ao Reitor a solicitação de que os 84,32% fossem incorporados aos vencimentos e que fosse retirada a ação rescisória impetrada pela administração. As respostas foram dadas por ofício R/GR/nº 136/93, como segue abaixo:

*".....gostaria de informar que o percentual de 84,32% aparece no contracheque como decisão judicial, uma vez que, o vencimento básico dos servidores públicos federais é estabelecido em lei, através de tabelas oficiais, onde se atribui, a cada categoria, a cada classe e a cada nível, o valor correspondente.*

*Embora continue a defender a justiça da aplicação do referido percentual ao salário dos professores, por força judicial, entendo que, na linha da via jurídica, não cabe à UFPB retirar a ação rescisória."*

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP/SSind está verificando a possibilidade de entrar com uma ação no sentido de que o pagamento dos 84,32% seja incorporado ao item *vencimentos*, e não como *"decisão judicial"*.

### Ações Jurídicas para os excluídos dos 84,32%

Todos os professores do Campus I excluídos do processo dos 84,32% devem comparecer à sede da ADUFPB-JP/SSind para providenciar documentos necessários ao ajuizamento de ações visando a incorporação desse percentual.

Documentos necessários:

I - Professores regidos pela Lei 1.711/52 ou aposentados até março de 1990, regidos pela CLT:

- a) documentação comprobatória da condição de estatutário;
- b) Diário Oficial da União que publicou o ato de aposentadoria;
- c) contracheques de março e abril/90 e um atual;
- d) procuração (formulário na ADUFPB-JP/SSind) com firma reconhecida.

II - Professores regidos pela CLT, hoje RJU, ou aposentados após abril de 1990:

- a) cópia autenticada da carteira de trabalho;
- b) contracheques de março e abril/90 e um atual;
- d) procuração (formulário na ADUFPB-JP/SSind) com firma reconhecida.

## Reunião Extraordinária do CONSUNI

Conforme deliberação da Assembléia Geral realizada em Campina Grande em 22/03/93, foi solicitado ao Magnífico Reitor a convocação de reunião extraordinária do CONSUNI para discutir sobre o pagamento dos 84,32% a professores e funcionários da UFPB.

Nesta reunião, realizada no dia 02 de abril, o Conselho Consultivo das Seções Sindicais da ANDES-SN na UFPB, solicitou

ao CONSUNI que se posicionasse favorável à incorporação administrativa dos 84,32% indistintamente a todos os servidores da UFPB, já na confecção da próxima folha de pagamento, e que a referida folha fosse levada ao MEC por uma Comissão integrada pelo Reitor, Conselheiros do CONSUNI e representantes das entidades sindicais dos docentes, e dos técnico-administrativos da UFPB.

O Conselho decidiu, ao invés de acatar a proposta das ADs/SSind, aprovar a criação de uma Comissão para emitir um parecer técnico-jurídico sobre a viabilidade de implantação administrativa dos 84,32% e uma nova reunião do CONSUNI, terça-feira, 13/04/93, às 14:00 horas, em João Pessoa, para então tomar algum posicionamento sobre a questão.

Publicamos a nota do Conselho Consultivo ao CONSUNI

*"Sr. Presidente, Srs. Conselheiros,*

*O Conselho Consultivo das Seções Sindicais da ANDES-SN na UFPB, reunido em Campina Grande, a 31.03.93, com base em deliberações de Assembléias Gerais, vem pronunciar-se neste momento em que se reúne o egrégio Conselho Universitário da UFPB para tratar de assunto tão relevante para a categoria docente, qual seja o pagamento dos 84,32% a todos os servidores desta IFES.*

*No final da década de 70, no processo de reorganização da sociedade civil, surgem as entidades representativas dos docentes, lutando pela democratização da sociedade e da gestão universitária. Nessa luta, o Movimento Docente, contrapondo-se ao autoritarismo da legislação, pautou suas ações pela defesa da prevalência do legítimo sobre o legal.*

*Em consequência, temos hoje o legítimo como o verdadeiro suporte para muitas das práticas vivenciadas nas IES, como, por exemplo, as eleições dos dirigentes, realizadas sem estatuto legal, mas, com certeza, dentro da mais justa legitimidade.*

*O Conselho Consultivo embasado nessa conquista histórica do movimento docente e considerando:*

- a quebra, de fato, da isonomia salarial na UFPB, após o ganho judicial dos 84,32% por parcela de professores do Campus I - João Pessoa;
- o clima de insatisfação e intranquilidade que essa diferenciação salarial está gerando em todos os setores da UFPB, tanto no Campus de João Pessoa como nos campi do interior;
- os pronunciamentos do Magnífico Reitor que, reconhecendo a justiça da causa, tem se manifestado favorável à nossa reivindicação;
- a posição de numerosos parlamentares que têm, por escrito, reconhecido a legitimidade de nossa reivindicação e a ela emprestado apoio,

*solicita a este Conselho Universitário que se posicione favorável: à incorporação administrativa dos 84,32%, indistintamente a todos os servidores da UFPB, já na confecção da próxima folha de pagamento; e que a referida folha seja levada ao MEC por uma Comissão integrada pelo Magnífico Reitor, membros do CONSUNI e representantes das entidades sindicais dos docentes e dos técnico-administrativos da UFPB.*

*Conselho Consultivo das Seções Sindicais da ANDES-SN na UFPB:  
ADUC; ADUFPB-CG; ADUFPB-JP; ADUFPB-PATOS."*

## O político e o jurídico na luta pelas perdas salariais

Em todos os planos de estabilidade econômica impostos à sociedade brasileira pelos burocratas de plantão, sempre veio embutido um arrocho salarial para os trabalhadores em geral. Nascidos em gabinetes do Planalto, longe da realidade cotidiana, transferem para os assalariados a DESPESA e para as elites dominantes a RECEITA. Foi assim nos mais recentes: Plano Cruzado I, Cruzado II, Plano Bresser I, Bresser II, Plano Collor I, Collor II. Como no Cinema, muda-se as cenas, o enredo não.

Os servidores públicos em geral são as vítimas preferidas. Sempre apontados como responsáveis pelo *déficit* público. Em todos os planos são "premiados" com redução nos seus salários reais. E, os *Ali Ba Bás* que saqueiam os cofres públicos continuam impunes e, até os que estão na cadeia, conservam suas mordomias.

Como, a cada plano, o direito adquirido nunca é respeitado, os SPF passaram a reclamar na Justiça o que lhes foi tirado nos Planos Econômicos. Em consequência, milhares de ações trabalhistas foram interpostas contra a União. As decisões judiciais, em sua maioria, favoráveis aos servidores, criaram um passivo trabalhista sem precedente, encorralando o governo, que vai ter que negociar com os SPF.

A ADUFPB-JP, por decisão de Assembléia Geral, procurou, pela via judicial, a recuperação dessas perdas. Após quase dois anos as decisões em segunda instância foram favoráveis, parcialmente, sem incorporar nos vencimentos, reconhecendo o passivo atrasado do Plano Bresser I (26,06%). O Bresser II (16,19%) reconheceu o passivo atrasado e acatou recurso ao TST. No caso do Plano Collor I, a decisão judicial mandou incorporar os 84,32% nos salários dos docentes do Campus I constantes da ação, além do pagamento dos atrasados.

Esses ganhos provocaram a quebra da isonomia dos docentes das IFES conseguida em 1987, após uma greve de mais de oitenta dias. Esse direito, tão arduamente conquistado, precisa ser recuperado. É chegado o momento político de unirmos força com as todas as categorias do serviço público e exigirmos extensão para todos. Trabalho igual, salário igual.

## Lei da Informação Democrática

Passou a tramitar na Câmara dos Deputados, no dia nove de abril/92, o Projeto de Lei nº 2735/92, da Informação Democrática, de autoria do Deputado Zaire Rezende - PMDB-MG, com as assinaturas também dos Deputados Tilden Santiago-PT-MG, José Genoíno-PT-SP, Eden Pedrosa - líder do PDT, Luis Piau-hilino-PSB-PE, Jandira Feghali-PC do - RJ, Roberto Freire-PE, Sigmaringa Scixas-PSDB-DF, Paulo Heslander-PTB-MG.

Para revolucionar as relações sociais e políticas no Brasil ampliando o mercado de trabalho, conferindo utilidade social às

emissoras de televisão e permitindo à própria população assumir o processo da comunicação social A lei da Informação Democrática estabelece:

Imprensa e verdade; Liberdade de transmissão Municipal; Direito à Informação; Direito de antena; Fim do Monopólio e da Multimídia; Garantias profissionais; Rádios e tevês públicas; Regionalização da Produção; Pluralidade de versões; Cinema e vídeo; Privacidade e direito de resposta; Atendimento ao público.

Vale salientar que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação está encetando uma campanha nacional de apoio ao Projeto de Lei Zaire Rezende, através de abaixo-assinados dirigido aos parlamentares cidadãos brasileiros com o

## F G T S

Solicitamos aos Professores, abaixo relacionados, que ainda não preencheram o formulário, ou não trouxeram os documentos, ou não assinaram a autorização de desconto de percentual para receber o FGTS que compareçam com urgência à sede da ADUF. Aqueles professores que já receberam e que constam da relação abaixo façam a gentileza de comunicarem.

Mandado - nº 92.0002346-0

Ademir Alves de Melo; Aldo Bezerra Maciel; Alexandre Henriques G. Dantas; Aluizia Márcia Fonsêca de Lima; Arcobaldo Alves de Araújo; Breno Andrade de Matos; Carmem Lúcia Siqueira Melo; Djair Aquino de Lima; Edme Araújo Barros; Ednaldo Dias de Barros; Eduardo Sérgio Soares Sousa; Elconor Pontes Ribeiro de Albuquerque; Elizabeth Valdeck; Emília Mª M. de Moraes; Espedito Pereira; Felix Onofre Guerra; Geraldo Targino Costa Moreira; Girlan Dória de Lucena; Gisélia Campelo Rabay; Heitor Cabral da Silva; Helcodório Honorato dos Santos; Idelette Rosette M. Fonseca dos Santos; Ignácio Tavares de Araújo; Jair Silveira; João Marques de Melo; José Kehrlé; José Soares II; José Veriato de Sousa; Jocnildes Araújo dos Santos; Lenora Costa da Silveira; Lucette Paule Raymond Rocou; Marcos Alberto Ribeiro de Barros; Maria do Socorro Guedes Paiva; Maria Emília Romero de M. Henrique; Maria Helena Soares da Nóbrega Mazzo; Maria Zélia Uchôa Barbosa; Marta Cristina de O. Farias; Marta Suely Madruga; Olivio de Medeiros Batista; Ronald de Queiroz Fernandes; Rosa Maria Silva Campelo Galvão; Rosinete Ferrer Arruda Severino Elias Sobrinho; Solange Fátima G. da Costa; Valdemir Mendes de Pontes; Zélia Maria de Almeida

Mandado nº 92.005527

Astênio César Fernandes; Hertha Urquiza Baracho; Izabel Barroso Augusto da Silva; Maria Terezinha Angeloni; Roberto Markenson; Rozeli Ferreira Levy; Yone Maria R. Cesar Fernandes.

apoio de um expressivo número de cidadãos brasileiros.

A ADUFPB-JP/SSind na qualidade de entidade participante do Pró-Comitê Regional da Paraíba, tem como membro representante a Professora Elisa Bezerra Minciros, que solicita aos colegas sindicalizados ou não a comparecerem à sede da entidade a fim de assinarem as listas do abaixo-assinado para serem enviadas com urgência ao Congresso Nacional.

Atualize seu endereço domiciliar  
A ADUFPB-JP/SSind pretende se comunicar com os associados via mala direta. Para tanto se faz necessário que estejam corretos e atualizados os endereços domiciliares. Procure a ADUF.

## Lei de Diretrizes e Bases da Educação

### Nota à Imprensa

Nos dias 27 e 28/03 a ADUFPB-JP/SSind participou, em Brasília, da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES juntamente com representantes dos demais Estados.

A discussão centrou-se na análise das recomendações do XII Congresso (Manaus) merecendo especial atenção a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação na Câmara e a problemática levantada pela revisão Constitucional. A revisão Constitucional será objeto de discussão no Conselho Nacional de Associações Docentes - CONAD -, que ocorrerá em junho, no Rio Grande do Norte.

A tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação está sendo obstruída na Câmara pelo PDT.

Está prevista para quarta-feira próxima, dia 31 de março, a votação na Câmara dos Deputados do substitutivo do Projeto de Lei relativo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Este projeto, ansiado por todos aqueles que levam a sério a educação neste país, é resultado de uma ampla discussão de setores organizados da sociedade civil: universidades, educadores, associações de classe, sindicatos de professores, entidades estudantis, assim como parlamentares e sua tramitação no Congresso Nacional data desde o final dos trabalhos da Constituinte. Passando ao largo de toda a discussão realizada, o Senador Darci Ribeiro (PDT- RJ) apresentou um projeto no Senado Federal, que foi aprovado numa única sessão da Comissão de Educação daquela casa, extremamente lesivo aos interesses da imensa maioria do povo brasileiro pelas seguintes razões, entre outras: estabelece acesso diferenciado à escola; assegura gratuidade apenas nos estabelecimentos oficiais; reduz a obrigatoriedade de ensino fundamental de 08

para 05 anos; impede a possibilidade de um sistema nacional de educação; descharacteriza o ensino médio, reduzindo seu currículo; institui a dualidade do ensino superior e centraliza a administração das universidades públicas em fundações mantenedoras com economia auto-sustentável. Agora, para favorecer este projeto que representa um desastre para a educação e um retrocesso do processo democrático na formulação de um projeto para a educação nacional, o PDT fechou questão contra o Projeto de Lei da Câmara e vai obstruir a votação de quarta-feira numa atitude que envergonha o legislativo brasileiro.

A ADUFPB-JP/SSind, em conformidade com os princípios que sempre defendeu de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade vem denunciar e repudiar esta manobra do PDT que representa uma verdadeira afronta aos interesses da população deste país.

João Pessoa, 29 de março de 1993  
Diretoria Executiva ADUFPB-JP/SSind

### Movimento Financeiro da ADUFPB-JP/SSind período de 18.11.92 a 28.02.93

<b>RECEITAS</b>		Cópias e reproduções..... 2.053.000,00	
Saldo anterior.....	5.515.546,47	Publicações de notas.....	6.000.000,00
Contribuições de sócios.....	480.468.479,22	Despesas de cantina.....	6.881.325,00
Receitas Financeiras.....	23.425.909,51	Despesas Cartório e Judicial.....	62.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>509.409.735,20</b>	Despesas de Conservação.....	4.836.425,00
<b>DESPEAS</b>		Combustíveis.....	273.829,00
Viagens, diárias e Ajuda custos.....	50.779.400,00	Jornais e revistas.....	1.098.000,00
Refeições e lanches.....	5.286.200,00	Despesas Financeiras.....	13.000,00
Impressos e Material Expediente.....	40.881.434,80	Pessoal.....	136.942.228,00
Serviços de Terceiros.....	81.466.250,00	Diversos.....	5.386.000,00
Contribuições e doações.....	61.431.044,97	<b>TOTAL.....</b>	<b>509.409.735,20</b>
Comunicações.....	7.482.756,00	<b>SALDO EM 01.03.93..... 83.416.123,27</b>	
Material Máquina Copiadora.....	15.120.719,16		

## Reunião Setor das IFES e Plenária dos SPF

De 18 a 21 de março, em Brasília, a reunião do Setor das IFES da ANDES-SN e a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais-SPF discutiram a campanha salarial emergencial.

As duas reuniões aprovaram indicativo de greve. A plenária de SPF faz a indicação para a 1ª quinzena de maio sem propor ainda a data de deflagração, o que será objeto de deliberação da próxima plenária (24 e 25 de abril).

Ficou definido os seguintes eixos da pauta emergencial:

1. Política salarial - com reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação;

2. Isonomia - unificação dos percentuais das gratificações entre os três poderes pelo maior valor com incorporação imediata;

3. Recomposição do poder aquisitivo - todas as perdas salariais de março/90 a março/93.

4. Anistia a todos os trabalhadores sindicalistas ou não, punidos com o corte de ponto ou demissão por participação em movimentos reivindicatórios;

5. Liberação imediata do FGTS;

6. Negociação dos passivos trabalhistas - com incorporação imediata nos vencimentos e retroatividade das perdas (Planos BRESSER, VERÃO, COLLOR e 45% ISONOMIA MILITARES).

A pauta específica da ANDES-SN inclui ainda como eixo da pauta um Plano Nacional de Capacitação Docente.

*Publicamos a seguir nota da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNEFSF*

### "Queremos política salarial e isonomia, 33% não resolve!"

O Governo Federal, com o anúncio dos 33% de reajuste e a moratória dos direitos trabalhistas (MP 314, art. 60) aprofunda a política de arrocho salarial e discriminação: o salário mínimo foi reajustado em 36,6% e gratificações de várias categorias foram reajustadas até o valor de 367%, como no Senado Federal.

Além disso o compromisso de negociação assumido pelo Governo com os servidores foi quebrado, na medida em que não ocorreu discussão com a Coordenação Nacional da pauta de reivindicações.

Hoje, a maioria das empresas paga reajustes mensais de acordo com a inflação, enquanto que para os servidores não concedem os 60% da inflação do bimestre e também não se garante nenhuma política salarial. Mais uma vez, o índice da tabela dos servidores federais encontra-se abaixo do salário mínimo.

Por outro lado, o Ministro Barelli fala em "correção de isonomia" entre os servidores públicos federais que não está sendo devidamente explicada e despreza o caso mais "gritante", ou seja, as categorias que hoje têm gratificações de 80% continuam com este valor congelado, enquanto que para outras esta gratificação aumenta. Além disso, segundo notícias veiculadas na imprensa, as funções gratificadas de livre nomeação e os DAS, que estão sendo distribuídos entre os partidos, devem ter reajustes maiores que os 33%.

A política neoliberal implantada por Collor que impôs a compressão salarial, o sucateamento do serviço público e as privatizações, está tendo continuidade com o Governo Itamar que, ao anunciar ainda a moratória dos débitos trabalhistas, ignora direitos legítimos dos servidores públicos federais.

Nesse sentido, a CNEFSF reafirma a decisão do último Encontro Nacional, clamando o conjunto dos SPF a fazer, no dia 14 de abril, um DIA NACIONAL DE LUTA, com paralisação e manifestações em todos os cantos do País, mostrando ao Governo e à sociedade como um todo que os servidores públicos federais não estão mais dispostos a arcar com o custo da política neoliberal que o Governo Itamar continua impondo à sociedade brasileira.

Brasília, 31 de março de 1993.

CNEFSF

#### EM TEMPO:

A Coordenação Estadual dos SPF convoca todos os servidores federais para uma Assembleia Geral no dia 14 de abril/93, às 15:00 horas. Serão discutidos os seguintes pontos de pauta: 1) Informes da Coordenação Nacional e Local; 2) Avaliação do movimento; 3) Organização da Coordenação; 4) Encaminhamentos.

### Reunião do GT-Verbas

Realizou-se, nos dias 27 e 28 de março de 1993, na Universidade São Paulo - USP, uma reunião do GT-Verbas da ANDES-SN. Na pauta da reunião constou os seguintes pontos: Verbas e Revisão Constitucional; Piso Salarial, entre outros assuntos.

Estiveram presentes os professores Carlos Antonio Cabral dos Santos - representando a ADUFPB-JP/SSind, Jonas, da ADUSC-SC e Américo Kerr da ADUSP-SP. Estamos aguardando o relatório da reunião.

### Plenária Estadual da CUT/PB

Ocorreu em João Pessoa no dia 06 de abril de 1993, no Auditório do SINTESPB/UFPB, a Plenária Estadual da CUT/PB, que deliberou sobre a seguinte pauta:

1. Informes; 2. Avaliação de conjuntura; 3. Campanha da CUT; 4. Recadastramento das entidades filiadas; 5. Democratização da gestão do serviço público. 6. A questão da DRT e a posição da CUT.

# ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 28 de Abril de 1993. Nº 02

## Mobilização já!

Muitas incertezas neste final de mês. Vão sair os 84,32% para todos? Vai haver greve geral em maio?

Muitas reuniões tentam dar uma resposta a esta questão, inclusive a Assembléia dos docentes da UFPB, em 28/04.

Alguns pontos para essa reflexão:

1. A política do governo Itamar é a mesma: o "plano de governo", apresentado com estardalhaço no sábado, 24/04/93, é mera reafirmação do que vem sendo implementado: privatizações, recessão, achatamento salarial.

2. Não temos uma política salarial. A paralisação nacional do dia 14 de abril, expressiva em muitos Estados, inclusive aqui na Paraíba, não conseguiu sensibilizar o governo para uma resposta concreta: **NÃO HÁ RESPOSTA DE ITAMAR SOBRE NOSSAS REIVINDICAÇÕES;**

3. Estão sendo encaminhadas as propostas da última reunião do CONSUNI sobre os 84,32% e as respostas até agora recebidas do governo são evasivas (*vide* Audiência com a Ministra Erundina).

Isto tudo aponta para a necessidade de uma mobilização mais firme por parte dos docentes; os informes da última reunião do Setor das Instituições de Ensino Superior (IFES) da ANDES-SN (23/04/93) mostram, entretanto, que a mobilização desejada ainda está distante;

Ou damos um salto de qualidade, ampliando nossa mobilização, nossas discussões, aprofundando nosso posicionamento sobre questões cruciais (LDB, Lei de Patentes, Carreira), ou ...

Cabe à categoria decidir.

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

*Proposta de Pauta*

## Assembléia Geral

1. Informes:
  - a) imposto sindical
  - b) recursos
  - c) LDB
2. Extensão administrativa dos 84,32%
3. Deliberações do setor das IFES e dos SPF
- 4) Encaminhamentos

28 abril 1993  
9:00h Aud. Reitoria

## Proposta de Calendário:

- dia 29/04, quinta-feira - 9:00h, CG  
Reunião Conselho Consultivo das ADs/SSind/UFPB  
Pauta: Indicativo de Greve.
- dia 30, sexta-feira - ADUF  
Reunião do Conselho de Representantes  
Pauta: Indicativo de Greve
- dia 3/05, segunda-feira, 9:00 - ADUF  
Reunião Diretoria Executiva  
dia 4/05, terça-feira,  
**DIA NACIONAL DE LUTA**  
*Paralisação conjunta de Estudantes,  
funcionários e professores*
- dia 05/05, quarta-feira  
Reuniões por Centros  
Pauta: Indicativo de Greve
- dia 6, quinta-feira, 9:00h  
Assembléia Geral  
Pauta: Indicativo de Greve

## Política Educacional

No XII Congresso da ANDES-SN, quatro deliberações resultaram em encaminhamentos para os trabalhos do GTPE.

1. Continuar o trabalho de acompanhamento da tramitação dos projetos de LDB. Nesta semana devem ser votados os últimos artigos sobrestados, agora com a participação do PDF, que voltou a integrar a Comissão Pluripartidária de Educação.

2. Desenvolver estudos e debates sobre Educação e Trabalho, Universidade, ensino fundamental e ensino médio.

O GT local elegeu como tema a merecer especial atenção o *papel das IES públicas na formação de docentes para o ensino fundamental e médio*, com vistas ao estabelecimento de diretrizes orientadoras da ação sindical.

Uma segunda linha de ação trata da *articulação entre os três graus de ensino, da responsabilidade das IES para com os 1º e 2º graus* e o problema de *formação* dos demais profissionais de educação.

A implantação destas linhas de ação significa que o GT local deverá não somente viabilizar a reorganização do Fórum Estadual da Educação, mas igualmente proceder à reflexão conjunta, com as demais entidades, a respeito dos problemas e alternativas de encaminhamento para o ensino fundamental, médio e superior, conforme diretrizes apontadas na LDB

Reunido em 23/04, o GTPE local aprovou texto elaborado pelo Prof. Alexandre Náder - "Política Educacional e Revisão Constitucional" - como contribuição à discussão do tema na próxima reunião do GTPE em Brasília, nos dias 1 e 2 e 3 de maio de 1993, para a qual foi indicado o Prof. Jamacy das Costa Almeida, diretor de Política Educacional da ADUFPB-JP/SSind - como representante do GTPE local.

### Eixos da política educacional

No momento e, com maior ênfase ainda, nos próximos meses, teremos que nos manter alertas e nos engajarmos decididamente na defesa da Escola Pública, Gratuita e de Qualidade. O embate está se dando e se dará em torno dos seguintes eixos de discussão:

1. aprovação da LDB - Projeto 1258-A, que defendemos em contraposição ao Projeto Darcy Riberio;
2. Universidade e ensino fundamental;
3. Plano Nacional de Capacitação Docente;
4. Avaliação institucional e avaliação do desempenho docente e
5. Revisão Constitucional.

## Reunião do GT-Verbas

Realizou-se, nos dias 27 e 28 de março de 1993, na Universidade de São Paulo - USP, uma reunião do GTVerbas da ANDES-SN. Na pauta da reunião constaram os seguintes pontos: Verbas e Revisão Constitucional; Piso Salarial, entre outros assuntos.

Estiveram presentes os professores Carlos Antonio Cabral dos Santos, representando a ADUFPB-JP/SSind, Jonas, da APUFSC e Américo Kerr, da ADUSP.

O número reduzido de participantes prejudicou as discussões dos temas da pauta. Inicialmente, era pretensão do coordenador analisar as verbas destinadas para: Educação, Saúde, Previdência, Dívida Pública, Juros, Salário Mínimo, Piso Salarial, Ciência e Tecnologia.

Os trabalhos ficaram limitados à análise das verbas destinadas à Educação e Ciência e Tecnologia, atendidas pelos artigos que se estendem do 205 ao 218 da Constituição Federal. Durante o sábado, foram lidos os artigos acima destacados, com a preocupação de preservar a redação atual para aqueles que se considera satisfatórios e sugerir modificações para aqueles considerados insatisfatórios aos interesses populares ou os artigos que não apresentam clareza na sua redação. No domingo, foi feita uma discussão a partir da leitura do sábado. Segundo o Professor Américo Kerr, é necessário ainda uma nova reunião até o dia 30 de abril, onde se possa avançar nas discussões no sentido de se obter uma proposta consolidada para que a ANDES-SN participe e intervenha no processo da reforma constitucional.

*(Relatório do representante do GTVerbas da ADUFPB-JP/SSind, prof. Carlos Antonio Cabral dos Santos)*

### CARREIRA

A última reunião do GTCarreira, ocorrida em 19/04/93 em São Paulo deliberou como prioridade de seus trabalhos a elaboração de um Plano Nacional de Capacitação. Estão do solicitadas às ADs informações relativas a:

- 1) programas de pós-graduação existentes (graus, áreas, número de docentes e vagas anuais);
- 2) número total de docentes com dados acerca de idade, sexo, qualificação e tempo de serviço.

A ADUFPB-JP/SSind precisa retomar seu GT Carreira local para intervir neste processo.

## Reunião do Setor das IFES

23 e 24/03/93

### Relatório

*ADs que estiveram presentes:* 30 - ADUA, ADUFPA, APRUMA, ADUFPI, ADUFC, ADUFPB-JP, ADUFPB-CG, ADURN, ADUFC, ADUFERPE, ADUFEPE, ADUFS, ADUFMAT, ADUFAL, APUB, ADUnB, ADUFG, ADUFMS, ADUFU, ADCEFET-MG, ASPUV, ADUFES, ADUFRJ, APUFSC, APUFPR, ADUFRGS, ADUFPeI, SEDUFMS, ADUFF, ADUR-RJ.

*Pela manutenção do Indicativo de Greve:* 14 ADs - APRUMA, APUFSC, ADUFPB-JP, ADEFECET-MG, APUFPR, ADUFF, ADUFC, ADUFRGS, APUB, ADUR-RJ, ADUR-RJ, ADUFERPE, ADUFOP, APES-JF.

*Não deliberaram sobre indicativo:* 11 ADs - ADUFPA, ADUFEPE, ADUA, SEDUFMS, ADUFRJ, ADUFSCar, ADUFS, ADUFU, ADURN, ADUFPeI, ASPUV.

*Não realizaram Assembléia:* 4 ADs - ADUFES, ADUnB, ADUFMAT, ADUFPI.

*Contrárias ao indicativo de greve:* 2 ADs - ADUFAL, ADUFMS.

Após avaliação de conjuntura e do quadro nacional foi encaminhada a votação que apresentou o seguinte resultado:

*Manutenção do indicativo de greve:* 16 ADs

*Contra a manutenção do indicativo:* 2 ADs

*Abstenções:* 10 ADs.

#### Proposta de data:

1. 1ª quinzena de maio - 15 votos

2. 1ª quinzena de junho - 01 voto

- Abstenções: 11 votos.

#### Data dentro da 1ª quinzena:

13/05 - 14 votos

abstenções - 13 votos.

#### Calendário aprovado no Setor:

- de 03 a 07/05 - Rodada de AGs

- 04/05 - Paralisação proposta pela UNE contra o reajuste das mensalidades e pelo ensino público

- 10/05 - Reunião do Setor.

#### A Plenária Nacional dos SPF

de 24 e 25/04 deliberou

1. deflagrar a greve nacional em 13 de maio;

2. incorporar o dia 04/05, DIA NACIONAL DE LUTA - com paralisação, proposta da UNE, do seu calendário de mobilização.

## Pauta Emergencial aprovada na última AG

1. Política salarial - com reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação;

2. Isonomia - unificação dos percentuais das gratificações entre os três poderes pelo maior valor com incorporação imediata;

3. Recomposição do poder aquisitivo - todas as perdas salariais de março/90 a março/93.

4. Anistia a todos os trabalhadores sindicalistas ou não, punidos com o corte de ponto ou demissão por participação em movimentos reivindicatórios;

5. Liberação imediata do FGTS;

6. Negociação imediata para o pagamento das perdas salariais decorrentes de planos econômicos (de 1987 a 1990) e da diferença aos servidores militares (45% em out/90) e conseqüente incorporação desses índices à remuneração, bem como do resíduo de 5% de fev/91, com as correções incidindo sobre as parcelas do FGTS.

Eixos referentes à execução de políticas sociais:

1) LDB; 2) Lei de Patentes.

A pauta específica da ANDES-SN inclui ainda como eixo da pauta um Plano Nacional de Capacitação Docente.

## Parecer do MEC sobre a extensão administrativa dos 84,32%

A decisão do Reitor da Universidade Federal da Santa Maria (UFSM) - RGS, de adotar medidas administrativas para incluir em folha de pagamento de janeiro de 1993 o percentual de 84,32%, referente ao IPC de março de 1990, para todos os servidores daquela Instituição, visando resgatar o preceito da autonomia universitária e preservar a isonomia salarial, foi refutada pela Assessoria Jurídica do MEC-SESU, com base em decretos e pareceres diversos, concluindo "não ser possível a extensão administrativa das decisões judiciais por mero ato administrativo do Reitor da UFSM, por falta de amparo legal, devendo este Ministério, através de seu titular, providenciar a nulidade de tal ato, caso ele exista".

Na página seguinte reproduzimos correspondência do Magnífico Reitor da UFPB, Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo, ao Ministro da Educação, Murílio Hingel.



Ofício R/GR/Nº 214/93

João Pessoa, 27 de abril de 1993

DO: Reitor da Universidade Federal da Paraíba  
AO: Exmº Sr. Prof. Murillo de Avellar Hingel  
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Senhor Ministro,

Agradeço a atenção de Vossa Excelência pela pronta resposta aos nossos esforços em obter audiência em função das dificuldades que ora enfrentamos no âmbito do nosso quadro funcional.

Embora lamente o seu adiamento, reafirmo o meu interesse em sermos recebidos em seu gabinete na próxima segunda-feira, 03 de maio.

Peco, agora, a atenção de Vossa Excelência para os fatos que passo a expor, esperando, com isto, contribuir para uma maior compreensão das dificuldades ora atravessadas por esta Universidade.

A UFPB encontra-se hoje com três dos seus campi em greve. A quebra da isonomia, em função das diversas ações judiciais, tem gerado um clima de revolta entre docentes e servidores técnico-administrativos.

Cerca de 1.880 servidores (docentes, técnico-administrativos, inativos e pensionistas) recebem nos seus contracheques o adicional de 84,32% por força de decisões judiciais, enquanto cerca de 8.880 não o recebem.

O Conselho Universitário da UFPB, preocupado com a gravidade da situação, decidiu, em reunião do último dia 13 de abril, aprovar estudo feito por uma Comissão indicada por esse próprio Conselho, por entender que "existem argumentos de natureza jurídica capazes de dar o necessário suporte legal a uma decisão do Reitor, favorável ao atendimento da demanda dos servidores da UFPB pela recuperação dos seus 84,32% de perdas salariais.

"Para implementar tal decisão", prossegue o documento, "o Reitor, inicialmente, tem que autorizar a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) a dar fiel cumprimento à decisão judicial que mandou 'proceder a incorporação do percentual de 84,32% relativo ao IPC de março de 1990 nos vencimentos dos substituídos relacionados às fls. 38/70...'. Somente dessa maneira estar-se-á corrigindo o equívoco que vem sendo prati-

cado, com a implantação dos efeitos daquela decisão sob o título de 'decisão judicial (84,32%)'.

Acatada, na íntegra, como aqui se propõe, o teor legalmente mandatário daquela decisão judicial, que se referiu apenas aos professores do Campus I da UFPB, e que nos seus efeitos financeiros inclusive já é fato consumado, fica configurada a quebra da isonomia salarial. Estabelecendo-se, assim, o descumprimento ao que estabeleceu o Artigo nº 39 § 1º da Constituição Federal vigente, assim como os Artigos nºs 40 e 41 da Lei nº 8.112, de 11.12.90 (Regime jurídico do Servidor Público).

"É com base nos fundamentos jurídico-legais apresentados, que esta Comissão entende que este Conselho Universitário, no cumprimento de suas atribuições definidas no Artigo nº 27, letras "r" e "z", deve autorizar ao Magnífico Reitor corrigir aquela quebra de isonomia salarial, estendendo os benefícios da recuperação dos 84,32% de perdas salariais a todos os servidores da UFPB, inclusive aos aposentados e pensionistas".

Assim é que comunico a Vossa Excelência que encaminhei hoje ao MEC a folha do mês de abril, no montante de Cr\$ 382.577.115.140,92 (trezentos e oitenta e dois bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, cento e quinze mil, cento e quarenta cruzeiros e noventa e dois centavos), com o que se estende o percentual de 84,32% a todos os servidores desta Instituição. Tal extensão representa, de fato, um acréscimo de 42% à folha que não contemplasse todos os servidores. Isto se explica pelo fato de que a média dos salários dos servidores que recebem o referido percentual é de Cr\$ 29.990.879,00 (vinte e nove milhões, novecentos e noventa mil, oitocentos e setenta e nove cruzeiros), enquanto que a média daqueles que não o recebem é de Cr\$ 13.183.615,00 (treze milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e quinze cruzeiros).

Sabedor do esforço de Vossa Excelência no sentido de buscar a adequada solução para um problema que transtorna por completo os esforços para que esta UFPB caminhe em direção dos seus verdadeiros objetivos, agradeço, desde já, sua compreensão enquanto subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
Nerealdo Pinheiro de Azevêdo  
REITOR

## Lei de Patentes

*A "Lei de Patentes", objeto de discussões na imprensa e cuja votação está prevista para este final de mês (28/04/92), foi tema da audiência pública realizada no Congresso Nacional no dia 13 de abril de 1993. O Presidente da ANDES-SN, Prof. Márcio Antonio de Oliveira, apresentou uma reflexão crítica sobre o impacto desse projeto na produção científica das Universidades brasileiras e os inimagináveis prejuízos impostos ao desenvolvimento nacional. Reproduzimos abaixo o discurso do Prof. Márcio.*

Senhores congressistas,

O Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN vem a este *forum* para participar de um debate que envolve todas as universidades deste país e mais ainda a definição de uma política com enormes repercussões na produção da ciência e da tecnologia. O assunto é de extrema importância e é preciso que seja definida numa interação dinâmica entre a sociedade e o poder legislativo.

A universidade pública brasileira (com raríssimas exceções) é o *locus* privilegiado da produção do conhecimento sistematizado e científico através da pesquisa financiada pela sociedade, através das verbas públicas canalizadas pelo Estado, seja em forma de bolsas, seja em forma de investimentos em laboratórios ou em manutenção de equipamentos.

Esta produção hoje está aquém do potencial real da Universidade, limitada, estrangulada pela falta de condições, pelo sucateamento a que foi levada pela política neoliberal dos últimos anos. As verbas foram minguadas, a reparação de equipamentos desleixada e renovação quase nenhuma num mundo onde a velocidade tecnológica atingiu índices incalculáveis. A evasão de pesquisadores dos centros de pesquisa e ensino se torna dramática em alguns lugares, comprometendo o futuro desse país. Disparamos ainda de um patrimônio significativo de recursos humanos e de massa crítica capaz de produzir insumos significativos para a ciência e a tecnologia e é nessa universidade pública que se produz o conhecimento de interesse público voltado para as grandes questões nacionais e da maioria de nosso povo. Assim, a universidade se insere no dever de estar a serviço de toda a sociedade.

A universidade deve, pois, estar em interação com todos os segmentos da sociedade, inclusive o empresarial, mas de forma autônoma e de acordo com um projeto social definido pelo interesse público nacional acima dos particularismos dos grupos que desejam privatizar o Estado, acima dos corporativismos. Ela não deve ser determinada pela lógica do mercado ou do lucro privado que a levará certamente à subserviência ao capital internacional que pretende deter o monopólio do conhecimento de novos processos produtivos.

Os processos produtivos modernos incorporam cada vez mais ciência e conhecimento, tornando-se obsoletas as formas de produção advindas da revolução industrial do século XIX pelo avanço tecnológico, pela necessidade de respeito ao meio ambiente e uso de novas formas de energia.

É preciso que o país defina uma política de ciência e tecnologia nesse novo contexto internacional. O sucateamento da universidade resulta da ausência de uma política de defesa do interesse público no âmbito da ciência e da tecnologia da qual deve decorrer a regulamentação da propriedade industrial.

O que estamos precisando é o inverso. A regulamentação da propriedade industrial é que está servindo de pretexto para se definir a política de ciência e tecnologia para se atrelar a produção do conhecimento a uma determinada linha política. E quais são os pressupostos desta linha? Trata-se de reduzir a universidade brasileira ao consumo de produtos feitos alhures? Queremos reduzir a universidade a mera repetidora de saberes e ainda assumindo o pagamento de *royalties* para isto? Queremos vir um dia a pagar pelo que já sabemos por não termos condições de desenvolver esse mesmo saber?

A aprovação do projeto que está aí implica uma política de submissão e de atrelamento aos interesses das empresas transnacionais, ao governo norte-americano, e portanto, uma linha de capitulação aos interesses hegemônicos do capital nessa feroz guerra comercial do mundo contemporâneo que busca reservas de mercado através do domínio da tecnologia. Assim estaremos definindo uma política para o país com parâmetros externos, e contrariamente ao interesse público nacional alijaremos do processo aqueles que hoje fazem no país a produção de conhecimento. Essa política precisa dar prioridade a nosso desenvolvimento real, autônomo, ecológico e socialmente sustentado e sem que se percam os padrões internacionais de qualidade. O intercâmbio de informações, propiciado pelas novas técnicas de comunicação, permite uma constante atualização dos pesquisadores brasileiros.

Senhores congressistas,

Não podemos ser açodados na deliberação sobre este projeto. A interação entre o legislativo e a sociedade já é uma conquista do processo democrático que levou ao *impeachment* do ex-presidente.

Exemplo desse avanço democrático é o processo participativo que vem resultando na discussão e aprovação na Câmara dos Deputados da nova LDB.

Temos que prosseguir na trilha da democratização da Sociedade e das instituições nacionais. Não podemos ceder ao canto da sereia de uma pseudo modernidade, fruto da proposta neoliberal.

A regulamentação da propriedade industrial deve se constituir em processo que respeite a complexidade da questão. Exigimos a preservação da liberdade no uso do conhecimento, a afirmação da superioridade do interesse público sobre o interesse privado; exigimos a participação da sociedade, o desenvolvimento de nossas condições de produção científica e tecnológica. Isto sim é a modernidade que defendemos em nome dos 130 mil docentes das Instituições de Ensino Superior deste país.

Confiamos no espírito democrático, voltado para os interesses nacionais, dos senhores congressistas.

É preciso definir uma política de ciência e tecnologia que leve à construção de uma sociedade justa e digna.

Brasília, 13 de abril de 1993

Márcio Antônio de Oliveira - Presidente da ANDES-SN

*Discurso proferido na audiência pública realizada no Congresso Nacional.*

## Movimento Financeiro

Devido a falhã, estamos publicando de novo o movimento financeiro da ADUFPB-JP, no período de 18.11.92 a 28.02.93.

<u>RECEITAS</u>	<u>DESPESAS</u>
Saldo anterior ..... 5.515.546,47	Viagens, diárias e Ajuda custos.... 50.779.400,00
Contribuições de sócios ..... 480.468.479,22	Refeições e lanches ..... 5.286.200,00
Receitas Financeiras..... 23.425.709,51	Impressos e Material Expediente.. 40.881.434,80
	Serviços de Terceiros ..... 81.466.250,00
	Contribuições e doações ..... 61.431.044,97
	Comunicações..... 7.482.756,00
	Material Máquina Copiadora ..... 15.120.719,16
	Cópias e reproduções ..... 2.053.000,00
	Publicações de notas ..... 6.000.000,00
	Despesas de cantina ..... 6.881.325,00
	Despesas Cartório e Judicial..... 62.000,00
	Despesas de Conservação..... 4.836.425,00
	Combustíveis ..... 273.829,00
	Jornais e revistas..... 1.098.000,00
	Despesas Financeiras ..... 13.000,00
	Pessoal..... 136.942.228,00
	Diversos..... 5.386.000,00
	<b>SALDO EM 01.03.93 ..... 83.416.123,27</b>
<b>TOTAL ..... 509.409.735,20</b>	<b>..... 509.409.735,20</b>

## Receita Extra

Apresentamos a seguir as quantias disponíveis (hoje) em nome da ADUFPB-JP/SSind.

Imposto Sindical.....	312.963.320,00
Fundo de Greve.....	238.418.219,00
FGTS.....	287.211.783,00
84,32%.....	1.694.673.496,00

A Diretoria da ADUFPB-JP/SSind está preparando um plano de utilização destes recursos, com exceção dos provenientes do Imposto Sindical, que será apresentado futuramente numa Assembléia.

## Conselho Consultivo

Em defesa da extensão administrativa dos 84,32% aos seus salários, os professores dos campi de Campina Grande, Areia, Bananeiras, Souza e Cajazeiras paralisaram suas atividades.

No dia 25/04/93, o Conselho Consultivo das ADs/SSind da UFPB, reuniu-se em Campina Grande com o objetivo de sistematizar a intervenção conjunta dessas entidades na audiência com o Ministro de Educação sobre a extensão administrativa dos 84,32%. Dessa audiência, com data de realização para a próxima 2ª feira, 3/5/93, participarão também o Reitor e o Vice-Reitor, assim como o SINTESPB.



Reinaldo Pedroso

**Audiência com a Ministra Luiza Erundina**  
**Dia 13 de abril de 1993 - 15:00h**  
*Relatório*

Audiência solicitada, via parlamentares da bancada federal paraibana, pela ADUFPB-CG/SSind à Secretária da Administração Federal.

Objeto da audiência: comunicação da greve deflagrada em função da reivindicação de extensão do pagamento do adicional de 84,32% aos vencimentos e proventos dos docentes da base da ADUFPB-CG/SSind, uma vez que nossos colegas da UFPB - Campus I (representados pela ADUFPB-JP/SSind), como todos já foram informados, têm desde fevereiro/93 este ganho judicial incorporado aos vencimentos/proventos.

Presentes: ANDES-SN - Silvio Frank Alem, Josevaldo Cunha; ADUFPB-CG/SSind - Maria do Socorro Pereira; Pró-Reitor de Planejamento da UFPB, Natanael Rohr da Silva; SAF, Ministra Luiza Erundina, Secretário Paulo Sandroni; Dep. Federal Ivandro Cunha Lima.

O Senador Humberto Lucena telefonou à Ministra afirmando sua solidariedade à reivindicação dos docentes da UFPB. Durante a audiência, clima cordial. Exposta pelos reivindicantes a situação, inclusive quanto às dificuldades administrativas geradas pela enorme insatisfação reinante nos *campi* de base da ADUFPB-CG/SSind, a Ministra - recomendada por seu secretário - fez questão de afirmar não poder acenar com medida administrativa capaz de solucionar a questão - uma vez que se trataria de "mais uma" entre muitas situações semelhantes, derivadas da quebra de isonomia/ações judiciais relativas às perdas salariais provocadas pelos diversos Planos Econômicos dos governos

Sarney/Collor. Referiu-se às greves de servidores do Ministério da Agricultura, Polícia Federal, perspectiva de greve do conjunto dos SPF etc.

Os objetivos perseguidos pela SAF seriam: estabelecer uma política salarial para os SPF, a "médio prazo"; evitar novas perdas salariais. Indagada sobre os passivos trabalhistas já existentes, disse que são "impagáveis", como dizia o Magri". Só para 1994 poder-se-á esperar alguma recuperação salarial, dadas as condições do Tesouro/Orçamento aprovado para 1993.

Reconhece a justeza das reivindicações, mas não acena com qualquer possibilidade de solução - "não seria justo criar expectativas".

Os representantes da ANDES-SN, da ADUFPB-CG/SSind, da Administração da UFPB, argumentaram na direção da cobrança de soluções com base na pauta de reivindicações geral dos SPF, dos docentes das IFES, das deliberações da AG que deflagrou a greve em Campina Grande e demais *campi* da base da AD/SSind, dos problemas administrativos criados pela quebra da isonomia numa mesma IFES, inclusive quanto à não percepção da vantagem por parte dos servidores técnico-administrativos.

Audiência com o Ministro Maurílio H'ngel está sendo agendada para os dias 14 ou 15, a propósito da mesma questão.

*Em tempo:* O pró-Reitor referido compareceu por solicitação da AG/CG.

*(Relator: Silvio Frank Alem, Secretário Geral da ANDES-SN)*

## Moção

Os docentes do Campus I, reunidos em Assembléia Geral no dia 14 de abril de 1993, considerando que o pagamento dos 84,32% a parte dos professores deste *campus* cria uma situação anômala no interior da Universidade Federal da Paraíba pois professores deste *campus*, professores de outros *campi* e servidores técnico-administrativos desta instituição não estão contemplados com o ganho;

considerando que há uma clara quebra da isonomia salarial, princípio assegurado constitucionalmente;

considerando que este direito, usurpado de todos os servidores públicos em março de 1990, pelo Plano Collor I, deve ser imediatamente restaurado,

vem manifestar seu engajamento na luta de todos os servidores públicos pela recuperação das perdas salariais e, no caso concreto da UFPB, apoio à luta pela extensão administrativa dos 84,32%, solidarizando-se com os docentes de Campina Grande, atualmente em greve.

João Pessoa, 14 de abril de 1993.  
 Assembléia Geral dos Docentes  
 Campus I - UFPB

## Informes sobre Ações Judiciais

### I. PLANO COLLOR (84,32%)

1. Incorporado em 02/93;  
2. Foi solicitado à UFPB o cálculo das parcelas vencidas de 04/90 a 01/93 para apresentarmos o *PRECATÓRIO*, que deverá ser encaminhado na proposta orçamentária de 1994 até 01 de julho de 1993.

### II. BRESSER I (26,06%), até a data-base (06/87 a 12/87).

1. A Justiça reconheceu nosso ganho somente no período de 06/87 a 12/87, sem incorporação;  
2. O cálculo do atrasado será fornecido pela UFPB, para, como no caso do Plano Collor I, ser incluído no orçamento /94.

### III. URPs de abril e maio/88 (16,19%)

1. Não foi ganha a incorporação, mas tão somente o direito aos atrasados;  
2. A UFPB recorreu ao TST. Extraímos Carta de Sentença para início dos cálculos, no período de abril a outubro/88, após a apresentação da variação salarial pela UFPB.

### IV. URPs de fevereiro/89 (26,05)

1. Ganhamos parcialmente na Junta (1ª Instância), e foi limitada à data-base, ou seja, de fevereiro a dez/92;  
2. Ambas as partes recorreram ao TRT (2ª Instância);  
2.1. a ADUF, visando a incorporação;  
2.2. a UFPB visando o não pagamento;  
3. Ambos os recursos encontram dificuldade. O recurso da ADUF, porque há entendimento de que a URp "é mera antecipação salarial compensável na data-base"; o recurso da UFPB, porque o entendimento do próprio TST é de que a URp, com limitação à data-base, "é direito adquirido";  
4. Possivelmente não recorreremos da decisão do TRT, salvo se for admitido o recurso da UFPB para o TST.

V. GNS (Gratificação de Nível Superior) - O recurso da ADUFPB-JP/SSind encontra-se no TST sem previsão de julgamento.

## F G T S

Mandado nº 92.0003597-3

A CEF foi comunicada sobre a sentença do Mandado de Segurança nº 92.0003597-3. Solicitamos aos professores, abaixo relacionados, que ainda não preencheram o formulário, ou não trouxeram os documentos, ou não assinaram a autorização de desconto de percentual para receber o FGTS, que compareçam com urgência à sede da ADUFPB-JP/SSind:

Aderson de Figueiredo Diniz  
Alberto de Matos Maia  
Alfredo Bezerra de Souza  
Ana Glória da Silva Marinho  
Antônio Batista Guedes  
Antônio de Mello Villar  
Antônio Sérgio C. de Menezes  
Cláudio Cardoso de Paiva  
Eliane Pires de Albuquerque  
Epitácio Pinto Vidal  
Ernani Sartori  
Eugênia Mª Carneiro de Carvalho  
Florismá Gomes de Melo  
Francisca Belarmino Porto  
Ibaney Chasin  
Ivo Ferreira Brito

José de Ribamar Ribeiro  
José Felício da Silva  
José Flávio da Silva  
José Raimundo de Lima  
José Régis Botelho  
Lusia Sinval Pinto  
Manoel Ferreira Alves  
Maria da Penha M. Costa Dantas  
Myrian Ciarlini M. de Souza  
Myrtes de Aguiar Macêdo  
Otaviana Maroja Jales Costa  
Rogério Moreira de Almeida  
Romualdo Campos da Fonseca  
Silvino Pedrosa Espinola  
Sylvia de Souza e S. R. Coutinho  
Vera Esther Jandir da C. Ireland

### FGTS - CONTAS INATIVAS

A Lei nº 8.036, de 11.05.90, libera a partir de maio as contas de FGTS que estiveram sem depósito por três anos. Estas contas são liberadas automaticamente e o governo vem definindo como se dará esta liberação. ENTRETANTO, para os docentes celetistas que pela Lei 8112/90 (RJU) foram transpostos para estatutários, a sua conta no FGTS só se configura como inativa a partir de janeiro/94. Até lá continua a necessidade, para liberar o FGTS, de ação judicial.

### REGIONAL NORDESTE II

Nos dias 17 e 18/04/93, houve reunião da Regional Nordeste II da ANDES-SN, no Recife, e contou com a presença da ADUFPB-CG, ADURN, ADUCAPE, ADUFPB-JP (Socorro, Claudet e Giovanni). Foi avaliada a situação da Regional, aprovado um Plano de Trabalho para julho e encaminhadas as deliberações do XII Congresso da ANDES-SN.

# ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 13 de Maio de 1993. Nº 03

## GREVE GERAL

O mais recente escândalo da República não poderia ser diferente, mais um vez tem um figurão do poder no Centro de episódio: o senhor Ministro da Fazenda, Eliseu Resende. Suspeito de favorecimento à empreiteira Noberto Odebrecht. Ora, estranhar o que? O Sr. Ministro nunca foi um bom exemplo de como administrar recursos públicos. Sua biografia é reconhecidamente suspeita.

Esse episódio compromete o discurso do Sr. Presidente Itamar Franco que aos poucos mostra sua face. No governo, suspeição de corrupção, crises ministeriais etc. Aos caloteiros, empréstimos e anistia, parcelamento dos débitos fiscais. Aos trabalhadores, promessas, arrocho salarial, desemprego. À especulação, bastante incentivo.

Nada de enfrentamento com as classes dominantes, FMI, banqueiros internacionais e nacionais.

É mais um governo a serviço das elites.

A manutenção da política neoliberal é evidente. Continua o desmantelamento dos serviços públicos. A consequência é a calamidade nos serviços públicos. Faltam condições de trabalho, recursos humanos e materiais para garantir à população o mínimo de segurança em termos sociais.

Para os servidores federais, transfere-se o ônus da péssima qualidade dos serviços prestados à população. Campanhas na mídia de desvalorização da categoria. Nada de investimentos em setores essenciais: saúde, educação, moradia, saneamento básico, estradas. Nada de uma política de formação de recursos humanos. Somente o ônus.

Para reverter tal quadro, não bastam medidas paliativas como cestas básicas de alimentação, merenda escolar, distribuição de leite (Programa

desmoralizados pela manipulação dos caciques políticos e oligarquias) e nem declaração de boas intenções.

É necessária decisão política que os governos, comprometido com interesses confessos e não confessos, não toma, beneficiando uma minoria.

Os servidores federais, em particular, há anos lutam por uma política de valorização dos serviços públicos. Suas entidades representativas levam, aos sucessivos governos, propostas de melhoria e aperfeiçoamento para o pessoal e de melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade. O governo monta a mesa somente para "explicar" porque não pode atender às reivindicações da categoria. Ignorando as idéias e sugestões debatidos no seio da categoria.

Estamos indo à greve como ação para sermos ouvidos. A situação atual é de discriminação. Seja entre públicos e privados, seja entre os três poderes da Nação. Tanto desrespeito e desconsideração merece uma ação efetiva: GREVE.

Aos companheiros um chamado. Vamos intensificar a mobilização, preparar nossas ações. Já sabemos, sem luta, sem pressão e sem mobilização somos fracos e não somos ouvidos. Portanto, cada um de nós, tem a responsabilidade de debater com nossos companheiros a importância do movimento para a categoria. Todos na construção da greve.

Apenas dessa forma, pode-se pensar nas conquistas. No atendimento de nossas reivindicações: política de valorização para o setor público, contra as privatizações, recuperação das perdas salariais e solução para os passivos trabalhistas e, principalmente, uma política salarial com reajustes mensais e isonomia, imediata liberação do FGTS para os servidores públicos.

A unidade e luta dos trabalhadores pode modificar a economia e a política em favor da maioria do povo. Unidos vamos à luta.

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

*13 - quinta-feira*

**ASSEMBLÉIA GERAL**

*9:00h - Aud. Reitoria*

*Pauta:*

*Deflagração ou não de  
Greve*

## Avaliação nacional

A política neoliberal implantada no País pelo Governo Collor e continuada no Governo Itamar não tem nenhum interesse em atender as necessidades básicas da classe trabalhadora, e, muito em particular, visa desqualificar e destruir os serviços e servidores públicos.

A inexistência de uma política salarial reafirma o descaso deste governo para com os servidores públicos federais. A política salarial para os trabalhadores do setor privado só se tornou realidade face às pressões e organização da categoria.

Hoje, a situação salarial dos SPFs está extremamente agravada. Os salários valem cerca de 30% dos valores percebidos no início do governo Collor. O governo utiliza a política de reajustes parciais e aleatórios, concedidos em períodos estratégicos para tentar provocar a desmobilização da categoria. Acrescente-se ainda que, um outro instrumento, a chamada "Isonomia", nada mais fez que aumentar as distorções entre os diversos segmentos dos SPFs, privilegiando e mais uma vez tentando desmobilizar categorias específicas.

Diante deste quadro, a luta por uma política salarial comum ao conjunto dos trabalhadores, bem como a luta por uma isonomia real com base em salários e não em gratificações, impõe-se aos SPFs como uma forma de garantir a recuperação do poder aquisitivo dos salários e superar as inaceitáveis diferenças hoje vigentes. A luta por melhoria salarial não deverá ser resolvida individualmente por esta ou aquela categoria, muito menos pela via jurídica. As diversas ações trabalhistas já em curso, utilizadas como alternativa para corrigir o descalabro salarial, têm provocado uma progressiva e constante quebra da isonomia, constituindo-se como mais uma forma de romper com a unidade do movimento dos SPFs.

A conquista de uma política salarial é absolutamente emergencial e oportuna. Esta discussão está ocorrendo no Congresso Nacional para o conjunto dos trabalhadores. Entretanto o governo mantém a intransigente posição de excluir os SPFs desta e de qualquer outra política.

Por outro lado, o argumento utilizado pelo governo para o não estabelecimento de uma política salarial para os SPFs é uma falácia. Embora o

governo procure mostrar, com apoio da grande imprensa, que não existem recursos disponíveis, os dados apresentados pelo Jornal Tribuna da Imprensa - RJ - de maio do corrente ano, demonstram nitidamente o contrário: a folha de pagamento dos servidores representa apenas cerca de 20% no Orçamento, incluindo os reajustes concedidos até o momento. Em decorrência deste quadro é que, em outubro de 1992, a ANDES-SN protocolou no MEC a pauta de reivindicações específicas da categoria docente, e em dezembro/92 junto com as outras categorias dos SPFs protocolou na SAF a pauta geral de reivindicações do funcionalismo público federal. A partir de então, a ANDES-SN e a Coordenação dos SPFs tentaram insistentemente abrir negociações com o governo, não obtendo qualquer êxito.

Na reunião do setor das federais de fevereiro/93 e no XII Congresso, devido a não alteração do quadro de negociações, a ANDES-SN já sinalizava com a necessidade de construção de uma greve nacional. A nossa história de luta nos impunha, então, o compromisso político de trabalhar na sua construção. A mobilização se fazia necessária.

A resposta veio rápida. A reunião do setor das IFES e a Plenária dos SPFs em março apontaram um indicativo de greve para a 1ª quinzena de maio.

A postura intransigente do governo insistindo em manter sua política econômica recessiva e adotando uma estratégia de "reajuste conta-gotas" em momentos decisivos, com o objetivo de desmobilizar os SPFs, não deu certo. As AGs de docentes realizadas entre 03 e 07 de maio, reconhecendo o caráter inadiável da greve, responderam positivamente, em sua grande maioria, aprovando a manutenção do indicativo de greve para o dia 13 de maio. Na reunião realizada pelo setor das IFES no dia 10 do corrente por 23 votos a favor, 02 contra e oito abstenções, foi deflagrada a greve.

**Por uma greve unificada! Todos à luta!**

*Comissão de elaboração formada pelos delegados da  
ADCEFE-MG, ADUFPA, ADUFU, ADUFRGS,  
ADUFSCAR, ADUFERPE, ADUFPB-CG,  
Coordenação do setor das IFES.*

*Veja na última página Quadro Nacional.*

## Avaliação

Rubens Freire Ribeiro\*

O nível de mobilização ainda é baixo se comparamos a presença nas Assembléias Gerais com a do período próximo à deflagração da greve de 1991. No entanto, ele demonstra uma tendência ascendente se comparado com a situação das Assembléias Gerais logo após o Congresso de Manaus, quando o setor apontou a necessidade de intensificação da luta em busca de uma política salarial para o conjunto dos servidores públicos federais.

As dificuldades de mobilização residem em alguns aspectos que merecem destaque e análise. O primeiro é sem dúvida a chamada "política do xarope" (ou conta-gotas) iniciada por Collor e mantida por Itamar onde a cada dois ou três meses é anunciado um índice de reposição salarial de parte das perdas acumuladas no período. Este fato já foi analisado em vários instantes pelo MD. Atualmente, estamos às voltas com o boato, 97%, já desautorizado, inclusive, pela Ministra Erundina.

As ações jurídicas continuam criando expectativas entre os docentes e alguma confusão, impedindo uma avaliação correta do que elas representam dentro do MD. Estas ações foram assumidas num instante de refluxo do MD e estão dentro de uma estratégia que precisa ser retomada: a manutenção da isonomia salarial para os docentes como ponto unificador da categoria e só conquistada em 1987.

E a greve no conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPFs)? De fato, uma forma de luta que esta ADUFPB-JP/SSind já apontava em 1984, como uma maneira politicamente correta de desenvolver a organização sindical dos SPFs e onde permitiria maior capacidade de luta para os trabalhadores SPFs. A discussão do significado desta construção conjunta é incipiente no conjunto do M.D. E passa bastante como um desejo de liderança e isto é um fator complicador no processo.

Apesar das dificuldades assimiladas há indicações fortes da necessidade da entrada em GREVE JÁ, no conjunto dos SPFs.

As respostas evasivas à nossa pauta de reivindicações, protocolada desde outubro de 1992, dadas pela SAF demonstram o desinteresse do governo pelo serviço público com ênfase aos setores sociais - saúde e educação - que passam por um processo célere de terceirização.

A inexistência de uma política salarial para os SPFs, numa evidente subordinação do governo ao

FMI, tem levado a um achatamento salarial insuportável pela categoria. Só para exemplificar o Jornal do Brasil de 11/05/93 publicou, com base no DIEESE, que os trabalhadores que seguem a política salarial do governo acumulam perdas de 38% ao cabo de quatro meses e mesmo os que já estão tendo reajuste mensal perdem 32,5% no mesmo período.

Diante deste quadro, acho que não há outra alternativa não ser a GREVE JÁ. Ainda mais que o governo está num instante de fragilidade por conta do caso - Eliseu - Odebrecht e que uma política salarial só será obtida pela luta do conjunto dos SPFs.

\* Professor Departamento de Física/UFPA; representante da ADUFPB-JP/SSind na reunião do setor dos docentes das IFES da ANDES-SN, realizada em Brasília no dia 10.05.93.

### Coordenação Estadual dos SPF

A Coordenação Estadual de entidades representativas dos servidores públicos na Paraíba foi rearticulada em março e vem se reunindo semanalmente na sede da CUT, sempre a partir das 18 horas, na perspectiva de fortalecimento do movimento dos SPF e da greve indicada para o dia 13 de maio. Nesse sentido, a coordenação propõe a realização de um Assembléia de servidores federais no dia 14/05, às 15 horas no Auditório do Lyceu Paraibano, tendo como proposta de pauta a posição dos SPF na Paraíba sobre a Greve.

Entidades que aprovaram o indicativo de greve para o dia 13.05: ADUFPB-JP SINTESPB, ADEF (Associação dos Docentes da ETEPB), SINASEF (Sind. dos Funcionários da ETEPB), SINTSERV (engloba os seguintes órgãos: FNS; Ministério do Trabalho; DEFARA, DEMEC, INCRA, IBGE, DNOCS, DNER, FUNAI, LBA, ) os três últimos ainda não deliberaram sobre greve.

O SINDSPREV ainda não deliberou sobre a greve.

## Relatório

Brasília, 10 de maio de 1993

### 1. Informes Nacionais

- a) Audiência SAF (relatório encaminhado às ADs)
- b) Reunião na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados - 10.05 pela manhã

Diretor presente: Américo - foram tratados os seguintes pontos: Política Salarial e Seguridade Social.

c) Audiência com o MEC (relatório já encaminhado às ADs)

d) Informe sobre a Regional Norte - Universidade de Rondônia. Na eleição para aquela Reitoria, venceu o candidato apoiado pelo Movimento Docente. Naquele Estado a prefeitura de Porto Velho é dominada pelo PFL. A exemplo do ocorrido na Universidade Federal de Uberlândia, aquele partido decidiu interferir no processo de nomeação do Reitor eleito. Inconformado com o resultado eleitoral, montou a partir daí um processo administrativo que inclui 42 acusações à administração anterior da Universidade, a qual o candidato eleito integrava como Vice-Reitor. O MEC acatou 12 (doze) destas acusações, o que está impedindo a nomeação do reitor eleito. Concomitantemente são feitas também acusações ao 2º Vice-Presidente da Regional Norte - Adilson Siqueira de Andrade - de não cumprimento de suas responsabilidades acadêmicas.

A Diretoria da ANDES-SN está tomando as providências que o caso requer.

### 2. Pauta de reivindicações

Mais uma vez o Setor reiterou a Pauta Geral dos SPFs que têm como eixos centrais POLÍTICA SALARIAL, COM REAJUSTE MENSAL E ISONOMIA, bem como os eixos da greve das IFES junto ao MEC: ISONOMIA NAS IFES E VERBAS.

### 3. Comando de Greve dos SPFs

Como já foi definido na última Plenária Nacional dos SPFs, o CNG/SPFs é formado por dois (2) representantes das entidades nacionais que compõem a Coordenação Nacional das Entidades dos SPFs. Têm direito a voto apenas as entidades que representam as categorias que estiverem em greve. As demais têm assento no Comando Nacional como observadores. O CNG/SPFs será instalado em Brasília no dia 13.05.93.

### 4. Comando de Greve das IFES

Será instalado no dia 13 de maio de 1993, às 20:00 horas na sede da ANDES-SN. Lembramos que o Comando Nacional é integrado por um (1) delegado tirado em AGs por AD e por observadores, quantos cada AD queira enviar. Têm direito à voto os delegados das ADs em greve.

### 5. Comunicado

A Diretoria da ANDES-SN encaminhou ao MEC no dia 11 de maio a decisão de deflagração de greve, aprovada pelo setor das IFES para o dia 13 de maio. Recomenda-se que cada AD/SSind proceda de idêntica maneira em relação às Reitorias.

### 6. Recomendação

1. Reposição de aulas e dias parados. Na Assembléia de deflagração de greve, as ADs devem discutir essa questão.

2. Taxa Assistencial: recomenda-se que as ADs coloquem em discussão o pagamento de Taxa Assistencial sobre os ganhos da greve que se estendem a todos os docentes de cada IFES, sejam associados ou não ao Sindicato. O Setor encaminhará às ADs informações detalhadas sobre a tramitação legal para aprovação em AG e recolhimento desta taxa.

### 7. Outras deliberações

1. Proposta de Reunião Conjunta: ANDES-SN, FASUBRA-Sindical, ANDEF-SN, SINASEFE-SN. O setor aprovou que a ANDES-SN participe da reunião com as entidades acima, sem caráter deliberativo.

2. *Finanças Greve* - a partir da instalação do CNG será definida a contribuição semanal por AD/SSind. Lembramos que essa contribuição é paga por todas as ADs, estando ou não em greve.

3. ANDIFES: a Diretoria da ANDES-SN se reunirá com a ANDIFES para tratar dos desdobramentos da deflagração da greve.

4. UNE - a Diretoria da ANDES-SN comunicará a UNE a decisão de deflagração de greve a partir do dia 13 de maio.

Coordenação do Setor das IFES

## Grupos de Trabalho

Diversos Grupos de Trabalho precisam ser ativados. Integre-se a um dele. Inscrição na sede da ADUFPB-JP/SSind. São eles: *GTPolítica Sindical; GTSeguridade Social; GTPolítica Educacional; GTVerbas, GTCiência, Tecnologia Meio Ambiente.*

## Esclarecimentos sobre o FGTS

A decisão do STF sobre o FGTS diz respeito apenas ao reconhecimento de que a retenção dos recursos do FGTS dos ex-celetistas pelo Governo não se configura como empréstimo compulsório e que, portanto, a lei específica não precisava ser complementar. Havendo uma interpretação errada (segundo a imprensa) do real significado da decisão.

Para esclarecer o assunto o Presidente do Supremo, Sidney Sanches, em entrevista ao Jornal de Brasília, (02.05.93) esclarece o significado da decisão daquela Corte (Explicitada acima). Com relação a alegação de que o STF negou aos servidores públicos ex-celetistas o direito de sacar o FGTS o Ministro Sydney Sanches diz haver um equívoco. A questão do direito adquirido não foi objeto de consideração do Supremo. A consequência prática disso é a seguinte: *"Os celetistas que se transformaram em estatutários podem, ainda recorrer às instâncias ordinárias, aos juízes federais de primeiro grau e, depois, aos tribunais regionais federais, para decidir se têm direito ou não"*. O STF só vai se manifestar em grau de recurso extraordinário, isto é, em terceira instância. Os processos já existentes seguirão seu ritmo normal percorrendo as instâncias ordinárias.

## URGENTE:

Os professores que ganharam ações do FGTS, cujos nomes constam abaixo, por gentileza compareçam à sede da ADUFPB-JP, de 8 às 12 horas, para preencher o formulário necessário, munidos da carteira profissional e de um contracheque recente. Lembramos que a CEF tem 5 dias úteis para liberar o FGTS, depois que receber o formulários.

Mandado nº 92.005527

Astênio César Fernandes; Hertha Urquiza Baracho; Izabel Barroso Augusto da Silva; Yone Maria R. Cesar Fernandes.

Mandado nº 92.0003597-3

Antônio Batista Guedes; Eliane Pires Albuquerque; Ernani Sartori; José de Ribamar Ribeiro; José Raimundo de Lima; Manoel Ferreira Alves; Myriam Ciarlini Marinho de Souza; Silvino Pedrosa Espinola.

## Mandado - nº 92.0002346-0

Ademir Alves de Melo; Aldo Bezerra Maciel; Alexandre Henriques G. Dantas; Areobaldo Alves de Araújo; Breno Andrade de Matos; Djair Aquino de Lima; Ednaldo Dias de Barros; Eduardo Sérgio Soares Sousa; Eleonor Pontes Ribeiro de Albuquerque; Elizabeth Valdeck; Emília M<sup>o</sup> M. de Moraes; Espedito Pereira; Felix Onofre Guerra; Geraldo Targino Costa Moreira; Girlean Dória de Lucena; Gisélia Campelo Rabay; Heitor Cabral da Silva; Heliodório Honorato dos Santos; Idelette Rosette M. Fonseca dos Santos; Ignácio Tavares de Araújo; Jair Silveira; José Kehrlé; José Soares II; Lenora Costa da Silveira; Marcos Alberto Ribeiro de Barros; Maria Emília Romero de M. Henrique; Maria Helena Soares da Nóbrega Mazzo; Maria Zélia Uchôa Barbosa; Marta Cristina de O. Farias; Marta Suely Madruga; Otávio de Medeiros Batista; Ronald de Queiroz Fernandes; Rosa Maria Silva Campelo Galvão; Rosinete Ferrer Arruda; Valdemir Mendes de Pontes; Zélia M<sup>o</sup> de Almeida

## Conselho de Representantes

A função do Conselho de Representantes (CR) é de suma importância na organização sindical. O CR da ADUFPB-JP/SSind não é simplesmente um auxiliar da Diretoria. Ele é um órgão deliberativo, conforme reza o art. 19 do Regimento da ADUFPB-JP/SSind. Ao Conselho compete, entre outras atribuições, criar comissões e grupos de trabalho para realizar estudos e tarefas do interesse do sindicalista (art. 23, V), assim como fiscalizar o balanço da entidade (art. 23, IX).

É direito e dever de cada associado participar ativamente das atividades sindicais, orientando-as para o cumprimento da função sindical de representação dos interesses profissionais e trabalhistas da categoria e a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade (art. 4º).

Mobilize-se, critique e contribua com o avanço do movimento sindical. Integre o CR do seu Centro.

O Conselho de Representantes da ADUFPB-JP precisa urgentemente ser complementado. Alguns conselheiros tiveram que se afastar por terem assumido cargos de direção e chefia na administração.

Centro	nº R/S	Eleitos		Falta	
		R	S	R	S
CCHLA	08	03	01	05	07
CCEN	05	-	-	05	05
CCSA	02	01	01	02	01
CCS	10	05	07	05	03
CCJ	01	01	01	-	-
CE	03	-	-	03	03
CT	03	01	-	02	03

R - Representante; S - Suplente

## A ética do capitalismo

*Claudete C. Guedes\**

O pacote econômico do Governo Itamar não pode ser diferente. Lastreado, como devia ser, e é, pela teoria liberal e liberalizante que fundamenta toda a concepção de governo da equipe governante de turno.

É próprio desta concepção tratar as questões trabalhistas isoladas da economia. É assim que preço de dinheiro faz parte da economia; preço das matérias primas e dos produtos acabados faz parte da economia; preço do trabalho é questão social e como tal, não concerne à economia. E sendo uma questão social o preço do trabalho é tratado como um encargo para a sociedade e não como a contrapartida do aporte feito pelo trabalhador à sociedade. Assim é visto o trabalho do servidor público.

Este pacote não considerou os trabalhadores federais; não apresentou (nem sinalizou), uma política salarial, menoscabando a pauta de reivindicações apresentada pelos servidores ao governo desde novembro do ano passado. O governo faz isto por coerência. É a ética do capital que fundamenta este comportamento.

Para a equipe do governo o empresário é necessário; o banqueiro é necessário; o comerciante ou atravessador é necessário, todos denominados classes produtoras. O trabalhador, este é um mal necessário; seja ele da área privada ou pública, seja ele direta ou indiretamente produtivo. E sendo só um mal necessário pode ficar entregue a sua própria sorte, o que quer dizer, no mercado,

estar ao sabor da lei da oferta e da procura.

As autodenominadas classes produtoras, estas sim, merecem a proteção do Estado: desde os canaviais até os montadores de automóveis. Sempre com argumentos falaciosos mostrando que os empréstimos subsidiados, as dispensas de impostos, os preços baixos de matérias primas ou de serviços estatais servem para criar emprego para o trabalhador. Assim, também argumentam agora, quando o governo desobriga os empresários do ramo automobilístico, do pagamento do IPI. Isto seria necessário, dizem, para viabilizar a produção do carro popular. Carro popular que vai custar 220 milhões de cruzeiros numa sociedade onde mais da metade da população formalmente ocupada tem renda mensal de menos de Cr\$ 15 milhões não sendo, portanto, mercado efetivo para o carro popular.

A liberação das empresas do pagamento do imposto vai diminuir a renda do Tesouro, isto vai. E será, sem dúvida, subsídio à exportação para o carro popular. Para amparar o empresário o Governo "escreve certo por linhas tortas". Esta é a ética burguesa. Não lamentamos, constatamos.

\* Professora Departamento de Direito Privado/UFPB; membro da Diretoria Executiva.

## Pela Mobilização, na defesa de Nossos Direitos

*Graziela Oliveira\**

O "Programa de Recuperação Econômica" anunciado pelo presidente Itamar Franco deixa às claras que não devemos nos iludir com suas promessas de melhorias para os trabalhadores.

Apesar de acenar com políticas sociais tão necessárias numa época em que grande parte da classe trabalhadora encontra dificuldades de reproduzir-se em condições normais, o plano elaborado pelo Ministro da Fazenda não rompe com a política econômica recessiva do governo anterior, que resultou no aumento do desemprego e do subemprego de amplas parcelas da classe assalariada.

De acordo com o Jornal do Brasil (2.05.93), de janeiro de 1990 a fevereiro de 1993 o Ministério do Trabalho registrou 20,2 milhões de desempregados. Isto equivale a 1061 desempregados por hora ou 531213 por mês.

Somente em João Pessoa, há 7000 desempregados na construção civil (A União, 4.05.93), em parte devido à falta de investimento no setor.

Segundo anunciado, o Governo pretende destinar US\$ 1,1 bi para construir 233000 casas para famílias da classe média e de baixo poder aquisitivo. A construção de moradias teria também o aspecto positivo de reduzir o desemprego na construção civil.

*continua.....*

Em lugar de traçar medidas de incentivo ao investimento na produção, o governo Itamar insiste em limitar-se ao combate ao *déficit* público. Para tanto, anunciou o corte de US\$ 14 bi, o que vai penalizar as áreas de saúde e educação

---

*O orçamento de 1993 deixou de fora, por exemplo, os gastos com aumentos salariais do funcionalismo público, o reajuste de 147% aos aposentados e pensionistas da Previdência (cf. JB, 6.05.93).*

---

O programa de privatização, como forma de reduzir o *déficit* público, concede ao capital estrangeiro o direito de adquirir 100% das empresas, revelando uma política de modernização de braços abertos à dependência ao capital internacional, e ainda coloca em risco setores estratégicos, como a energia e as comunicações, embora estes setores estejam protegidos pela Constituição. Como poderá o Estado brasileiro se manter soberano se a produção da energia elétrica e da comunicação ficarem sob controle do setor privado internacional ou mesmo nacional?

Caso se mantenha no poder, Eliseu Resende pretende rever a questão do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações na reforma constitucional.

Num contexto de acirrada competição internacional, quem garante que a empresa privada brasileira seja capaz de exercer uma gestão de qualidade e produtividade e se manter em condições de competitividade?

O governo afirma que a privatização é uma forma de diminuir gastos e aumentar a re-

ceita, mas em vez de coibir os sonegadores dos cofres públicos, ainda lhes oferece abater 75% na multa para o pagamento à vista e 50% para o pagamento parcelado das dívidas das empresas.

Enquanto oferece vantagens aos sonegadores, o governo declara que o salário mínimo não pode ter aumentos reais para não sobrecarregar os gastos da Previdência Social.

A própria forma de elaboração do plano indica as suas premissas político-sociais. Se diversos ministros, inclusive a ministra do planejamento Yeda Crusius, não tiveram participação no mesmo, como esperar que a população pudesse ver neste plano seus anseios atendidos? O ministro da fazenda toma decisões de forma autoritária e centralizadora, sem atender às reivindicações legítimas do povo.

---

*Até agora o funcionalismo público não conseguiu obter do governo uma política salarial, assim como inexistem políticas claras para a saúde e a educação.*

---

O povo, através de suas entidades representativas, precisa se fazer ouvir e participar das decisões que lhe afetam.

O movimento sindical exige uma política salarial com reajuste de acordo com a inflação; o funcionalismo público exige a isonomia salarial entre os três poderes e o pagamento das perdas salariais de março/90 a março/93. A Ministra da Administração reconhece que o funcionalismo público teve perda de 97% de janeiro a abril deste ano (JB, 30.04.93).

Precisamos estar atentos para garantirmos a reparação das perdas.

Os problemas do funcionalismo público e dos assalariados em geral são bem maiores do que a questão salarial. O desenvolvimento sócio-econômico do País tem que ser tratado no contexto da economia internacional, que está sendo liderada pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela burguesia dos países ricos, auxiliada pela burguesia da periferia.

O movimento sindical precisa, por isto, combater o capital internacional, a partir da defesa dos interesses mais amplos da população assalariada e daquela que vive do próprio trabalho, como pequenos produtores e trabalhadores por conta própria.

A inflação de fato penaliza a sociedade, em especial os que recebem salário mínimo. Contudo, a política de combate à inflação via recessão, em lugar de uma política de desenvolvimento industrial, não vai mudar a situação da classe trabalhadora. Vários países europeus e mesmo os Estados Unidos apresenta baixos níveis de inflação conjugados com altos índices de desemprego, em meio a um turbilhão de problemas sociais.

Em vista da insistência do governo Itamar em dar prioridade ao capital em detrimento da satisfação dos direitos da classe trabalhadora, somente a nossa participação nas lutas sindicais e nos diversos movimentos sociais poderá garantir que a nossa voz seja ouvida e nossos direitos sejam respeitados.

Portanto, companheiros, vamos à luta!

---

*\* Professora Dep<sup>o</sup> Economia/ UFPB; membro da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP*

**Relatório da Reunião da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF), em Brasília-DF, sede da FENASPS, em 03/05/93.**

Entidades presentes: FASUBRA-SINDICAL, ANDES-SN, SINASEFE, FENASPS, CONDSEF, SINDIFISCO, FENAJUPE, SINATEFIC, E SINDILEGIS.

**Deliberações da CNESF**

1) Carta ao Governo reafirmando nossa posição por uma política salarial e isonomia de verdade, com a implantação de uma mesa de negociação de verdade com poder de decisão. Anexar à carta, jornal da CNESF. A CONDSEF ficou responsável pela elaboração do texto.

2) Elaborar um abaixo-assinado, colhendo assinatura de todos os parlamentares, exigindo política salarial e negociação de verdade - ANDES-SN responsável pelo texto.

3) No que diz respeito ao Projeto de Lei do Executivo, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público civil dos Poderes da União, a posição da Coordenação Nacional dos SPF, aprovada em reunião realizada no dia 03/05, é a seguinte:

- considerando a não criação, até o momento, do Instituto de Seguridade Social para o servidor público civil da União, da não regulamentação do fundo de seguridade social do servidor público e a necessidade de auditoria para se levantar o que foi e está, sendo feito com o já arrecadado dos servidores até o presente momento, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais defende que não vigore nenhuma legislação definindo percentuais de desconto dos servidores para o Plano de Seguridade Social.

**Grupo de Trabalho de Política Educacional**

**Lei de Diretrizes e Bases  
Revisão Constitucional**

O Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES-SN reuniu-se em Brasília, nos dias 1, 2 e 3/05. Compareceram representantes da ADUFF, APUFPR, ADUFC, ADUSP, ADUFG, APUFS, ADUFPB-JP, APUFSC, ADUFRGS, ADUFPe e coordenação Nacional.

A reunião discutiu, de início, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública esteve composto pela FASUBRA, UNE, CONTEE, CNTE, CRUB,

ANDE, ANPED, CEDES, UBES, e a ANDES-SN (ADUF-RJ, APUFSC, ADUFFPA, ADUFMT).

A Comissão de Negociação contou, além dos representantes do Fórum, com a presença dos seguintes parlamentares: Ubiratan Aguiar (PMDB - Presidente da Comissão e Vice-Líder do Governo), Angela Amin (PPR), Renildo Calheiros (PC do B), Maria Luiza Fontenelle (PSB), Arthur da Távola (PSDB), Florestan Fernandes (PT), Fortunati (PT), Carlos Lupi (PDT), Eraldo Tinoco (PFFL), Antônio Barbosa (Representante do MEC) e representantes das entidades acima mencionadas.

O resultado das negociações mostra que o Fórum sofreu alguns reveses. O ensino fundamental foi subdividido em duas etapas: uma de 5 e outra de 3 anos, ao invés de 8 anos contínuos propostos. Fica assim reduzida, de fato, a obrigatoriedade escolar para 5 anos. O que representa um rude golpe na possibilidade da construção de um sistema de ensino democrático e de qualidade (Art. 26).

As reveses não se limitam ao artigo 26. O Deputado Eraldo Tinoco tem adotado posição intransigente e conseguido seu intento na manutenção do descredenciamento das universidades e na instituição do regime de tempo integral em detrimento do regime de dedicação exclusiva, como um dos requisitos para credenciamento de Universidades. (Arts. 69 e 70)

Também há forte oposição, capitaneada pelo Dep. Eraldo Tinoco, aos seguintes pontos: piso salarial unificado (art. 19); composição do Conselho Nacional de Educação (art. 24); ensino médio com maior tempo destinado à educação geral (Arts. 53 e 54).

Dá-se como ponto pacífico que houve um endurecimento nas negociações com a posição inflexível adotada pelo Deputado Eraldo Tinoco e o retorno do PDT à Comissão. A proposta inicial de LDB, na opinião do Fórum, encontra, assim, dificuldades reais em manter os seus princípios.

O segundo tema de discussão do GTPE consistiu no estudo das perspectivas relacionadas com a Revisão Constitucional. Trabalho ainda em seu início, começou com a análise do que está estabelecido na Constituição de 1988, passando pelo mapeamento dos pontos que devem ser contemplados nos debates e culminando com a elaboração com a elaboração de um texto para subsidiar o trabalho da Diretoria da ANDES na reunião de 6 e 8 de maio.

## O por que da greve geral

Elisa Bezerra Mineiros\*

Na última Assembléia Geral realizada pela ADUFPB-JP/SSind, posicionei-me pela permanência do Indicativo de Greve Geral marcada para o dia 13 de maio. Na minha falação expliquei quais as razões deste posicionamento. Foram as seguintes:

1. Trata-se de uma questão de justiça social. Urge a necessidade de desconcentrar a renda na mão de uma minoria privilegiada, que vive enriquecendo cada vez mais, enquanto milhares ou milhões de servidores públicos e demais trabalhadores vivem em péssimas condições de vida, lutando pela sua sobrevivência, enfrentando o arrocho salarial. Contrariamente, quando o governo dá um reajuste nos salários, na semana seguinte os servidores perdem 50% do seu poder de compra, com as constantes remarcações de preços, além dos aumentos de gasolina e taxas públicas (luz, água e telefone), aumentos estes provocados pelos empresários e comerciantes exploradores do povo, sem nenhuma fiscalização.

A crise social, econômica e política cada vez mais se aprofunda e o Presidente da República coloca no seu Ministério, Ministros de esquerda (sem poder de decisão) e Ministros de direita capitaneados pelo Sr. Eliseu Resende que tem todo poder de decisão, pois enquanto este nega o apoio a uma política salarial justa com reajuste mensal e a implementação da isonomia, alegando deficiência de recursos financeiros no Tesouro Nacional, por outro lado, concede bilhões de cruzeiros aos usineiros, pecuaristas, latifundiários etc. e até favorecimento à empreiteiros.

2. A questão da GREVE é uma questão de solidariedade e apoio, não só a todos os trabalhadores do Brasil mas também a nossos colegas professores e funcionários que não foram contemplados com os 84,32%. É uma conquista a que todos têm direitos ao justo ressarcimento do que foi confiscado pelo chefe da gang dos corruptos que infelicitou nosso país.

Vejam a situação de inconformismo, revolta e conflito que hoje está existindo em nossa Universidade. Ainda, recentemente, muitos dos representantes dos três Campus da UFPB aqui estiveram

num Ato Público em frente à Reitoria, clamando por justiça e pela nossa solidariedade.

Percebe-se que se desencadeia na Nação, através dos meios de comunicação, uma campanha sórdida, visando sobretudo desmoralizar os políticos de maneira generalizada, como se não existissem mais políticos de caráter e de espírito público, comparando todos (deputados, vereadores, governadores e prefeitos) como se fossem uns sem-vergonha. Todavia, esquecem as elites e boa parcela do povo que o vilão não é somente os políticos, ruins e corruptos, mas também os banqueiros, empresários, comerciantes, usineiros, pecuaristas e latifundiários, os quais contribuem diretamente para piorar a inflação, a recessão e o aumento da fome e miséria de nosso povo. Esses exploradores do próprio povo, o governo não manda fiscalizar e até chega a perdoar parte de suas dívidas.

É por todas essas razões que considero ser justa a deflagração de uma Greve Geral, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Só deste modo, constituiremos um grande peso, uma força decisiva, obrigando o governo a atender às justas reivindicações de todos os servidores públicos e trabalhadores de um modo geral.

Sabe-se que a greve é um instrumento de pressão, absolutamente legítimo, reconhecido pela nossa Constituição de 88. Greve não se fazia somente nos tempos de Collor. Agora faz-se preciso acioná-la neste governo de Itamar Franco. Não podemos nos acomodar e fugir de nossa tradição de luta. Sem luta social, política e jurídica, não conquistaremos nossos direitos.

Avante, companheiros! por uma política salarial justa: reajuste mensal, isonomia e abaixo o desemprego, a inflação e a recessão.

\* Professora da UFPB; membro da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind

**QUADRO NACIONAL**  
**Reunião Setor das Federais da ANDES-SN**  
**Brasília, 10/05/93**  
**Representante da ADUFPB-JP/SSind: Prof. Rubens Freire Ribeiro**

<i>AD</i>	<i>Paralisação 4/5</i>	<i>Data AG</i>	<i>Nº Participantes</i>	<i>Deliberação - Indicativo</i>
APUB	SIM	29/04	52	SIM
ADUFPA	SIM	06/05	75	SIM
ADUFOP	NÃO	27/04	28	SIM
ADUFES	NÃO	06/05	57	SIM
CEFET-PR	PARCIAL	03/05	61	SIM
CEFET-MG	SIM	22/05	60	SIM
ADUFAL	SIM	06/05	136	NÃO
ADUFU	PARCIAL	06/05	58	NÃO
ADUFMS	NÃO	07/05	70	SIM (RESTRITO)
SEDUSM	NÃO	04/05	85	SIM
ADUFF	NÃO	06/05	116	SIM
ADUFAC	SIM	07/05	72	SIM
APRUMA	SIM	07/05	90	SIM
ADUFMAT	SIM	04/05	212	NÃO DELIBEROU
ADUFPI	NÃO	05/05	95	SIM
ADUFPB-JP	SIM	06/05	120	SIM
ADUFG	SIM	07/05	143	SIM
ADUFPB-CG	JÁ EM GREVE	07/05	134	SIM
ASPUV	SIM	04/05	115	SIM
ADUFEPE	NÃO	05/05	50	SIM
ADUFC	SIM	22/04	95	SIM
ADUNB	SIM	04/05	80	NÃO DELIBEROU
APROFURGS	SIM	04/05	57	SIM
APES-JF	NÃO	04/05	105	SIM
ADUA	NÃO	07/05	91	SIM
ADURN	NÃO	29/05	49	SIM
ADUFSCAR	SIM	04/05	113	SIM
APUBH	SIM	07/05	20	NÃO DELIBEROU
APUFSC	SIM	06/05	186	SIM
ADUFRGS	PARCIAL	04/05	175	SIM
ADPM		05/05	35	SIM
ADUFPR	SIM	04/05	131	SIM (SEM DATA)
ADUFPEL	NÃO	07/05	80	SIM
ADUFSC	SIM	06/05	187	SIM
ADUFERPE	NÃO	05/05	54	SIM
ADUFRJ	SIM	06/05	52	SEM DELIBERAÇÃO
ADUFS		10/05	60	

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 25 de junho de 1993 - Nº 04/93

ASSEMBLÉIA GERAL  
dia 25.06.93 - 6ª feira  
Aud. Reitoria - 9:30h

ASSEMBLÉIA GERAL

## RETOMANDO A LUTA!

O movimento docente em geral e aqui na UFPB, mais especificamente no Campus I, vem se debatendo com questões judiciais e com mais uma greve...

Estamos sempre correndo atrás dos prejuízos, sejam salariais, sejam da garantia do funcionamento dos serviços públicos e da universidade.

Entre perdas e ganhos, este último movimento grevista contabiliza mais ganhos políticos do que materiais. É a organização dos trabalhadores no serviço público que sai fortalecida, é a consciência de que, mobilizados, organizados, poderemos obter conquistas mais significativas.

Passado o momento de efervescência da luta e após a conquista judicial dos Planos econômicos usurpados nos últimos anos (26,05%, 26,06%, 16,19% e 84,32%), é hora de retomarmos os grandes problemas da Universidade, do movimento docente, do serviço público, da garantia dos direitos, duramente conquistados na Constituição de 88. Nesse momento, é fundamental dar ênfase às instâncias do Sindicato: Grupos de Trabalho, Conselho de Representantes e CONAD, para que possamos estar fortalecidos na reforma constitucional e lutarmos para mantermos os nossos direitos.

Precisamos também aprofundar nossa participação na CUT e assim trabalhar com as demais entidades sindicais, fortalecendo o movimento sindical.

O XXVI CONAD - Conselho Nacional da ANDES-SN deverá apontar as diretrizes das lutas que se avizinham:

- Revisão Constitucional;
- Carreira Única e Plano Nacional de Capacitação.

João Pessoa, 25 de junho de 1993  
Diretoria Executiva - ADUFPB-JP

## MD Pós-Greve

1. Com o fim da greve foi criada uma Comissão Nacional de Mobilização com a finalidade de continuar as negociações com o Governo Federal das questões pendentes da greve e no Congresso Nacional tratar de diversas questões do interesse do movimento docente, bem como acompanhar a votação do Projeto de Política Salarial do Deputado Paulo Paim, que prevê reajustes mensais de salário.

2. Reunião da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF - 16/06/93.

Encaminhamentos:

1. Pressionar o Ministério do Trabalho e a SAF pelo cumprimento imediato do que foi acordado com o CNUG, divulgando com a necessária antecedência, o(s) projeto(s) de lei sobre Política Salarial. Isonomia, Anistia, 3% receita para implementação do Plano de Carreira no Serviço Público Federal, liberação do FGTS etc. Para isto, a Coordenação deve se dirigir ao Gabinete do Ministro com urgência;
2. Orientar todos os Sindicatos de Servidores Federais que se engajem nas atividades e iniciativas que a CUT está promovendo para os dias 22 e 23/06/93, em Brasília e nos Estados, na luta pela Política Salarial com reajustes mensais de salários de acordo com a inflação.

(Apoio do Projeto PAIM);

3. Contatar a Comissão de Trabalho, a CUT-DF e seus Sindicatos, a CUT-Nacional com a finalidade de articular melhor a programação das caravanas de trabalhadores nos dias 22 e 23.06.93;

4. Recolher os "abaixo-assinados" pela política salarial com reajuste mensal, que tenham sido passados em nossas bases, com a finalidade de fazer a entrega aos Srs. Congressistas;

5. Participar da reunião do dia 18.06.93, em Brasília, do Fórum pela Cidadania e contra a Fome, juntamente com as Centrais Sindicais, a fim de articular as atividades em Brasília nos dias 22 e 23.06.93;

6. Orientar os Sindicatos a discussão e debate sobre o tema "Revisão Constitucional", a fim de fechar propostas comuns com a CUT e entidades do movimento popular e da sociedade civil, que tenham caráter progressista, frente à ofensiva dos setores de direita e burguesia que querem extirpar da Constituição de 88 as tímidas conquistas arrancadas pelos trabalhadores nos campos social, político e econômico;

7. A Coordenação deve reativar imediatamente sua Comissão Jurídica, chamando seus integrantes a Brasília para concluírem o processo de discussão com o Consultor Jurídico do MTB sobre o Projeto de Anistia aos servidores punidos em razão de greves e movimentos reivindicatórios.

---

## SEMINÁRIO INTERNACIONAL - DNTE/CUT

Nos dias 1, 2, 3 de junho passado em Belo Horizonte, realizou-se um Seminário Internacional do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT cuja pauta abrangia dois temas:

I - Educação e Trabalho - Uma proposta da CUT para a formação técnico-profissional,

II - Organização vertical dos trabalhadores em educação.

Este seminário teve caráter preparatório para o Congresso do DNTE a ser realizado nos dias 27 e 28 de julho próximos.

O Departamento Estadual dos Trabalhadores em Educação da CUT-PB, o qual a ADUFPPB-JP integra, participou deste evento, tendo sido representado pelos companheiros Wellene (SINTEENP - direção DETE) e Alexandre (ADUFPPB-JP).

---

## Audiência da CNESF com o Ministério do Trabalho

A Coordenação levantou inicialmente a preocupação com a demora na apresentação do Projeto de Lei sobre Política Salarial, Isonomia, Anistia, 3% da receita para implantação de Planos de Carreiras etc., conforme a negociação entre o Comando Nacional de Greve e o Ministério do Trabalho/SAF, diante do recesso parlamentar.

Foi apresentada uma crítica contundente contra a Instrução Normativa nº 05/93, de 16.06.93, que agride e violenta direitos constitucionais e a liberdade sindical, quando proíbe a liberação de dirigentes sindicais da CUT e impede a conversão de 10 (dez) dias do período de Férias em pecúnia. Em nome da Coordenação Nacional foi solicitada a imediata revogação da referida I.N. 05 - SAF.

Sobre os demais pontos tratados, o representante do MTb informou o que segue:

### Política Salarial

Apesar das dificuldades na elaboração do Projeto de Lei, o MTb garantiu apresentar texto até 21.06 e, que será pago o reajuste de julho mesmo sem o projeto de lei ser votado antes do recesso parlamentar.

### FGTS

O Governo garantiu o saque nos mesmos moldes do setor privado, ou seja a partir da data do aniversário de cada servidor.

### Anistia

O Governo não concorda com abono de faltas, pois alega que o direito de greve não está regulamentado pela Constituição, porém concorda com a Anistia que abrange todo o período de outubro de 88 a abril de 93.

## XXVI CONAD - Natal/RN

Reunião do delegado e observadores na segunda-feira, 28.06, as 15:00h na ADUF.

O Caderno de Textos do CONAD encontra-se na AD, os interessados podem procurar.

Nas próximas páginas publicamos o texto de conjuntura e política educacional.

## ASSESSORIA JURÍDICA

Desde que a atual Diretoria Executiva tomou posse em 18 de dezembro de 1992, que as ações judiciais interpostas pela ADUFPB-JP têm ocupado seu tempo na discussão do sucesso ou do insucesso de tais ações. Resumimos abaixo a situação das ações referentes aos diversos planos econômicos:

### PLANO BRESSER I (26,06%)

Processo nº 01.974/91, 1ª JCJ, foi julgado em 2ª Instância (TRT) e considerado procedente em parte, não autorizou a incorporação aos vencimentos. Teremos direito aos atrasados de julho a dezembro/87.

### PLANO BRESSER II (26,05%)

Processo nº 04.355/92, 4ª JCJ. Situação idêntica ao Bresser I. Período de fevereiro a dezembro/89.

### URPs de 16,19%

Processo nº 01.2630/92, 1ª JCJ. Situação idêntica aos anteriores. Período de abril a outubro/88.

### PLANO COLLOR (84,32%)

Processo nº 04.155/91, 4ª JCJ. Julgado em 2ª Instância. Autorizados a incorporação e pagamento do atrasado a partir de março/90.

Com relação aos Planos Bresser (26,06%), URP de fevereiro/89 (26,05%) e URPs de Abril e maio/88 (16,19%), mesmo que a Universidade recorra para o TST, dificilmente logrará sucesso, em razão da iterativa, notória e atual jurisprudência da SDI (Seção de Dissídios Individuais) do TST sobre o tema. No caso, aplica-se o Enunciado 42 do TST, que ved o processamento do recurso de revista em tais condições.

Em outras palavras, não logrará êxito a UFPB em seus recursos de revista seja qual for o fundamento - violação de lei (1ª hipótese) ou divergência jurisprudência (2ª hipótese).

No que diz respeito ao chamado Plano Collor (84,32%), a situação é outra. O recurso de revista, desde que fundamentado na divergência jurisprudencial, será facilmente recebido e remetido ao TST. Só a falta de fundamentação será capaz de evitar o sucesso do recurso de revista.

# Movimento Docente e Conjuntura

TEMA  
I

## Uma crise estrutural

01

A crise mundial do capitalismo instalado em meados dos anos 70 pôs fim às ilusões do propagandado "milagre brasileiro" e resultou na impossibilidade - sentida pelos mais amplos setores de nossa sociedade - de manutenção do modelo político ditatorial - militar. Para a classe dominante, sobretudo para seu setor hegemônico, tratava-se de "segura e lentamente" promover a "distorção gradual". Para a maioria da sociedade, tratou-se de lutar pelas "diretas-já", palavra de ordem concomitante às de exigência da anistia e de democratização geral das instituições.

02

O programa popular exigia o fim do arrocho salarial, a gestão democrática do Estado, o combate à corrupção institucionalizada pela tecno-burocracia; a defesa do serviço público paulatinamente alvo de processo de privatização; exigia o direcionamento dos investimentos públicos para as áreas de educação, saúde, moradia, transporte - enfim, o uso de recursos para a garantia de direitos inalienáveis da cidadania. Parte disto; a garantia indispensável ao desenvolvimento autônomo e soberano do país exigia investimentos massivos em ciência, tecnologia, arte e cultura.

03

Na luta por uma alternativa popular ao regime ditatorial, cresceram a organização e a capacidade de luta dos trabalhadores - o que se expressou no campo político e, também, no campo sindical. Tal crescimento organizativo e crescente disposição de luta não foram contudo capazes de reverter as condições postas à maioria da população.

04

No campo da educação, as empresas privadas proliferaram, especialmente nos 2º e 3º graus, ao mesmo tempo em que se ampliava a insuficiência de vagas na rede pública bem como seu sucateamento material. A mesma política perversa se fazia sentir no campo da saúde.

05

A privatização/expropriação do público ganhou nova dimensão, de que é emblemática a alienação do patrimônio da CSN, Usiminas e outras estatais. Verdadeiras falcaturas, em que o dinheiro em espécie obtido nos leilões não ultrapassou mais de 1,5 % dos patrimônios construídos pelo conjunto da população.

06

A Lei das Patentes proposta pelo Executivo ao Congresso submeteu o país às regras de apropriação do conhecimento ditado pelos monopólios multinacionais. Verbas para pesquisa em C&T foram ainda mais limitadas.

07

O salário mínimo atingiu seu menor poder aquisitivo, e diante do grave quadro inflacionário, a política salarial vigente legaliza o maior arrocho na remuneração dos assalariados da história do país.

08

Temos vivenciado uma sucessão de crises políticas, que levam a discussão recorrente sobre uma possível "governabilidade" do país.

09

Tais crises refletem a persistência de políticos antipopulares, resultado de uma situação estrutural de inserção subordinada do Brasil numa divisão internacional de trabalho definida pelo capital monopolista. Sarney, Collor e agora Itamar, sucessivamente, representaram e representam projetos políticos comprometidos com os objetivos estratégicos da classe dominante.

010

Incapazes de fazer concessões aos interesses populares, e engajados no projeto draconiano do FMI, esses governos operam na linha do ilusionismo - estabelece-se uma expectativa de mudanças como instrumento alimentador da paciência e caracterizador de uma postura intransigente dos movimentos sociais organizados; as reações sociais começam a tomar proporções poderosas; caem ministros e novos planos mirabolantes são propagandeados. Estabeleceu-se um processo cíclico: crise, expectativa de mudanças frustradas, "frituras" de ministros, troca de ministros, "novos" planos, persiste a crise, expectativa de mudanças frustradas... Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Política do Feijão com Arroz, Plano Collor I, Plano Collor II, Itamar sem Plano, Plano Itamar/Eliseu, Plano Itamar/Eliseu com FHC-Fernando Henrique Cardoso e, agora, a perspectiva de um Plano Itamar/FHC. Os "pacientes" definham mais e mais com as panacéias indigestas.

011

A raiz deste problema é estrutural. Do ponto de vista das classes populares, resolver a crise significaria combater a exploração e construir condições dignas de vida na sociedade. Do ponto de vista das classes dominantes, resolver a crise significa manter a estrutura de exploração funcionando sem perturbações, ou seja, sem que as insatisfações populares se expressem em movimentos sociais organizados, capazes de alterar o poder econômico e político, ou seja, levar a mudanças na distribuição da renda e democratizar a gestão do Estado.

Evidentemente cada situação conjuntural tem características específicas. Mas o desenrolar do governo Itamar tem confirmado aquilo que vinha sendo previsto nos documentos de análise de conjuntura da ANDES/SN. Apesar do processo de *impeachment* ter significado um duro golpe sobre as políticas neoliberais, a solução Itamar, vice de Collor, possibilitou a continuidade de suas diretrizes. A recente indicação de Fernando Henrique Cardoso para o ministério da Fazenda ocorreu para tentar emprestar um tom de seriedade à continuidade destas sucessivas violações aos interesses populares. As declarações do novo ministro espelham seus compromissos - continuidade às privatizações, rejeição aos reajustes mensais de salários, rejeição à proposta de controle de preços. Persiste a tentativa de fazer a população crer que o problema tem sido "o como se faz" e não o "caráter" da política global persistentemente adotada.

013

Descolado de um projeto popular, Itamar não responde às reivindicações apresentadas pelo movimento social organizado - esgota-se assim o capital político que herdou da luta pelo *impeachment*. Desprestigiado perante a opinião pública, busca sustentação na fórmula surrada de mercadejar com os partidos conservadores que dominam o Congresso Nacional. Está sobre o balcão das transações cargos dos diferentes escalões dos ministérios e verbas para o financiamento de obras e projetos associados a partidos, governos, deputados ou senadores dispostos a oferecer-lhe apoio. Um sem número de figuras que já ocupavam postos no governo Collor permanecem, na administração, resultando dos laços de conservadorismo e corrupção que unem o ex-presidente ao atual. Os cortes orçamentários anunciados eliminam os acordos internos ao próprio Congresso, realizados durante a tramitação da lei orçamentária, e transformam o Executivo Federal no canal de negociação para o resgate de projetos.

014

Esta situação é o agravamento de quadro criado pela transição pós-*impeachment*. Naquele momento, quase todo o movimento social esteve prisioneiro de uma visão limitada da conjuntura e da institucionalidade. Figuras associadas ao movimento, como Barrell e Erundina, serviam para dar uma legitimidade que Itamar nitidamente desperdiçava.

015

Prisioneiro destas ilusões, o movimento esteve relativamente imobilizado. Itamar, no entanto, insistiu e insiste em clarificar o sentido de seu governo. A defenestração de Erundina e a entrada de Fernando Henrique no ministério revelam um segredo de Polichinelo: o governo continua a implementar o neo-liberalismo. A recente greve dos SPFs e o modo pelo qual a mesma foi tratada pelo governo são apenas mais uma demonstração da ação governamental.

016

Cabe agora ao movimento social organizado, liberto destas ilusões, retomar a iniciativa. A ANDES-SN deve lutar junto com a CUT no sentido de construir um fórum democrático pela preservação e ampliação dos direitos sociais na Constituição. A efetivação deste fórum permitirá redimensionar a ação do movimento social e, assim, fazer frente às políticas neo-liberais do governo Itamar.

017

Finalmente, o grave quadro social alimenta-se da constante crise econômica e da exclusão vivida pela maioria da população. O desfazer das ilusões provoca a retomada das mobilizações, tendo no horizonte a solução de problemas básicos e estratégicos, como a Revisão Constitucional. A CUT tem um papel chave sendo processo, cabendo-nos participar das discussões e iniciativas que organizemos através dela.

### Revisão Constitucional

018

Os conservadores se armam para executar um processo de revisão constitucional a toque de caixa e de tesoura em punho. O argumento orientador de sua ação é que o mundo transformou-se após a crise do leste europeu e os "ranços socialistas" precisam ser eliminados do texto constitucional. Leia-se: pretende-se subtrair da Constituição aquilo que representou avanços sociais e o controle estatal sobre áreas de interesse estratégico e social. O cronograma montado prevê que a revisão constitucional irá se iniciar em 5 de outubro/93, conforme o Art. 3º das Disposições Transitórias/1988. Novidade é a proposta de que tal revisão se encerre, em abril/94. Traduz a intenção de atropelar qualquer nível de participação popular, varrendo a Constituição em um prazo de 6 meses, 3 deles envolvendo festas natalinas e um período normalmente utilizado para o gozo de férias.

019

Os conservadores querem beneficiar-se de que ainda existe de ilusão em alguns segmentos da população quanto à possibilidade do (neo)liberalismo gerar progresso social. A degradação da qualidade de vida nos países do Leste Europeu, que adotaram medidas capitalistas é evidente, desperta a oposição popular e desfaz ilusões. Eles desejam também anteciparem-se à possibilidade de vitória de um projeto democrático-popular nas eleições presidenciais de 1994 o que certamente se constituiria em um impecilho ao desrespeito à Constituição e às tentativas de desfigurá-la. Por outro lado, encontram-se premiados tanto pela mudança do quadro favorável ao (neo)liberalismo, quanto pelo crivo eleitoral que terão que enfrentar ao final do ano de 1994, quando também ocorrerão eleições para renovação do Congresso Nacional.

020

Temos de exigir que o processo de revisão se dê com tranquilidade e ampla participação. Para o campo popular não há dúvida de que a ação principal hoje deva ser a de fazer cumprir efetivamente todos os pontos que representaram conquistas sociais na Constituição e que estão "hibernando", ou sendo desrespeitados. Deve-se inclusive pensar nisto como uma condição necessária para que o processo revisional seja acionado. Mas, obviamente, também temos muitos pontos que consideramos necessários fazer avançar na carta. E neste sentido

# Política Educacional

## Carreira e Plano Nacional de Capacitação Docente

- 1  
A capacitação docente constitui-se em tema que historicamente preocupa nosso Sindicato; o enfrentamento do problema sempre fez parte das pautas de reivindicação assumidas pelo movimento docente, em seus segmentos do setor público e do setor privado.
- 2  
A insuficiência quantitativa e qualitativa dos programas de pós-graduação está hoje agudizada no país. Falta de incentivo, ou - mais gravemente - impedimento a que contingentes significativos de docentes de IES possam afastar-se de suas atividades para pós-graduar-se são a regra que verificamos estabelecida.
- 3  
Não existe uma política nacional de pós-graduação qualificada pela destinação de recursos públicos em volume suficiente às necessidades e demandas das IES.
- 4  
Temos de enfrentar a situação e torná-la preocupação prioritária nas lutas do MD organizado na ANDES-SN.
- 5  
O XII Congresso da ANDES-SN aprovou uma estrutura de carreira única para os docentes das IES, públicos e privados - baseada na titulação e na avaliação do desempenho acadêmico. Tal proposta é pano adicional na luta pela construção da universidade de qualidade que defendemos, bem como se constitui em ação estratégica para a consolidação da ANDES-SN como representativa do conjunto dos docentes das IES brasileiras.
- 6  
O Congresso entendeu que a estrutura de carreira que defendemos reforça a exigência de definição e implantação de um Plano Nacional de Capacitação Docente. É ele que garantirá o permanente aperfeiçoamento dos docentes para que desempenhem com qualidade crescente suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão universitária.
- 7  
A Diretoria da ANDES-SN entende que a elaboração e implantação do PNCD (Plano Nacional de Capacitação Docente) é tarefa e objeto prioritário de nossa luta.
- 8  
O XXVI CONAD deverá discutir e mais amplamente deliberar sobre as diretrizes gerais do PNCD. O GT Carreira Docente, em suas últimas reuniões, vem priorizando o tema e apresentará suas contribuições na ocasião. Entre outras considerações, cabe enfrentar as questões relativas à democratização do acesso aos programas de pós-graduação; expansão quantitativa e qualificação deste programa; definição de prioridades nesta expansão; garantia de política de afastamento e concessão de bolsas de estudo dignas aos docentes.
- 9  
As AD/SSIND são convidadas a debater o tema e a levar suas contribuições ao XXVI CONAD.

## Proposta de Cronograma

DIA → HORA ↓	30/06 <i>Quarta</i>	01/07 <i>Quinta</i>	02/07 <i>Sexta</i>	03/07 <i>Sábado</i>
09:00	Reuniões de Grupos de Trabalho/ <i>Credenciamento</i>	Plenária Inicial (Movimento Docente e Conjuntura)	Grupos Mistos Tema III	Plenária Tema II
14:00	Reuniões Setoriais/ <i>Credenciamento</i>	Grupos Mistos Tema II	Grupos Mistos Tema IV	Plenária Tema III
19:00	Plenária de Abertura <i>Plenária de Instalação</i>	Seminário: Revisão Constitucional	Plenária Tema I	Plenária Tema IV <i>Plenária de Encerramento</i>

### Proposta de Pauta

- TEMA I  
Movimento Docente e Conjuntura
- TEMA II  
Política Educacional
- TEMA III  
Política de Segurança Social, Ciência e Tecnologia
- TEMA IV  
Questões Organizativas e Financeiras

que o XXVI CONAD deverá deliberar sobre propostas que nosso sindicato terá para a revisão constitucional, procurando encaminhá-las junto à CUT e demais setores do movimento social organizado.

### **É Indispensável uma Ação Unificada dos Trabalhadores**

021

As iniciativas do campo institucional não conseguem provocar esperanças na população - ela está cansada de encenações e deseja soluções palpáveis. As mobilizações crescem por todo o país, alcançado êxito, ainda que limitados, dada a própria dimensão de algumas necessidades - a obtenção de uma política de reajustes mensais, por exemplo, envolve nível de mobilização nacional para se efetivar.

022

Vítimas particulares deste período de recrudescimento das políticas liberais, os funcionários públicos, em diferentes esferas de governo, vêm se destacando neste processo de lutas. Alguns movimentos tiveram especial evidência. Em Minas Gerais os professores da rede estadual defrontaram-se com a insensibilidade e descaso do Governo, numa greve que durou três meses. Em São Paulo os servidores da saúde e educação, ainda que sem se articularem entre si, enfrentaram o governo estadual. As conquistas obtidas não corresponderam à pujança que o movimento apresentou, porque este defendeu-se com o desrespeito e a truculência própria de quem se notabilizou internacionalmente pelo massacre do Carandiru. Tanto no Rio quanto em São Paulo, as Universidades Estaduais conseguiram negociar pequenas conquistas no limitado espaço da autonomia de gestão financeira estabelecida pelos percentuais fixos e insuficientes de recursos a elas destinados. Mas, indubitavelmente, a greve dos Servidores Públicos Federais - SPFs foi o processo de luta mais destacado. Mesmo que já tenha alcançado dimensão semelhante em outros momentos, desta vez ele se expressou e negociou de forma unitária. Independentemente dos ganhos econômicos ainda estarem aquém do necessário e, apesar das divergências de avaliação quanto aos possíveis desdobramentos da greve, o saldo de organicidade política do funcionalismo federal é inquestionável. Cabe preservá-lo, restando ainda um espaço de mobilização imediato e conjunto com os demais trabalhadores brasileiros, em torno da política de reajustes mensais de salários - Projeto do Dep. Paulo Paim - que tramita no Congresso Nacional.

023

A ANDES/SN e suas ADs S. Sindicais participaram ativamente neste conjunto de lutas, algumas delas ainda não concluídas até o fechamento da edição deste caderno. É possível a contabilização de uma série de ganhos mas, efetivamente, eles não correspondem ao potencial de luta concentrado nas organizações gerais da classe trabalhadora brasileira. As instâncias de deliberação do nosso sindicato têm reiterado com clareza que, para avançarmos nesta direção, é fundamental uma ação articulada através da CUT, especialmente pela amplitude das questões que temos enfrentado. São elas: resultado das políticas (neo)liberais que investem contra garantias e direitos trabalhistas, contra o atendimento de direitos sociais pelo Estado, ao mesmo tempo em que privatizam patrimônios públicos.

024

O *impeachment* representou um marco neste combate e, no seu desdobramento, formulamos uma plataforma de lutas para orientar a ação do sindicato, em conjunto com o movimento social organizado. Dentre outros pontos, destacamos: recomposição do salário mínimo, reajustes mensais dos salários segundo o índice de inflação, reposição das perdas salariais, atuação na formulação dos orçamentos - federal, estaduais e municipais - para recuperar e ampliar os recursos para Pessoal, Educação, Seguridade, Ciência e Tecnologia, atuação contra o Projeto de Lei da Propriedade Industrial e definição de um cronograma para preparar nossa intervenção no processo de Revisão Constitucional.

025

Seguidas vezes temos reafirmado que é indispensável a presença ativa da CUT neste processo. A Direção Nacional do Sindicato tem participado de todos eventos nacionais chamados pela Central, cabendo às ADs, também, todo empenho para regularizar sua situação financeira específica, quando for o caso, e participar das ativamente das instâncias estaduais e regionais da central, construindo este processo de luta. Temos a responsabilidade de fazer com que o distencionamento deste novo período de crise se processe pelo atendimento significativo de nossas reivindicações, fortalecendo as organizações que atuam no campo da luta popular, especialmente a CUT.

## Opinião

### Acabou a greve. Que avaliação se faz?

*Claudet Guedes Coelho\**

A greve de 27 dias deixa um saldo positivo para o Movimento Docente e para todos os funcionários públicos.

Conseguiu-se, pela primeira vez, parar, conjuntamente e sob um Comando Unificado, a maioria dos servidores públicos, quase a totalidade.

Uma força ímpar lastreia esta greve e dá o saldo positivo do ponto de vista político. Os trabalhadores saímos fortalecidos desta greve, porque os servidores públicos estivemos decidindo nossos destinos, unificadamente. Este é o ganho geral e específico de cada subcategoria do servidor público.

A história das lutas dos trabalhadores mostra que, no mundo inteiro, as crises econômicas desmobilizam porque arrefecem-se os ânimos. O fantasma do desemprego rondando os lares intimida e desaconselha participação. No entanto, o que encerramos no dia 09 de junho foi um movimento envolvendo cerca de um milhão de trabalhadores do serviço federal, num país em plena crise.

Isto é um logro insofismável.

Do ponto de vista financeiro, no entanto, é preciso que se diga: a greve não trouxe vantagem. Ao contrário. Pelos cálculos de colegas do Comando de Greve Local dos Professores da UFPB vamos receber 6.18 salários entre maio/93 e fevereiro/94, quando deveríamos receber 10 salários. Isto é perda líquida de rendimentos.

As perdas líquidas vão entorpecer o diálogo nas IFES e é preciso estar prevenido contra possíveis retaliações no seio da comunidade acadêmica.

O arrocho salarial vai se acentuar porque os governantes do país, manhosamente, estão jogando o servidor federal como "boi de piranha" na luta pelos recursos do orçamento da União. Eles vão jogar com os itens do Orçamento provocando enfrentamento entre os interessados como tática para confundir. É sabido que a manobra do Orçamento deixa quantias exorbitantes para inescrupulosos jogos de poder. Chantagem emocional e outros recursos não convencionais estão sendo, já, utilizados contra a política salarial em elaboração.

O governo, no afã de encostar o servidor contra a parede parece estar, inclusive, esquecendo-se de dispositivos constitucionais como o Artigo 37 Inciso VIII da CF/88 que diz "é vedada a vinculação ou

equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o dispositivo no inciso anterior e no artigo 39, § 1º".

Deixo a palavra com os colegas juristas para esclarecer.

O governo está vinculando os salários do servidor a, nada menos que, um conceito turvo de Receita Corrente Líquida que nem os técnicos do Tesouro entendem uniformemente.

A ex-Ministra Erundina caiu lutando por um índice de 97% para o reajuste quando a burocracia da área econômica acenava com 30 e 60%. Conseguimos, com a luta, 85%. Foi um ganho político porque sem a greve, seguramente, não os teríamos recebido. Mas economicamente receber 85 em vez de 97 é perda. É a pura realidade, e precisamos ter coragem e humildade de reconhecê-lo.

Da análise clara dos resultados do movimento vai depender o posicionamento futuro de cada elemento da categoria dos SPFs, cuja unidade deve ser defendida e exercida.

*\* Professora Departamento de Direito-CCJ/UFPB, membro da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSInd*

#### Notícias dos GTs /ADUFPB-JP

**O GT de Política Sindical está se reunindo as 6<sup>as</sup> feiras, às 15:00h na sede da ADUF. O próximo encontro será dia 09.07, e o material para discussão já está na ADUF.**

**O GT de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente convida os professores interessados para procurarem a professora Claudet na ADUF.**

#### ASSEMBLÉIA GERAL

**25.06.93 - 9:30h  
Auditório Reitoria**

## Problemas com a bebida

Wojciech Kulesza\*

Quando da deflagração da greve nacional dos SPFs em nosso sindicato, eu dizia que o direito nada mais é do que a cristalização das relações de dominação (prefiro cristalização a solidificação ou concretização porque o termo revela a transparência e precisão exibidas pela expressão por excelência do direito: a lei). Ora, em nossa sociedade as relações de dominação se constituem como relações de hegemonia. Assim, a lei de política salarial, arrancada em função da greve, traduz o consenso possível no interior da hegemonia sustentada pela classe dominante e dirigente da sociedade.

Não só seu conteúdo mas também sua forma. Embora a política salarial proposta pelo Estado apresente índices inferiores àqueles vigentes para o setor privado, sua estrutura é a mesma, notadamente no que se refere à indexação pela inflação. Como se sabe esta determina o período de reajustes pois, níveis de inflação elevados exigem atualizações cada vez mais frequentes da moeda no interior da economia capitalista. Ainda não atingimos o patamar que viabilize reajustes mensais. Daí o impasse do projeto Paim.

Ao contrário da ideologia neoliberal o serviço público é concebido, por este Estado que aí está, como uma atividade distinta da produção propriamente dita. Não é a toa que, sob Collor, recusava-se uma regra salarial que não fosse de exclusiva competência do mercado. A privatização do público era a tática da estratégia collorista, mesmo que o privado se reduzisse a uma pequena malta. Hoje não. O "Fernandinho do pó" se transmutou no "Fernandão do fumo". O nacional no Estado tem que necessariamente aparecer como social, isto é, labora-se na obtenção do consenso dos dominados.

Basta apor ou, como se difundiu durante a greve, acostar ao social a democracia, para se definir a orientação do atual governo. A luta pela hegemonia - digamos 70% - se dá neste quadro de referência. Pois bem. Uma mesma base econômica admite diferentes formas jurídicas de impor a hegemonia. As relações de dominação típicas da dialética hegeliana, adaptada à cultura brasileira como relações senhor-escravo, aparecem hoje como relações mestre-discípulo. Ou seja, nas palavras de Gramsci, toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica. Aí que está. A chibata metamorfoseia-se na autoridade da ciência positiva.

Este é o autoritarismo do atual regime: aquele da desqualificação política do dominado. Temos de nos curvar ao bom senso dos outros. Como era de se esperar, toda uma pedagogia tradicional emerge nesta situação. E é por causa disso tudo que as relações jurídicas são priorizadas nos atuais embates. Haja visto o processo de *impeachment*. Desenvolvimento da política através da via jurídica. O consuetudinário é acionado a todo instante, mesmo que alguns juizes se revelem como puxadores de carros. Ou talvez por isso mesmo.

Ora, se a via jurídica derrubou Collor, pelas mesmas razões deverão cair suas medidas provisórias. A ele só

resta uma ação rescisória. Este é essencialmente o argumento que tem levado ao ganho dos 84,32% subtraído de nós por um plano rechaçado pela sociedade civil carapintada. Para o conjunto dos trabalhadores ele já se diluiu nas negociações constantes entre o capital e o trabalho. A CUT que o diga.

O direito é bom. Mas para que ele se cristalize em nossas retinas e se deposite em nosso bolso, precisa ser um fator de sustentação da hegemonia. Como é certo porém, que a busca de hegemonia do atual governo seja pautada por uma pedagogia tradicional, permanece viável a luta jurídica pela conquista dos 84. Não nos esqueçamos que o Presidente da República é o servidor público nº 1 em nosso sistema, tal como foi reafirmado pelo plebiscito recente. Se o executivo é nosso mestre, porque não o judiciário? Quanto ao legislativo, no vai e vem da conjuntura, não há o que temer: ele só pode aprovar uma lei gestada no processo de construção da hegemonia.

E neste contexto ainda há quem diga que Marx está morto. Na assembléia dos 84 um colega comentava olhando o alvoroço que tomou conta da categoria: eis que o viejo tinha razão. Eram as famosas condições materiais de existência a aflorar com toda força naquele momento. Partidos políticos? Gênero? Sindicato? Universidade? Quem queria saber. Mas não foi só isso. Porque circunstancialmente estávamos em greve. Senão pelos 84, ao menos pelos por cento...

A greve geral dos SPFs pela valorização do serviço público bateu fundo na consciência da sociedade. Não precisamos ir às ruas para nortear o bom senso do público. A rua tem sido depositária do nosso trabalho. Ao valorizarmos socialmente esta atividade, estamos nos afirmando na luta pela hegemonia. Nada mais estamos fazendo do que seguir a saída indicada pelos sociólogos: a política. Vide Florestan, vide Cardoso. Mestre e discípulo. É hora de abandonarmos a pedagogia tradicional e por em prática a pedagogia do oprimido nas relações sociais. Por outra hegemonia.

A greve assegurou condições mínimas para a defesa do serviço público. Por um momento, podemos esquecer os inimigos fora de nossas muralhas e fazer a Universidade que elegemos. Afinal, ao nos afirmar como fortaleza, estamos saindo em defesa da Universidade. Mas, atenção! Se eu muito me empenho estou substituindo o outro, talvez o degradando. A introdução do diálogo na relação pedagógica significa o reconhecimento da alteridade no processo de construção da hegemonia. E não nos iludamos: nem um, nem outro, mas o social é que se afirmará nesta relação. Ao contrário da natureza, na sociedade o domínio pela força não é construtivo. Como dizia Comenius, deixa as coisas fluírem pois, se ninguém as impedir, elas seguirão seu curso natural. Deixa as águas rolarem. *Saúde!*

\* Professor do CE-UFPB

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 9 de julho de 1993 - Nº 05/93

## Análise de conjuntura

A crise política ora vivenciada pela sociedade brasileira tem sido apresentada como uma crise das instituições e a solução proposta tem sido a revisão constitucional.

Fruto de crise estrutural, que tem suas raízes no modelo econômico excludente adotado, na inserção subordinada do Brasil em uma divisão internacional do trabalho definida pelo capital monopolista e no engajamento ao projeto do FMI, essa política adotada por sucessivos governos não prioriza o atendimento das necessidades básicas da população.

Na tentativa de enganar a população, usa-se do convencimento ideológico, apontando na perspectiva de mudanças com novas promessas e ministérios - simples moedas de troca - no rearranjo de forças políticas de apoio ao governo, em novos planos... e a crise continua. As reivindicações do movimento social organizado são desconsideradas e os movimentos são taxados de intransigentes, mais sacrifícios são exigidos e impostos à sociedade.

Na verdade, o atual governo vem tentando conseguir as bases de sustentação política que lhe permita dar continuidade ao projeto "Neoliberal" - receita imposta pelo FMI - que pretende reduzir o tamanho do Estado - ou seja, desobrigar-se dos serviços sociais básicos como educação e saúde, entre outros. Para tanto, o governo, no nível mais imediato, não hesita em cortar do orçamento aquelas dotações direcionadas ao provimento desses serviços básicos ao tempo em que se organiza para efetivar na revisão constitucional a retirada das conquistas sociais obtidas na Constituição Federal de 1988.

A Reforma Constitucional se coloca para este governo como questão decisiva para garantir a governabilidade e estratégia fundamental para aprofundamento do neoliberalismo redefinindo o

papel e o tamanho do Estado, reformulando a estrutura partidária e atendendo as demandas do capital internacional.

Os conservadores se armam para executar esse processo de revisão a toque de caixa. O seu surrado argumento é de que o mundo se transformou após a crise do Leste, sendo assim necessário expurgar o texto constitucional das fórmulas socializantes, incompatíveis com o capitalismo. Essas medidas são, segundo eles, geradoras da ingovernabilidade do Estado. Pretende-se subtrair da Constituição aquilo que representou, efetivamente, avanços sociais e controle estatal sobre áreas de interesse estratégico e social.

Consideramos fundamental apresentar ao MD a perspectiva de que a revisão que está proposta para iniciar-se a 5 de outubro não deve ser tratada como fato consumado. Devemos continuar nos preparando para lutar pela conservação e ampliação das nossas conquistas no texto constitucional. Devemos também trabalhar no sentido de construir um movimento social amplo contra a realização desta discussão em outubro/93. Além da contestação feita pela OAB, CNBB etc, de diversas ordens contra a legitimidade da extensão ou mesmo da própria revisão pretendida pelas elites brasileiras, seria importante aproveitar as eleições quase gerais de 94 para, no interior de um debate político mais intenso e geral, potencializarmos o enfrentamento contra a perspectiva de aprofundar o neoliberalismo no país. Além disso e no mesmo movimento, é central cobrar a regulamentação e o cumprimento de mais de 100 artigos da atual Constituição, que até aqui não se tornaram efetivos.

Essa compreensão da atual conjuntura vivenciada pela sociedade brasileira aponta ao MD, em consonância com o XXVI CONAD, a necessidade de uma intervenção firme junto com a sociedade civil organizada.

*Diretoria Executiva.*

## Encaminhamentos aprovados no XXVI CONAD

1. Quanto a Revisão constitucional
  - 1.1 - Constituição do Fórum Democrático pela Preservação e Ampliação das Conquistas Sociais no processo de revisão Constitucional, congregando os setores progressistas da sociedade civil. Devemos levar a este Fórum a perspectiva de lutar para a regulamentação e o cumprimento dos mais de 100 artigos da Constituição que jamais se tornam efetivos. É fundamental denunciar o controle conservador dos meios de comunicação de massa, buscando formas de democratização destes meios e a divulgação das propostas de interesse popular;
  - 1.2 - Articulação da ANDES-SN juntamente com CUT e outros setores da sociedade civil para realização de uma campanha nacional pela não realização da revisão constitucional proposta para iniciar-se a 5 de outubro/93;
  - 1.3 - Esclarecer à sociedade, através da diretoria da ANDES-SN e ADs/SSind., o significado da proposta das elites brasileiras bem como o golpe pretendido às conquistas sociais contidas na Constituição;
  - 1.4 - Participação da ANDES-SN, por sua diretoria no Movimento contra a Miséria e a Fome, procurando politizar o debate acerca deste tema e levando a perspectiva da denúncia dos reais responsáveis por esta situação. Além disso, devemos procurar fazer com que este Movimento atue em defesa das propostas do campo popular e democrático, inclusive na eventualidade de uma revisão constitucional.
  - 1.5 - Estimular a discussão no MD, inclusive através de seminário no próximo CONAD, para consolidar uma posição da ANDES-SN sobre a natureza que deve ter a estrutura de impostos no país;
  - 1.6 - Usar os meios de divulgação à disposição do MD para rechaçar as falácias divulgadas pela burguesia e o governo em relação ao tamanho do Estado, aos gastos com universidade, e à sonegação de impostos;
  - 1.7 - O desenvolvimento destas atividades deverá ser objeto de avaliação no XXVII CONAD, a realizar-se em novembro/93, em Felotas.
2. Continuar a luta pelo reajuste mensal de salários pela inflação (projeto Paim), acompanhando seu tramite no Senado e exercendo pelos meios ao nosso dispor pressão política pela sua aprovação.

## SUS e o Plano de Seguridade dos SPFs

Desde janeiro de 1991 os SPFs vêm sofrendo descontos de 6% em seu salário, mês a mês, para financiar os gastos com o programa de assistência previsto no art. 230 do RJU, sem qualquer tipo de retorno.

A ANDES-SN, entendendo que é dever do Estado assegurar a toda a população serviços de assistência, à saúde de qualidade, com base nos princípios da universalidade e Planos de Seguridade específicos para qualquer categoria, que se configuraria um privilégio. No último CONAD, de Piracicaba, esta posição de defesa do SUS ficou claramente colocada.

A ANDIFES contrariamente a posição defendida pelo MD, encaminhou ao Ministro da SAF proposta de decreto que dispõe sobre a utilização dos recursos recolhidos ao Tesouro Nacional, na forma estabelecida pelo art. 10 da Lei 8.162/91, propondo que os mesmos sejam destinados ao custeio da assistência médica e odontológica aos servidores públicos da União.

Vários reitores já estão implantando a Seguridade Privada nas nossas Universidades Públicas.

Medidas como essas, além de não ter conta dos objetivos a que se propõem servem unicamente para pulverizar recursos que deveriam ser destinados ao SUS.

O GT Seguridade Social coloca à discussão dessas questões como tarefa fundamental e urgente no seio do MD.

### Observadores

No período de 30.06 a 03.07 realizou-se na UFRN o XVI CONAD. Na ocasião foram discutidos problemas de suma importância para o movimento docente e para a sociedade. Principalmente em grupos de trabalho e depois na plenária, as discussões versaram sobre: 1) Movimento Docente e Conjuntura; 2) Política Educacional; 3) Política de Seguridade Social, Ciência e Tecnologia; 4) Questões Organizativas e Financeiras.

ADUFPB-JP enviou 12 observadores, que garantiram uma contribuição efetiva nos debates.

Em reunião no dia 08.07, às 14 horas, os participantes do CONAD e a Diretoria Executiva, fizeram uma avaliação e encaminhamentos no sentido de reforçar e criar Grupos de Trabalho que fundamentem as discussões das questões prementes para o MD, e que sejam feitas discussões sobre esses temas nos Centros, para tanto foram marcadas as seguintes reuniões, por Centro, tendo como pauta: Encaminhamentos do CONAD:

CCHLA - Aud. 412 - 21.07 - 10h  
CE, CCSA - Aud. CE - 22.07 10h

## Desconto para Fundo de Greve

*Conforme deliberado em Assembléia Geral, este mês de julho estará sendo efetuado o desconto de 1% dos salários para recomposição do Fundo de Greve da ADUFPB-JP/SSInd. Abaixo transcrevemos o ofício enviado à Reitoria bem como extrato da Ata da Assembléia Geral.*

"A Constituição Federal em seu Art. 8º, Inciso IV, determina que "a Assembléia Geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei".

Neste sentido, os docentes do Campus I deliberaram na Assembléia Geral de 8 de junho próximo findo pela cobrança de uma Taxa Assistencial para formação de Fundo de Greve na proporção de 2% dos salários para todos os docentes deste Campus, sindicalizados ou não desta entidade Sindical, sendo 1% no mês de julho e 1% no mês de agosto de 1993, conforme extrato da Ata da respectiva Assembléia Geral, em anexo.

Desta forma, solicitamos os préstimos de V. Magnificência no sentido de determinar as providências cabíveis junto à Superintendência de Recursos Humanos para que o recolhimento de referida Taxa seja viabilizado e repassado para a ADUFPB-JP/SSInd, para a conta-Poupança Fundo de Greve - Nº Ag.0617 013 107 215-0, na Caixa Econômica Federal/Agência Cidade Universitária.

Colocando-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos,

Atenciosamente  
Maria do Socorro X. Batista  
Presidente

### EXTRATO DA ATA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES UFPB - CAMPUS I

Às nove e trinta horas do dia oito de junho de mil novecentos e noventa e três, com a presença de trezentos e setenta e três docentes, conforme listas anexas, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária, João Pessoa, nos termos do Edital publicado nos Jornais O Norte e Correio da Paraíba, edição do dia seis de junho de mil

novecentos e noventa e três, instalou-se a Assembléia Geral da ADUFPB-JP/SSInd com a seguinte pauta: 1) *Informes*; 2) *Devolução do Imposto Sindical*; 3) *Cobrança da Taxa Assistencial*; 4) *Encaminhamentos*. A mesa diretora foi composta pelos professores Maria do Socorro Xavier Batista, Presidente; Giovanni da Silva de Queiroz; Secretário Geral e Graziela Oliveira, Diretora de Política Sindical. Tendo sido esgotados os dois primeiros pontos da pauta, passou-se à discussão do terceiro ponto. Após a locução do Secretário Geral da ADUFPB-JP/SSInd, que esclareceu sobre a cobrança da "Contribuição Assistencial" nos termos do Art. 8º, Inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada a cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, o professor Giovanni da Silva de Queiroz usou da palavra para apresentar a proposta da Diretoria Executiva a saber: a) dois por cento independentemente para filiados e não filiados; b) ser descontado no mês de julho; c) destinação dos recursos à recomposição do Fundo de Greve. A seguir vários docentes usaram da palavra posicionando-se favoravelmente à cobrança da mencionada taxa. O professor Ronald Farias apresentou a proposta de que o desconto fosse de um por cento. A professora Elisa Bezerra Mineiros propôs que a taxa fosse de dois por cento sendo descontada de duas vezes, um por cento nos dois próximos meses (julho e agosto).

### *Foi aprovada a proposta de desconto de dois por cento de duas vezes,*

com duzentos e doze votos contra a proposta de um por cento com dezessete votos. Em seguida a Presidente deu seguimento à Assembléia com a discussão e encaminhamentos da greve, sendo aprovada a proposta de saída unitária de greve com duzentos e doze votos, a proposta de continuidade de greve pela pauta específica obteve onze votos e seis abstenções. Foi ainda aprovado que o reinício das aulas seria no dia quatorze de junho de 1993 e que haveria uma nova Assembléia Geral no dia nove de junho. Às doze horas e quinze minutos foram encerrados os trabalhos da Assembléia Geral. Fazem parte do presente Extrato de Ata as listas de presença. Maria do Socorro Xavier Batista, presidente da ADUFPB-JP/SSInd, Giovanni da Silva de Queiroz, secretário geral, e eu, Claudet Coelho Guedes, diretora cultural, firmamos o presente EXTRATO DE ATA, para todos os fins Estatutários e Legais. João Pessoa, oito de junho de mil novecentos e noventa e três. Claudet Coelho Guedes Diretora Cultural."

**28,86%**

No dia 08.07, em audiência com o Prof. Neroaldo, a ADUFPB-JP/SSind encaminhou à Reitoria o ofício 083/93, abaixo, no qual solicita seja observado dispositivo constitucional. Tal medida visa garantir o percentual de 28, 86% ao docentes, percentual dado aos militares. Na audiência, o Reitor informou que enviará a solicitação à Procuradoria Jurídica para exame e solicitará do MEC os recursos necessários ao pagamento. Se for negada a solicitação, a orientação da ANDES-SN é que se ajuíze Mandado de Segurança.

"A ANDES- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, por sua seção sindical local, ADUFPB-JP/SSind, entidade sindical de 1º grau, regularmente constituída, com sede no Centro de Vivência, Campus I da UFPB, Cidade Universitária, João Pessoa, por seu advogado e procurador, com escritório na rua Cardoso Vieira, 224, 1º andar, Varadouro, nesta capital, vem perante V. Magnificência, com o devido respeito, embasado no artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1998 e art. 240 "a" da Lei nº 8.112/90, expor e requerer o seguinte.

#### 1. DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

O Sindicato de Classe figura no presente petição como substituto processual de todos os integrantes da categoria profissional, ativos e inativos, com fundamento no art. 8º III, da C.F/88 e, art. 240 "a" da Lei 8.112/90.

#### 2. DO DIREITO

Por meio do presente requerimento, o órgão classista, com apoio na legislação que lhe outorga legitimidade, pretende representar e defender os interesses dos integrantes de sua categoria profissional.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, preceitua:

*"a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares far-se-á sempre na mesma data".*

Inobstante o mandamento constitucional acima transcrito, em Janeiro, por meio das Leis nºs. 8.622 de 19.01.93 e 8.627 de 19.02.93, o Governo Federal concedeu reajuste salarial exclusivamente aos servidores militares, da ordem de 28,86%.

Em obediência ao princípio da isonomia, o Supremo Tribunal Federal em sessão administrativa realizada em 29.04.93, estendeu aos servidores do Poder Judiciário o referido percentual.

Igualmente, seguindo o exemplo do Judiciário e em respeito à Constituição, o Poder Legislativo através do Ato da Mesa, nº 60, de 20.01.93, reconheceu aos servidores do legislativo o direito ao mencionado reajuste.

3. Por outro lado, os valores devidos e pagos na órbita administrativa com atraso, por força do disposto na Lei 8.177/91, e do parecer da SAF 179/91, devem ser solvidos com acréscimo da correção monetária.

Com esse entendimento, decidiu o T.C.U, ao apreciar o Processo ( TC - 002.002/91 - 1 - administrativo - Sessão Administrativa de 11.12.91 - Ata nº 45/91, plenário (sigiloso) - Decisão nº 017/91, publicada no BI nº 62/91).

4. Pelo demonstrado restou comprovado o flagrante desrespeito a Constituição Federal, o não pagamento do percentual de 28,86% aos servidores do Poder Executivo e, especialmente, aos substituídos pelo Órgão de Classe, lotados nessa autarquia.

5. ANTE O EXPOSTO, atendendo ao mandamento constitucional invocado e para evitar quebra da isonomia entre os servidores civis e militares, espera o suplicante seja reconhecido e imediatamente pago a todos os servidores dessa autarquia, integrantes da categoria defendida pelo Órgão sindical, o percentual mencionado, com efeito financeiro retroativo a janeiro no ano em curso, acrescido de correção e demais cominações devidas.

Maria do Socorro Xavier Batista  
Presidente"

## ASSEMBLÉIA GERAL

**Dia 09.07.93 - 6ª feira**

às 09:00h - Aud. Reitoria

**Pauta:**

1. Informes: ações judiciais;
2. Eleições para delegados da ADUFPB-JP/SSind ao 6º Congresso do DNTE (Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT) a realizar-se nos dias 27, 28 e 29.07.93 e à Plenária Estadual da CUT (dias 30 e 31/07).

3. XXVI CONAD:  
Avaliação e encaminhamentos

## FGTS

ADUFPB-JP/SSind solicita aos professores abaixo relacionados comparecerem à entidade, munidos da carteira profissional e contracheque (que conste o número da conta do FGTS), para efetuar o preenchimento de formulário para a retirada do FGTS, cujos mandados já obtiveram ganho de causa. Solicitamos também aos que constam da lista abaixo e por motivos outros já efetuaram o saque, que comuniquem à ADUFPB-JP/SSind para que possamos encerrar o processo.

### MANDADO Nº 92.0002346-0

Ademir Alves de Melo; Aldo Bezerra Maciel; Areobaldo Alves de Araújo; Djair Aquino de Lima; Ednaldo Dias de Barros; Eduardo Sérgio Soares Sousa; Eleonor Pontes Ribeiro de Albuquerque; Elizabeth Valdeck; Heleódorio Honoratos dos Santos; Félix Onofre Guerra; Gisélia Campelo Rabay; Heitor Cabral da Silva; Ignácio Tavares de Araújo; Lerora Costa da Silveira; Lucette Paule Raymond Rocou; Marcos Alberto Ribeiro de Barros; Maria Emília Romero de M. Henrique; Marta Cristina de O Farias; Rosa Maria Silva Campelo Galvão; Valdemir Mendes de Pontes; Zélia Maria de Almeida.

### Mandado nº 92.0003597-3

Antônio Batista Guedes; Eliane Pires de Albuquerque; Ernani Sartori; José Raimundo de Lima; Miryan Ciarlini Marinho de Souza; Silvino Pedrosa Espínola.

### Mandado nº 92.0005527-3

Astênio César Fernandes; Hertha Urquiza Baracho; Yone Maria R. Cesar Fernandes.

### Mandado nº 92.0004516-2

André Luiz Piva de Carvalho; Eliana Monteiro Moreira; Ivaldo Mário C. Brandão; José Geraldo de Menezes Lira; Josefa Marileide M. M. Lira; Maria de Fátima Santos de Araújo; Marinalva Pontes de Figueredo; Marta Cristina de O. Farias; Maurice Joseph Felix Van Woensel; Norma Lins Leite; Robson Tamar da Costa Ramos; Rodrigo Francisco Pereira Neto.

participe da AG do dia 09.07.93

## Conselho de Representantes

A Presidente da ADUFPB-JP/SSind, em conformidade com o art. 22 do Regimento desta Seção Sindical, convoca reunião do Conselho de Representantes (CR) para o dia 21 de julho, quarta-feira, às 15:00h, na sede da entidade para tratar da seguinte pauta:

1. Organização e funcionamento do CR;
2. Eleições para complementação do CR;
3. Composição dos grupos de trabalho da ADUF;
4. Encaminhamentos do XXVI CONAD.

## Eleições

A atual diretoria da ADUFPB-JP/SSind foi eleita em dezembro de 1992, junto com ela, realizaram-se eleições para o Conselho de Representantes, porém nem todos os Centros conseguiram eleger representantes bem como alguns dos eleitos tiveram que se afastar por terem assumido cargos na administração da UFPB.

Assim, dada a importância do Conselho de Representantes para a nossa organização sindical e para que nos organizemos para as lutas que devemos travar na defesa da Universidade, das condições de trabalho, para a melhoria do trabalho que prestamos e principalmente para podermos intervir no processo de revisão Constitucional, tanto para a sua não realização quanto na garantia dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, precisamos complementar o Conselho de Representantes e fazê-lo funcionar com a dinâmica que o Movimento Docente necessita.

### Situação do CR nos Centros

Centro	nºs R/S	Eleitos		Falta	
		R	S	R	S
CCHLA	08	03	07	05	07
CCEN	05	-	-	05	05
CCSA	02	01	* 01	01	01
CCS	10	05	07	05	03
CCJ	01	01	02	-	-
CE	03	-	-	03	03
CT	03	01	03	02	03

- participe das eleições para escolha do(s) representante(s) do seu Centro ou  
- seja representante do seu Centro no CR da ADUFPB-JP/SSind

## OPINIÃO

### E agora, companheiro(a) ?

*Graziela Oliveira\**

Equívocos à parte, os servidores públicos de diversas categorias mostraram, na última greve, a importância da unidade no movimento sindical. Terminada a greve, o que faremos?

O serviço público continua com dificuldades de oferecer atendimento de qualidade à população, seja na Educação, na Saúde ou na Previdência Social. A Segurança Pública é uma calamidade, abrigando infratores e bandidos travestidos de policiais e agentes da Justiça.

Na tentativa de reduzir a crise econômica e o propalado déficit público, o governo reduz o orçamento da área social e luta para impedir a fixação do reajuste mensal de salários.

A população está cada vez mais pobre; o número de adultos e de crianças carentes é enorme. A campanha contra a fome e a miséria parece imprescindível, mas ela não vai resolver o problema, porque ele é estrutural.

Setores progressistas do Congresso e da sociedade tentam adiar a Revisão Constitucional prevista para 5 de outubro próximo. Entre os motivos para o adiamento está a salvaguarda dos direitos sociais conquistados pelo povo em 1988, alguns dos quais sequer implementados, como o direito à saúde.

Enquanto ainda não se constituíram foruns populares de discussão sobre a Revisão Constitucional, o Congresso está comprometido com os interesses privatistas. A CNI (Confederação Nacional das Indústrias) já está organizada para retirar da Constituição o direito de greve, o conceito de empresa nacional, o monopólio da pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, entre outros.

E nós, professores, o que fazemos para por em prática os direitos conquistados nas áreas de seguridade social, política educacional, ciência e tecnologia?

A nossa atuação enquanto servidores públicos deve estar inserida no movimento de preservação do serviço público de qualidade. Assim sendo, devemos observar se as nossas aulas são preparadas e implementadas de forma a transmitir ao público (nossos alunos) um comportamento crítico e de compromisso para com a sociedade.

A unidade dos trabalhadores (do setor público e do setor privado), se constrói na medida em que nos engajamos na luta por uma política de seguridade social que exija do poder público verbas

públicas destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

A unidade se constrói quando utilizamos os poucos recursos de que dispomos numa prática profissional que privilegie os interesses do coletivo, na garantia do ensino público, gratuito e de qualidade.

A unidade se constrói na medida em que fazemos (fazemos) jus ao salário que recebemos. Por isto, companheiro (a), não fique de fora. Ajude a organizar a unidade no seu Centro. Vamos discutir os pontos cruciais da Revisão Constitucional.

*\* Professora Deptº Economia/CCSA, membro da diretoria da ADUTPB-JP/SSind.*

## DNTE

### realiza Congresso em julho

O Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT estará realizando congresso nos dias 27, 28 e 29 de julho, em Brasília. Sua temática será sobre a estrutura vertical sindical dos trabalhadores em educação; balanço político e organizacional da entidade e eleição para a 6ª Plenária Nacional da CUT. O XI Congresso da ANDES-SN posicionou-se contrariamente a definição de uma estrutura vertical da CUT baseada em Federações e Confederações, como foi aprovado na 5ª Plenária da CUT, juntamente com a filiação à CIOLS. Tanto a ANDES-SN quanto a CUT, construíram-se com uma prática sindical que negava a estrutura sindical oficial, baseada no fascismo italiano e implementada pelo varguismo. Foi nesta perspectiva que nasceram os Departamentos Nacionais da CUT, como uma alternativa ao sistema federativo e confederativo. A medida que alguns segmentos sindicais cutistas passaram a ter o controle sobre algumas das Federações e Confederações já existentes, cresceu no interior da Central um processo de acomodação a estas estruturas, a ponto de estarem se tornando uma referência para a verticalização da estrutura da Central. Os Departamentos não foram extintos, cabendo ao Congresso da CUT repensar ou simplesmente referendar esta nova diretriz de organização sindical.

A ANDES-SN pretende ter uma delegação numerosa neste Congresso uma vez que a estrutura sindical vertical se contrapõe à forma de organização da ANDES-SN e estará em questão a perspectiva de imprimir ao DNTE um papel real de articulador e organizador das lutas comuns dos trabalhadores da Educação, principalmente diante da revisão constitucional.

A composição do Congresso estará formada por 3 delegados por entidade nacional e 1 para cada 3000 sindicalizados, eleitos em Assembleia nas entidades de base filiadas à CUT e em dia com suas mensalidades. O prazo para escolha dos delegados é dia 09.07.

## A satanização do público

**H**á um conto-do-vigário em curso no Brasil. O espertalhão entra em cena, denuncia a falência do Tesouro, louva as virtudes do mercado e propõe o desmanche do Estado. Desfalques escabrosos fazem-no convincente. A autópsia do collarato credencia-lhe a infalibilidade. Seu lema é "tudo o que o governo toca vira pó". Debaxo dessa aparente verdade transita uma confusão na qual se misturam dois conceitos, o de atividade estatal e o de serviço público.

O estatal e o público são coisas diversas. O Banerj é um banco estatal e o Hospital das Clínicas é um hospital público. Por mais doidos que haja no Rio de Janeiro, nunca um carioca entrou numa agência do Banerj e pediu 10 milhões para pagar o colégio do filho. Isso porque, mesmo sendo estatais, os bancos oficiais funcionam como empresas privadas. Por mais doidos que haja em São Paulo, ninguém deixa de ir ao Hospital das Clínicas porque está sem dinheiro. Serviço público, o hospital existe para o cidadão.

Confundir uma conveniente redução da atividade econômica do Estado com



ILUSTRAÇÃO ELIZABETH TOGNATO

atrofia dos serviços públicos é uma vigarice. Muitas vezes ela vem disfarçada no discurso da competência: tudo o que é privado funciona e tudo o que é público enguiça. Trata-se de uma generalização falaciosa. As universidades públicas são as melhores do país e as bibocas médicas dos bairros pobres são piores que os hospitais públicos.

Nove entre dez brasileiros jamais tiveram relações com a face generosa do Estado. Aquela que tem BNDES, juros

subsidiados, anistias fiscais e jantares em homenagem ao ministro da Fazenda. Essa fauna enriqueceu à custa do Erário e, agora que ele faliu, proclama a inutilidade do papel público do Estado. Construiu um manicômio social de apartesmo na presunção de que saúde, segurança e ensino públicos são coisas de pobre, quando na realidade são coisas de cidadão.

O projeto de cortes de despesas proposto pelo ministro Fernando Henrique Cardoso teve uma perversa preferência pelo social. Bateu duro na área de saúde enquanto pouçou o metrô de Brasília, obra equivalente ao asfaltamento de Veneza. É um direito do professor Cardoso pedir que se esqueça tudo o que já escreveu, mas é justo que o preço disso seja o ceticismo em relação a tudo o que diga.

Para o brasileiro que carrega marmita, os serviços públicos são ineficientes porém indispensáveis. A prosopopéia do desmanche do Estado oferece o fechamento de empresas estatais que fizeram milionários no andar de cima junto com cortes nos serviços onde vivem os contribuintes do andar de baixo. Como é mais fácil fechar um hospital no subúrbio cortando-lhe as verbas do que um banco oficial acabando com seus empréstimos, alguns serviços de saúde pública já suspenderam as consultas, mas as caixas de financiamento continuam abertas.

A satanização dos serviços públicos é um ardil anti-social. No tempo do Brasil Potência, quando havia dinheiro de sobra, contava-se que era preciso esperar que o bolo crescesse para servi-lo. Comeram o bolo, botaram a culpa no Estado e agora se tenta confundir a broa de quem não tem com a panqueca de quem tem. Feita a confusão, busca-se nas padarias dos trabalhadores a farinha da próxima festa.

## AÇÕES JUDICIAIS

Sem vontade política para atender as necessidades financeiras e materiais do serviço público de maneira geral, os nossos governantes optaram pela discriminação e desrespeito aos seus servidores. Assim, em sucessivos planos de "estabilização econômica" os servidores foram sempre apontados como responsáveis pelos descalabros administrativos cometidos por ministros itinerantes que fazem rodízio nas diversas pastas como forma de atender às exigências dos partidos políticos que lutam pelo controle da máquina do Estado.

Como fruto desses acordos, votam e aprovam Medidas Provisórias que mais tarde são contestadas na justiça e consideradas inconstitucionais. Essas medidas geraram uma enorme dívida financeira da União para com seus servidores.

Insensíveis às solicitações dos servidores, os diversos governos, se negam sistematicamente a atenderem nossas reivindicações, principalmente quando se trata de repor perdas salariais. Diante de tal atitude os sindicatos representativos das diversas categorias buscaram formas alternativas de lutas para reaver o que as sucessivas leis de políticas salariais, não cumpridas, nos davam como reajustes salariais.

A história da ADUFPB-JP/SSIND é simbolizada pela sua luta constante em defesa do Ensino Público e Gratuito associada à defesa de melhores condições de trabalho

nas IFES, e, em particular, na nossa Instituição. Nosso caminho foi sempre privilegiar a luta política quando da necessidade do enfrentamento com os governos de plantão no Palácio do Planalto. Esse foi sempre o nosso caminho e a razão principal do fortalecimento e da credibilidade alcançada por nosso Sindicato.

A ADUFPB-JP/SSind, em Assembléia Geral, decidiu optar pela via judicial como forma de luta alternativa para recuperar as perdas salariais, sem no entanto, abandonar a sua luta política. Assim sendo, interpomos Ações Judiciais para reaver as famosas URPs (26,06%; 26,05%, 16,19%%) e Plano Collor (84,32%). Todas essas ações foram julgadas procedentes pelo Poder Judiciário estadual. As URPs, nos concedeu os atrasados, sem a incorporação aos nossos vencimentos. O Plano Collor nos concedeu os atrasados e a incorporação aos vencimentos. Todos os passivos referentes às diversas ações foram encaminhados para nossa Assessoria Jurídica para os encaminhamentos cabíveis.

Nesse momento o nosso Sindicato está sendo convocado pelas suas bases para interpor mais uma Ação Judicial contra a União. É necessário que discutamos em Assembléia Geral esse encaminhamento pois entendemos que cada Ação Judicial deva ser precedida de uma decisão política do conjunto da categoria.

## ASSEMBLÉIA GERAL

sexta-feira, 09.07.93 - Auditório da Reitoria  
às 09:00 horas

# AD INFORMA

**ADUFPB-JP/SSind**

*Documento para discussão nas reuniões de Centros*

## **Análise de conjuntura**

A crise política ora vivenciada pela sociedade brasileira tem sido apresentada como uma crise das instituições e a solução proposta tem sido a revisão constitucional.

Fruto de crise estrutural, que tem suas raízes no modelo econômico excludente adotado, na inserção subordinada do Brasil em uma divisão internacional do trabalho definida pelo capital monopolista e no engajamento ao projeto do FMI, essa política adotada por sucessivos governos não prioriza o atendimento das necessidades básicas da população.

Na tentativa de enganar a população, usa-se do convencimento ideológico, apontando na perspectiva de mudanças com novas promessas e ministérios - simples moedas de troca - no rearranjo de forças políticas de apoio ao governo, em novos planos... e a crise continua. As reivindicações do movimento social organizado são desconsideradas e os movimentos são taxados de intransigentes, mais sacrifícios são exigidos e impostos à sociedade.

Na verdade, o atual governo vem tentando conseguir as bases de sustentação política que lhe permita dar continuidade ao projeto "Neoliberal" - receita imposta pelo FMI - que pretende reduzir o tamanho do Estado - ou seja, desobrigar-se dos serviços sociais básicos como educação e saúde, entre outros. Para tanto, o governo, no nível mais imediato, não hesita em cortar do orçamento aquelas dotações direcionadas ao provimento desses serviços básicos ao tempo em que se organiza para efetivar na revisão constitucional a retirada das

conquistas sociais obtidas na Constituição Federal de 1988.

A Reforma Constitucional se coloca para este governo como questão decisiva para garantir a governabilidade e estratégia fundamental para aprofundamento do neoliberalismo redefinindo o papel e o tamanho do Estado, reformulando a estrutura partidária e atendendo as demandas do capital internacional.

Os conservadores se armam para executar esse processo de revisão a toque de caixa. O seu surrado argumento é de que o mundo se transformou após a crise do Leste, sendo assim necessário expurgar o texto constitucional das fórmulas socializantes, incompatíveis com o capitalismo. Essas medidas são, segundo eles, geradoras da ingovernabilidade do Estado. Pretende-se subtrair da Constituição aquilo que representou, efetivamente, avanços sociais e controle estatal sobre áreas de interesse estratégico e social.

Consideramos fundamental apresentar ao MD a perspectiva de que a revisão que está proposta para iniciar-se a 5 de outubro não deve ser tratada como fato consumado. Devemos continuar nos preparando para lutar pela conservação e ampliação das nossas conquistas no texto constitucional. Devemos também trabalhar no sentido de construir um movimento social amplo contra a realização desta discussão em outubro/93. Além da contestação feita pela OAB, CNBB etc, de diversas ordens contra a legitimidade da extensão ou mesmo da própria revisão pretendida pelas elites brasileiras, seria importante aproveitar as eleições quase gerais de 94 para, no interior de um debate político mais intenso e geral, potencializarmos o enfrentamento contra a perspectiva de aprofundar o neoliberalismo no país. Além disso e no mesmo movimento, é central cobrar a regulamentação e o cumprimento de mais de 100 artigos da atual Constituição, que até aqui não se tornaram efetivos.

Essa compreensão da atual conjuntura vivenciada pela sociedade brasileira aponta ao MD, em consonância com o XXVI CONAD, a necessidade de uma intervenção firme junto com a sociedade civil organizada.

*Diretoria Executiva.*

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL  
Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801  
CGC nº 09.282.914/0001-67

# **Política Educacional - GTPE/ADUFPB-JP/SSind**

## *Material para discussão por Centros e GTPE-ADUFPB-JP/SSind*

### **A. INTRODUÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases (LB) da Educação Nacional se encontra, no momento, em discussão no Senado. Deve-se reconhecer que o projeto de Lei se apresenta de forma bastante positiva, particularmente no tocante ao ensino superior. Há necessidade de que os aspectos positivos sejam reforçados e de que se busque modificar pontos que ainda impedem o avanço das propostas do movimento docente.

A Revisão constitucional, mesmo havendo forte pressão em sentido contrário, deverá provavelmente avançar sobre pontos já assegurados na LDB e na Constituição de 88.

Cabe ao Movimento Docente discutir e aprofundar a LDB, de modo a adequar as propostas para a Revisão Constitucional aos aspectos positivos assegurados na nova Lei.

#### **1 - Pontos problemáticos**

##### **- LDB e Constituição:**

Uma avaliação preliminar, feita pelo GTPE, procurou identificar os seguintes pontos problemáticos que merecem a atenção e a atuação da ANDES-SN, tanto no que diz respeito ao acompanhamento da tramitação do projeto de LDB quanto à revisão constitucional:

1.1. participação da iniciativa privada na educação, tanto no que diz respeito ao caráter dessa participação como à destinação de verbas públicas para as instituições privadas de ensino;

1.2. os recursos financeiros para a educação pública, desde a definição de percentuais até os problemas específicos de mecanismos de repasses, salário-educação, caracterização de despesas com ensino (alimentação, transporte, material didático, salários, aposentados) e o controle dos fundos públicos voltados à formação profissional;

1.3. a organização do ensino que ficou seriamente comprometida com a aprovação do artigo 26 (projeto da Câmara) que divide o ensino fundamental em duas etapas - uma de cinco anos e outra de três - na verdade reduzindo a escolaridade obrigatória de oito para cinco anos;

1.4. a relação educação e trabalho, com destaque para o problema da formação técnico-profissional e para a questão da educação de jovens e adultos

trabalhadores (respectivamente capítulos XI e XII do projeto de LDB);

2 Tendo em vista essas questões, com o objetivo de reafirmar as bandeiras do MD, julgamos importante recolocar pontos fundamentais à configuração de um sistema de ensino que possa constituir-se num instrumento efetivo para a canalização de uma ordem social democrática e soberana, tais como:

2.1. financiamento da educação, recursos públicos exclusivamente para a manutenção e desenvolvimento do ensino público;

2.2. concepção de iniciativa privada na educação como concessão de serviço público, submetido ao controle social;

2.3. responsabilidade das diferentes instâncias do poder público no cumprimento efetivo dos direitos sociais à educação;

2.4. gestão democrática nas instituições de ensino (públicas e privadas);

Essas questões gerais podem ser localizadas, basicamente no capítulo III, da Constituição de 1988: Da Educação, Cultura e Desporto. Seção I: Da Educação.

### **B - ARTIGOS ESPECÍFICOS SOBRE EDUCAÇÃO CONSTITUIÇÃO**

Listamos a seguir os artigos específicos sobre educação, assinalando em cada um deste a questão principal e as indicações (propostas) para discussão e revisão.

Art. 205 - Trata-se da definição geral da educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família. Este artigo aparece desdobrado na LDB nos Capítulos I (da educação), II (dos fins da educação nacional) e III (do direito a educação e do dever de educar), onde os princípios gerais que defendemos parecem estar assegurados. É preciso, porém, aprofundar a análise para verificar se modificações e/ou acréscimos devem ser ainda proposto.

Art. 206 - Trata dos princípios que servem de base para o ensino. Nossa preocupação recai sobre os Incisos: IV - gratuidade do ensino - princípio fundamental que deve ser assegurado efetivamente sem limitações; V - valorização dos profissionais do ensino a ser garantida, na forma da lei, através de

plano de carreira, formas de acesso e piso salarial profissional; VI - gestão democrática do ensino que deve ser proposta para todas as instituições de ensino públicas e privadas;

A clareza na definição desses princípios e nas formas de assegurar sua concretização será fundamental para a construção de um padrão unitário de qualidade do ensino previsto no Inciso VII.

Art. 207 - Manutenção do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando-se recursos orçamentários adequados.

Art. 208 - Trata-se das formas de garantia do efetivo cumprimento do dever do Estado com a educação. Será preciso considerar a extensão da gratuidade e obrigatoriedade à educação básica, ou seja, nos níveis da educação infantil, ensino fundamental e médio; oferta de educação superior pública e gratuita; acesso de jovens e adultos trabalhadores à educação regular nos níveis fundamental, médio e superior, em condições e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades; assegurar que os programas sociais sejam devidamente orçamentados no seu setor específico, atribuição de "crime e responsabilidade", para o caso do não cumprimento do dever para com a educação por parte da(s) autoridade(s) competente(s);

Art. 209 - Resgatar e reafirmar a concepção de ensino privado como concessão de serviços prestados à sociedade (IX Congresso da ANDES-SN - Londrina/89) e incluir dispositivos que estabeleçam as condições de funcionamento das escolas privadas (Projeto de LDB da ANDES-SN, art. 13, parágrafo 1º e Incisos);

Art. 210 - Supressão do ensino religioso nas escolas públicas, considerando-se o ensino laico como pressuposto fundamental de uma educação democrática;

Art. 11 - O parágrafo 2º estabelecendo que "os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar", coloca a questão da municipalização do ensino que precisa ser criteriosamente examinada.

Art. 212, Art. 213 - Reafirmar o princípio de exclusividade de verbas públicas para a escola pública. Dentro dos parâmetros estabelecidos pela proposta da ANDES-SN e ADs para a Universidade brasileira e do padrão unitário de qualidade, remeter à discussão a política de transição da ANDES-SN e a proposta para programas de capacitação docente, pesquisa e extensão nas IES, em particular, no setor das escolas privadas.

Será necessário ainda, do ponto de vista da política educacional, discutir o artigo 60 das disposições Transitórias, que estabelece a aplicação de 50% dos recursos orçamentários da educação na erradicação do analfabetismo, por um prazo determinado.

Nas atuais condições de financiamento da educação, este dispositivo é impossível de ser cumprido no que toca a União e é inócuo para os outros dois níveis da administração pública, estados e municípios.

## **C. DISCUSSÃO DO PROJETO DE LDB APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

*Consultar o texto integral da Lei, publicado na REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE- ANDES-SN, nº 05 - Julho/1993. Advertência: Este roteiro é apenas uma pontuação preliminar de questões polêmicas, nas quais foram enfatizados os capítulos de organização da Educação Nacional, Ensino Superior. O GTPE solicita que as ADs que tenham contribuições as encaminhem à Coordenação.*

### **Art. 20**

Inciso I: suprimir "sindicato".

Inciso V: manter o texto do projeto Jorge Hage, que prevê limite de 15% do orçamento para custeio.

### **Art. 21 Incisos I e IV, § 1º**

Manter o texto do Projeto Jorge Hage, pois o GTPE considera um retrocesso a nomeação do diretor pelo dirigente do órgão responsável pela administração da educação, o critério da ascensão na carreira e a exclusão das instituições privadas que recebem verbas públicas.

### **Art. 24 Inciso II alínea b**

Acompanhamento, por parte da Diretoria da ANDES-SN e dos GTs, da evolução de nossas propostas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Em substituição à atual proposta de constituição do CNE deveremos reafirmar a proposta original do MD.

§ 4º - Contradição entre a proposta da Câmara de Formação Técnico-profissional e a proposta de subordinação da formação profissional ao Conselho Nacional do Trabalhador.

### **Art. 25**

Reforçar o Fórum Nacional de Educação na sua composição e atribuições. O GTPE deverá apresentar propostas de formas concretas para esse reforço.

### **Art. 26**

Item b: suprimir de "dividido em duas etapas" até o final.

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 28.07.93 n° 06

## Revisão Constitucional

*Aproxima-se a data em que o Congresso Nacional deverá assumir a Revisão Constitucional, atendendo a dispositivo de Lei.*

*A natureza de tal revisão é discutível: restrita ou irrestrita? E perguntas se faz: a quem interessa tal revisão? Por que a revisão, se diversos artigos ainda não foram regulamentados?*

*O inconformismo da elite dominante, dentro e fora do Congresso Nacional, diante das conquistas sociais obtidas na Constituição de 88 é patente e será alvo principal das oligarquias políticas brasileiras.*

*A classe dominante quer a eliminação de tais dispositivos e seguindo o receituário do FMI e Banco Mundial desmantelar o serviço público sob o falso argumento de conduzir o Brasil ao primeiro mundo.*

*O plano da burguesia pretende eliminar da Constituição os seguintes princípios: estabilidade no serviço público, aposentadoria por tempo de serviço, licença maternidade, direito de greve, jornada de seis horas, percentuais de repasse para o Estado e Municípios, gratuidade do ensino superior, vinculação de recursos à educação, o papel das IFES e o fim do monopólio do Petróleo e de Comunicações.*

*Os objetivos a atingir são claros. A filosofia a ser implementada enfraquece a participação do Estado e fortalece o setor privado em detrimento dos interesses mais gerais da Nação.*

*É urgente, portanto, que o movimento social organizado articule-se e lute pela preservação e ampliação dos direitos sociais tão duramente conquistados. E precisamos começar lutando pela alteração do calendário, pelo adiamento.*

*Devemos estar preparados para a perspectiva da Revisão. Assim, a ADUFPB-JP/SSind convoca os professores para um engajamento efetivo nos nossos Grupos de Trabalho de Verbas, Política Educacional, Política Sindical, Ciência e Tecnologia, Saúde e Seguridade Social, como forma de promovermos debates para uma participação qualificada no processo de Revisão Constitucional, se for mantido o atual calendário.*

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

*Participe do Seminário sobre  
REVISÃO CONSTITUCIONAL,  
dia 04 de agosto de 1993, às 9:00 horas, no  
Auditório da Reitoria*

## Informes Locais

### DETE

Aconteceu no sábado, 24 de julho, a Plenária Estadual do Deptº Estadual dos Trabalhadores em Educação- DETE-CUT/PB. Nesta Plenária foram discutidas as condições do ensino no Estado e as formas possíveis de solução dos problemas. Ficou decidido a organização de um Congresso sobre Educação, agendado para o mês de outubro. A ADUFPB-JP/SSind compareceu com 5 delegados.

### Reuniões por Centros

A ADUFPB-JP/SSind tem organizado reuniões por Centro para discussão da política educacional, entre outros problemas de interesse da categoria. A reunião do CT ocorrerá dia 27 às 9:30h. Falta ainda agendar reuniões para o CCS e o CCEN. Ajude a diretoria, tomando a iniciativa de marcar as datas.

No dia 22, a reunião que deveria ser conjunta do CCSA e CE, compareceram 21 docentes, todos do CE. Será que os professores do CCSA acham irrelevante discutir a LDB e a política educacional? A discussão na sala de reuniões do CE continua na próxima terça-feira, 27.07.

### Domingo no Campus

O 1º Domingo no Campus (25.07.93), transcorreu num clima de descontração e muita alegria. Algumas das atividades programadas não se efetivaram por falta de pessoas para formar as equipes. Houve Tai Chi Chuan, passeio ecológico, natação e modelagem em cerâmica. Todas as atividades foram acompanhadas por especialistas. Crianças e adultos se entenderam e se divertiram. Foi uma gratificante experiência das Diretorias Culturais do SINTESPB e da ADUFPB-JP com o apoio da COEX/UFPB.

### APAN e o Domingo no Campus

A APAN também se fez presente ao Domingo no Campus, coordenando a coleta de lixo e o passeio ecológico, atividades estas feitas com muita animação pelas crianças e pais. Surpresos, os participantes depararam-se, ao final, com 40 sacos grandes de lixo, repletos de plástico (copos, sacos, garrafas etc) numa área de pouco mais de 200m, ao cabo de 30 minutos de coleta. Ficou muito claro para todos que este lixo traz danos à nossa bela mata, bem como a necessidade da reciclagem destes materiais. Espera-se atitude imediata da Prefeitura Universitária.

No passeio ecológico, discutiu-se sobre biodiversidade, mútmetismo, reciclagem de nutrientes, na floresta, relações harmônicas na natureza. Houve, também, uma visita rápida ao biotério da Biologia. Todos participaram com muito interesse. Parabéns aos promotores do evento.

Diretoria Cultural  
ADUFPB-JP/SSind

ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SINDICATO NACIONAL

Caixa Postal 5001 Centro de Vivência UFPB - 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil (083) 224.3801  
CGC n° 09.282.914/0001-67

## Em busca da dignidade perdida

Graziela de Oliveira\*

Na discussão sobre a função social da universidade, há professores que argumentam que a universidade contemporânea tem a função de produção do saber comprometido com a maioria da sociedade<sup>(1)</sup>. A universidade deve desenvolver a Ciência, a Técnica e a Arte que contribuam para a solução dos problemas da sociedade, num contexto de democratização do ensino.

A democratização do ensino universitário implica que a universidade deve prestar contas de suas atividades à sociedade que a sustenta, através de uma avaliação contínua de suas ações e resultados. Isto significa que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem atender as necessidades e anseios da sociedade.

Nos anos 30, a universidade brasileira nascente voltou-se para a formação de uma elite intelectual e de excelentes professores para o 2º grau. O professor, em qualquer nível de ensino, mas principalmente o universitário, durante décadas foi digno do respeito e do apreço da sociedade.

A universidade brasileira, de fato, tem contribuído para a formação de recursos humanos que são aproveitados tanto pelo setor público como pelo privado. De seus laboratórios e salas de aula têm saído projetos e soluções que auxiliam a resolução de problemas da população e que são aproveitados pela iniciativa privada.

Na sua curta história de vida, a universidade tem sofrido com as mudanças nas políticas governamentais. O ideal dos anos 30 ficou perdido na história. Hoje, assim como nos anos da ditadura, a universidade é atacada pelos governantes que, ao contrário, deveriam protegê-la, por ser um bem público.

Recentemente, na esteira da desregulamentação da economia e privatização de parte do setor público, os governos buscam descompromissar o Estado com o ensino universitário. A universidade pública deve também passar a produzir mercadorias como qualquer outra empresa privada. Porém, como não interessa ao capital ocupar-se, por exemplo, de endemias e doenças típicas da pobreza e que resultam das péssimas condições de vida de grande parte da população, qual será então o papel social da universidade?

### abaixo o corporativismo

Se existem universidades públicas de alto nível de excelência, onde docentes e servidores administrativos pautam sua conduta pela responsabilidade e competência, também faz parte da universidade brasileira características de clientelismo, oportunismo e corporativismo.

Como afirma Vieira, "o corporativismo se manifesta no dia-a-dia da instituição sob as mais diversas formas, mas é no departamento que se encontra o seu terreno mais fértil".<sup>(2)</sup>

Assim, é fato comprovado, que o encaminhamento de planos e relatórios de atividades, processos individuais de ascensão funcional e de mudança de regime de trabalho ocorre de forma inescrupulosa, onde os interesses individuais e corporativos sobrepõem aos interesses da instituição.

Este descaso para com a coisa pública, que parte do próprio meio universitário, facilita o ataque desferido por autoridades governamentais contra o ensino público e a busca de "excelência" na privatização.

A preservação da Universidade pública, gratuita e de qualidade passa, portanto, pela avaliação individual e institucional, que resgate a dignidade do professor enquanto categoria profissional e da instituição, enquanto produtora do saber e de comportamento enaltecedor.

### a dupla tarefa sindical

A partir de 1979-80, quando o movimento docente organizado desponta, ele não apenas se engaja nos problemas do ensino e da sociedade, mas se ocupa também da crítica das políticas governamentais. O MD tem se destacado na preservação de interesses trabalhistas e na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Sem a força do movimento sindical, a universidade não estaria resistindo, e os níveis salariais ainda seriam medíocres.

Porém, como adverte Vieira<sup>(2)</sup>, além da luta pela garantia de salários dignos, o MD deve quebrar o corporativismo, tanto no que se refere a questões internas à universidade, como na sua relação com o Estado e a sociedade, no objetivo de salvar a universidade pública do completo sucateamento.

Sucessivos planos econômicos inflingiram aos assalariados perdas consideráveis. A ADUFPB-JP, através de medidas judiciais, tem tentado e obtido a recuperação de várias perdas. O êxito dessas ações estimulou o crescimento do sindicato. Contudo, a quantidade de professores sindicalizados precisa transformar-se em qualidade. Ou seja, devemos lutar por salários dignos, mas devemos também lutar por uma universidade de qualidade, com professores competentes e dedicados.

Neste sentido, a tarefa do MD é dupla:

O MD deve fazer a crítica a políticas econômicas que pressionam o poder aquisitivo da classe trabalhadora, se desobrigam com os serviços públicos e condenam milhões de brasileiros à fome, à miséria e à ignorância.

Além disso, o MD deve olhar para o seu interior, criticado a prática descomprometida de alguns docentes, em busca da dignidade perdida do(a) professor(a) universitário(a).

1. ROMANO, Roberto. As funções sociais da universidade. In Brandão, Zaia et al. Universidade e Educação. Campinas, SP. Papyrus, 1992, p. 87-95.

2. VIEIRA, Sofia Lerche. A universidade federal em tempos sombrios. In Brandão, op. cit. p. 97-114.

## REVISÃO CONSTITUCIONAL: PARA QUE(M)

Alder Júlio Ferreira Calado\*

O ato das disposições constitucionais transitórias prevê, em seu art. 3º, que "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral". Como se vê, o texto não fixa data precisa para o início da revisão constitucional. Não se diz, por exemplo, algo como: "ao completar cinco anos", mas sim: "após cinco anos". Para as forças conservadoras, porém, trata-se de exigir da Câmara e do Senado que, em sessão unicameral, procedam, já a partir de outubro vindouro, a uma ampla e profunda reforma da Carta de 1988.

Tamanho zelo constitucionalista desperta, no mínimo, curiosidade, ainda que não constitua propriamente uma surpresa, partindo de quem parte a iniciativa... Nem é preciso lembrar que, se o motivo fosse puro zelo constitucionalista, essas mesmas forças já teriam mostrado igual empenho na luta pela votação das leis complementares, sem as quais parte considerável da Constituição - principalmente os artigos atinentes à ordem social - não passa de letra morta. É o que tem acontecido. Basta lembrar o caso do Projeto de LDB: após anos de tramitação no Congresso Nacional, e dois meses depois de votado na Câmara Federal, ainda se arrasta pelo Senado, sem data fixa de votação...

Sabe-se, por outro lado, que, a despeito de toda a mobilização popular, durante o processo constituinte, falaram mais alto os interesses dos "lobbies" empresariais. Folgadoamente representados no famigerado "Centrão", mostraram-se suficientemente esportos, ao conseguirem arrancar deste uma aprovação definitiva dos artigos referentes à ordem econômica, que são, em sua maioria, auto-aplicáveis, ao contrário dos que tratam da ordem social...

Essas mesmas forças, favorecidas e embaladas pela onda neoliberal da era "Bush (ou Clinton?) imperator", tudo fazem para varrer da Constituição o que há de conquistas - e não há muito, convenhamos! - que os movimentos populares, apoiados por setores progressistas da sociedade civil, conseguiram, a duras penas, arrancar do Congresso Constituinte.

Há, com efeito, pontos consagrados pela Constituinte de 1987/1988, que vêm sofrendo um sistemático bombardeio por parte dos setores conservadores. A começar pela desvalorizada onda de

ataques ao patrimônio público. Aproveitando-se da derrocada dos regimes stalinistas, que tratam de confundir com o pretensio fim do socialismo e com a pretensa vitória definitiva do capitalismo, esses setores neoliberais não cessam de investir, na mídia e por outros recursos, contra a chamada função social do Estado. As mesmas minorias privilegiadas que se têm habituado a mamar nas tetas do Estado não param de reclamar a minimização do Estado, virando de vez as costas para as dezenas de milhões de excuídos.

Suas palavras de ordem já são bem conhecidas: fim das estatais, privatização dos serviços públicos essenciais, cerrado ataque ao direito de greve, fim da aposentadoria por tempo de serviço, fim da estabilidade de emprego, da "jornada" de 44 horas, do abono de férias, da remuneração de horas extras à base de 50% da hora normal, da indenização à base de 40% do FGTS, no caso de demissão sem justa causa, a manutenção da iníqua estrutura agrária etc etc.

Dada a atual correlação de forças, inclusive dentro do próprio Congresso, vê-se que são mínimas as chances de que essa revisão constitucional resulte em benefícios para a enorme maioria da sociedade brasileira. Muito menos a pressa reclamada pelas forças conservadoras.

Não havendo, porém, garantia de se evitar o pior, cresce a necessidade de ampla mobilização dos movimentos populares e dos setores progressistas da sociedade civil, no sentido não apenas de denunciar o que está por trás desse empenho revisionista das forças conservadoras, mas sobretudo de se adotar uma postura propositiva que o momento está a exigir.

O XXVI CONAD, realizado recentemente em Natal (RN), também aponta nessa direção, como se vê em seu caderno de textos *Revisão Constitucional*. Sinal de que a ANDES e outros setores do MD tratam de cumprir seu papel, ainda que, na prática, o trabalho "braçal" frequentemente acabe sobrando para tão pouca gente. Seja como for, convém lembrar que mais importante do que constatar e lamentar as dificuldades de mobilização no sindicalismo, inclusive na ANDES, é perguntar o quê e como cada um(a) de nós está fazendo no sentido de tentar reverter esse quadro. Que tal reservar umas duas horas e dispor-se a ajudar a engrossar os grupos de trabalho de nossa AD?

\* Professor DME-CE/UFPB.

Participe do Seminário sobre REVISÃO CONSTITUCIONAL,  
dia 04 de agosto de 1993, às 9:00 horas, no Auditório da Reitoria

## Plano Decenal - Educação sob ordens

José de Melo Neto\*

O Fundo Monetário Internacional, pouco a pouco, vai colocando a economia dos demais países, sobretudo os do terceiro mundo, debaixo de sua ordem. E a economia sob sua ordem arrasta também os demais setores da vida de um país. Mais recentemente, no caso do Brasil, será a vez da educação.

O Ministério da Educação e Desporto inicia uma peregrinação pelos Estados e ao que parece às universidades apresentando o seu Plano Decenal de Educação para Todos. Um Plano que vinha sendo debatido por alguns setores da sociedade e sobretudo órgãos da administração do próprio Ministério. O Plano está posto e ao que parece está pronto. Duas questões se colocam: o porquê do Plano e a razão de ser elaborado neste momento.

Toda a sociedade brasileira conhece razões inúmeras para se ter um Plano ambicioso para a tão caótica Educação. De todos é conhecida a desintegração de esforços do próprio MEC com as demais esferas do poder público em suas tentativas de executar estratégias educativas para realização da meta - Educação para Todos. O Mobral constituiu-se como exemplo notório de uma aplicação de uma política para superação do analfabetismo e que após 10 anos, infelizmente, se constatou o crescimento deste. De estudos do próprio FMI sabe-se da dificuldade de se chegar com o dinheiro da educação lá dentro da própria escola, algo em torno da metade apenas. Parece que não sensibilizam as autoridades governamentais os índices perversos da evasão escolar no Brasil, sobretudo na primeira série de primeiro grau, para não se falar das discrepâncias educativas existentes com as desigualdades regionais. Permanecem insensíveis ainda aos baixíssimos salários pagos pelos Estados e pela Federação aos seus professores, chegando-se às raias da vergonha nacional aqueles pagos pela maioria dos municípios. Não basta ainda a constatação da desqualificação nacional dos profissionais da Educação destacando-se aqueles de 1º grau, fruto também da ausência da política de preparação destes profissionais. Permanecem inertes, sem reação de dados estupeficientes de analfabetismo que na faixa etária de 7 a 19 anos esse índice chega a 37,7% e na faixa de 7 a 9 anos, atinge o patamar vergonhoso de 62,6%, segundo dados do próprio governo - INAD. Ou será que não basta ver o sucateamento geral da Universidade? É um decréscimo sistemático da aplicação de verba à Educação quando em 1989 aplicava-se 4,3% do PIB; em 1990, 3,9%; em 1991, 3,8%; mantendo-se praticamente o mesmo índice para 1992. E os aproximadamente 35 milhões de analfabetos?

Não. Esses dados parecem não ajudar ou contribuir a uma consciência pelo menos administrativa central, de que é preciso Plano de Educação para este país a ser executado e não apenas figurar no papel. Mas esse Plano Nacional de Educação para Todos, não é a expressão da vontade nacional de se educar o país? Verdadeiramente circula agora esse Plano, que tivera até a participação de setores como o Conselho Federal de Educação, CNTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), CRUB, CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNBB/MEB, UNESCO e UNICEF, reunidos em maio passado. Ele é fruto de compromisso do governo, em suas esferas Federal, Estadual e Municipal, de estabelecer diretrizes norteadoras da elaboração da política da Educação para todos para os próximos 10 anos. Um compromisso que segundo se apresenta é resultado da participação do Brasil, em 1990, da Conferência de Educação para Todos realizada na Tailândia, convocada pela ONU-UNESCO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. A educação brasileira está, portanto, sob ordens. Está aí definido para o Brasil que a educação é para todos e isto já se tinha dados suficientes que deixam claro essa lição.

Está difícil de se aprender por aqui que *"toda pessoa tem direito à educação"* firmado na Declaração Universal de Direitos há mais de quarenta anos. A portaria de nº 489, de 13 de março de 1993, do MEC explicita melhor: *"O Ministro de Estado de Educação e Desporto, no uso das suas atribuições e tendo em vista o compromisso assumido, internacionalmente, de elaborar o plano decenal de educação para todos, resolve:"*

Oxalá, esse plano decenal não seja apenas para o Brasil cumprir um calendário de eventos em 1993 que culmina em novembro próximo com uma nova conferência Mundial de Educação em Nova Delhi. Lá serão cobrados esses planos de países que como o Brasil assumiram "compromisso" já naquela conferência da Tailândia. Certamente que a Administração Brasileira também não tem aprendido a lição dada pelo caos educacional do país - a educação não tem sido direito de todos - que pelo menos cumpra a ordem para educação assim como se está fazendo para o setor da economia. Afinal, acabar com o analfabetismo é preciso.

\* Professor DHP-CE/UFPB

## Política Educacional

### A. Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional se encontra, no momento, em discussão no Senado. Deve-se reconhecer que o projeto de Lei se apresenta de forma bastante positiva, particularmente no tocante ao ensino superior. Há necessidade de que os aspectos positivos sejam reforçados e de que se busque modificar pontos que ainda impedem o avanço das propostas do movimento docente.

A Revisão constitucional, mesmo havendo forte pressão em sentido contrário, deverá provavelmente avançar sobre pontos já assegurados na LDB e na Constituição de 88.

Cabe ao Movimento Docente discutir e aprofundar a LDB, de modo a adequar as propostas para a Revisão Constitucional aos aspectos positivos assegurados na nova Lei.

### 1 - Pontos problemáticos - LDB e Constituição:

Uma avaliação preliminar, feita pelo GTPE, procurou identificar os seguintes pontos problemáticos que merecem a atenção e a atuação da ANDES-SN, tanto no que diz respeito ao acompanhamento da tramitação do projeto de LDB quanto à revisão constitucional:

1.1. participação da iniciativa privada na educação, tanto no que diz respeito ao caráter dessa participação como à destinação de verbas públicas para as instituições privadas de ensino;

1.2. os recursos financeiros para a educação pública, desde a definição de percentuais até os problemas específicos de mecanismos de repasses, salário-educação, caracterização de despesas com ensino (alimentação, transporte, material didático, salários, aposentados) e o controle dos fundos públicos voltados à formação profissional;

1.3. a organização do ensino que ficou seriamente comprometida com a aprovação do artigo 26 (projeto da Câmara) que divide o ensino fundamental em duas etapas - uma de cinco anos e outra de três - na verdade reduzindo a escolaridade obrigatória de oito para cinco anos;

1.4. a relação educação e trabalho, com destaque para o problema da formação técnico-profissional e para a questão da educação de jovens e adultos trabalhadores (respectivamente capítulos XI e XII do projeto de LDB);

2 Tendo em vista essas questões, com o objetivo de reafirmar as bandeiras do MD, julgamos importante reolocar pontos fundamentais à configuração de um sistema de ensino que possa constituir-se num instrumento efetivo para a canalização de uma ordem social democrática e soberana, tais como:

2.1. financiamento da educação, recursos públicos exclusivamente para a manutenção e desenvolvimento do ensino público;

2.2. concepção de iniciativa privada na educação como concessão de serviço público, submetido ao controle social;

2.3. responsabilidade das diferentes instâncias do poder público no cumprimento efetivo dos direitos sociais à educação;

2.4. gestão democrática nas instituições de ensino (públicas e privadas);

Essas questões gerais podem ser localizadas, basicamente no capítulo III, da Constituição de 1988: Da Educação, Cultura e Desporto. Seção I: Da Educação.

### B - ARTIGOS ESPECÍFICOS SOBRE EDUCAÇÃO CONSTITUIÇÃO

Listamos a seguir os artigos específicos sobre educação, assinalando em cada um deste a questão principal e as indicações (propostas) para discussão e revisão.

Art. 205 - Trata-se da definição geral da educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família. Este artigo aparece desdobrado na LDB nos Capítulos I (da educação), II (dos fins da educação nacional) e III (do direito a educação e do dever de educar), onde os princípios gerais que defendemos parecem estar assegurados. É preciso, porém, aprofundar a análise para verificar se modificações e/ou acréscimos devem ser ainda proposto.

Art. 206 - Trata dos princípios que servem de base para o ensino. Nossa preocupação recai sobre os Incisos: IV - gratuidade do ensino - princípio fundamental que deve ser assegurado efetivamente sem limitações; V - valorização dos profissionais do ensino a ser garantida, na forma da lei, através de plano de carreira, formas de acesso e piso salarial profissional; VI - gestão democrática do ensino que deve ser proposta para todas as instituições de ensino públicas e privadas;

A clareza na definição desses princípios e nas formas de assegurar sua concretização será fundamental para a construção de um padrão unitário de qualidade do ensino previsto no Inciso VII.

Art. 207 - Manutenção do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando-se recursos orçamentários adequados.

Art. 208 - Trata-se das formas de garantia do efetivo cumprimento do dever do Estado com a educação. Será preciso considerar a extensão da gratuidade e obrigatoriedade à educação básica, ou seja, nos níveis da educação infantil, ensino fundamental e médio; oferta de educação superior pública e gratuita; acesso de jovens e adultos trabalhadores à educação regular nos níveis fundamental, médio e superior, em condições e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades; assegurar que os programas sociais sejam devidamente orçamentados no seu setor específico, atribuição de "crime e responsabilidade", para o caso do não cumprimento do dever para com a educação por parte da(s) autoridade(s) competente(s);

Art. 209 - Resgatar e reafirmar a concepção de ensino privado como concessão de serviços prestados à sociedade (IX Congresso da ANDES-SN - Londrina/89) e incluir dispositivos que estabeleçam as condições de funcionamento das escolas privadas (Projeto de LDB da ANDES-SN, art. 13, parágrafo 1º e Incisos);

Art. 210 - Supressão do ensino religioso nas escolas públicas, considerando-se o ensino laico como pressuposto fundamental de uma educação democrática;

Art. 11 - O parágrafo 2º estabelecendo que "os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar", coloca a questão da municipalização do ensino que precisa ser criteriosamente examinada.

Art. 212, Art. 213 - Reafirmar o princípio de exclusividade de verbas públicas para a escola pública. Dentro dos parâmetros estabelecidos pela proposta da ANDES-SN e ADs para a Universidade brasileira e do padrão unitário de qualidade, remeter à discussão a política de transição da ANDES-SN e a proposta para programas de capacitação docente, pesquisa e extensão nas IES, em particular, no setor das escolas privadas.

Será necessário ainda, do ponto de vista da política educacional, discutir o artigo 60 das disposições Transitórias, que estabelece a aplicação de 50% dos recursos orçamentários da educação na erradicação do analfabetismo, por um prazo determinado.

Nas atuais condições de financiamento da educação, este dispositivo é impossível de ser cumprido no que toca a União e é inócuo para os outros dois níveis da administração pública, estados e municípios.

### C. DISCUSSÃO DO PROJETO DE LDB APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Consultar o texto integral da Lei, publicado na REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE-ANDES-SN, nº 05 - Julho/1993. Advertência: Este roteiro é apenas uma pontuação preliminar de questões polêmicas, nas quais foram enfatizados os capítulos de organização da Educação Nacional, Ensino Superior. O GTPE solicita que as ADs que tenham contribuições as encaminhem à Coordenação.*

Art. 20 - Inciso I: suprimir "sindicato".

Inciso V: manter o texto do projeto Jorge Hage, que prevê limite de 15% do orçamento para custeio.

Art. 21 Incisos I e IV, § 1º - Manter o texto do Projeto Jorge Hage, pois o GTPE considera um retrocesso a nomeação do diretor pelo dirigente do órgão responsável pela administração da educação, o critério da ascensão na carreira e a exclusão das instituições privadas que recebem verbas públicas.

Art. 24 Inciso II alínea b - Acompanhamento, por parte da Diretoria da ANDES-SN e dos GTs, da evolução de nossas propostas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Em substituição à atual proposta de constituição do CNE deveremos reafirmar a proposta original do MD.

§ 4º - Contradição entre a proposta da Câmara de Formação Técnico-profissional e a proposta de subordinação da formação profissional ao Conselho Nacional do Trabalhador.

Art. 25 - Reforçar o Fórum Nacional de Educação na sua composição e atribuições. O GTPE deverá apresentar propostas de formas concretas para esse reforço.

Art. 26 - Item b: suprimir de "dividido em duas etapas" até o final.

Art. 36 - Inciso III: suprimir "raças".

Art. 45 - Inciso III: suprimir.

Art. 52 - § 2º - após "definido pelo CNE" acrescentar "ouvido o Conselho Nacional do Trabalho".

§ 3º - apresentação de uma emenda substitutiva: Para ser considerada Ensino Básico, a Formação-profissional terá

que atender às diretrizes e objetivos educacionais estabelecidos nesta lei para aquele nível de ensino.

§ 4º - suprimir de "para atender" até "trabalho".

Art. 53 - suprimir.

Art. 54 - Suprimir o *caput*; § 1º transforma-se em *caput* e recebe o seguinte acréscimo depois de "competente": "atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pelo sistema de ensino".

Art. 55 - *Caput*: substituição da palavra "rede" por "instituições de formação técnico-profissional públicas".

Incisos III e IV: acréscimo no início: "as instituições privadas serão financiadas com..."

Art. 63, § 2º - Substituir "Ministério" por "CNE" e "Comissão de Especialistas" por "Comissão Autônoma de Avaliação".

Discutir composição dessa Comissão e critérios para escolha de seus membros como atribuição do CNE.

Art. 64 - Inciso V: suprimir de "admitindo-se" até o final.

Art. 70 - Inciso II - Nova redação: "A duração do mandato dos dirigentes de instituições de ensino superior será definido em seus estatutos, não podendo exceder a 4 anos, vedada a recondução".

Art. 71 - Recomenda-se ao GTPE estudar melhor o caráter jurídico-direito público ou não - das IES.

Art. 72 - § 5º - O GTPE deverá proceder a uma análise mais detalhada.

Art. 74 - Discutir o repasse de recursos públicos para a pesquisa nas IES privadas.

Art. 77 - Inciso VII - Manter deliberações do MD quanto ao regime de trabalho; 20 horas e dedicação exclusiva, eliminando-se as 40 horas.

Inciso IX - Sugestão de desmembramento do artigo de forma a contemplar a especificidade de cada tipo de afastamento; recomendada nova redação do artigo.

§ 1º - Substituir "poderão" por "deverão".

Art. 86 Inciso III - Discutir a questão da concessão de canais. Articular discussão com o Fórum pela Liberdade na Comunicação.

Art. 93 § 3º - Nova redação: "O piso salarial profissional do magistério público e privado será definido por lei específica".

### Capítulo XIX

#### (Dos Recursos Financeiros)

Deve ser objeto de discussão conjunta dos GTs Política Educacional, Verbas e Seguridade Social.

O GTPE recomenda instituir o salário-creche e a redefinição das atividades consideradas como "despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino" de forma a evitar a inclusão de despesas tais como: alimentação, aposentadoria etc., como gasto em educação.

Art. 114 Inciso IV - Substituir pelo *caput* do artigo 60 das Disposições Transitórias da CF.

Art. 135 - suprimir.

#### Documentos consultados:

1. Constituição de 1988;
2. Revista Universidade e Sociedade - ANDES-SN, nº5, julho, 1993 (LDB)
3. XXVI CONAD/ANDES-SN-Natal. Relatório Tema II - Política Educacional.



# Modelo mexicano aumenta a pobreza

*Com a implantação do modelo econômico neoliberal, o México é apresentado como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Mas o número de desempregados, a queda do poder aquisitivo dos salários e o empobrecimento da classe trabalhadora desmentem a euforia oficial.*

Depois de ter passado pelo mesmo processo de crise econômica verificado na América Latina durante a última década, o México é apresentado, no discurso oficial e nas manifestações das autoridades econômicas internacionais, como um país em franca recuperação e citado como o modelo de ajuste neoliberal, que todos os países que queiram retomar o crescimento, devem seguir. Teoricamente, o México tem renegociado sua dívida externa com êxito, o que proporcionou confiança aos investidores estrangeiros, que têm aportado o capital necessário para a retomada do crescimento sustentável.

Esta visão extremamente otimista não corresponde à realidade dos setores assalariados e da imensa maioria da população. Hoje, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, da ONU), o poder aquisitivo do salário mínimo caiu em mais de 60% em relação a 1980. O índice de desemprego

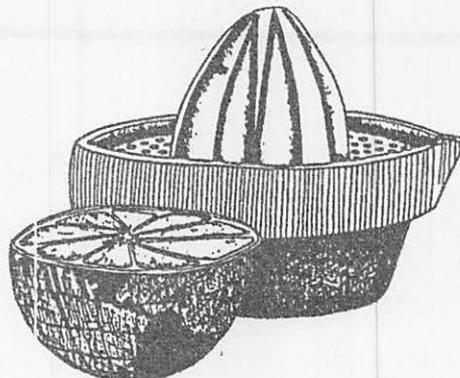
oficial tampouco considera que o equivalente da força de trabalho ocupada tenha que viver do subemprego. Quanto à dívida, seu montante seguiu igual e o que o governo obteve foi a capacidade de continuar endividando-se. O país segue pagando a quantidade estratosférica de aproximadamente 10 bilhões de dólares anuais por juros da dívida externa, comprometendo recursos fundamentais para seu desenvolvimento. A confiança adquirida pelos investidores estrangeiros se baseia na profundidade do ajuste exercido pelo governo, com a privatização acelerada do patrimônio público construído durante o século. Conquistas fundamentais do povo têm sido destruídas com a privatização, que continua em curso, ameaçando os setores da educação, saúde e os recursos petrolíferos. Com a abertura desmedida da economia, a indústria nacional está em aberta decomposição, devendo esperar-se praticamente seu extermínio frente à impossibilidade de competir.

## Centralização

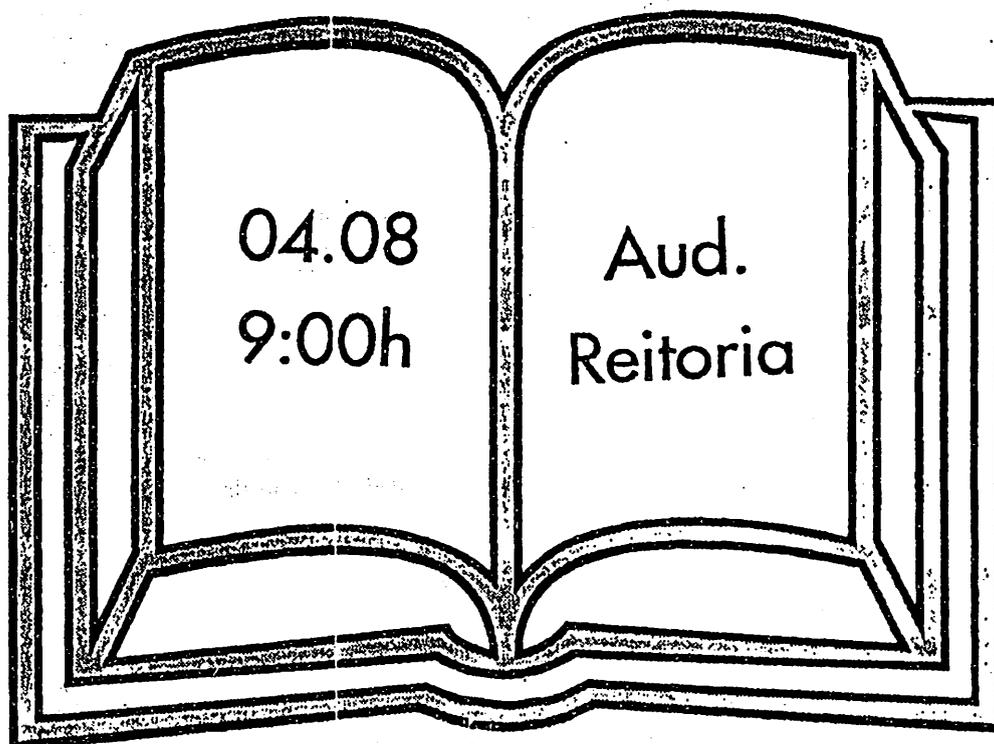
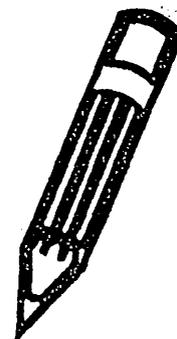
O Governo do México está fortemente centralizado, com um poder praticamente absoluto concentrado na presidência. O presidencialismo e o Estado de Partido único (PRI - Partido Revolucionário Institucional) têm sido os principais instrumentos do governo autoritário. O PRI é uma espécie de apêndice do Governo, não uma organização política independente. É uma máquina eleitoral sem mais princípios ideológicos que manter o poder. Supõe-se que o mandato do Executivo é levar a cabo as leis que promulga o Congresso. Na prática, o Presidente propõe as leis que o Congresso acata. O sistema judicial está repleto de corrupção. O Presidente põe e tira governadores; instala e despede líderes do Congresso, da Corte Suprema e do PRI.

Graças ao controle social, incluín-

do dos sindicatos, que pouca força têm, depois da crise de 1982, o governo conseguiu firmar os primeiros passos, em direção ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá. É apresentado como muito positivo, que trará fluxo de inversões, resolvendo o problema do desemprego e levando o país a ingressar no chamado Primeiro Mundo. Mas, para implantar esse programa, os EUA têm exigido inflação de apenas um dígito, o que gerou uma desaceleração da economia, desde 1992, com um perfil claramente recessivo. Por esses e outros problemas -- incluindo o favorecimento de grandes monopólios nacionais e estrangeiros, beneficiando 300 grandes oligarquias -- os trabalhadores apelidaram o acordo de Mal Tratado.



**Revisão Constitucional**  
**Avanço ou retrocesso?**  
**Seminário**



04.08  
9:00h

Aud.  
Reitoria

Dr. José Clerot - Dep. Fed. (PMDB)  
Dr. Arlindo Carlinho Delgado - Presidente da OAB/PB  
Dr. Márcio Antonio de Oliveira - Presidente da ANDES-SN

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

João Pessoa, 03 de agosto de 1993 - Nº 07

## Revisão Constitucional: avanço ou retrocesso?

Para discutir com a comunidade universitária e com a sociedade pessoense sobre a pertinência da Revisão Constitucional que parte do Congresso quer realizar a partir do dia 05 de outubro, a ADUFPB-JP/SSind, junto com o SINTESPB, programou um Fórum de discussão, que se inicia nesta semana. Na quarta-feira, dia 04, às 09 horas, no Auditório da Reitoria/UFPR, o Seminário "Revisão Constitucional: avanço ou retrocesso?" conta com a participação do Deputado Federal José Luiz Clerot (PMDB), do Presidente da OAB-PB, Dr. Arlindo Carlindo Delgado e do Presidente da ANDES-SN, Prof. Márcio Antonio de Oliveira.

A ANDES-SN e a ADUFPB-JP/SSind são contra a Revisão Constitucional, e participam da organização do Fórum Democrático pela Preservação e Ampliação das Conquistas Sociais. Assim, caso a Revisão aconteça, a sociedade deve procurar garantir o respeito aos direitos sociais já conquistados e exigir a sua implementação pelo governo.

Reunião do Setor das IFES dia  
18/08;  
Plenária dos SPFs dias 14 e 15/08  
em Brasília/DF

## Movimento Contra a Revisão Constitucional

No dia 27.07, às 10 horas, em Brasília, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) convocaram sindicatos e entidades da sociedade civil com o objetivo de articular ação a nível nacional contra a Revisão Constitucional.

Estavam presentes dezenas de entidades: a ANDES-Sindicato Nacional, FASUBRA/Sindical, CNBB, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), FITEL, Sindicato dos Servidores Públicos (SINDSEP) etc.

Os representantes das diferentes entidades posicionaram-se contra a Revisão Constitucional e destacaram a necessidade de se implementar um movimento nacional para enfrentar o golpe que se pretende contrar a Constituição.

Foi aprovada, entre outros pontos, a realização de um Ato no Congresso Nacional no dia 19/08; no Auditório Petrônio Portela, a partir das 14 horas.

A convocação para o Ato será feita através de um Manifesto cuja elaboração ficou sob a responsabilidade da CUT.

## Você Sabia?

- ⊗ - que as reuniões por Centro põem em discussão pontos importantes da Revisão Constitucional para o ensino e para os docentes?
- ⊗ - que os empresários já estão organizados e querem mudar, por exemplo, o sistema da Previdência Social?
- ⊗ - que a aposentadoria por tempo de serviço pode estar com os dias contados?
- ⊗ - que o privilégio da mulher de se aposentar cinco anos antes dos homens pode acabar?
- ⊗ - que as empresas de seguro-privado querem inviabilizar o SUS para fazerem da doença uma mercadoria?
- ⊗ - que a não participação dos docentes nas reuniões dos Centros enfraquece a intenção da ADUFPB-JP/SSind no processo de demolição dos direitos adquiridos na Carta de 88?
- ⊗ - se você não sabia, procure se informar. Organize-se agora para não chorar depois.

## **Plano de Luta para o segundo semestre**

*A Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN aconteceu nos dias 30 e 31 de julho, em Brasília, com o objetivo de traçar um Plano de Lutas para o segundo semestre de 93, conforme deliberação do XXVI CONAD, realizado em Natal, nos dias 30/06 a 03/07/93.*

*Foram definidos quatro eixos prioritários de luta, sem prejuízo do trabalho em torno do conjunto da pauta de reivindicações do Setor. Esses eixos são: política salarial, isonomia, verbas e financiamento das IFES e Revisão Constitucional.*

### **Política Salarial**

Luta por uma Política Salarial Única.

Luta pela rejeição do veto do governo à política salarial de reajuste mensal, juntamente com o conjunto dos trabalhadores através da CUT.

Apesar da política do reajuste mensal não poder ser de imediato estendida para os servidores públicos, é fundamental nos engajarmos nesta luta, tendo em vista que sua aprovação criará uma situação política favorável para continuarmos lutando pelo reajuste mensal de 100%, posição definida pelo MD nas diversas instâncias.

### **Isonomia Interna às IFES**

A isonomia vem sendo romprida em decorrência de ganhos judiciais das políticas salariais extintas ou modificadas pelo governo federal. A luta define encaminhamentos nos terrenos jurídico e político (negociação) pela extensão dos ganhos jurídicos ao conjunto dos docentes das IFES.

#### **DPC e Isonomia**

O governo federal, através da SAF, vem discutindo a implementação de Diretrizes dos Planos de Carreira. A nossa luta deve ser pela: defesa da carreira conforme as atividades de cada órgão; defesa da carreira única na universidade; implantação de piso salarial nacional constitucional para os docentes e Plano Nacional de Capacitação Docente.

Devemos lutar pela extinção do art. 62, parágrafos 2, 3 e 4 da Lei 8112, de 12/12/90 (RJU), que trata da incorporação dos ganhos.

### **Isonomia entre os SPFs**

Garantia na Constituição de 88 de isonomia entre os servidores federais dos três poderes. Reivindicamos a extensão da GAÉ (Gratificação de

Atividade Executiva) de maior valor ao conjunto dos SPFs do Executivo e sua imediata incorporação aos salários e combate aos mecanismos Constitucionais que, contraditoriamente, permitem aos poderes judiciário e legislativo conceder reajustes e gratificações diferenciadas.

### **Revisão Constitucional**

As classes dominantes pretendem uma ampla Revisão Constitucional. Se possível, antes de 05 de outubro, tendo como ponto fundamental o ataque aos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988. Pretendem eliminar importantes conquistas sociais conquistadas pela classe trabalhadora, como, por exemplo: aposentadoria por tempo de serviço, previdência social pública, estabilidade do servidor público, querem acabar com o ensino público e gratuito e com a saúde pública. Pretendem ainda desmontar e retirar a força dos sindicatos, quando defendem a atomização da organização sindical.

É importante denunciar o GOLPE da Revisão Constitucional como tentativa de usurpar direitos e um grave atentado às liberdades democráticas. Assim, devemos desencadear uma Campanha de Mobilização Contra a Revisão Constitucional. Neste sentido, a ANDES-SN já integra o Movimento Contra a Revisão Constitucional, convocada pela CUT e OAB, do qual participam sindicatos e entidades da sociedade civil, com o objetivo de articular ações, em âmbito nacional, contra a Revisão.

### **Encaminhamentos aprovados**

1- incentivar a realização de seminários e debates em conjunto com as CUTs estaduais sobre o GOLPE da revisão; 2 - que nestes seminários e debates sejam convidados parlamentares da região no sentido de comprometê-los com os interesses da maioria da população; 3 - articulação com os sindicatos e outras entidades da sociedade civil para criação de Foruns locais contra a revisão; 4 - edição de InformANDES especial sobre revisão constitucional com análise e elenco de questões ameaçadas pela revisão; 5 - elaboração de uma Cartilha popular denunciando a proposta de revisão das classes dominantes e buscando popularizar as conquistas sociais da Constituição de 88; 6 - encaminhamento na Plenária dos SPFs de proposta de Campanha, através de panfletos, de

**AGORA DÁ PRÁ DIZER:  
REVISÃO CONSTITUCIONAL É GOLPE!**

Para deixar o quadro ainda mais claro o Senador Mário Covas mencionou em segundo lugar, alto e bom som, os artigos relativos aos índios como matéria a ser revisada. Os índios carregam consigo este trágico dom profético, de anteciparem os dramas que logo em seguida atingirão o restante da sociedade.

Ocorre simplesmente que este Congresso é o retrato de uma sociedade já ultrapassada pela História. O Congresso atual foi eleito pelos mesmos eleitores que em maioria votaram em Collor de Mello. Mas Collor de Mello saiu, por exigência do povo. O Congresso, ainda que naquele instante tenha atendido à sociedade, ficou e logo mostrou que continuava com a mesma alma que tinha antes do impeachment.

O processo de impeachment reflete um profundo amadurecimento da sociedade brasileira, que se apropriou inesperadamente da bandeira da «ética na política» para exigir o afastamento de um mandatário indigno. Para esgotar-se, este processo exige igualmente que se mude o perfil do Congresso antes que este se arrogue, em nome da sociedade que de fato deixou de representar, a mudar uma Constituição que contém garantias sofridamente arrancadas do constituinte de 1987/88.

E não se diga que foi o constituinte originário de 1987/88 que decidiu outorgar ao constituinte derivado de 1990/94 tal poder revisional, porque os poderes constituintes não podem ser substabelecidos sem reserva. Se assim fosse, em tese seria possível nunca mais haver uma Constituição originária.

E como ficam aqueles pontos que realmente precisam ser alterados?

Ora, se há, como dizem os advogados da revisão, clima para honrar acordos então

há condições para promover tais mudanças através do mecanismo próprio que é o das emendas à Constituição. As propostas de emenda à Constituição possuem ademais a vantagem de concentrar os debates em torno de assuntos específicos; enquanto que num processo revisional tudo é discutido ao mesmo tempo, tudo é colocado sobre a mesa de negociações à semelhança de uma feira livre. Não se admite feira livre para mercadejar os direitos sociais e coletivos.

E como fica a disposição do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que previu a revisão?

**AS PROPOSTAS DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO POSSUEM  
ADEMAIS A VANTAGEM DE  
CONCENTRAR OS DEBATES  
EM TORNO DE ASSUNTOS  
ESPECÍFICOS.**

Em primeiro lugar, este artigo limita-se a dizer que antes de cinco anos, contados a partir da promulgação da Constituição, não se pode fazer a revisão; passados os cinco anos, em princípio qualquer hora poderia ser a hora. Em segundo lugar, há juristas respeitáveis que sus-

tentam que a revisão prevista neste art. 3º destinava-se a permitir a adequação do texto constitucional aos novos sistema e/ou forma de governo eventualmente escolhidos pelo povo no plebiscito que se realizou em 21 de abril. Como nada mudou, não há fundamento para a revisão.

Para encerrar, empresto uma imagem citada por um subprocurador da República. Se um carro não funciona por faltar gasolina, a ninguém ocorreria propor a reforma do motor. Se faltou combustível para fazer a Constituição funcionar nestes cinco anos, é porque faltou vontade política de a respeitar e de fazer plenos os seus mandamentos. Ninguém, contudo, ouse por isso justificar a necessidade da revisão.

Revisão agora é golpe.

*\* Advogado indigenista. Assessor legislativo concursado da Câmara dos Deputados para a área de direito agrário ambiental e indigenista*

## AGORA DÁ PRÁ DIZER: REVISÃO CONSTITUCIONAL É GOLPE!

*Jililo M. G. Gaiger\**

Os deputados Nélson Jobim (PMDB-RS) e José Genoíno (PT-SP) quase convenceram: o país é realmente ingovernável com esta Constituição contraditória, preñhe das falhas e improvisações que se aceitaram para garantir sua promulgação em 5 de outubro de 1988. Há coisas nela que os setores progressistas jamais assinariam; e há uma pauta de alterações urgentes que só se viabilizam com o quorum ordinário de maioria absoluta previsto para a revisão. Os direitos individuais e sociais não serão tocados porque, além do acordo supra-partidário que está sendo montado, a complexidade dos temas urgentes, por si só, monopolizará todas as energias e impedirá a sanha daqueles que pretendem pôr as patas em cima das duras conquistas populares no processo constituinte de 1987/88.

Parecia convincente, vindo de parlamentares cuja seriedade está fora de discussão.

Porém ainda ecoam nos ouvidos as palavras tão repetidas durante a Constituinte por parlamentares conservadores, a respeito de disposições consideradas "avançadas": "Deixa passar, que na revisão a gente tira!". E esta estratégia está a pleno vapor.

Primeiro, as elites trataram de encomendar aos seus prepostos instalados no Congresso uma proposital morosidade na elaboração das leis que deveriam dar instrumentalidade aos direitos previstos na Constituição. Para isto, contaram com o apoio não-intencional de muitos que, mesmo aliados nos setores populares, entenderam ser ilícito sofismar na aplicação das regras constitucionais. A falta de leis instrumentalizadoras condenou muitos

preceitos à ineficiência pura; e a ineficiência, lançada ao nível da vocação para a ineficácia no discurso conservador, é argumento precioso em favor da supressão.

Segundo, mesmo em relação ao que deveria ser auto-aplicável, muito deixou de ser praticado e a sociedade não reagiu à altura. Prevaleceram-se as elites bem representadas da complexidade dos mecanismos como o da elaboração e tramitação das propostas de orçamento, para jogar com o dinheiro público em

benefício das próprias burras. Sem dúvida favoreceu-as a perplexidade da própria sociedade, frustrada em sua malograda opção messiânica nas eleições presidenciais de 1989.

Também joga a seu favor o peso daqueles políticos, juristas e organizações civis sérios que pensam que a revisão será séria.

**AINDA ECOAM NOS OUVIDOS  
AS PALAVRAS TÃO REPETIDAS  
DURANTE A CONSTITUINTE  
POR PARLAMENTARES  
CONSERVADORES:...**

**«DEIXA PASSAR, QUE NA REVISÃO  
A GENTE TIRAI!».**

E por último lhes é igualmente favorável a incômoda certeza de que a não-realização da revisão deixará intocados muitos privilégios injustos e antiéticos que atenderam a corporações poderosas como o Judiciário e as Forças Armadas - para citar os dois exemplos mais evidentes.

A pesquisa realizada pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) entre 418 parlamentares revelou então o óbvio: para a esmagadora maioria deles, a revisão será a oportunidade para estracalhar as conquistas mais evidentes da constituinte: direitos sociais e coletivos, incluídas aí as conexões inevitáveis com os direitos e garantias individuais.

restabelecimento da auto-valorização, credibilidade e dignidade junto aos SPFs em âmbito nacional; 7- denunciar o sucateamento do serviço público e lutar pela qualidade dos serviços prestados à sociedade como um todo e pela melhoria das condições de trabalho dos SPFs.

### Verbas e financiamento das IFES

O financiamento das universidades federais vem sistematicamente colocando em risco a proposta Universidade pública e gratuita, com padrão de unitário de qualidade uma vez que a cada governo propostas são feitas no sentido de privilegiar as Universidades já favorecidas. Desde 86, com o Projeto GERES que o Movimento Docente tem enfrentado com garra e rejeitado tal proposta. No momento, mais uma proposta do MEC prevê a distribuição de verbas para as IFES através de um Orçamento Global. Esta proposta ameaça tanto o projeto de Universidade que defendemos como a concepção de Sindicato Nacional da ANDES-SN pois acabaria, entre outras coisas, com a isonomia entre as IFES, com carreira docente única, que são alguns dos principais esteios das nossas lutas.

Juntamente com a questão do Financiamento, está a questão das Verbas para as IFES que vem se agravando ao longo do tempo, independentemente de projetos de financiamentos.

Frente à gravidade do problema e, frente a falta de mobilização nas ADs, principalmente devido à falta de elementos de instrumentalização para a luta, a reunião do Setor das IFES propõe os seguintes encaminhamentos:

- 1) Centrar esforços nas ADs com objetivos de: aumentar o número de GTs de Verbas locais, para enviar gente e material para o GT da ANDES;
- 2) Socializar entre as ADs, os trabalhos já realizados pelo GT e pela ADUFSCar;
- 3) Levantar o máximo possível de dados sobre o projeto do MEC e, sobre todas as questões relacionadas à verbas e financiamento;
- 4) Solicitar auxílio ao DIEESE sobre as questões de índices e dados afins.

#### Informe Local

### Conselho de Representantes

Mais uma vez foi malograda a tentativa de se reunir o Conselho de Representantes (CR).

Apenas 05 dos membros do CR estiveram presentes à reunião marcada para o último dia 27 de julho.

## Procura-se...

Alguém que se interesse pela recuperação e manutenção do Campus Universitário.

O interessado deve ter competência administrativa, consciência ecológica e facilidade de relacionamento com a comunidade universitária, para desempenhar as seguintes tarefas:

☞ - dar ao lixo que fica espalhado no Campus um destino apropriado, quem sabe por meio da reciclagem;

☞ - orientar os donos de lanchonetes e demais fiteiros a se responsabilizarem pela limpeza do campus;

☞ - estabelecer um horário para carga e descarga de mercadoria dos fiteiros, a fim de evitar o congestionamento do tráfego em horário de aula;

☞ - estabelecer e fiscalizar o cumprimento de regras de estacionamento, para coibir o tráfego de carros e motocicletas nas passarelas e canteiros, assim como o estacionamento em locais de entradas e saída;

☞ - garantir um devido tratamento às matas e árvores, na prevenção da destruição de árvores e plantas.

☞ - organizar uma efetiva segurança no Campus, assim como uma boa iluminação, a fim de que alunos, professores e funcionários não se sintam ameaçados por pessoas estranhas à universidade.

A pessoa interessada em transformar o Campus em lugar seguro e confortável ao trabalho universitário deve entrar em contato com a Prefeitura Universitária.

#### Informe Local

### Reuniões por Centros

A discussão no CE sobre Política Educacional teve prosseguimento no dia 27 às 14:00 horas. No CCS, um grupo pequeno, porém dinâmico, iniciou a discussão sobre Seguridade Social. Foram discutidos os artigos da Constituição que são do interesse popular e que devem ser mantidos e/ou melhorados. Também foram vistas as modificações e/ou supressões que o governo e o empresariado querem fazer nestes artigos e que, por isto, demandam cuidados e firmeza da população em preservá-los.

A discussão prossegue no dia 12, às 9 horas, no Auditório do CCS. Todos estão convidados.

No CT, a reunião marcada para o dia 27, às 9:30 horas não ocorreu. Esperamos que numa próxima data os professores se interessem e compareçam à reunião.

## Dívida impossibilita erradicação da fome

O Governo Itamar tem como meta principal o combate à fome. Instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, articulou entidades e personalidades da sociedade civil, inclusive aproveitando propostas já elaboradas por entidades e partidos políticos. Estimativas deste próprio conselho apontam a necessidade de 20 bilhões de dólares para acabar com a fome - leia-se, oferecer comida aos 32 milhões de famintos no Brasil. A forma mais rápida e eficaz certamente é o remanejamento no próprio Orçamento Geral da União. Como exemplos podemos citar os dados do próprio orçamento: para amortização da dívida pública (interna e externa) estão previstos cerca de 16 bilhões de dólares, 3,8% do PIB. Para pagamento dos encargos da dívida - interna e externa - estão previstos 2,94% do PIB, cerca de 12 bilhões de dólares. Outro dado disponível no próprio orçamento, colocado pelo relator geral para contemplar as emendas paroquiais dos deputados, foi um adicional de 8,9 bilhões de dólares sobre os valores originalmente previstos pelo Poder Executivo. Ou seja, somando os juros da dívida com as emendas paroquiais dos deputados, obteríamos os 20 bilhões de dólares necessários para um programa emergencial de combate à fome. Recursos existem, falta vontade política para governar em favor da maioria mais pobre.

Desde o início da crise financeira todos os acordos da dívida externa foram anunciados pelos governos como benéficos para o país. Desde o ano de 1983 os governos brasileiros já celebraram cinco acordos de reescalonamento da dívida externa. O último acordo, em resumo, significou um aumento dos pagamentos aos bancos comerciais. Os negociadores agora admitem que o Brasil se com-



prometeu a pagar parte dos juros atrasados e fazer cauções da ordem de 4,6 bilhões de dólares para garantir os novos títulos. A participação do FMI e do Banco Mundial ainda é incerta quanto às cauções dos financiamentos. O governo terá que financiar a maior parte das cauções mediante imobilizações de reservas internacionais. Conforme dados do Banco Central, o volume de recursos a serem pagos, fruto do acordo, prevê pagamentos de 4,3 bilhões de dólares para 1993, 4,4 bilhões para 1994, fora os 2,3 bilhões pagos em 1992. Tudo isso só para os bancos comerciais.

É preciso lembrar que o Brasil celebrou um acordo com o Clube de Paris no primeiro semestre de 1992. O Clube de Paris exigiu do Brasil o pagamento de juros mais amortizações. O setor público no Brasil se comprometeu a pagar 4,1 bilhões de dólares durante os anos de 1992-93 e 2,9 bilhõ-

es em 1994. Portanto, o acordo com o Clube de Paris deve significar o compromisso de aproximadamente 7 bilhões de dólares durante o período 1992-94.

Juntando os pagamentos ao Clube de Paris com os pagamentos aos bancos comerciais, o governo assumiu compromissos da ordem de 18 bilhões para o setor público brasileiro durante os anos de 1992-94. Já analisamos diversas vezes as consequências da submissão das políticas econômicas às regras do FMI. Mas gostaríamos de lembrar que as dívidas interna e externa estão estatizadas, sob responsabilidade dos governos. Logo, estes pagamentos atingem diretamente as contas públicas, as despesas do orçamento, sem falar nas prioridades. Pois o governo tem que usar seu caixa para atender aos compromissos com os credores internos e externos, em vez de se preocupar com os problemas sociais e de investimento no país. Como atender a dois senhores simultaneamente? Como submeter o país a este acordo da dívida e prometer erradicar a fome?

Lembremo-nos que o novo ministro da economia, Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, carrega o "mérito" do seu prestígio na comunidade internacional. Seu assessor especial e negociador da dívida externa, Pedro Malan, continua. Os acordos da dívida externa firmados não resolvem o problema da dívida nem da fome. Pelo contrário, agravam a fome no país, além de transferir estes e outros problemas para o próximo governo. O problema da dívida externa persiste para o Brasil, como uma forma de carrear recursos para o exterior, embora já não seja mais problema para os bancos.

**REVISÃO CONSTITUCIONAL**  
avanço ou retrocesso?  
**SEMINÁRIO**

04.08.93 09:00H      Aud. Reitoria

Dr. José Carlos - Dep. Fed. (PMDB)  
Dr. Afrânio Garcia Delgado - Presidente do CNA/IB  
Dr. Márcio Antonio da Oliveira - Presidente do ANDESIN

Promoção: ADUFFB-IP/SSind      SINTESP

## As ameaças da Revisão Constitucional e os desafios da conjuntura

### Reunião Setor docentes das IFES

Nos dias 13 e 14.08.93, os docentes das IFES reuniram-se em Brasília para discutir, entre outras questões, o Plano de Lutas da categoria junto com os Servidores Públicos Federais, neste segundo semestre, e propostas do governo sobre Diretrizes do Plano de Carreira e Seguridade Social.

### Plenária dos SPFs

Com a presença de 95 entidades nacionais de servidores públicos federais e 274 delegados, ocorreu em Brasília, neste domingo (15.08.93), a plenária que discutiu o Plano de Lutas do conjunto dos servidores para este segundo semestre, sem prejuízo da pauta geral.

Foram definidos 8 eixos prioritários de lutas:

1. Política SALARIAL (com reajuste mensal);
2. Reposição das perdas salariais decorrentes de Planos Econômicos;
3. Isonomia entre os três poderes;
4. Verbas para o serviço público;
5. Anistia aos servidores punidos em greves;
6. Pagamento dos passivos trabalhistas;
7. Contra a Revisão Constitucional;
8. Contra a privatização das estatais.

Foram discutidas as propostas do governo sobre Seguridade Social para o servidor público e as Diretrizes do Plano de Carreira que ele pretende impor aos servidores.

Ficou deliberado, também, que a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais protocolará novamente a Pauta de Reivindicações (atualizada) na SAF (já protocolada em outubro/92 e não respondida pelo governo), dando-se um prazo para resposta e exigindo-se abertura de negociações.

### Reunião GTPE/ANDES-SN

No dia 12.08.93, em Brasília, o GTPE da ANDES-SN reuniu-se para avaliar e discutir sobre a tramitação da LDB no Senado. A atuação da ANDES-SN será junto ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, que atuará junto aos parlamentares no sentido de que a LDB seja votada antes de outubro e pela garantia da manutenção dos artigos que asseguram a melhoria da Educação pública, gratuita e de qualidade.

Outra questão foi a análise do Plano Decenal de Educação para Todos, do governo federal.

Várias são as questões sobre as quais devemos nos concentrar neste ano em curso. O MD e os demais servidores públicos assim como toda sociedade civil organizada vivem a ameaça de uma Revisão Constitucional que pretende retirar conquistas sociais e individuais da Constituição Federal de 1988 como o ensino superior gratuito, direito de greve, direitos sindicais, nacionalização do subsolo, estabilidade no emprego público, licença à gestante, entre outros. Pretende-se diminuir as responsabilidades sociais do Estado como uma estratégia neoliberal. Os servidores públicos são contra tal revisão, entendendo que esta visa tão somente atender ao capital nacional e internacional e mais uma vez prejudicar os trabalhadores.

Necessário se faz que todos nós, trabalhadores, juntamente com toda a sociedade, lutemos pela manutenção dos direitos e, portanto, contra a Revisão Constitucional.

Outros desafios que exigem nossa atuação urgente são propostas do governo sobre Diretrizes de Plano de Carreira e Seguridade Social para os servidores públicos federais, presentes de grego que o governo pretendia nos oferecer no dia do funcionalismo (28.10).

A proposta de Diretrizes e Plano de Carreira (DPC) da SAF prevê 22(vinte e duas) carreiras, baseadas em atividades-fins e conflita em inúmeros pontos substantivos com nossa proposta de carreira aprovada no Congresso de Manaus.

No que se refere à proposta de seguridade social para o servidor público, o governo pretende, para a assistência à saúde, criar Institutos de Saúde que seriam financiados com 50% do que arrecada dos servidores, que repassados às Instituições passariam a gerenciar os recursos para prover assistência à saúde. O MD, em Congresso, já deliberou pela defesa e o fortalecimento do SUS para prestar assistência à saúde de boa qualidade a todos os cidadãos. Não defendemos a existência de cidadãos diferenciados com direitos sociais distintos e privilegiados.

Precisamos ainda lutar para conquistar uma política salarial justa, com reajustes mensais de acordo com a inflação e verbas para o bom funcionamento de todas as instituições que prestem serviços públicos, contra o sucateamento e contra a privatização desses serviços.

Devemos lutar pela melhoria da qualidade dos serviços sociais, enfrentar os problemas estruturais e vencer os desafios que a conjuntura política, econômica e social nos coloca neste momento.

**Revisão Constitucional agora é GOLPE.  
Não à Revisão Constitucional**

## Plano Decenal - a "lição" da tolerância

José de Melo Neto\*

Após pressão internacional resultante da Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em 1990, na Tailândia, o Brasil trabalha o seu Plano Decenal de Educação Para Todos. A administração do Ministério da Educação e Desporto (MEC) o apresentará em novembro próximo, em Nova Delhi.

Não dá mais para se chegar nos Fóruns Internacionais e muito menos nos de Educação com as mãos abanando. O Brasil precisa possibilitar a educação para todos e esta torna-se uma cobrança da comunidade internacional. O país é signatário da Declaração Universal dos Direitos com mais de 40 anos de existência. Embora esta declaração reze que "toda pessoa tem direito à educação", ao final pouco tem sido feito no atendimento desse direito.

Agora está-se diante do Plano Decenal para Todos. A análise política que embasa o Plano reconhece a existência de mudanças evidentes na sociedade, implicando novas exigências para a educação. O formalismo da educação bem como a alie-nação de seus programas são criticados, enquanto se cobra no Plano o aperfeiçoamento democrático através de outros modos e relacionamentos "capazes de formar o cidadão para o pluralismo, para o senso da tolerância, de solidariedade e de solução pacífica de conflitos". Estes são valores buscados para uma nova educação pensada no Plano Decenal e necessário "para o exercício ativo dos direitos da cidadania".

Parece ser importante ao debate sobre este plano proposto pelo governo começar por estes fundamentos. Cabe inicialmente uma questão. Será mesmo necessária uma educação para a tolerância?

No próprio Plano há dados importantes para se pensar a questão. Ora, a história da educação brasileira é uma história de permanente crise, sobretudo de crise de atendimento às maiorias subalternas. Tem-se um país submetido à recessão e instabilidade econômica e reconhece-se que o Brasil é o país mais "perverso em distribuição de renda do continente - os 10% mais ricos concentram mais da metade da renda nacional".

A pobreza absoluta aumenta e chega em torno dos 40 milhões de brasileiros, dos quais 56% estão situados no Nordeste e periferias metropolitanas. O que se tem é compressão de salários e ausência da promoção redistributiva de renda. As crianças é cobrada a inserção no mercado de trabalho quando ainda estão na faixa escolar.

A desigualdade existente se reflete na escola, quando do acesso e da extensão da escolaridade. O Plano Decenal admite como necessárias "profundas transformações estruturais" e que pressupõem, como urgente, uma distribuição de renda e de riqueza. Mas como? O Plano prega a lição da tolerância.

Na escola, a desigualdade começa já nas séries primeiras da escolarização. Crianças entre quatro e seis anos de idade, oriundas de famílias com rendas inferiores a 2 salários mínimos, são atendidas em apenas 18%. Já para as oriundas de famílias com renda per capita superiores a 2 salários, o percentual chega a 60%. Dados do IBGE mostram que apenas dois quintos das crianças, hoje, concluem as quatro séries iniciais. Acrescente-se a estes dados o total de aproximadamente 40 milhões de analfabetos. Em síntese, constata-se a ausência de generalização da educação formal e a presença da fome num país exportador de alimentos.

Ainda na escola é preciso que se fale da diversidade na qualidade oferecida. Escolas periféricas pouco assistidas no quadro da precária assistência escolar, além da difícil existência da escola rural. Some-se ainda a luta geral do magistério por questões salariais e mesmo por melhor preparação profissional. O Movimento Docente permanece em luta pela criação de uma política que possibilite a qualificação do profissional, em particular o de nível superior. Os problemas relativos à gestão dos sistemas e unidades escolares, à ausência de continuidade de políticas públicas para a educação e à falta de incentivo à pesquisa estão aí constantes na educação brasileira. O próprio Plano Decenal chega a colocar até mesmo a necessidade de rever a questão do livro didático, e que "sua política, economia, gerência e pedagogia sejam indissociáveis das demais características da questão educacional brasileira".

Este quadro de ausência de oferta de oportunidades sociais conduz necessariamente a uma tipificação da cidadania. Em outras palavras, está-se gerando diferentes tipos de cidadãos...

O cidadão que o Plano Decenal aponta é o cidadão para o pluralismo, o que parece uma necessidade tanto dos dias de ontem como para os de hoje. Um cidadão que se prepara para a solidariedade, um valor tão necessário para os dias atuais e que ainda busca solução pacífica dos conflitos. Para tudo isto coloca a lição necessária da "tolerância".

Ora, toda a história da educação no país tem sido pautada pela tolerância. Os dados do Plano, postos e buscados tão empiricamente dentro dos cânones de Descartes, parecem não comportar a lição de um senso tolerante. Parte-se da formulação materializada de dados e mergulha-se na proposta idealista como solução. Tolerância, quem sabe, como um "valor universal". Pluralismo sim; solidariedade como necessidade ética; solução pacífica como estratégia para o momento. Contudo, tolerância, a permanecer o caos, não instrui enquanto lição. Não se tolera tipificação de cidadania. Não se tolera fome. Tolerância como princípio diretor de um Plano expressa um desejo planejado e voltado à permanência da atual realidade. Não dá para tolerar esta tolerância.

## REVISÃO CONSTITUCIONAL E DEVERES SOCIAIS E INDIVIDUAIS

Graziela de Oliveira\*

O MD, na defesa de um sistema de ensino que contribua para a consolidação de uma sociedade democrática e soberana, entende que o cumprimento efetivo do direito à educação é de responsabilidade das diferentes instâncias do poder público e da gestão democrática no interior de cada instituição de ensino.

O art. 206 da Constituição, entre outros por cuja preservação lutamos, trata nos incisos V e VI, respectivamente, da valorização dos profissionais e da gestão democrática do ensino. Estes foram, aliás, os princípios que fundamentaram a carta-programa "Em Defesa da Universidade".

A efetiva implantação dos direitos constitucionais depende de nossa prática democrática e responsável. A cristalização de práticas e relações sociais que privilegiam o combate ao oportunismo, à incompetência e ao descompromisso com o serviço público, em todos os níveis da hierarquia do trabalho, é a garantia da realização dos direitos sociais conquistados na Constituição e, portanto, a sua real implementação.

A Constituição da República realiza-se como *Res Publica* em cada segmento da sociedade e através do comportamento responsável de cada um de nós. Indivíduos e grupos são responsáveis pela implementação e controle de direitos, mas, também, de deveres.

A preservação dos direitos sociais depende da decisão política e da competência de servidores administrativos e professores, em cada setor, de fazer com que a universidade realize seus objetivos. As tarefas mais elementares e aparentemente dissociadas da luta por Ensino Público, Gratuito e de Qualidade - como a administração do Campus Universitário e dos diversos setores, assim como o cumprimento do horário de trabalho, a alocação de servidores competentes e interessados nas tarefas que lhes são delegadas, jogam um papel crucial na implementação de direitos e deveres.

Valorização do profissional de ensino não significa apenas salário e plano de carreira. Gestão democrática não significa entrar e sair do local de trabalho de acordo com interesses individuais.

Enquanto cada um de nós e os responsáveis pela Administração não tivermos competência e dignidade para cumprir deveres, não os teremos para garantir direitos.

## Você Sabia?

- ⊗ - que para garantir seus interesses, o setor privado da saúde quer suprimir o § 8º do art. 201 da Constituição, que veda a "subvenção ou o auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos"?
- ⊗ - que o governo, aliado ao setor privado, pretende modificar o art. 203, que trata da assistência social, e garantir assistência apenas àquelas pessoas que comprovarem extrema carência?
- ⊗ - que o art. 208, que reza sobre o dever do Estado com a educação e garante o ensino fundamental obrigatório e gratuito e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, sequer foi totalmente implementado e corre o risco de ser atacado por interesses privatistas?
- ⊗ - que a não participação dos docentes nas reuniões dos Centros enfraquece a participação da ADUFPB-JP/SSind no combate a demolição dos direitos adquiridos na Carta de 88?
- ⊗ - se você não sabia, procure se informar. Organize-se agora para não chorar depois.

## Procure-se...

Pessoa responsável e competente, para dar conta das seguintes tarefas:

- ☞ - controlar a execução orçamentária na garantia de uma melhor transparência;
  - ☞ - substituir o modelo artesanal ultrapassado de controle da execução orçamentária por outro informatizado e eficiente;
  - ☞ - alocar, na tarefa acima, funcionário competente e interessado no serviço;
  - ☞ - garantir que as compras da UFPB sejam realizadas em prazo mínimo para que os custos não sejam majorados pela inflação ou pela alta do dólar;
  - ☞ - cuidar que, durante o expediente, sempre haja um servidor para atendimento ao público;
  - ☞ - agilizar o transporte do material comprado para os respectivos departamentos demandantes;
  - ☞ - realizar, à época da compra, o controle de qualidade do material adquirido;
  - ☞ - agilizar a liberação das diárias para um prazo inferior a dez dias.
- A pessoa interessada na organização e agilização destas tarefas deve dirigir-se à PRA.

## EDITAL

### Assembléa Geral Extraordinária

Convocamos todos os integrantes da categoria representados por esta entidade para comparecerem a Assembléa Geral Extraordinária a realizar-se no Auditório 212 do Centro de Educação(CE)/UFPB, no dia 17.08.93 (3ª feira), a instalar-se em primeira convocação, às 9:00 horas e, em segunda convocação às 9:30 horas, tendo a seguinte ordem do dia:

- 1) adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive mandados de segurança coletivos, visando a obtenção, para a categoria, do reajuste deferido aos servidores militares da União pela Lei nº 8.627/93 (28,87%)
- 2) adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive mandados de segurança coletivos, visando a retificação e/ou suplementação do orçamento do exercício 1993 do Ministério da Educação e das IFES, no tocante às verbas para pagamento de sentenças judiciais, bem como efeitos preventivos para os orçamentos subsequentes;
- 3) autorização para contratar advogados e efetuar as despesas necessárias, bem como para proceder ao desconto em folha do pagamento a título de taxa assistencial, em nome da Seção Sindical, para custear as despesas com o processo.
- 4) assuntos gerais.

João Pessoa, 15 de agosto de 1993  
Maria do Socorro Xavier Batista  
Presidente

### Seminário: FIM DO ENSINO GRATUITO? 25.08.93

- 1) Ética Profissional no Serviço Público, às 09:00h, Aud. da Reitoria/UFPB, com a presença do Magnífico Reitor da UFPB, Prof. Neroaldo Pontes, Prof.ª Silke Weber(UFPE); Prof. Rômulo Polari (UFPB);
- 2) Política Educacional e Revisão Constitucional, às 14:00h, Aud. 412 do CCHLA, com a presença da Prof.ª Silke Weber (UFPE); Prof. Alexandre Náder (UFPB); Prof. Dr. José Loureiro Lopes (IPE).

### FOME! MISÉRIA!

A UFPB aprofunda as discussões de como inserir-se no combate à fome, à miséria e no resgate da cidadania.

**PARTICIPE!**

#### FÓRUM UNIVERSITÁRIO

19/08/93 - às 09:30h Aud., 412 - CCHLA

#### ATIVIDADES CULTURAIS

19 e 20.08.93 (ver programação no Centro)

Promoção: PRAC/UFPB - Apoio: ADUFPB-JP

### Atenção:

1) Com o afastamento do companheiro Giovanni, a diretoria da ADUFPB-JP/SSind perdeu um grande peso.

2) Nosso vice-presidente ZAQUEU decidiu trocar João Pessoa por Lyon. O companheiro vai enfrentar um doutoramento. BOA SORTE, companheiro! Au revoir.

### Opinião

## Professores, uni-vos!

Claudete Coelho\*

Unidade e decisão na luta pela defesa da Constituição deve ser tarefa priorizada pelos professores, hoje.

Os direitos impressos na Constituição/88 não caíram dos céus; eles são resultado das lutas dos trabalhadores de todo país, entre eles, os professores.

A aposentadoria especial do professor, por 25 e 30 anos de trabalho, mulher e homem, respectivamente, não é nenhum privilégio. Se se aposenta ainda jovem é porque se começou cedo a labuta e é mais do que justo se desfrutar aposentado o lazer sacrificado na juventude.

Mas o que é óbvio para uns não o é tanto para outros.

Assim é que muitos parlamentares - eleitos, quem sabe, com voto de professores - estão empenhados em acabar com esta aposentadoria especial.

O art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz: "A revisão Constitucional será realizada após cinco anos, ..."

O após não implica ser 6.10.93. Após, neste caso, fecha o limite de 5 anos. Não se revisa antes, mas deixa aberto o outro limite. Após 5.10.93, corretamente, é infinito.

Por que tanta pressa em revisar uma lei que ainda não pode ser aplicada em sua totalidade? Já pensaram quanto ela custou à Nação?

Por que o empenho dos partidos coligados com a FIESP para uma revisão já? Querem atribuir à lei o que eles devem assumir, inclusive a incapacidade de governar o país?

Os parlamentares que dão verbas milionárias a colégios privados querem colaborar mais ainda com estes mercadores da educação. Se o setor privado paga mal, os professores jovens, imaginem como vai ser o salário dos professores cansados?

A mesma CF/88 traz no § 3º, art. 19 do ADCT uma injustificada discriminação contra o professor do 3º grau, retirando deles a estabilidade dada a todo servidor público da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município.

O lobby dos donos de escola surtiu efeito em 88 e surtirá também, hoje.

Nós professores, no entanto, temos a força dos números. A quantidade pode se transformar em qualidade e ganharmos neste episódio grotesco de agressão à CF.

Mas falar não basta.

Indignar-se só não leva a nada.

É preciso transformar essa indignação em exercício em defesa da Constituição/88 que guarda no seu seio nossos sagrados direitos.

\* Professora CCJ; membro diretoria da ADUF.

## Os golpes que nos esperam.

A população brasileira, perplexa diante da violenta crise que atinge todos os setores da sociedade, "assiste" neste segundo semestre, à ação dos setores dominantes e conservadores, revestida de uma ideologia messiânica de que a Revisão da Constituição de 1988 é a "salvação da pátria", que ela acabará com a crise econômica e com todos os males dela decorrentes.

Nós, trabalhadores, devemos estar alertas e participar de todas as manifestações e atividades contra a Revisão, pois o que está em jogo, na verdade, são os direitos trabalhistas e sociais.

No campo da educação, pretende-se acabar com a gratuidade do ensino superior e desobrigar os Estados e Municípios de destinarem 25% dos seus orçamentos à educação, entre outros. Portanto, não podemos permitir que ocorra esta Revisão Constitucional.

Precisamos estar atentos ainda às propostas do governo em relação ao Plano de Diretrizes de Carreira e à Seguridade Social.

Avizinha-se a nossa data-base (janeiro) e é necessário que o Movimento Docente e demais trabalhadores do Serviço Público Federal estejam organizados e mobilizados para conquistar reajuste salarial que reponha as perdas impostas pela política salarial dos SPFs, ora em vigor.

Precisamos ainda alertar que a isonomia entre os três poderes está cada vez mais distante de ocorrer e inexistente internamente à UFPB. A luta pela sua efetiva implantação se impõe como um dos objetivos de todo o movimento.

Diretoria Executiva  
ADUFPB-JP/SSind

**ASSEMBLÉIA GERAL**  
**DIA 29.09.93 (4º FEIRA)**  
**ÀS 9:00H - AUD. REITORIA**

Atividades:

### OUTUBRO/93

**05 (terça)**

*DIA NACIONAL D LUTA  
CONTRA A REVISÃO*

**07 (quinta)**

Seminário: Seguridade Social dos SPFs  
- João Pessoa, 8 horas, Aud. do INAMPS  
- Rio de Janeiro - ANDES-SN

**08 (sexta)**

Reunião Setor das IFES - Brasília

**09 e 10 (sábado e domingo)**

Plenária dos SPFs - Brasília

**11 (segunda)**

Reunião Setor das IFES  
- Avaliação da Plenária

**11 e 12 (segunda e terça)**

Reunião GT Carreira

**19, 20 e 21 (terça a quinta)**

Seminário Nacional SPF - Seguridade  
Social - Brasília

**25 a 29 (segunda a sexta)**

*Atividades comemorativas  
15 anos da ADUFPB-JP*

**29 (sexta)**

Prazo para enviar textos para o CONAD

*participe das atividades!*

## **POR QUE DEVEMOS SER CONTRA A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

Em meio à maior crise social, econômica, política, moral e cultural vivenciada pela sociedade brasileira, onde os níveis de desemprego, baixos salários e empobrecimento geral da população estão levando o país à mais absoluta barbárie, o debate em torno da Revisão Constitucional envolve todas as forças políticas, manifestando-se a favor ou contra.

O primeiro ponto em discussão é se a Constituição deve ser revisada - de acordo com o Art. 3º das Disposições Transitórias - ou apenas emendada, como reza o Art. 6º, que define as condições para que a Constituição possa ser emendada. Emenda ou revisão, restaria ainda definir que artigos são passíveis de tal ação.

A constatação de que a maioria dos direitos sociais sequer foi regulamentada e, na sua grande maioria, a Constituição sequer foi plenamente aplicada, prejudicando principalmente os trabalhadores e os mais pobres, reforça a tese dos defensores das emendas.

Outro ponto em discussão é a legitimidade ou não do atual Congresso para proceder à revisão, uma vez que os congressistas não foram eleitos com tal objetivo e por também estarem em final de mandato.

O momento em que ocorrerá tal revisão é outro ponto polêmico. As forças conservadoras defendem sua realização logo após o dia 05 de outubro e as forças progressistas defendem que um amplo debate na sociedade defina se ela deverá ocorrer somente após a próxima eleição para o Congresso Nacional.

Em relação à amplitude da Revisão Constitucional, os políticos conservadores, aliados ao empresariado nacional e ao capital multinacional, defendem que a revisão deva ser ampla e irrestrita, enquanto as forças políticas progressistas defendem que ela deva ser restrita.

Os defensores de uma reforma ampla argumentam que a crise social e econômica ameaça a governabilidade do país e apontam a revisão como saída para tal crise, principalmente com a retirada dos direitos sociais, a privatização das empresas estatais e a desobrigação do Estado com as políticas sociais, que, segundo eles, inviabilizam a economia e o funcionamento do Estado.

As forças conservadoras como CNI, FIESP, CNC, CNA, UDR, FEBRABAM, IBDT, PPR, PFL, PP, PL, PRN, parte do PMDB e PSDB e os bancos credores do Brasil, baseados no receituário neoliberal, defendem uma reforma do Estado que passa pela ampla privatização e a não interferência na regulamentação do mercado. Defendem a retirada do Estado de setores estratégicos como energia, telecomunicações, química fina e biotecnologia, e abertura, ainda maior, ao capital estrangeiro, exploração de minérios por estrangeiros, fim do monopólio estatal do petróleo, entre outros pontos.

No que se refere aos direitos sociais, as forças conservadoras pretendem acabar com quase todas as garantias trabalhistas aprovadas na Constituição de 88, como: garantia de emprego, piso salarial, licença maternidade e paternidade, aposentadoria por tempo de serviço, aviso prévio proporcional, irredutibilidade dos salários, 13º, salário nunca inferior ao mínimo, não despedida sem justa causa, direito a negociação coletiva, jornada ininterrupta de seis horas, direito de greve e

liberdade sindical, indenização de 40% do FGTS em demissões por justa causa, abono de férias, jornada semanal de 44 horas, remuneração de hora extra de 50% da hora normal.

No tocante às políticas públicas, pretende-se desobrigar o Estado com a saúde e a educação, defendendo-se até a privatização de tais serviços, especialmente do ensino superior. Os prefeitos defendem ainda a desobrigação dos municípios de aplicarem 25% dos seus orçamentos na educação.

Não podemos admitir que, em meio à crise que coloca 52,9% da população brasileira ganhando até dois salários mínimos, 24% até um salário mínimo e 8,4% sem nenhuma remuneração, e diante do elevado índice de desemprego e índices inflacionários galopantes, tais direitos sejam retirados, agravando ainda mais a barbárie em que vivemos.

Dos funcionários públicos, além dos direitos trabalhistas já citados, pretendem retirar a aposentadoria por tempo de serviço e integral, a estabilidade no emprego e a isonomia.

Defende-se ainda a privatização da Seguridade Social e uma Reforma Tributária com modificação de alíquotas para desconto do imposto de renda de pessoas físicas e a criação de novos impostos.

Como os demais setores pobres e marginalizados, os índios também são alvo da proposta conservadora de Revisão Constitucional, que quer rever os seus direitos no tocante à demarcação e ao uso de suas terras, permitindo a entrada maciça do capital multinacional na exploração das riquezas ali existentes.

Pretende-se, assim, refazer toda a Constituição, retirando-se todas as conquistas sociais, e isto é GOLPE.

É por isso que as forças progressistas estão se mobilizando num

### **Movimento Cívico Contra a Revisão Constitucional,**

do qual fazem parte: ANDES-SN, CUT, CGT, OAB, CNBB, UNE, UBES, ABI, FENAJ, DIAP, CONTAG, Pró-Central dos Movimentos Populares, CONAM, Plenária Pró-Participação Popular, CONIC, Movimento em Defesa do Sistema Telebrás, Movimento em Defesa do Sistema Petrobrás, CGT, PT, PDT, PSB, PCdoB, PSTU, parte do PMDB e do PSDB.

A ADUFPB-JP/SSind participa dessa mobilização, em consonância com deliberação da ANDES-SN, e convoca os sindicalizados a participarem, em 29 de setembro, do DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO CONTRA A REVISÃO CONSTITUCIONAL.

No dia 05 de outubro, estaremos participando do ATO PÚBLICO, em Brasília, para dizer

**NÃO AO GOLPE DA REVISÃO CONSTITUCIONAL.**

## **DIRETRIZES DE PLANO DE CARREIRA - DPC: O que temos a ver com isso?**

Desde a promulgação da Constituição de 88 que está colocado para os Servidores Públicos Federais (SPF) e, conseqüentemente, para nós docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a discussão sobre Diretrizes de Plano de Carreira Docente, uma vez que a atual Constituição prevê no Art. 39, que a União instituirá "*Regime Jurídico Único e Planos de Carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas*".

O Regime Jurídico Único (RJU), já promulgado desde 12/12/90, na Lei 8.112, prevê no Art. 9º, Parágrafo Único, que haverá uma lei que fixará as diretrizes do sistema de carreira na administração pública federal.

No governo Sarney, houve uma iniciativa de projeto de Lei que regulamentaria o "Sistema de Carreira do Serviço Civil da União". Agora, a SAF chamou a si a responsabilidade de apresentar um documento que serviria de base para a elaboração de anteprojeto de Lei a ser submetido ao Congresso Nacional e que, se aprovado, seria sancionado e apresentado ao funcionalismo como um presente, no dia 28 de outubro.

Desde 1988, o MD e os Servidores Públicos Federais discutem DPC e Plano de Carreira. Porém, não se conseguiu, até o momento, diretrizes e propostas comuns entre as diversas categorias de SPF, principalmente no que se refere a uma proposta de Plano de Carreira por diversas entidades divergirem no que tange à organização das carreiras. A CONDSEF defende uma carreira única para todos os SPF; a ANDES-SN, FASUBRA Sindical e a SINASEFE defendem que as carreiras sejam organizadas em função de atividades-fins dos setores de prestação de serviço.

Nesse sentido, a ANDES-SN aprovou, no XII Congresso (Manaus, 28/02 a 05/03/93), uma proposta de Carreira Única para Docentes de Ensino Superior.

Nesse momento, as entidades de servidores públicos discutem a questão do DPC e Plano de Carreira, tentando a convergência de pontos comuns e no enfrentamento à proposta da SAF, que não atende aos interesses da categoria de servidores como um todo.

Na Paraíba, a Coordenação das Entidades de Servidores Públicos Federais está trabalhando para a realização de um Seminário sobre o tema DPC, no dia 30 de setembro/93.

É necessário, portanto, que discutamos as propostas de DPC do governo e das entidades para intervir no processo e enfrentar as propostas do governo sobre essa questão, que afeta a todos os docentes e servidores federais.

## **SUS E O PLANO DE SEGURIDADE DOS SPF**

A seguridade social é tratada na Constituição Federal de 1988 no título VIII - Da Ordem Social, cap. II, art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, abrangendo, portanto, a assistência médica, previdenciária, aposentadoria, as pensões, os auxílios e as licenças.

Alguns aspectos da seguridade estão contemplados no Regime Jurídico Único (RJU), no Título VI - Seguridade Social do Servidor, Cap. I, Nas Disposições Gerais, Cap. II, Seção I - Da Aposentadoria, Seção III, Do Auxílio-Natalidade; Seção III - Do Salário-Família; Seção IV - Da Licença para Tratamento de Saúde; Seção V - Da Licença à Gestante, à Adotante e Da Licença Paternidade; Seção VI - Da Licença por Acidente em Serviço; Seção VII - Da Pensão; Seção VIII - Do Auxílio Funeral; Seção IX - Do Auxílio-Reclusão; e, finalmente, Cap. III - Da Assistência à Saúde, art. 230.

A assistência à saúde do servidor, tratada no art. 230, prevê que esta deva ser prestada pelo Sistema Único de Saúde, porém o governo, através da SAF, está elaborando uma proposta no sentido de regulamentar uma assistência exclusiva, custeada pela arrecadação de contribuição dos servidores.

### **Sistema Único de Saúde**

O SUS, já estabelecido pelos artigos 196 a 200 da Constituição e pela Lei 8080, a Lei Orgânica de Saúde, é fruto de um processo democrático de discussão feito pela sociedade civil organizada. Tal processo foi desencadeado pelo movimento da reforma sanitária nos anos 80, cujo momento mais expressivo foi a Oitava Conferência Nacional de Saúde (1986). Pelo SUS, fica previsto o acesso de todos os brasileiros a uma adequada atenção à saúde, incluindo-se aí as condições básicas para prevenção e assistência.

Os principais obstáculos para o efetivo funcionamento do SUS têm sido o projeto neoliberal dos últimos governos, a prática clientelística e de corrupção em todos os níveis da administração pública, a sanha de grupos com interesse no mercantilismo da saúde e a ausência de controle por parte da população.

Diante deste quadro, os segmentos da sociedade que detêm algum poder aquisitivo buscam a assistência de planos de saúde privados. Outros trabalhadores, com algum grau de organização, procuram a construção de planos específicos para suas categorias, como é o caso dos servidores públicos federais. No entanto, a grande maioria da população permanece marginalizada e sofre violentamente a falta de uma assistência à saúde de qualidade. Lamentável é se observar que à medida que os primeiros assim se garantem, ficam postergadas as lutas pela busca de soluções coletivas. Ou seja, aumenta o fosso social que escandalosamente separa contingentes cada vez maiores e mais pobres.

Face a estes problemas, torna-se cada vez mais importante que o movimento sindical desenvolva uma efetiva participação na área da saúde, intervindo na determinação da política de saúde a ser implementada e no controle das ações e serviços executados pelos diversos níveis de governo. Neste particular, é bom lembrar que o controle social para a comunidade está assegurado pela Lei nº 8142, que prevê a participação da população nas CONFERÊNCIAS DE SAÚDE e nos CONSELHOS DE SAÚDE ao nível municipal, estadual e nacional.

É necessário, repetimos, refletir sobre a prática do movimento sindical frente à questão da saúde. Trata-se, por exemplo, de envolver outras categorias, além de trabalhadores em saúde, na defesa do sistema público de saúde com qualidade para toda a sociedade.

### SUS e o Plano de Seguridade dos SPFs

A ANDES-SN, entendendo que é dever do Estado assegurar a toda a população serviços de assistência e de saúde de qualidade, com base nos princípios da universalidade e equidade, tem-se posicionado contrária à implantação de planos de seguridade específicos para qualquer categoria, porque se configuraria um privilégio. Além disso, abre a possibilidade de que outras questões relacionadas à Seguridade Social possam vir a ser tratadas da mesma maneira, a exemplo da questão da aposentadoria.

No CONAD de Piracicaba esta posição de defesa do SUS ficou claramente colocada.

Desde janeiro de 1991, os SPFs vêm sofrendo desconto de 6% em seu salário mês a mês, para financiar os gastos com o programa de assistência previsto no Art. 230 do RJU, sem qualquer tipo de retorno.

A ANDIFES, contrariamente à posição defendida pelo MD, encaminhou à SAF proposta de decreto que dispõe sobre a utilização dos recursos recolhidos ao Tesouro Nacional, na forma estabelecida pelo Art. 10 da Lei 8162/91, propondo que os mesmos sejam destinados ao custeio da assistência médica e odontológica aos servidores públicos da União e vários reitores já estão implantando a Seguridade Privada nas nossas Universidades Públicas.

Medidas como essas, além de não dar conta dos objetivos a que se propõem, servem unicamente para pulverizar recursos que deveriam ser destinados ao SUS.

O GT Seguridade Social coloca a discussão dessas questões como tarefa fundamental e urgente no seio do MD.

#### GTs

Os GTs de Política Educacional, Política Sindical e Ciência & Tecnologia, além de suas reuniões específicas, têm realizado reuniões em conjunto para discutir as Diretrizes de Plano de Carreira propostas pela SAF.

## CARREIRA DOCENTE E CAPACITAÇÃO

O MD aprovou uma proposta básica de Carreira Única, estruturada a partir da titulação e avaliação de desempenho que carece de um detalhamento (que feche tal proposta) e, principalmente, que o MD priorize a discussão e elaboração de propostas sobre capacitação docente a ser estabelecida, que viabilize a implantação de tal carreira.

Nesse sentido, o XII Congresso indicou "que a ANDES-SN deverá encaminhar, juntamente com a Proposta de Carreira, aos interlocutores governamentais a exigência de um Plano Nacional de Capacitação que, por exemplo, desloque docentes para onde existam programas de Pós-Graduação e/ou desloque Programas para locais onde docentes estejam demandando titulação. É preciso pensar temporalidades para a adequação entre a exigência de titulação e a oferta de programas".

Indicou, ainda, para aprofundamento das discussões no conjunto das ADs:

1. Implantação de formas alternativas para obtenção dos graus de mestre e doutor, preservando-se rigor na sua formalização em função da proposta de padrão unitário de qualidade;
2. O estabelecimento de um vínculo direto entre a estruturação da carreira e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
3. Relação carreira - estrutura de poder;
4. Relação carreira - salários;
5. Elaboração de plano nacional de capacitação docente;
6. Relação entre carreira e o papel das CPPDs nas IES;
7. Relação entre atribuições e concursos para ingresso nas diversas classes;
8. Caráter público ou não do concurso para professor titular.

Na última reunião do GT-Carreira da ANDES-SN, em São Paulo, nos dias 13 e 14/09/93, decidiu-se pelo envio do documento "Considerações sobre um Plano Nacional de Capacitação Docente para o Ensino Superior", como subsídio para essa discussão. (esse documento encontra-se na ADUFPB-JP e posteriormente será distribuído).

## ANIVERSÁRIO DA ADUFPB-JP

No próximo dia 25 de outubro, a ADUFPB-JP completará 15 anos. Esses 15 anos de história de lutas em defesa da escola pública e dos interesses dos professores da UFPB, Campus I, estarão sendo comemorados na Semana de 25 a 29 de outubro, cuja programação será brevemente divulgada.

## CADERNOS DA ADUF

Como parte da comemoração dos 15 anos da ADUFPB-JP/SSIND, serão editados CADERNOS DA ADUF, com textos produzidos pelos seus sindicalizados. A primeira elaboração "A UFPB e o GOLPE DE 64", já se encontra em processo de edição.

Os interessados, em editar textos, devem procurar a Diretoria.

## Relatório da Assessoria Jurídica

1. **PLANO COLLOR** - A Ação Rescisória proposta pela Universidade Federal da Paraíba, que visa desconstituir a sentença que concedeu os 84,32%, foi julgada IMPROCEDENTE pelo TRT, sendo cabível RECURSO ORDINÁRIO para o TST, cujo prazo ainda não se esgotou. Estamos esperando qual a posição da UFPB sobre o feito. Os cálculos já foram efetuados e entregues a Junta de Conciliação e Julgamento. O pagamento do precatório, caso não haja reforma da sentença, será realizado no ano de 1995;

2. **BRESSER(26,06%) e URPs de ABRIL/MAIO/88** - Ganhamos nas duas instâncias (Junta e TRT). O Recurso de Revista da UFPB não foi aceito, nos dois processos, tendo sido interposto AGRADO DE INSTRUMENTO para o TST, sem a menor possibilidade de mudar o que já foi deferido aos docentes. Os cálculos já foram feitos e apresentados à Justiça. O pagamento deverá ocorrer, por precatório, no ano de 1995;

3. **URP DE FEVEREIRO/89(26,05%)** - A ADUFPB/JP obteve vitória na Junta e no TRT. A UFPB recorreu de revista mas não obteve êxito. Agravo de Instrumento, sem chance de vitória. O prazo para resposta ao agravo é 22.09.93, já preparamos e requeremos a extração de CARTA DE SENTENÇA para a realização de execução provisória, esta até o julgamento do AGRADO DE INSTRUMENTO pelo TST. Os cálculos já estão prontos;

4. **FGTS** - Praticamente todos os Mandados de Segurança já foram julgados, com a consequente liberação dos depósitos. Os dois restantes estão na reta final para liberação.

5. **SERVIDORES CONTRATADOS ANTES DE MARÇO/90, QUE NÃO FORAM BENEFICIADOS COM O PAGAMENTO DOS 84,32%** - Ajuizamos ação perante a JUSTIÇA DO TRABALHO visando o pagamento de tal direito. A audiência inaugural está marcada para o dia 03 de novembro/93, às 13:00h, na 4ª Junta de Conciliação e Julgamento. Relação dos autores da ação se encontra na ADUFPB-JP;

6. **SERVIDORES ADMITIDOS APÓS MARÇO/90, QUE NÃO RECEBEM OS 84,32%** - Propomos ação perante a JUSTIÇA FEDERAL com pedido de reconhecimento da "quebra da isonomia" e consequente deferimento do mesmo percentual que já está sendo pago a grande maioria dos docentes. A

ação tem rito ordinário e pode demorar algum tempo; estaremos atentos para que a demora seja a menor possível. Relação dos docentes defendidos pela entidade na ADUFPB-JP, à disposição dos interessados.

**OBS.:** *Por se tratar de matéria de direito, não haverá audiência com os interessados que, no entanto, poderão acompanhar o desenvolvimento do processo, logo que seja realizada a distribuição para uma das Varas da Capital.*

7. Ajuizamos **MANDADO DE SEGURANÇA** perante a Justiça Federal, em razão da "OMISSÃO" do Magnífico Reitor em cumprir a decisão do CONSUNI, que decidiu beneficiar todos os professores da UFPB, com o percentual de 84,32%, já concedido a 90% dos docentes do Campus I. O Mandado de Segurança tem rito mais rápido do que a Ação Ordinária, mas não será concedido LIMINARMENTE, em razão da complexidade da matéria em questão.

8. Lembramos, que a Universidade Impetrou Mandado de Segurança(MS) perante o STJ visando pagar o Plano Collor a todos os professores e funcionários da UFPB. A autoridade coatora é o Ministro da Educação. A liminar foi indeferida, mas falta a decisão do MÉRITO. Caso deferido o MS da UFPB, todos os demais recursos interpostos pelas entidades de classe e individualmente perderão o objeto.

9. Lembramos, também, que a ANDES-SN entrou, em Brasília, com Mandado de Segurança Coletivo pela extensão dos 28,87% concedido aos militares em janeiro passado.

### CAMPANHA PELA CRIMINALIZAÇÃO DA TORTURA

A ANISTIA INTERNACIONAL está desenvolvendo a CAMPANHA NACIONAL PELA CRIMINALIZAÇÃO DA TORTURA, com a participação de várias entidades ligadas à defesa da cidadania e dos direitos humanos. A tortura deve ser um crime previsto em lei, como mandam a Constituição Federal e vários Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil.

Entidades participantes na Paraíba: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC); OAB/PB; CDDH/Arquidiocese; CDDH/João Pedro Teixeira; SAMOPS; Procuradoria da República na Paraíba; CUT/PB; DCE/UFPB; DCE/IPÊ; ADUFPB-JP/SSIND

**29.09.93, a partir das 14:00h - Lagoa**  
**Ato Público - Contra Revisão Constitucional**

O governo brasileiro, pressionado pela comunidade internacional expressa pela ONU e Banco Mundial, apresentou para a sociedade o Plano Decenal de Educação para Todos. Base é o Plano que será apresentado em novembro próximo na Conferência Mundial de Educação em Nova Dehli e o atestado para os demais países participantes, que, aqui no Brasil, vai se eliminar, em 10 anos, o analfabetismo. Assim, garantirá um direito universal e constitucional em que a educação é para todos. No texto de apresentação do Plano é colocado o objetivo principal: "o despertar da consciência nacional para a gravidade dos desafios a enfrentar nos próximos anos e as parcerias indispensáveis que deveremos firmar para o alcance das metas propostas". Aqui cabe a questão: educação para todos e o Estado também para todos?

O discurso do Plano, entretanto, aponta com clareza que a educação é para todos. Aliás, este é um direito assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos há mais de 40 anos e da qual o Brasil é signatário. Nas parcerias que foram buscar estão os vários setores da sociedade civil e da própria burocracia estatal. Destes, salientam-se o Conselho Federal de Educação, Forum dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Reitores, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional da Indústria, CNBB/MEB, UNESCO, UNICEF, UNDIME, DEMEC, órgãos financiadores de pesquisa como INEP e membros-professores de várias universidades brasileiras, além de outros. A elaboração deste Plano parece querer a participação de setores da sociedade civil e agora parte para apresentações e possíveis debates, talvez em âmbito do país. Segundo o calendário de eventos do Plano, de julho a setembro tem-se um momento de coleta de sugestões para o mesmo. Que está acontecendo com este Estado? Atolado em uma profunda crise ética e desacreditado de suas funções básicas como educação, agora convida à participação. Tentando sair da crise, como governo Itamar, este Estado que há pouco na ditadura quase nada buscava da sociedade civil, deseja sua contribuição para elaboração e execução de um Plano. Procura parcerias. Este Estado não se propõe para todos, mesmo que pretenda arrancar sugestões e descobrir parceiros na sociedade civil. Se equilibra em cima de sua própria formulação liberal e com políticas também "ditas" neoliberais. Enquanto tenta encontrar o recurso "dos grandes homens" para salvar-se, tipo Fernando Henrique Cardoso, não consegue desvencilhar-se de questões que o perseguem em toda sua história como o analfabetismo. Mesmo

em situação de profundo questionamento ético, o Estado mantém-se "indelével" e sem fraturas. Se equilibra de forma um tanto quanto catastrófica entre situações de crises e ressurgimento com força. Foi o caso da queda de Collor e ascensão do atual presidente; foi o caso de tantos nomes da economia nacional e o aparecimento do "salvador". Este Estado mantém sua conformação autoritária de forças retrógradas mesmo que liberal e tentando, com um discurso de participação, manter "sua democracia", enquanto a luta de sobrevivência do povo torna-se mais encarniçada.

Agora, busca suas parcerias no campo da política geral, como já fizera Itamar no Congresso Nacional e também tentando convencer os setores críticos de seu governo a postarem-se ao seu lado. Conseguirá, em parte, este intento, com a presença do próprio FHC, Barelli, Erundina, mas nem por isso consegue esconder seu caráter autoritário e representante de setores dominantes que definem as suas ações. No campo da educação pretende despertar uma "consciência nacional" para o problema do analfabetismo, bem como trazer mais parceiros para o seu projeto. Do ponto de vista teórico-político não seria um Estado com ares bonapartistas nem tampouco se enquadraria numa terminologia gramsciana de Estado cesarista; nem bonapartismo e nem cesarismo. Não se tem aqui nenhuma passagem de um tipo de Estado a outro, mas apenas incursões políticas de governo em crescer parcerias para solução da questão histórica - analfabetismo - e que há muito devia se ter resolvido. Não se está vivenciando crise de Estado na acepção própria do termo crise. Vive-se circunstanciais crises de governo e processos de restauração do poder superando, mesmo parcialmente, cada crise. Não se pode ser levado a acreditar em crise de hegemonia considerando o domínio quase total burguês sobre a sociedade e o domínio nas relações infraestruturais, ou, no campo das relações econômicas.

A busca por parcerias é apenas nova casca que este atual governo pensa ir 'tocando' sua administração. Coleta dados para um Plano Decenal de Educação Para Todos e que possivelmente já esteja pronto a ser enviado àquela Conferência Mundial. Seu discurso é de que a "viabilidade dessa política educacional está diretamente vinculada à compreensão de que os poderes públicos e a sociedade civil devem compartilhar responsabilidades em um processo duradouro". O governo entende que assim ultrapassa o ultraje educacional do país preparando crianças, jovens e adultos para um novo desenvolvimento tomando os cidadãos. Aqui estão dois 'a priori' - à participação em um Plano Decenal de

Educação e onde se esconde o caráter dominador do Estado. Que desenvolvimento e que cidadão? Estas são discussões que antecedem o da efetivação da participação em um Plano Decenal. E tem mais, a parceria também naquelas questões pode gerar a consciência necessária para que não só a educação seja direito de todos, mas que também o Estado seja instrumento para todos e não apenas de setores dominantes da sociedade. Ademais, a aliança que deseja para implementar suas medidas são entre "MEC, CONSED (Conselho de Secretarias de Educação), UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação), Conselho de Reitores da Universidade Brasileira (CRUB) e

Forum de Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação" um espectro aliancista basicamente por dentro do próprio Estado.

O Estado que está aí, submetido às situações de crise, é fruto de governo que nada busca além de tentativas restauradoras de suas forças bem como de consensos para suas ações, para único e exclusivamente manter sua essência conservadora. Parcerias para Educação como pretexto, porém na realidade, restauração e conservação em si mesmo e nada mais.

Prof. DHP/CE/UFPB; membro do GTPE

## Tesouraria

### BALANCETE DO PERIODO DE 01.01.93 A 30.04.93

#### Receitas

01. Saldo anterior.....	Cr\$ .....	00
02. Contribuições de Sócios.....	Cr\$ .....	1.922.567.616,50
03. Receita desconto assistencial.....	Cr\$ .....	2.740.166.007,56
04. Receitas da Máquina copiadora.....	Cr\$ .....	1.712.800,00
05. Receitas de aplicações financeiras.....	Cr\$ .....	151.174.349,32
06. Receitas de descontos obtidos .....	Cr\$ .....	4.800.000,00
07. Receitas diversas.....	Cr\$ .....	852.985.123,36
<b>TOTAL.....</b>	<b>Cr\$.....</b>	<b>5.673.405.896,74</b>

#### Despesas

01. Impressos e material de expediente.....	Cr\$ .....	394.998.217,40
02. Serviços de terceiros (honorários advog. etc).....	Cr\$ .....	1.306.745.721,00
03. Viagens, ajuda de custo, diárias .....	Cr\$ .....	282.308.970,00
04. Contribuições, doações (ANDES, CUT etc).....	Cr\$ .....	600.910.742,91
05. Despesas com conservação e limpeza.....	Cr\$ .....	25.813.000,00
06. Despesas com jornais, revistas, (outras).....	Cr\$ .....	16.743.790,00
07. Despesas com comunicação (Correios etc).....	Cr\$ .....	25.537.564,00
08. Despesas com refeições .....	Cr\$ .....	18.618.564,00
09. Despesas com combustíveis .....	Cr\$ .....	3.637.500,00
10. Despesas c/material máq. copidora.....	Cr\$ .....	59.375.035,06
11. Despesas diversas.....	Cr\$ .....	2.262.000,00
12. Despesas c/ eventos (Congresso etc).....	Cr\$ .....	15.515.503,00
13. Despesas c/pessoal (INSS, FGTS, PIS).....	Cr\$ .....	346.150.423,20
14. Despesas financeiras .....	Cr\$ .....	36.574.395,08
15. Despesas tributárias.....	Cr\$ .....	9.307.800,00
16. Devolução Imposto Sindical.....	Cr\$ .....	4.745.960,00
17. SALDO EM 30.04.93.....	Cr\$ .....	2.524.160.963,09
	<b>Cr\$.....</b>	<b>5.673.405.896,74</b>

#### SALDO BANCARIO/APLICACAO EM 24/09/93:

Conta Movimento .....	CR\$	2.941.167,76
FGTS .....	CR\$	1.389.661,44
84,32%.....	CR\$	6.451.073,00
Fundo de Greve.....	CR\$	6.204.775,02

#### Em tempo:

A Tesouraria da ADUFPB-JP/SSind solicita, mais uma vez, aos professores que ainda não receberam a devolução do Imposto Sindical (indevidamente descontado em 1989) que o façam com a maior brevidade possível.

## Política Educacional

Os temas escolhidos para aprofundamento no Grupo de Política Educacional são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, mais especificamente, a Autonomia Universitária, Educação e Trabalho, Avaliação Institucional e Verbas para a Educação.

Na LDB, defendemos, entre outros, a gratuidade do ensino público em todos os níveis; padrão único de qualidade contra a proposta, por exemplo, de universidades especializadas sob forma de fundação; a gestão democrática e a existência de somente uma rede de ensino, em contraposição à tentativa de se ter uma rede de ensino profissionalizante específica.

Quanto aos demais temas, eles estão em pauta para o próximo CONAD a ser realizado em novembro. A ADUFPB-JP convida os companheiros a apresentarem seus estudos e propostas, a fim de que o GT Local possa consolidar nosso entendimento sobre essas questões.

Além dos temas elencados, devemos estar atentos para a tentativa de organismos internacionais em engessar a Educação Nacional. Unesco, Cepal, Banco Mundial, tentam enquadrar o Brasil na sua ideologia neoliberalizante. Estão em andamento o Projeto Nordeste e o Plano Decenal de Educação. Uma das tônicas dessa política, a exemplo do Banco Mundial, é a da desqualificação das Universidades brasileiras.

Participe do GIPE, reuniões às 5<sup>as</sup>, 16h, na ADUF.

### GT CARREIRA

O GT Carreira reuniu-se nos dias 13 e 14 de setembro em São Paulo, quando discutiu questões relativas ao Projeto de Lei de Diretrizes e Carreira que a SAF está elaborando e em relação ao detalhamento da proposta do Movimento Docente sobre Carreira Única. A ADUFPB-JP/SSind foi representada pelo Presidente da entidade. Próxima reunião será nos dias 11 e 12 de outubro, em Brasília.

### Seminário sobre Seguridade Social

A Coordenação Estadual das Entidades de Servidores Públicos Federais estará promovendo seminário para discutir Seguridade Social, no dia 7 de outubro, a partir das 8 horas, no Auditório do INAMPS, Rua Barão do Abiahy, Centro.

84,32%:

**TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL**

Em defesa da isonomia, os professores do Campus I da UFPB, que não obtiveram a incorporação dos 84,32% aos seus salários continuam mobilizados e realizaram reunião com a Diretoria da ADUFPB-JP/SSIND, no dia 20 de setembro, onde ficou acertada uma audiência com o Reitor. Na audiência, em 23 de setembro, o Reitor disse que já havia tentado todas as medidas possíveis: extensão administrativa dos 84,32%; mandado de segurança no STJ; gestões na ANDIFES e CRUB. Na próxima segunda, 27.09, às 14 horas, na sede da ADUFPB, nova reunião para discutir encaminhamentos sobre a questão.

## Forum Estadual Contra a Revisão Constitucional

Foi lançado em João Pessoa, dia 16 de setembro, na sede da API, o Forum Contra a Revisão Constitucional, do qual participam entidades da sociedade civil paraibana que se posicionam contra tal revisão, por entenderem que a mesma se constitui em forte ameaça às conquistas sociais obtidas na Constituição Federal de 1988.

As entidades presentes passaram a constituir o Forum. São elas: OAB, API, CUT, UNE-DCE, UPES, ADUFPB-JP/SSind, SINDSERF, SINDIUF, COMER-CIÁRIOS, FETASP, ADEF-PB, SINDECOM, SINTEP, SINTEENP, SINTECT, PT, PSB, PCdoB.

## A política salarial dos SPFs em vigor

**AGOSTO/93**

A GAE passa de 80 para 90%

**SETEMBRO/93**

Reajuste de 80% da variação do IRSM no quadrimestre descontadas as antecipações concedidas. Reajuste de 86,13%.

**OUTUBRO/93**

A GAE passa de 90 para 100%.

**NOVEMBRO/93**

Reajuste de 50% da variação do IRSM no bimestre.

**DEZEMBRO/93 - Nada**

**JANEIRO/94**

Reajuste de 100% da variação do IRSM em 1993, descontadas as antecipações concedidas no ano (não deve ser descontado o reajuste de 100% de janeiro).

**FEVEREIRO/94**

A GAE passa de 100 para 120%.

**MARÇO/94**

Reajuste de 50% da variação do IRSM do bimestre.

**ABRIL/94**

A GAE passa de 120 para 140%.

**MAIO/94**

Reajuste de 90% da variação do IRSM no quadrimestre, descontada a antecipação de março.

**JUNHO/94**

A GAE passa de 140 para 160%.

**JULHO/94**

**SE NAO LUTARMOS,  
FIGAREMOS SEM POLITICA  
SALARIAL.**

# ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind

## 84,32%

### Recurso Ordinário do Ministério Público do Trabalho

A ADUFPB-JP/SSind informa a seus associados que a **AÇÃO RESCISÓRIA**, proposta pela Universidade Federal da Paraíba, visando desconstituir a sentença que concedeu os 84,32%, foi julgada improcedente pelo TRT, em 14.06.93, conforme noticiamos no último Boletim, nº 09 (de 24.09.93).

Da decisão do TRT cabia **RECURSO ORDINÁRIO** para o TST, até o dia 01.10.93

Inconformados com a decisão do TRT, os procuradores do Ministério Público do Trabalho, interpuseram, no dia 01.10.93, **RECURSO ORDINÁRIO** com vistas à anulação do Acórdão do TRT.

Os argumentos apresentados são os que seguem. O primeiro refere-se à participação do Juiz Geraldo Teixeira de Carvalho na sessão de julgamento do TRT. O segundo argumento prende-se, *ipsis litteris*, "à violação expressa e má aplicação da lei", pelo TRT, ao reconhecer o direito aos 84,32%.

#### I - Aspectos Jurídicos:

1. O TRT dirá se recebe ou não o Recurso interposto.
2. Caso receba o Recurso, a ADUFPB-JP/SSind será notificada para, no prazo de 8 dias, apresentar contra-razões.
3. Caso não receba o Recurso, cabe AGRAVO DE INSTRUMENTO para fazer com que o Recurso suba ao TST.
4. No TST, a matéria já analisada pelo TRT - impedimento do Juiz Geraldo Teixeira e a violação da Lei 8.030, será novamente apreciada
5. O TST poderá manter a decisão do TRT, com a improcedência da ação ou dar provimento ao Recurso para julgar procedente a ação.
6. No primeiro caso, os 84,32% torna-se definitivo.
7. No segundo, os 84,32% serão suspensos.

#### II - Pagamento dos 84,32%

O Recurso tem apenas efeito devolutivo, sem suspensão do pagamento imediato do percentual.

#### Seminário Estadual sobre Isonomia

Dia 21.10.93 - Aud. CB - Campus II UFPB  
Promoção: ADUFPB-JP/SSind, ADUFPB-CG/SSind

## Histórico

### 84,32%

15/03/90 - Governo Collor acaba com a Política salarial que previa reajuste de 84,32% para todos os trabalhadores, em março.

05.06.91 - A ADUFPB-JP/SSind interpõe reclamação trabalhista contra a UFPB no TRT - 13ª Região - Proc. nº04.001155/91 - para incorporação do percentual de 84,32% aos vencimentos dos professores.

12.08.92 - O Acórdão nº 10472, a nível de TRT (2ª Instância), garante aos docentes do Campus I/UFPB a incorporação aos vencimentos do percentual de 84,32%, relativos ao IPC de março/90.

01.12.92 - A ADUFPB-JP/SSind é informada que a UFPB contestou a decisão do Tribunal através de uma Ação Rescisória, com pedido de Medida Cautelar.

18.12.92 - A UFPB, através da Procuradoria Geral, tem seu pedido de Medida Cautelar indeferido pelo Tribunal.

28.12.92 - A UFPB deu entrada no TRT de um Mandado de Segurança, com pedido de Liminar, para suspender o Mandado de Intimação.

10.02.93 - A ADUFPB-JP/SSind obtém parecer favorável do Pleno do TRT e cassa a Liminar obtida pela UFPB.

14.06.93 - Ação Rescisória interposta pela UFPB foi julgada improcedente pelo TRT.

15.09.93 - Publicado Acórdão do TRT no Diário da Justiça, sendo cabível Recurso Ordinário para o TST.

01.10.93 - Ministério Público do Trabalho interpõe Recurso Ordinário.

#### Seminário sobre Seguridade Social

Promoção: Coordenação Estadual dos SPF  
Aud. API, dia 07.10.93 (5ª feira), às 8:00h.

#### Plenária Sindical e Popular

Dia 13.10.93 (4ª feira), às 19:00h - API  
**EM DEFESA DA CIDADANIA  
CONTRA A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

#### ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 14.10.93 (5ª FEIRA)

ÀS 9:00H - AUD. REITORIA

**Pauta:** Informes, Diretrizes de Plano de Carreira e Carreira; Revisão Constitucional; 84,32%; Encaminhamentos da luta: CONAD.

**TRABALHO IGUAL,  
SALÁRIO IGUAL  
84,32%  
PARA TODOS**

Informativo Docentes não contemplados 84,32%  
UFPB - João Pessoa- 29.09.93 - nº 01

**Trabalho igual,  
salário igual**

A Constituição Brasileira estar sendo desrespeitada pela UFPB, no seu Art. 39, § 1º, que diz: "*A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais...*"

A ADUFPB-JP/SSind vem lutando por este direito Constitucional, para que a unidade do movimento docente seja preservada.

Nós, professores desta Universidade, que não temos os 84,32%, sentimos na diminuição dos nossos direitos, o desrespeito a nossa Constituição já que ministramos aula aos mesmos alunos, ocupamos os mesmos espaços físicos, possuímos formações acadêmicas idênticas, temos as mesmas obrigações e responsabilidades, mas somos discriminados nos nossos direitos, nos nossos vencimentos.

Solicitamos então, daqueles que fazem a Administração Superior de nossa Instituição uma atitude forte, clara, objetiva, real no sentido de respeitar e fazer cumprir o que a Carta Magna do País determina: "... *isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais...*"

**É chegada a nossa hora!  
Mobilização já!  
A luta é de todos.**

**Comissão pró-84,32%**

**Constituição do Brasil**

**Art. 39 - § 1º** - *A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.*

**84,32%**

**Histórico**

**15/03/90** - Governo Collor acaba com a Política salarial que previa reajuste de 84,32% para todos os trabalhadores, em março.

**05.06.91** - A ADUFPB-JP/SSind interpõe reclamação trabalhista contra a UFPB no TRT - 13ª Região - Proc. nº04.001155/91 - para incorporação do percentual de 84,32% aos vencimentos dos professores.

**12.08.92** - O Acórdão nº 10472, a nível de TRT (2ª Instância), garante aos docentes do Campus I/UFPB a incorporação aos vencimentos do percentual de 84,32%, relativos ao IPC de março/90.

**01.12.92** - A ADUFPB-JP/SSind é informada que a UFPB contestou a decisão do Tribunal através de uma Ação Rescisória, com pedido de Medida Cautelar.

**18.12.92** - A UFPB, através da Procuradoria Geral, tem seu pedido de Medida Cautelar indeferido pelo Tribunal.

**28.12.92** - A UFPB deu entrada no TRT de um Mandado de Segurança, com pedido de Liminar, para suspender o Mandado de Intimação.

**10.02.93** - A ADUFPB-JP/SSind obtém parecer favorável do Pleno do TRT e cassa a Liminar obtida pela UFPB.

**14.06.93** - Ação Rescisória interposta pela UFPB foi julgada improcedente pelo TRT.

**17.09.93** - Publicado Acórdão do TRT no Diário da Justiça, sendo cabível Recurso Ordinário para o TST.

## ASSEMBLEIA GERAL

Dia 14.10.93, às 9:00h, Aud. Reitoria

Pauta;

. Informes;

. Revisão Constitucional;

. XXVII CONAD (escolha: 1 delegado, 4 observadores)

. Diretrizes de Plano de Carreira e Carreira;

. 84,32% - encaminhamentos da luta.

### Editorial

Parlamentares envolvidos com o tráfico de crianças, com a venda de "passes" para outros partidos e outras causas escusas, são os que vão decidir sobre os direitos e deveres da população e o destino da Nação.

Enquanto inúmeros direitos sociais não foram sequer implementados, como o direito à saúde, à isonomia salarial e a salários que cubram o custo de reprodução do trabalhador, ex-presidentes gozam de mordomias e ex-parlamentares se aposentam aos 8 anos de mandato, às custas da sociedade brasileira.

Partidos e parlamentares comprometidos com banqueiros, industriais e latifundiários vão tentar cercear os direitos e interesses da classe trabalhadora.

A defesa dos interesses coletivos - quase são também os interesses de cada um de nós -, depende de nossa determinação na luta para que a Revisão Constitucional não se constitua num golpe contra a sociedade.

Diretoria  
ADUFPB-JP/SSind

### Plenária Sindical e popular

No dia 13.10.93, às 19 horas, na sede da Associação Paraibana de Imprensa (API), vai acontecer a Plenária Sindical e Popular. Compareça.

Nesta plenária, a CUT, juntamente com os diversos movimentos sociais paraibanos, vamos discutir formas de luta em defesa dos direitos sociais da população.

Somente a união e a disposição de luta pode garantir que o direito à aposentadoria por tempo de serviço, o direito à saúde - a implementação do SUS -, entre outros, sejam mantidos na Constituição e implementados.

**Em defesa da cidadania. Contra a Revisão Constitucional.**

### Seminário Estadual sobre Isonomia

Dia 21.10.93, no Bloco CB, Campus II/UFPB (Campina Grande), às 9:00h, uma promoção conjunta da ADUFPB-CG e da ADUFPB-JP.

Com a presença do Juiz Federal da 4ª Vara/PB, Dr. Antonio Carlos Martins Mello; Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo, Reitor da UFPB e o Professor Márcio Antonio de Oliveira, Presidente da ANDES-SN.

Os professores interessados devem entrar em contato com a secretaria da ADUFPB-JP, até o dia 18.10.93, para que possamos viabilizar a ida até Campina Grande.

Aguardem de 25 a 29 de  
outubro/93  
SEMANA DE ATIVIDADES  
15 ANOS DA ADUFPB-JP

# De novo o T-40?

O Decreto 94.604, de julho de 1987 - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) que regulamenta a Carreira Docente das IFES, atualmente em vigor, prevê, em seu Art. 14, § 2º, "EXCEPCIONALMENTE, a IFES, mediante aprovação de seu colegiado superior competente, poderá adotar o Regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas".

O Movimento Docente em seu XVI CONAD, em São Luis/MA, realizado de 04 a 07 de setembro de 1987, como resultado de discussões anteriores realizadas em diversas IFES fez extensa avaliação sobre duas questões: T-40 e GRIPE, que se colocavam prementes para o MD, resultado do PUCRCE e das portarias que a regulamentaram e aprovou um "Manifesto aos Colegiados Superiores das IFES" propondo aos Conselhos a recusa à adoção da GRIPE e do Regime de Trabalho de 40 horas semanais sem Dedicção Exclusiva.

Os argumentos apresentados pelo MD, contrários à adoção do Regime T-40, foram os seguintes:

1. O regime de Trabalho de 40 horas semanais, sem Dedicção Exclusiva, poderá ser adotado excepcionalmente em cada IFES, apenas no caso do respectivo Colegiado Superior assim o decidir, conforme o citado Decreto nº 96.664;
2. A Universidade Pública é Gratuita, para ser de fato autônoma, democrática e competente, precisa ter prioritariamente docentes profissionalizados, para quem a docência seja atividade exclusiva e não complementar;
3. Complementarmente, nos casos em que seja necessário, para trazer à IFES a experiência gerada em atividades outras que não a dos docentes em regime de dedicação exclusiva e a coberta por convênios, escritórios modelos etc., esse papel deverá ser desempenhado por professores em regime de 20 horas semanais;
4. O regime de 40 horas semanais, dado o progressivo rebaixamento salarial sofrido pelas IFES, tornou-se na prática uma ficção, com os docentes contratados por esse regime reduzindo sua jornada de trabalho na IFES e combinando-a com outros empregos e/ou atividades remuneradas, convertendo a docência em atividade acessória;
5. A utilização plena de 40 horas semanais de trabalho no ensino, na pesquisa e na extensão nas IFES, com o docente em condições de dar o melhor de si à instituição implica em dedicação exclusiva a esta;

6. A manutenção do regime de 40 horas, sem dedicação exclusiva, nas IFES autárquicas, e sua reintrodução nas fundacionais, implicaria em subscrever e remunerar uma jornada de trabalho que é fisicamente impossível praticar e que, nos eventuais casos em que se venha a tentar praticar de fato, só poderá sê-lo com evidente desgaste do professor e desqualificação de seu trabalho, ferindo ainda o direito dos docentes, como trabalhadores que são, a jornada nunca superior a 40 horas semanais;

7. A desmoralização frente à opinião pública das Universidades e Escolas Superiores Federais, caso optassem pela renúncia à pesquisa à extensão, pela conversão em escolas de 3º grau exclusivamente de ensino, pela adoção de um regime de trabalho fictício - abrindo dessa forma o caminho à política governamental de destruição do ensino superior público e gratuito;

8. O fato, significativo em si mesmo, de até hoje não ter sido apresentada argumentação alguma em defesa do regime de 40 horas sem Dedicção Exclusiva, dentro do objetivo de se constituir uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente.

Entendendo os argumentos apresentados, a UFPB, através do CONSUNI deliberou pela não adoção do Regime de 40 horas, assim como todas as demais IFES. Agora esta discussão se coloca novamente na ordem do dia.

Esses argumentos continuam válidos e o MD não mudou sua posição acerca de tal questão e, no atual momento, o que está posto, para o MD, é a discussão de uma nova proposta de Carreira Docente, inclusive, já aprovada a sua estrutura, no XII Congresso da ANDES-SN (Manaus, 28/02 a 05/03/93) e o seu detalhamento a ser aprovado no próximo CONAD, em Pelotas/RS, de 02 a 06.11.93.

Está em discussão também proposta da SAF de Diretrizes do Sistema de Plano de Carreira (DPC) que define as bases para a elaboração dos Planos de Carreiras a serem implementados nas diversas categorias de Servidores Públicos Federais. A ANDES-SN defende que sejam carreiras, organizadas de acordo com as atividades-fins das Instituições prestadoras de serviços.

Reafirmamos, portanto, a posição do MD, contrária à implantação de Regime de 40 horas semanais sem Dedicção Exclusiva e convidamos os docentes a discutirem: DPC, Plano de Carreira e Seguridade Social, para que tenhamos propostas a se contraporem às propostas do governo.

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: Essa briga também é nossa

Alder Júlio Ferreira Calado\*

Tais e tantos são os desafios que nos estão postos pela atual realidade brasileira, que fica até difícil decidir por onde começar o enfrentamento. Tanto mais, quando se constata que aos problemas de natureza estrutural - nunca é demais lembrar as terríveis feridas de nossa herança colonialista que o Capitalismo só tem agravado - associam-se novos desafios, ligados ao atual quadro conjuntural.

Em se tratando, aqui, de um espaço eminentemente sindical exercitado por trabalhadoras e trabalhadores na área da educação pública, que frequentemente vêm sendo questionados sobre o alcance e o retorno sociais de suas funções, parece oportuno propor a sequência ou ampliação do debate sobre nossa postura ética, enquanto servidores públicos.

Com efeito, a exemplo dos bons debates suscitados pelo Movimento Ética na Política, temos acompanhado, com interesse, as discussões que se vêm dando a respeito da questão ética subjacente à prestação do serviço público, inclusive no interior do Campus I da UFPB.

Tema de abordagem delicada, convenhamos, dadas as implicações que encerra. Daí a diversidade de perspectivas. No entanto, além de inevitável, trata-se mesmo é de fortalecer o debate, de modo a permitir a exposição das divergências, numa permanente busca de transparência e exercício de democracia.

Há, de um lado, quem não hesite em "pegar carona" no debate, olhos fitos no "enxugamento" (no caso de efetivar-se a revisão constitucional) dos artigos atinentes aos direitos sociais, em função da onda neoliberal do pretense "fim da história", situação insustentável que só serve para reforçar os argumentos dos inimigos da publicização do Estado. Basta que se pense, por exemplo, na ausência ou insuficiência de mecanismos de controle democrático da prestação dos serviços públicos, ao interno dos Departamentos e demais instâncias colegiais, salvo raras exceções. Mas, alegra-nos constatar que também há, por outro lado, os que assumem o debate para além de interesses corporativistas, certos de que os trabalhadores em educação nada têm a temer, sempre que se tratar de exigir um comportamento ético, no serviço público, como de resto em qualquer outra esfera da vida social.

A medida que se aproxima a polêmica data da revisão constitucional, e em coro com os reclamos dos setores conservadores e reacionários, dentro e fora do Congresso, têm aparecido artigos assinados por gente de peso acadêmico, onde, ao lado de questionamentos sérios e oportunos, se acham outros de difícil aceitação.

Não dá mais para adiar o enfrentamento de questões espinhosas, entre as quais: como compati-

bilizar a prática de um sindicalismo consequente com a exigência de contrapartidas éticas correspondentes? Como assegurar o retorno social dos custos ou investimentos públicos feitos (também) na área da educação, especialmente nas universidades? Como trabalhar adequadamente a relação entre os três segmentos característicos da convivência acadêmica? O que fazer para evitar ou pelo menos reduzir progressivamente a farta munição de vícios recorrentes que se tem oferecido aos inimigos de um Estado desprivatizado?

Nesse sentido, tendo na conta de bem-vindos artigos como "As nulidades triunfantes", de autoria do Prof. Fábio Konder Comparato (FSP, 20/09/93), especialmente quando denuncia situações esdrúxulas como a em que pergunta se o leitor sabe que "nos anos letivos de 1989, 1990 e 1991, a USP teve, na pós-graduação, cerca de 700 disciplinas com um aluno matriculado e mais de 200 com apenas dois alunos?", acrescentando que "se isso se passa com as universidades públicas de São Paulo, nas federais campeia a mais vergonhosa dilapidação de recursos." Ainda que essas denúncias nada tivessem de parecido com a nossa realidade particular, não teríamos o direito de ficar inertes ante tais distorções.

Por outro lado, convém notar certo oportunismo da parte de alguns que, aproveitando-se do momento de ataques sistemáticos aos servidores públicos, chegando mesmo a incorporar ao seu trabalho denúncias pertinentes, o fazem menos por imperativo ético e em decorrência de compromissos com a causa das maiorias excluídas dos benefícios e das riquezas socialmente produzidas, do que em razão de seu envolvimento objetivo com os setores que pleiteiam o fim ou redução dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988. Para esses, a saída passa, na prática, pelo nivelamento (por baixo) dos assalariados, enquanto se recusam a questionar escândalos como os mecanismos de pagamento da dívida (externa e interna), a iníqua estrutura da terra e respectiva política agrícola, a remessa de lucros, a lucratividade alucinante do setor financeiro e das grandes empresas, o monopólio da informação praticado pela Globo...

Mas, atenção: para que nosso combate seja consequente e frutuoso, não podemos abdicar da autocrítica e da vigilância democrática que somos chamados a exercer permanentemente, a partir de nós mesmos, de cada Departamento, de cada instância colegiada, com o que teremos moral para exigir o mesmo de outros setores. Essa briga também é nossa.

## Opinião

### Não à Revisão da Constituição; Que meditem os Parlamentares perdulários

Claudete Coelho\*

A Reforma Constitucional desejada por forças golpistas e por ingênuos de boa ou má fé deve ser repudiada com veemência, não só porque querem fazê-la "a toque de caixa", numa pressa inexplicada, num afobamento suspeito. Nem porque querem fazê-la em quorum conjunto entre as duas casas do Congresso, com critério de maioria simples, Nem porque estamos às vésperas de eleições, de carnaval ou de festas de fim de ano. Como se tudo isto não bastasse!

Mas, quero lembrar o aspecto econômico do episódio. Se anteciparem a reunião da Constituição vão ser jogados fora mais de 70 artigos, ainda não regulamentados. Isto é um desperdício. É um despropósito, num país com tantos aspectos de indigência, desperdiçar-se horas de trabalho tão regamente pagas, assim, sem mais nem menos.

Quem sabe quanto custa, em média, um dia de trabalho de um deputado ou senador? E quantos dias de trabalho estão embutidos nestes 70 artigos?

Ou vão ser perdidos por não corresponderem à realidade? De um jeito ou de outro é custo que a sociedade não pode suportar mais calada, resignada.

Os parlamentares devem descer do pedestal onde se puseram e sentir o Brasil real de 32 milhões de famintos, de 9 milhões de famílias sem o mínimo para sobreviver, sustentando o luxo de congressistas que não fazem jus às luxuosas condições de vida que arrancam da Nação. Pois que trabalhem sério. Que regulamentem os Artigos da Constituição Cidadã e aí, quando ela for aplicada em sua totalidade, aí sim, vamos corrigi-la, melhorá-la, ajustá-la. Sem pressa, nem afobamento. Com a seriedade que o assunto exige. Mas antes não. É deboche.

\*Prof. Dep. Direito Privado/CCJ/  
Diretora Cultural da ADUFPB-JP

**ASSEMBLÉIA GERAL  
DIA 14.10.93 AUD REITORIA, 9H**

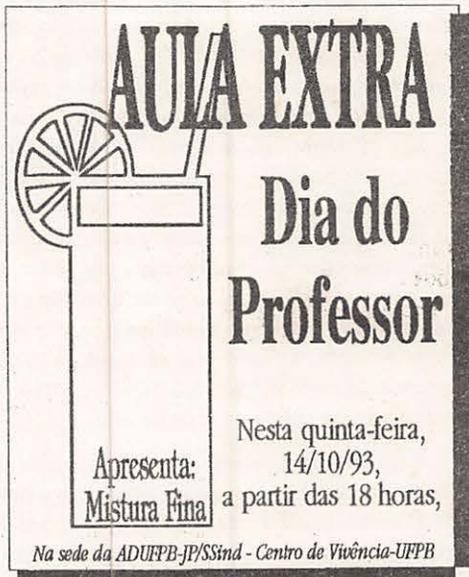
## ANIVERSÁRIO DA ADUFPB - JP

No próximo dia 25 de outubro, a ADUFPB-JP completará 15 anos. Esses 15 anos de história de lutas em defesa da escola pública e dos interesses dos professores da UFPB, Campus I, estarão sendo comemorados na Semana de 25 a 29 de outubro, cuja programação será brevemente divulgada.

### CADERNOS DA ADUF

Como parte da comemoração dos 15 anos da ADUFPB-JP, serão editados CADERNOS DA ADUF, com textos produzidos pelos seus sindicalizados. A primeira elaboração "A UFPB e o GOLPE DE 64", da Professora Monique Citadino, do Departamento de História/CCHLA, já se encontra em processo de edição.

Os interessados, em editar textos, devem procurar a Diretoria.



**AULA EXTRA**

**Dia do Professor**

Apresenta:  
**Mistura Fina**

Nesta quinta-feira,  
14/10/93,  
a partir das 18 horas,

Na sede da ADUFPB-JP/SSind - Centro de Vivência-UFPB



## Editorial

O movimento docente tem pautado sua atuação pela luta para despertar na categoria a responsabilidade que carregamos enquanto profissionais da educação.

Mais do que qualquer outra categoria de trabalhadores, somos pagos pela sociedade para produzir o saber que conduz ao "reino da liberdade".

A luta não tem sido fácil. Apesar dos esforços desmedidos de diversas direções que têm trabalhado no sentido de mobilizar a categoria em torno de questões relativas aos direitos dos docentes, à educação, à defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, como também sobre questões sociais que afligem a sociedade brasileira, a categoria, em geral, tem se contentado com a luta salarial.

A ADUFPB-JP, também vem atuando junto aos movimentos sociais da Paraíba e tem trabalhado com outros segmentos de trabalhadores, buscando a unidade e o fortalecimento do Movimento Sindical. Entendemos que só a solidariedade e a unidade dos trabalhadores - e demais entidades da sociedade civil organizada - poderão contribuir para a construção de uma nova sociedade justa e igualitária.

Os 15 anos de luta da ADUFPB-JP prenunciam uma maioria que não é precoce. É uma maioria baseada no combate ao descaso com o serviço público e com os destinos da sociedade. E para festejarmos este aniversário, convidamos os colegas a observarem o momento crítico que vive a sociedade brasileira e chamarem a si a responsabilidade de luta.

João Pessoa, 25.out.93  
Diretoria Executiva

## SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO

Por deliberação do XXVI CONAD, que reafirmou decisão dos XI e XII Congressos da ANDES-SN, nosso Sindicato Nacional está realizando campanha de solidariedade ao povo cubano, vítima do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos e seus aliados.

A campanha foi assumida coletivamente pelo DNTE-CUT (Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT) e é, assim, promoção conjunta da ANDES-SN, CNTE (ex-CPB), ANDEF, SENASEF e FASUBRA. Bônus no valor de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros reais) estão sendo vendidos, destinando-se à compra de material escolar para as crianças cubanas que tem a garantia de um sistema público, gratuito e universal de educação.

Contribua: seu bônus significará lápis, cadernos, material de desenho, livros... que serão remetidos a Cuba. Não se furte a este chamamento internacionalista de solidariedade a um povo vitimado pelo imperialismo. Procure sua Seção Sindical.

### ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 25.10.93 (2ª feira)

Às 9:00H - Aud. CE

#### Pauta:

1. Processo Sucessório da ADUFPB
2. Mobilização para o dia 27.10



Lançamento Cadernos da ADUFPB  
"A UFPB e o Golpe de 64"  
da Profª Monique Cittadino

## REVISÃO CONSTITUCIONAL: o golpe das elites e (ainda uma vez) a resistência democrática

Sívio Frank Alem\*

Difícil. Muito difícil mobilizar, em defesa da Carta de 88, o conjunto do movimento popular e sindical, massa capaz de - nas ruas - evitar o golpe terrível que é a reforma constitucional pretendida pelo capital monopolista, pelo FMI e seus representantes no Congresso Nacional

Difícil, porque os direitos sociais e a maioria das conquistas democráticas inscritas no texto que acaba de completar cinco anos de vigência não foram postos em exercício, quer por falta da legislação complementar, quer por puro e simples descumprimento da Lei. Defender algo que não produziu, ao menos para a maioria dos trabalhadores, uma real melhoria nas cotidianas condições de existência.

Deste real temos que partir: das dificuldades que a conjuntura apresenta, face a mais uma tarefa de resistência democrática que se coloca para todos e cada um de nós, trabalhadores.

O que, afinal, está em jogo na proposta revisora assumida pelos partidos da ordem? O que pretendem PFL, PPR, PSD, PP, PTB... e a ampla maioria do PMDB e do PSDB?

Em síntese, trata-se de aperfeiçoar, pela via da institucionalização constitucional, a proposta neoliberal perseguida por Collor - e, agora, por Itamar e Fernando Henrique. Trata-se de fazer capitular, mais uma vez, os interesses nacionais e populares às necessidades da acumulação monopolista, fazer melhor inserir o Brasil na "nova ordem" que sucedeu ao fim da guerra fria. Trata-se de privatizar (mais ainda) o Estado, utilizar o patrimônio público, construído por gerações, para atender ao serviço das ilegítimas dívidas interna e externa, caminhos na direção do "ajuste estrutural" da economia, desregulamentando e "flexibilizando" as relações de trabalho. A rigor, dar ao Brasil aquilo que já foi ou está sendo imposto ao Chile, Argentina, Uruguai - toda América Latina, a rigor - e mesmo à classe trabalhadora de nações como o Reino Unido e as antigas URSS e Repúblicas "Populares" do centro e leste europeus.

Como educadores e como servidores públicos, estamos na primeira linha do conjunto de alvos que a classe dominante pretende atingir. Temos que disso ter clareza, ao menos para que não nos sintamos descompromissados com a tarefa de resistência que nos é imposta.

Volta a idéia do fim da gratuidade da Universidade Pública. Pretende-se o fim da aposentadoria especial que conquistamos. O fim do direito à estabilidade no emprego. Mudanças nos capítulos constitucionais sobre educação e serviço público que podem significar retrocessos na tramitação da LDB, luta na qual anos a fio temos desempenhado papel fundamental.

Interesses estratégicos nacionais estão ameaçados: abutres multinacionais, aliados aos monopolistas internos querem privatizar definitivamente as telecomunicações, a Petrobrás, a Eletrobrás.

A Previdência Social, conquistas trabalhistas em geral, são alvo da classe dominante: o caso chileno, as propostas de Menem são, no caso, emblemáticos: a Previdência passa a ser *butim* dos piratas banqueiros (teremos de comprar aos Bradescos, Itaús, Capemis etc, fragmentos de fundos acionários; se o capital for bem sucedido, nossa aposentadoria será paga pelas migalhas da mais-valia distribuídas como dividendos); as leis trabalhistas passam a ter como único parâmetro o ideal da máxima produtividade da força de trabalho (um exemplo: contrata-se do trabalhador x dias/ano de serviço. Elidem-se as datas de repouso remunerado: cristamente o domingo deixa de ser o dia do Senhor. As folgas ficam condicionadas a entre-safra empresarial). Sem querer fazer terrorismo: uma disposição transitória pode nos retirar conquistas judiciais já consolidadas.

A cidadania, a democracia estão duramente ameaçadas.

A revisão pode alterar o sistema eleitoral e - face a perspectiva da vitória presidencial de uma candidatura democrática e popular - os poderes do Executivo. Imagine-se o voto distrital (sob qualquer forma), garantia de um Congresso ainda mais oligárquico e paroquial somado às

novas garantias fornecidas à propriedade privada e ao capital multinacional: reedita-se, como quer Antonio Carlos Magalhães e outros cínicos, a fraude *collorida*.

A ADUFPB-JP, hoje Seção Sindical da ANDES-SN, completa quinze anos num momento extremamente grave para a nação, a classe trabalhadora e o movimento docente. Nosso segmento social - educadores e servidores públicos - tem o dever de mobilizar-se sem poupar energias, esforços, disposição de luta. O primeiro passo, para isso, é tomar consciência das dificuldades, denunciar cotidianamente o canto das sereias modermosas, dos neoliberais assumidos, travestidos de social democratas bicudos ou alojados no saco de gatos que é o PMDB, na "Farsa" Sindical e quejandos. Denunciar aqueles que oriundos do campo popular (como dói ver Barelli, Genoíno e quê-tais capitularem!) hoje renunciam à resistência e buscam a acomodação à nova-velha ordem.

**Exercitar o que conquistamos em matéria de cidadania: inadmissíveis as Assembléias esvaziadas, inadmissível um campus vazio dia 27, data da Paralisação Nacional dos Servidores Públicos Federais. Inadmissível, face às dificuldades do momento, renunciar à nossa tradição de luta, assumir a postura do avestruz.**

A nação, a cidadania, direitos trabalhistas, a educação pública, nossos bolsos, nosso futuro e o de nossos filhos, estão ameaçados.

Mais que navegar, resistir, hoje, é preciso.

\*Prof. do Deptº de História/CCHLA/UFPB;  
Secretário Geral da ANDES-SN

#### LAMENTAMOS

O professor Sívio Frank Alem, ex-presidente da ADUFPB-JP e atual Secretário Geral da ANDES-SN foi vítima de acidente automobilístico em João Pessoa e está, felizmente, se recuperando. Uma rifa está sendo vendida no campus, com a finalidade de auxiliar sua recuperação e a dos danos materiais que sofreu seu veículo. Procure a ADUFPB-JP.

## ADUFPB-JP comemora quinze anos

A Seção Sindical dos Docentes da UFPB, campus de João Pessoa, comemora quinze anos de sua fundação no próximo dia 25 de outubro. Uma extensa programação assinalará o evento no período entre 25 e 29 deste mês, compreendendo Mesas-Redondas, Debates, Exposições e festa dançante no Jangada Clube.

A Diretoria da ADUFPB-JP está convidando toda a comunidade universitária, sindicatos e organizações da sociedade civil a participar da programação.

No Auditório do Centro de Educação, às 9:00h terá lugar uma Assembléia Geral, tendo como pauta o processo sucessório da entidade e discussão sobre a mobilização para o dia 27/10; na sede da entidade, inaugura-se exposição de fotografias, cartazes, boletins e vídeos que documentam a história de lutas da AD e do Movimento Docente nacional. Às 15:00 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia, debatem o tema "Movimento Docente e Administração Universitária" os reitores da UFPB, Neroaldo Pontes e o da Universidade de Brasília, Antonio Ibañez. Intervém, também, o Presidente da ANDES-Sindicato Nacional, professor Márcio Antônio de Oliveira.

À noite, ainda no Auditório do CT, sessão solene vai rememorar a fundação da organização representativa dos professores universitários, com apresentação de Recital de Violão com o Prof. Albérgio Diniz do Departamento de Música/UFPB.

Dia 26, terça-feira, dois debates serão realizados a propósito dos temas "Sociedade do Trabalho e Inovações Tecnológicas" e "A Nova Ordem Mundial e Mudanças no Mundo do Trabalho". Confirmaram presença especialistas da UNICAMP, UFC, além de expositores locais e do Presidente da CUT-PB. Dia 27, no Auditório da Reitoria, às 9:00 horas, os ex-presidentes da ADUFPB-JP discutirão o tema "15 anos de luta"; às 15:00 horas, com a presença do professor Marcos Da Ros (UFSC) e especialistas locais o tema em questão será "Trabalho e Segurança Social". À noite, no Bar Aula Extra será lançada nova edição dos "Cadernos da ADUF".

No dia 29, a partir das 22:00h, festa dançante no Jangada Clube, animada pela Banda Canto Novo, e sábado, 30/10, relançamento do filme "Questão de Terra", do cineasta Manfredo Caldas, seguido de debate com o diretor e o Prof. Leoncio Camiño (Deptº Psicologia/UFPB), às 17:00 horas, no Cinema do Hotel Tambaú.

A Diretoria da ADUFPB-JP considera que associando debates acadêmicos e sindicais, além de atividades de confraternização, propiciará à categoria que representa um momento privilegiado de balanço histórico crítico, planejamento de novas lutas e maior integração social da comunidade.

Diretoria Executiva  
Gestão 1992/1993

Há quanto tempo você não recebe um convite  
para uma festa de 15 anos?

A ADUFPB-JP/SSind sentir-se-á honrada com sua  
presença no período de 25 a 29 de outubro de 1993  
na programação dos 15 Anos de sua criação.



## P . R . O . G . R . A . M . A

### segunda - 25/10

Às 9:00h - Aud. CE

#### ASSEMBLÉIA GERAL

Paula:

- 1) Processo Sucessório da ADUFPB-JP;
- 2) Mobilização para o dia 27/10.

Às 15:00h - Aud. CI

Debate:

Movimento Docente

e a Administração Universitária.

Prof. Heraklio Fontes (Reitor da UFPA);

Prof. Antonio Balthazar Paiz (Reitor da UnB);

Prof. Márcio Antonio da Oliveira (Presidente da ANDES)

Às 19:00h - Aud. CI

Recital de Violão com

Albérico Diniz

(Dept. Música/UFPA)

Sessão Solene

Aniversário da ADUFPB

Prof. Heraklio Fontes (Reitor UFPA); Prof. Márcio Antonio da

Oliveira (Presidente da ANDES-SN); Sr. Wilson Araújo

(Presidente da CUT); Prof. Marin do Socorro X. Batista

(Presidente da ADUFPB-JP); Representante do SBATESP;

Representante do DCE.

Coquetel

### terça - 26/10

Às 9:00h - Aud. CI

Debate:

Sociedade do Trabalho e  
Inovações Tecnológicas

Debatedores:

Prof.ª Angela Tude (ADUNICAMP)

Prof.ª Carmela Buonfiglio (UFPA)

Às 19:00h - Aud. CCSA

Debate:

A nova Ordem Mundial e as  
Mudanças do Mundo do Trabalho

Debatedores:

Prof. Silvio Frank Alem (ANDES-SN);

Prof. Francisca Pinheiro (UFG);

Prof. João Luis Fonseca (UFPA)

### quarta - 27/10

Às 9:00h - Aud. Reitoria

Mesa Redonda

com ex-Presidentes da ADUFPB-JP

15 ANOS DE LUTA:

A ADUFPB-JP e o MD

Às 15:00h - Aud. Reitoria

Debate:

Trabalho e Seguridade Social

Debatedores:

Prof. Marcos da Ros (UFSC)

Prof. Epitácio Medeiros (UFPA);

A partir das 18:00h

AJLA-EXTRA

Lançamento

Cadernos da ADUF

"A UFPA e o Golpe de 64"

de Monique Citadino às 20:00h

21:00h Show Musical

### quinta - 28/10

DIA DO

FUNCIONALISMO PÚBLICO

### sexta - 29/10

Às 9:00h - Sede da entidade

História da ADUFPB-JP

em Vídeo

Centro de Vivência

A partir das 22:00h

FESTA DOS 15 ANOS

Local: Jangada Clube

(Cabo Branco)

Apresentação:

Grupo Canto Novo

### sábado - 30/10

Às 17:00h

Relançamento do filme

Questão de Terra

de Marifredo Caldas

Local: Cinema do Hotel Tambora

Debatedores:

Marifredo Caldas (Cineasta)

Prof. Leocálio Corrêa (UFPA)

EXPOSIÇÃO PERMANENTE DE FOTOGRAFIAS, CARTAZES, BOLETINS, ETC (Centro de Vivência)

monstruosa corrupção, onde manipulam os recursos do orçamento da União, revelando uma gigantesca roubaheira dos impostos pagos pelo povo, insiste na Revisão Constitucional. Insistimos que este Congresso não tem legitimidade para proceder esta revisão, pois não tem poderes constituintes, não tem credibilidade e não tem ética para rever nada da atual Constituição.

## Editorial

A crise brasileira se agudiza e, além dos aspectos a ela intrínsecos de inflação, recessão, desemprego e aprofundamento da pobreza e da miséria, tem aumentado a violência a níveis assustadores: ela se exerce contra os trabalhadores, mulheres, índios, crianças; centraliza-se o genocídio urbano. Os escândalos envolvendo políticos: ministros, deputados, senadores, governadores... em corrupção, voltam à tona, demonstrando que o roubo é institucionalizado.

Aqui, na Paraíba, a violência envolve a mais alta autoridade do Estado. Governador responde a denúncias de corrupção com tiros, invertendo o slogan de campanha "a viola no lugar da pistola", ao invés de buscar provar a sua isenção e buscar os caminhos da justiça.

Fatos como esses devem ser apurados em toda sua extensão e os culpados devem ser condenados.

O Congresso nacional, mesmo tendo um grande número de deputados e senadores envolvidos em

A revisão é uma forma encontrada pela burguesia e pelos políticos para implementar uma política neoliberal que vise fortalecer o capitalismo e diminuir a responsabilidade do Estado com as políticas sociais.

A ilegitimidade do Congresso para dar curso à revisão, a incapacidade do governo em por fim aos principais problemas econômicos, os escândalos de corrupção que expressam a continuidade de Collor, a necessidade da construção de um projeto popular para a nação, colocam na ordem do dia o debate sobre a antecipação das eleições gerais previstas para outubro de 1994. A CUT realizará em 10 de novembro um plebiscito nacional, em que a população responderá se quer ou não a revisão constitucional e se ela quer ou não a antecipação das eleições, quase gerais, do ano que vem.

É necessário o imediato fortalecimento do trabalho de articulação do movimento sindical e dos movimentos populares em luta de resistência que possa impedir a destruição das conquistas sociais e da cidadania, metas fundamentais da política neoliberal.

*Diretoria Executiva - ADUFPB-JP/SSind*

---

## Diretrizes de Planos de Carreira

O XXVII CONAD (Pelotas, 02 a 06/11/93) aprovou uma proposta de anteprojeto de Lei de Diretrizes de Plano de Carreira - DPC, que estabelece diretrizes para as carreiras do serviço público civil da União.

Esta proposta servirá de base para que o Movimento Docente possa discutir e negociar com os servidores públicos em uma proposta comum a ser negociada com o governo, onde já circula um anteprojeto da SAF e outra do MEC.

O DPC da ANDES-SN contempla princípios gerais de diretrizes amplas, serve como instrumento de melhora da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade e do crescimento dos próprios servidores enquanto cidadãos trabalhadores; garante os direitos adquiridos dos atuais servidores; contempla a avaliação do Estado em termos de prestação dos serviços e dos servidores como servidores do público.

Nossa proposta de DPC prevê: estrutura de carreiras diferenciadas em função da natureza e especificidades das atividades que compõe os campos de trabalho das diversas instituições; ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; implantação de avaliação sistemática das instituições e órgãos do serviço público sob controle social e mecanismos democráticos e transparentes; progressão nas carreiras mediante escolaridade, titulação e avaliação do desempenho dos servidores públicos; Planos institucionais de capacitação de caráter sistemático, visando o aprimoramento dos servidores e isonomia salarial mediante remuneração uniforme do trabalho prestado por servidores da mesma classe, nível, categoria funcional, ou que exerçam cargos ou funções de atribuições iguais ou semelhantes.

# MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

## ENCAMINHAMENTOS DO XXVII CONAD

O conjunto das lutas que se fazem necessárias na atual conjuntura deve ser pensado a partir de quatro grandes eixos.

Essas lutas deverão ser entendidas no quadro da construção de um projeto democrático e popular.

### I. REVISÃO CONSTITUCIONAL

- I.1. Manutenção das Conquistas Sociais da Carta de 1988.
- I.2. Regulamentação dos Direitos da Carta de 1988.
- I.3. Articular com o movimento sindical cutista nossa intervenção no Movimento Cívico contra a Revisão buscando aprofundar esse combate.
- I.4. Implementar a proposta de plebiscito da CUT (Revisão).
- I.5. Promover o debate nas bases do MD e dos movimentos popular e sindical sobre a proposta de Antecipação das Eleições.
- I.6. O MD deve organizar a pressão democrática sobre os parlamentares enviando cartas, telegramas, convidando-os a debater com o conjunto da sociedade etc.
- I.7. Amplificação da divulgação dos elementos necessários à compreensão do sentido golpista da Revisão.
- I.9. Fiscalização dos trabalhos da CPI e combate às formas de corrupção em todos os níveis.
- I.10. O MD encaminha à plenária dos SPFs e à CUT, o chamamento à população, para um dia nacional de luta, com atos públicos pela ética na política, pela apuração total das denúncias de corrupção, pela punição dos corruptos e contra a Revisão Constitucional.

### II. CIDADANIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

- II.1. Direito ao Trabalho.
- II.2. Revogação da Lei Eleitoral.
- II.3. Ampliar a participação do MD na luta contra a fome no sentido de formulação de políticas sociais e a construção da cidadania.
- II.4. Ampliação da luta pela democratização dos meios de comunicação, condição fundamental da cidadania.

### III. DEFESA DO SETOR PÚBLICO

Reafirmar o caráter e a necessidade social do serviço público, denunciando as privatizações como forma de destruição desses serviços e implementação do projeto neoliberal.

### IV. INSERÇÃO MAIS ATIVA DO MD NA CUT

IV.1. O MD deve incorporar-se na organização e na realização dos Congressos Regionais e Nacional da CUT.

IV.2. O MD deve aprofundar a análise das novas tecnologias, da reestruturação produtiva, da questão do desemprego estrutural e do aprofundamento das desigualdades de poder inerentes à estas tecnologias.

IV.3. O MD deve aprofundar a análise do MERCOSUL e suas consequências na região.

## COMO O MD VEM TRABALHANDO A QUESTÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Desde 1990, com a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 que prevê a criação de um plano de seguridade social específico para os SPFs, que o MD vem se manifestando contrário a sua implantação e reafirmando sua posição em defesa do SUS como único sistema de saúde que garante universalidade dos serviços, uniformidade dos benefícios, distributividade na sua prestação e equidade no custeio, o que é um preceito constitucional.

No XXV Conselho Nacional da ANDES-SN, realizado em 1992 em Piracicaba, o MD incorporou as propostas da IX Conferência Nacional de Saúde, que expressa a vontade da sociedade brasileira no sentido de ter uma seguridade social que englobe, na teoria e na prática, a indissociabilidade da Saúde, Previdência e Assistência Social, enquanto direito de cidadania. E é como direito de cidadania, em que todos os brasileiros são iguais em direitos e deveres, que o MD não pode aceitar um plano de seguridade que beneficie apenas um segmento da sociedade, quebrando o conceito de seguridade, isolando os SPFs dos outros trabalhadores para, fragmentando-os, enfraquecer a luta política de toda a sociedade por seus direitos e criando condições para a privatização do sistema público de saúde, levando ao exercício de uma política perversa e desumana que exclui a maioria da população brasileira do acesso à seguridade social.

O MD, dentro de critérios democráticos, não compactua com o corporativismo que está embutido no sistema da Atenção Integral à Saúde dos SPFs e quer que esta luta se estenda a todos os trabalhadores tendo, na união de forças, a única forma de garantir o cumprimento da lei que estabelece equidade e acesso a todos os níveis de atendimento e a todos os cidadãos através do SUS.

## Seguridade Social: Direito igual para todos

Graziela de Oliveira\*

Mais uma vez, com o escândalo da Corrupção do Orçamento no ar, o atual Congresso dá provas de que não é digno de confiança para implementar uma revisão na Carta de 1988.

No aspecto referente à Seguridade Social, enquanto os grupos ligados à Previdência Privada já encaminharam suas propostas a deputados e senadores, tendo como objetivo expandir a ação do capital nos serviços de saúde, previdência e assistência social, a CPI em curso revela que verbas públicas, supostamente canalizadas para a assistência filantrópica por intermédio de instituições de direito privado, foram parar nas contas bancárias de vários parlamentares.

Independentemente das falcatruas ilegais, os homens públicos, eleitos para cuidar da coisa pública, organizam para si formas legais de roubar o público. Enquanto querem acabar com o direito do trabalhador da aposentadoria por tempo de serviço, os parlamentares, às custas dos cofres públicos, podem aposentar-se após oito anos de mandato.

Enquanto um trabalhador necessita trabalhar no mínimo trinta e cinco anos para ter o direito a enfrentar as filas do INSS e receber um valor irrisório que lhe garante no máximo a sobrevivência, os políticos, cuidando de seu bem estar pessoal, locupletam-se no poder.

Em São Paulo, um projeto do deputado estadual Roberto Gouveia (PT) propõe a extinção da Carteira de Previdência, administrada pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, que onera os cofres públicos de cento e treze municípios, garantindo a aposentadoria precoce de ex-prefeitos e ex-vereadores que, após quatro anos de serviço, podem requerer pensão vitalícia. Isto é, após um mandato de quatro anos, o político interessado na pensão vitalícia de 50% do salário integral de vereador ou prefeito, precisa tão somente pagar a contribuição à Carteira por mais quatro anos. (JB, 31.10.93)

Para acabar com estes privilégios e garantir os direitos do trabalhador, urge a força do movimento sindical e popular.

\*Prof. Dept. Economia-CESA/UEPB/Diretor ADUEPB-JP

### A perda dos salários

Mês	Reajuste	Salário	INSM	Salário real
Julho	Acerto	50.000	29,26%	38.680
Agosto	19,26%	59.630	32,22%	45.090
Setembro	22,22%	72.870	35,17%	53.900
Outubro	25,17%	91.220	35%*	67.570

\* Cálculo para o grupo C (data-base março, julho e novembro); \*\* valor no recebimento; \*\*\* projeção do Índice de Reajuste do Salário-Mínimo (IRSM)

## Salário perde metade do valor com nova política

LUCILA SOARES

Inflação em 1% ao dia, pagamento no início do mês seguinte ao trabalho e ainda uma política salarial com redutor. O resultado está claro para os trabalhadores do grupo C (data-base em março, julho e novembro), os primeiros que completarão o quadrimestre regidos pela nova lei salarial, em novembro: quando receberem o salário de outubro, ele estará valendo entre 58% e 45% do que valia em julho, quando tiveram a reposição da inflação do quadrimestre anterior.

Os cálculos foram feitos pelo economista Ademir Figueiredo, do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), para aqueles que estão recebendo reajustes restritos à lei. Quem ganha de um a sete salários mínimos chega a outubro com poder aquisitivo reduzido a 58% em relação a julho. E a perda é menor do que quem ganha 20 salários mínimos, e que compra este mês apenas 45% do que comprava em julho. A diferença acontece porque pela lei a reposição só incide sobre a faixa até seis mínimos — acima disso o trabalhador recebe uma parcela fixa.

O nó da questão é que a política salarial, embora menos perversa que a anterior (na qual o salário só tinha reajuste bimestral), não reduz o intervalo de 30 dias entre o cálculo do salário e seu efetivo recebimento. Com inflação de 35%, o efeito sobre o bolso é avassalador, reduzindo bastante o alívio que o

acerto quadrimestral representa ao zerar a inflação passada: em novembro, o grupo C receberá mais de 120% de reajuste, do qual terá que descontar as antecipações. Mas só verá a cor do dinheiro no início de dezembro.

"O assalariado recebe a inflação menos dez pontos por três meses seguidos, e no quarto repõe a diferença, mas quando o dinheiro chega ao bolso a inflação do mês em curso já corroeu 35% do poder de compra", explica Figueiredo.

Traduzindo em números, isto significa que um salário de CR\$ 100 mil vale CR\$ 74 mil quando recebido. Mais grave é a situação de quem só recebe no prazo limite estabelecido pela lei, de até cinco dias úteis após o fim do mês.

Negociação — É por isso que, desde o início do ano, muitas empresas vêm atropelando a política salarial. Levantamento nacional do Dieese mostra que 85% das categorias profissionais já recebiam, em julho, reajustes acima do estabelecido em lei. Na pior das hipóteses, garantindo a incidência do percentual legal sobre o salário integral, e não apenas sobre a faixa até seis mínimos. E mais de 50% já recebiam reajuste mensal, sendo que 10% pela inflação integral.

Muitos acordos já prevêm o pagamento de uma parte do salário no meio do mês, como forma de atenuar a perda do poder aquisitivo. Receber no dia 15 significa deixar de perder cerca de 16%.

# CORRUPÇÃO E ESTADO (C

## Opinião

Mais um escândalo ocupa as manchetes políticas da mídia, seguindo-se ao da compra e venda de filiações partidárias no Congresso Nacional.

Agora, as denúncias atingem um extenso e qualificado número de parlamentares, ministros e ex-ministros, governadores: a opinião pública tem acesso a informações que mostram como são elaborados os orçamentos da União, que dizem da transformação em balcão de negócios da definição das prioridades dos gastos públicos federais. O momento é privilegiado para uma reflexão aprofundada sobre o fenômeno corrupção na política nacional; permite, ou deve permitir, que se trate a questão para além da pontualidade dos fatos que envolveram Collor e sua quadrilha, Inocêncio e seus poços, a Comissão de Orçamento do Congresso ou os dólares do PSD.

Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar o que todos sabemos: até aqui, exceto pelos dias em que dois personagens secundários conheceram o xadrez da Polícia Federal em Brasília, ninguém da quadrilha collorida foi efetivamente punido. Não me refiro apenas a Collor e Rosane, PC Farias *et cetera* (ainda hoje passeando seu ócio às custas dos recursos que amealharam vendendo povo e nação). Refiro-me também aos que os financiaram em troca de benesses: um conjunto de megaempresários que inclui os banqueiros coniventes com as contas "fantasmas", trusts multinacionais que admitiram em juízo o repasse de "contribuições"; o monopolista Roberto Marinho, os ratos e as ratazanas das empreiteiras de obras públicas.

Na luta pelo impeachment, mesmo consideráveis setores da esquerda restringiram-se a uma falsa percepção da institucionalidade, aceitando que a tônica da luta pelo afastamento de Collor fosse centrada apenas na questão da corrupção, admitindo um tipo de condução política que elidiu o fato de que a infelicidade social e os crimes de lesa-pátria colloridos tinham fundamento estrutural, e que a corrupção era apenas a face marginal de uma velha política conjunturalmente apresentada como modernizante, na linha da proposta neoliberal.

A continuidade das denúncias centradas na questão da corrupção estatal permite - somada à continuidade da crise econômica e social - que pescadores de águas turvas ponham em questão a credibilidade da democracia e de suas instituições. A

direita mais reacionária e oportunista lidera a perspectiva de esvaziar a Carta de 88 das conquistas sociais nela inscritas, via revisão constitucional, bem como acena (vide declarações do governador baiano) com a possibilidade de um golpe militar contra uma eventual eleição de Lula para a Presidência da República. A impunidade da quadrilha Collor e o golpismo redivivo são motivos suficientes para que se historicize e se politize o debate sobre o tema corrupção estatal; a pretensão, aqui, é a de afirmar uma tentativa de explicação que certamente não esgotará, neste artigo, a compreensão do fenômeno.

A corrupção não pode ser considerada como argumento favorável à tese da inviabilidade da democracia em nosso país. Ao contrário, ela expressa a insuficiência democrática de nossas instituições, a necessidade da construção de um efetivo poder popular sobre o Estado.

A corrupção não é a mosca varejeira que pouso, eventual e inesperadamente, na cobertura do bolo-Estado brasileiro. As varejeiras não são meras predadoras de chantilly - são parte da massa e do recheio do bolo construído por cinco séculos de dominação de classe na sociedade brasileira. A corrupção é mecanismo estrutural, constitutivo da forma burguesa de controle do Estado e da sociedade.

Um falso caminho é o que busca atribuir a um pseudo "caráter brasileiro" as mazelas éticas, morais, hoje denunciadas. Os que trabalham nesta perspectiva metafísica costumam lembrar a Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei: pedía pelo genro, degradado, ao fim da boa-nova da descoberta, traficando influência...

Não. Como diz o povo, o buraco fica mais abaixo:

A dominação burguesa no Brasil, desde a Colônia, supõe a subordinação - consentida e conivente - à acumulação capitalista exógena. O capital mercantil colonizador, o imperialismo anglo/norte-americano, o monopolismo financeiro multinacional, deram sempre o norte à nossa economia, inserida de forma subordinada na divisão internacional de trabalho imposta pelo capitalismo. Desde a fase da acumulação primitiva até à época monopolista atual. Nossa História não conhece Revoluções: a independência de 1822, a abolição da

# u: o buraco é mais embaixo)

Sílvio Frank Alem (\*)

escravidão e a República, a "nova República" de 1930, a quartelada de 1964, a "transição lenta, gradual e segura" que resultou em Tancredó-Sarney... não se configuraram como rupturas estruturais, mas foram meras expressões históricas de um transformismo competentemente exercitado pelos proprietários dos meios de produção.

Escravocratas ou burgueses importadores/ exportadores, industriais ou banqueiros, a parcela majoritária de nossas "elites" sempre se constituiu em sócia minoritária da exploração da massa de sobretrabalho ou mais-valia extraída da imensa maioria formada pelos trabalhadores brasileiros - fossem ou sejam eles escravos, meeiros, pequenos arrendatários, assalariados.

As sobras do banquete gerado pelo suor coletivo bastaram aos dominadores aqui instalados e reproduzidos. O mesmo que em quase toda América Latina. Nada a esperar, em termos de luta nacional, dos abutres quinhentos anos velhos.

A corrupção e os corruptos/corruptores não são, bem o sabemos, síndrome ou espécie limitada ao nicho ecológico da periferia. O caso italiano, recente, a degenerescência burocrática verificada no campo da experiência socialista, mostram o alcance do fenômeno. Ele é inerente à história de sociedades que não lograram ultrapassar a realidade da dominação classista ou estamental. Mas a periferia capitalista tem especificidades de que o Brasil pode ser considerado exemplo. A dominação escravista só era possível com um certo tipo de Estado, que no Império conciliou idéias liberais e práticas patrimonialísticas. O coronelismo e o clientelismo se fizeram e se fazem à custa de um certo tipo de compromisso quanto à hierarquização do uso do Estado. Os quadros políticos oriundos das oligarquias nordestinas ou das áreas mais atrasadas do país tiveram (e têm) relevância entre os expoentes da ditadura e do regime da Carta de 88: em troca da não realização da reforma agrária, dos benefícios da indústria de incentivos fiscais e créditos oficiais subsidiados, sustentaram e sustentam as políticas do imperialismo multinacional.

Nenhuma surpresa, portanto, se forem comprovadas as denúncias contra os "sete anões" e mesmo "brancas de neve", contra o pianista maranhense, o empreiteiro do PMDB gaúcho, o collarido governador de Brasília e que-tais... Estaremos diante

da regra, não da exceção; da massa do bolo e não de varejeiras invasoras.

A conciliação de classe historicamente estabelecida entre as diversas frações da burguesia brasileira supôs sempre um Estado privatizado. Para alguns, mais privilegiados, a sociedade com o capital multinacional; para outros, a preservação do arcaico monopólio da terra; àqueloutras, a vigarice das "obras sociais" ou as comissões sobre as obras públicas.

Cabe aos trabalhadores, à sociedade civil organizada, exigir a apuração de mais estas denúncias. Mas tal não basta.

Enquanto não conquistarmos mais democracia, mudarão os atores, mas os personagens permanecerão em cena. A negociata do porto de Torres serviu para desmoralizar Deodoro; Vargas e o populismo construíram aristocracias pelegas e fortunas derivadas do tráfico de influência; a ditadura das transamazônicas desembocou no "caçador de marajás".

Só a universalização da cidadania romperá com uma das mais firmes tradições de nossa História: o político corrupto, a política corruptora. Uma conquista de cidadania que significa reforma agrária, redistribuição da renda nacional, controle social da mídia, democratização dos processos eleitorais, controle popular sobre os três poderes, inclusive o Judiciário.

É urgente que Collor & PC, Inocêncios e Nobres, os mercadores de subvenções... paguem por seus crimes. Mas não basta: outros os substituirão, se as vítimas de todos eles, os trabalhadores, não lograrem - cidadãos - romper com o domínio de uns poucos parasitas sobre o coletivo, tornando público o Estado privatizado, redefinindo as relações Estado-sociedade civil.

---

(\*) *Doutor em História, professor da UFPB, ex-Presidente da ADUFPB-JP e atual Secretário Geral da ANDES-SN.*

## O CONFRONTO NO FRONT

*A Peleja do Público X Privado, face a sistematização do S.U.S.*

Everaldo Torres Barbosa

O Brasil vive um modelo de completa dependência da economia internacional. Seja de Ciência & Tecnologia, seja na autonomia das patentes, seja no modelo da educação, que atende ao modelo de formação fragmentada da realidade social, indo até ao modelo CLÍNICO adotado/imposto pela visão flexineriana norte-americana, que congrega ao profissional uma formação BIOLÓGICA, logo clínica, com um olhar puramente CURADOR. Neste modelo, temos uma organização política, de representação pelo voto, mas os poderes Legislativo e Executivo, aliados ao Judiciário, pautam-se por atitudes arbitrárias, numa conotação autoritária, negando a representatividade e apenas buscando benefícios CORPORATIVISTAS E CLIENTELISTAS, em absoluta discordância com um regime democrático, para o qual foram sufragados.

A forma como a saúde continua sendo tratada, revela o total descaso com a coisa pública, garantindo ao setor privado uma força quase imbatível, pois ele permanece coeso e resistente. Busca-se legitimar à luz da compreensão, que o bom tem o seu preço direto e imediato, ou até pode ser na forma de pré-pagamento, como é o caso da medicina de grupo.

A saúde pública foi completamente sucateada, assim como todos os setores públicos. Os impostos diretos e indiretos foram manipulados para financiar e investir na ordem privada. E assim cresceu a população dos descamisados, dos sem tetos, sem escolas, sem direitos, mas sobretudo com DEVERES, inclusive de morrerem sem nenhum tipo de assistência.

O Sistema Nacional de Saúde (SNS), instituído em plena vigência do regime militar, procurou unir os sub-sistemas diretos e indiretos da saúde, para juntos garantirem uma assistência, e aqui o repensar das academias se fez necessário, pois juntos formariam um sistema contemplando a todos.

O SUS que veio para garantir os serviços, também revelou o modelo perverso do capitalismo, mostrando que a doença passa ou deixa de ser manifestação clínica, para ser resposta do modelo de desenvolvimento econômico, pois o povo adoce em uma casa que não tem saneamento básico, não foi planejada para uma família, sem água tratada e o solo urbano é ocupado de uma forma arbitrária, desordenada. Com o SUS, a saúde, mergulha num novo olhar, a organização social é repensada, assim

como o modelo de produção e consumo e da educação.

Entretanto, a cultura entranhada do imediato exige um tempo de melhor estruturação e preparo da cidadania, pois o SUS, mesmo para os profissionais da saúde, é entendido como uma gratificação, que o funcionário do sistema recebe pela produtividade do seu trabalho.

O marco teórico da Universalização (todos têm direito ao atendimento, contribuintes ou não), da Integralidade (a pessoa doente é vista em toda a sua necessidade, por uma EQUIPE MULTIPROFISSIONAL) e da Equanimidade (todos têm direitos, ninguém pode ser discriminado, a necessidade determinará o tipo de atendimento) encara a saúde como uma necessidade para que se recupere a dignidade da cidadania.

Com o SUS, a saúde passa a ser gerenciada no município, isto é, com o controle social dos usuários, de uma forma paritária entre os setores público e privado, estabelecendo que o privado entra como SUPLEMENTAR e o controle fica extenso também, isto é, os usuários, com representantes legitimados, terão um controle do repasse de verbas para o setor privado.

O usuário, com representantes nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde, deve controlar se o recurso utilizado teve o empenho esperado. O usuário deve participar dos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, que ficam sob o controle único do Ministério da Saúde e dos respectivos Conselho Nacional e Fundo Nacional de Saúde. Assim, o usuário terá a visão do quanto foi repassado e quanto chegou na ponta dos serviços, evitando a ocorrência de repasse de atividades, sem repasse de autonomia e a Prefeitura, ou seja, evitar que o prefeito concentre poder e decisão do modelo local de saúde. Uma vez estabelecido os critérios do SUS, as Secretarias de Saúde ficarão sem função, criando-se assim uma crise de identidade. O QUE FAZER? Precisamos legitimar uma Municipalização com descentralização da gerência local e da administração dos serviços. A descentralização se torna possível através de uma política de comunicação e informação.

Outro fator a ser redimensionado é o atual sistema de financiamento, que continua privilegiando o setor privado. Este, detém as tecnologias de ponta, leituras

hospitalares e unidades ambulatoriais, garantindo, assim, maior poder de ganho com os serviços modernizados. Os ganhos se originam do dinheiro público via convênio e contrato, logo, o que ocorre é uma forma de privatização da coisa pública, alavancadas pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), numa política de garantias de falcaturas e fraudes, um uso impróprio e criminoso do dinheiro público. A AIH, sendo um cheque em branco, não tendo limites numéricos por ação, deixa um leque em aberto para os criminosos ultrajarem registros de serviços não prestados e internações fantasmas. A Unidade de Cobertura Ambulatorial (UCA), embora estipulada em proporção demográfica e no perfil epidemiológico, contribui para o rastro largo dos fraudadores.

O serviço público viu seu patrimônio ser dilapidado, sucateado e tornado obsoleto, até mesmo pelos próprios funcionários, que sem uma identificação e envolvimento com os serviços, ajudaram à degradação. O servidor sem consciência profissional e política ajuda a corporificação sólida do privado em detrimento do público. Muitos de nós somos os atores sociais deste modelo perverso.

O SUS não é gratificação, como também não é o repasse das instituições estaduais e federais (públicas, logo, sucateadas) para o município produzir, via AIH e UCA, uma produtividade em igualdade com o setor privado. É desleal e desumano propagar a saúde como um meio de lucro. SUS significa Serviço Único de Saúde. Logo, os serviços passam para a responsabilidade do município em administrar, gerenciar e planejar estrategicamente, priorizando os serviços nas idades de maior impacto na população: mulheres férteis, crianças, adolescentes, trabalhadores e idosos. Com serviços eficazes, operantes, comprometidos com o perfil epidemiológico do bairro, com referências de um modelo local de saúde, próximo dos usuários, o serviço público de saúde poderá vencer o serviço privado e garantir sua participação na luta pela cidadania.

**SOMO NÓS QUE  
CONSTRUÍMOS PELA AÇÃO,  
LOGO SOMOS NÓS QUE  
FAZEMOS ACONTECER!!!**

\* Prof. Deptº Fisioterapia/CCS/UFPB

## PROCESSO SUCESSÓRIO NA ADUFPB-JP/SSind

Os mandatos da atual Diretoria e de membros do Conselho de Representantes expiram-se no próximo mês de dezembro. O processo sucessório está em andamento. Desta vez, esperamos que os colegas se articulem e formem suas chapas. A Comissão Eleitoral será formada por 1(um) representante da Diretoria; 1(um) representante escolhido na Assembléia Geral e 1(um) membro do Conselho de Representantes da ADUFPB-JP/SSind.

### Calendário Eleitoral

*Inscrições (chapa com carta-programa):  
de 10/11 a 27/11/93 (17:30h)*

*Campanha: de 30/11 a 10/12*

*As eleições: 14 e 15/12/93*

*Posse: 17/12*

### GT Ciência e Tecnologia Convocação

Cresce a responsabilidade do GT como assessor da ANDES-SN em seus diferentes níveis, na elaboração de proposta de nossa política nacional para o setor Ciência e Tecnologia. O XXVII CONAD deliberou sobre vários aspectos importantes, encaminhados pelo GT C&T nacional, entre eles a criação do Fórum Nacional de C&T e de Fóruns Estaduais.

Convocamos todos os professores relacionados com o GT C&T local para uma reunião no dia 19/11 (sexta-feira), das 8:00 às 10:00h, na sede da ADUFPB-JP. Pedimos confirmar a participação pelo ramal 2388.

## SOMOS TODOS IGUAIS, pero no mucho.

*"Espere sentado,  
ou você se cansa,  
está provado,  
quem espera nunca alcança.  
(Chico Buarque)*

Manoel Fernandes de S. Neto\*

Somos todos iguais, mas há os mais iguais e os menos iguais, ou seja, uns são mais iguais do que os outros. Essa igualdade oitenta e quatro por cento imperceptível é uma coisa comum nestas épocas de "miséria", porque a miséria tornou-se uma coisa comum. Pobres daqueles que não são "miseráveis" e podem sobreviver melhor com o mesmo trabalho realizado pelos colegas, eles fogem às regras e são as nossas exceções. O problema, todavia, não são as exceções, pois sem elas não haveria a possibilidade de fugir às regras deste salário de fome.

O problema é político-neurológico e econômico-mental. Na realidade é uma epidemia que grassa vários campus da UFPB, de João Pessoa a Cajazeiras. O contágio da doença se dá por aprovação em concurso público de provas e títulos, mas os sintomas só aparecem no ato da posse. Provocada por um vírus conhecido como "isonemtanto", causador de uma "igualdade" salarial identificada pelo nome vulgar de "isoanomalia".

Por isso, em vez de isonomia temos "isoanomalia". Grave doença universitária causada por distúrbios salariais, com sintomas de constrangimento no trabalho, acompanhado de desmaios súbitos à frente das prateleiras dos supermercados e livrarias, bem como de convulsões de cólera inusitada o que leva a Universidade a contrair disritmia comprometendo seriamente o funcionamento do seu corpo docente e demais órgãos vitais.

Diante desse quadro clínico aconselha-se atitudes no sentido de não permitir que as exceções voltem a condição de regra, mas pelo contrário que as regras ascendam à condição das exceções. A manutenção dos "oitenta e quatro" dependem de uma massiva vacinação isonômica, que cure estas disparidades no patamar mais elevado das atuais condições de trabalho e salário.

Disso depende a saúde da UFPB e das demais Universidades Federais. Depende do reconhecimento consciente das diferenças e da necessidade de

resolvê-las coletivamente. O que aparentemente nos separa deve unificar nossa vontade e transformar a nossa acomodação em incômodo, em indignação e em ação política.

Dizemos ação política porque no campo da jurisprudência "somos todos iguais perante a lei" e claro que somos, pero no mucho. Qualquer ação legal sem ação política é piada de mau gosto, porque cria a ilusão do velho ditado popular de que "aquele que espera sempre alcança".

E como não há receita médica, ou de bolo, que diga como agir politicamente, creio que o primeiro passo para a cura é o doente reconhecer sua "anomalia". Mesmo que muita gente não entenda que sem Universidade nem esta "igualdade" existiria, porque o certo - o inteligente - seria tratar do corpo e não da doença.

---

\* Professor do Dept. de Geociências/CCEN/UFPB

### ASSEMBLEIA GERAL

*Dia 10.11.93 (4ª FEIRA)*

*Às 9:00H - Aud. Reitoria*

**Pauta:**

- . Informes;
- . Encaminhamentos do XXVII CONAD;
- . Diretrizes Plano de Carreira
- . Seguridade Social;
- . Plenária dos SPFs  
(escolha de 2 delegados)
- . Sucessão da ADUFPB-JP/SSind

## Reação à violência e à impunidade

A ADUFPB-JP/SSind vem a público manifestar o seu repúdio à tentativa de homicídio cometida pelo governador Sr. Ronaldo Cunha Lima contra o ex-governador Sr. Tarcísio Burity, no último dia 5.

A ADUFPB-JP/SSind manifesta ainda sua indignação face às tentativas do Sr. governador de reassumir as funções de mais alta autoridade do Estado, como se a população paraibana pudesse encarar como normalidade, a onda de impunidade que acoberta os crimes cometidos por políticos e autoridades superiores, tanto na Paraíba como no resto do país.

A memória histórica registra denúncias de arbítrio e violência imputados à hoje vítima circunstancial, que pouco diferem das perpetradas por predecessores e que não parecem menos execráveis do que as que momentaneamente sensibilizam a opinião pública brasileira. Na Paraíba, o Estado e a coisa pública, são tratados como domínios indevassáveis de famílias, que pretendem, assim, reproduzir-se como classes dirigentes, mediante o expediente usual do despotismo.

Os sucessivos atos de corrupção e de violência, que afrontam o povo brasileiro, demandam reação da sociedade civil organizada. Quando as autoridades superiores desrespeitam as leis e as normas de convivência social legítimas, desta forma, a violência generalizada na sociedade.

A sociedade não pode assistir calada ao ato de barbárie do governador. Por isto, a ADUFPB-JP/SSind ao tempo em que condena todo o tipo de violência desta estirpe, junta-se à sociedade civil organizada na resistência à degradação da ordem social e moral, e exige dos poderes constituídos rigorosa e transparente e apuração das denúncias que motivaram o crime e exemplar punição de todos os culpados.

(Matéria publicada na Edição do dia 13.11.93, nos Jornais Correio da PB e O NORTE)

# ESTADO DE ALERTA!

*Aproxima-se a data-base. Findo o ano de 1993 é tempo de fazer balanços. Janeiro, ano novo, muitas expectativas em relação ao ano de 1994. E nesse ano que está findando, a sociedade brasileira viu aprofundar-se a crise social, econômica, política, moral e ética.*

*A CPI da corrupção demonstra que os políticos se envolvem num mar de lama, visando o dinheiro público como algo privado, desviam para seus bolsos toda as verbas do orçamento que poderiam ser utilizadas nas políticas sociais e no desenvolvimento de uma política econômica que viesse a diminuir a pobreza e a miséria e dar um novo rumo ao país.*

*Mesmo assim, o governo tenta impor sua política neoliberal, sucateando as instituições públicas que tratam das políticas sociais impondo uma Revisão Constitucional que tenta formalizar o desastre nacional para atender aos interesses do capital nacional e internacional.*

*Isso não podemos admitir, agora esta REVISÃO É GOLPE!*

*Enquanto isso, nós trabalhadores do serviço público vivemos mais um ano de arrocho, na tentativa de arrancar uma política salarial que recuperasse as perdas salariais, fizemos uma longa greve, o governo nos impôs uma política que formalizou o achatamento dos nossos salários e agora, que se aproxima a data-base, quando poderíamos recuperar, ao menos, as perdas de 93, o governo quer nos impor uma mudança, desrespeitando sua política salarial visando não pagar o que nos é devido, 168%, para recuperar a inflação (IRSM) do ano, ao mesmo tempo em que pretende presentear os militares com mais um reajuste diferenciado.*

*Portanto, é necessário que todos nós, funcionários públicos estejamos em ESTADO DE ALERTA, e que construamos uma mobilização capaz de arrancar do governo a política salarial que queremos.*

*Terça-feira, 23 de novembro, será um DIA NACIONAL DE LUTA, contra a continuidade da Revisão Constitucional, contra a corrupção, e pela apuração completa de todos os casos e punição dos envolvidos.*

Diretoria Executiva

## Diretrizes de Plano de Carreira (DPC)

Assessoria Jurídica

Na última Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPFs), 14 e 15/11/93, em Brasília, a categoria deliberou por apresentar ao governo uma proposta de Diretrizes de Planos de Carreira para os servidores públicos da União (conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e no RJU), estruturada em carreiras diferenciadas de acordo com a função e especificidades das diversas instituições públicas.

Essa decisão supera proposta de algumas entidades de SPFs que defendiam um de DPC que se configurasse numa carreira única para todos os servidores públicos.

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos tem audiência marcada em 16.11, na SAF para discutir esta questão e aproveitar a oportunidade para discutir possível proposta do governo de alteração da política salarial.

## Seguridade Social: O SUS que queremos

Os SPFs, em Plenária Nacional, ocorrida em Brasília, nos dias 14 e 15 próximo passado com a participação de 168 entidade de servidores públicos Federais tomaram a decisão política de ter a sua Seguridade Social garantida através do Sistema Único de Saúde (SUS), em contraposição à proposta da SAF de implementar uma Seguridade Social específica para os SPFs (Programa de Atenção Integral à Saúde).

Tal decisão requer de todos nós Servidores Públicos uma decisão política de participação efetiva nos Conselhos de Saúde e Previdência a nível Municipal, Estadual e Federal na perspectiva da implementação e fortalecimento de um movimento para que o SUS seja de fato um instrumento de cidadania, que ele possa de fato promover, para todos, uma Seguridade Social na sua indissociabilidade Saúde - Previdência - Assistência Social de qualidade.

### EDITAL Convocação Eleições

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind, na forma do Estatuto da ANDES-SN e o Regimento da Seção Sindical, convoca todos os sindicalizados para participarem das eleições para a escolha dos próximos **CONSELHO DE REPRESENTANTES** e **16ª DIRETORIA EXECUTIVA**, Gestão 93/94, a se realizarem em 14 de dezembro de 1993.

As inscrições dos candidatos serão feitas na Secretaria da ADUFPB-JP/SSind, localizada na sede da entidade (Centro de Vivência - UFPB/Campus I) de 11 a 26/11/93 (17:30h). A campanha eleitoral será no período de 29/11 a 13/12 e a posse da diretoria eleita, no dia 16 de dezembro de 1993.

João Pessoa, 10 de novembro de 1993  
Maria do Socorro Xavier Batista  
Presidente

## 26,05% - Plano Verão

A ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior), solicitou a MEC que fosse efetuado o pagamento dos 26,05% (Plano Verão) e que tal percentual seria incluído no pagamento de outubro/93.

No entanto, o MEC, através da SESU, enviou o seguinte telex: "*...Que este Ministério, bem como as demais Instituições, dependem de decisões de outros Órgãos, inclusive da Secretaria da Administração Federal, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, bem como de acatar as normas que regem o assunto, dentre elas o constante da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 167 e respectivo inciso II, o Decreto nº 526/92 e o Decreto nº 825/93*".

Em outras palavras, não tem poderes para pagar.

## CAMAPNHA SALARIAL

Deliberações da Plenária dos SPFs (14 e 15.11)  
A campanha emergencial com vistas à data-base terá os seguintes eixos:

1. Pagamento dos passivos trabalhistas. Negociação já;
2. Reintegração imediata dos demitidos;
3. Isonomia salarial entre o Três Poderes;
4. Liberação integral e imediata do FGTS;
5. Reposição das perdas salariais e reajuste mensal de 100% pelos índices da inflação calculado pelo DIEESE. Política Salarial Única para todos os trabalhadores. Ganho real na data-base;
6. Contra as terceirizações, sucateamento dos serviços públicos e privatizações e revisão imediata das já ocorridas;
7. Adiantamento de férias descontado em 12 parcelas sem correção.

Assembléia Geral  
17/11/93 - CT - 9:00h

**23 NOVEMBRO 1993**  
**DIA NACIONAL DE**  
**MOBILIZAÇÃO**

# AD INFORMA

ADUFPB-JP/SSind

## ESTADO DE ALERTA PARA A DATA-BASE

Assistimos ao aprofundamento da crise social, econômica, política e a debilidade do governo em apresentar propostas de saída para tal crise. Ao mesmo tempo, o escândalo do orçamento demonstra que a corrupção anda solta demonstrando a apropriação indevida do dinheiro público por parte de políticos e empresários inescrupulosos.

Mesmo assim o governo não recua na sua proposta de Revisão Constitucional, mantém altos índices inflacionários e mantém a sua política de arrocho salarial.

Historicamente, o momento da data-base tem colocado desafios para o movimento docente e demais servidores públicos. A história nos tem mostrado que não tem sido fácil obtermos do governo as nossas reivindicações sem que haja conflitos. Em geral, para isso, temos que lançar mão de nossas formas de mobilização para tentarmos arrancar do governo as nossas reivindicações.

É, nesse sentido, que gostaríamos de chamar a atenção de todos os docentes: se não nos organizarmos e não estivermos mobilizados em janeiro, o governo poderá cumprir as ameaças que vem fazendo de não seguir a política salarial em vigor. E nós, servidores, queremos mais: política salarial com reajuste mensal, ganho real na data-base, isonomia, não à privatização e ao sucateamento do serviço público.

A pauta geral de reivindicações vem sendo protocolada no governo desde o ano passado, as respostas têm sido evasivas e negativas mesmo durante e após a greve deste ano, audiências têm sido solicitadas e postergadas ou desmarcadas pelo governo.

Nesse momento, enquanto a nossa categoria docente parece indiferente e distante do movimento, outras categorias já acenam com mobilização e indicativo de greve. Na próxima Plenária de Servidores Públicos Federais, nos dias 4 e 5 de dezembro, esta questão estará sendo discutida e nós precisamos posicionarmo-nos, discutirmos e propor formas de luta e mobilização visando a data-base. Participe das Assembleias, discuta no seu Centro.

Só com a luta conseguiremos o atendimento de nossas reivindicações!

Diretoria Executiva

### ATIVIDADES NOVEMBRO

①

23 nov 1993  
DIA NACIONAL DE  
LUTA CONTRA A  
REVISÃO  
CONSTITUCIONAL  
E CONTRA A  
CORRUPÇÃO

②

ARRASTÃO CONTRA  
A REVISÃO  
CONSTITUCIONAL  
E A CORRUPÇÃO  
3ª feira (23.11.93)  
às 15:00h  
Liceu Paraibano

③

ASSEMBLÉIA  
GERAL  
25 NOV 1993  
9:00h - Aud. Reitoria  
Pauta:

1. Informes;
2. Eleições ADUFPB-JP  
(escolha Comissão  
Eleitoral)
3. Pauta de Reivindicações/  
data-base.
4. Escolha de 2 delegados  
Plenária SPFs em Brasília  
(dias 4 e 5/12/93)

## EDITAL

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind, na forma do Estatuto da ANDES-SN e o Regimento da Seção Sindical, convoca todos os sindicalizados para participarem das eleições para a escolha dos próximos **CONSELHO DE REPRESENTANTES** e **16ª DIRETORIA EXECUTIVA**, Gestão 93/94, a se realizarem em 14 de dezembro de 1993.

As inscrições dos candidatos serão feitas na Secretaria da ADUFPB-JP/SSind, localizada na sede da entidade (Centro de Vivência - UFPB/Campus I) de 11 a 26/11/93 (17:30h). A campanha eleitoral será no período de 29/11 a 13/12 e a posse da diretoria eleita, no dia 16 de dezembro de 1993.

## Conselho de Representantes da ADUFPB-JP/SSind

Junto com a atual Diretoria Executiva da ADUFPB-JP foi eleito parte do Conselho de Representantes(CR), dos quais, alguns desligaram-se.

O CR é órgão deliberativo da ADUFPB-JP/SSind, constituído por representantes de cada Centro do Campus I, eleitos com seus suplentes, a sua eleição deve ocorrer coincidente à da Diretoria Executiva. A sua composição é feita na proporção de 1 representante para cada quarenta (40) sindicalizados na ADUFPB-JP, por Centro.

Durante essa gestão, foram convocadas 5 reuniões, as quais poucos dos Conselheiros eleitos compareceram. A situação atual é a seguinte:

### Composição do Conselho de Representantes(CR):

Centro	Número de Repres/suplent	Eleitos		Desistentes		Falta eleger	
		R	S	R	S	R	S
CCHLA	11	06	01	02	-	10	10
.CCJ	01	01	01	-	-	-	-
CT	04	01	01	-	01	03	04
CE	04	-	-	-	-	04	04
CCSA	03	01	01	01	01	03	03
CCS	15	07	07	03	-	11	08

R: Representantes - S: Suplentes

Assim, dada a importância do Conselho de Representantes para o fortalecimento do Movimento Docente, conclamamos os docentes a se mobilizarem para formar chapas para a eleição.

#### Atenção:

### Benefício-Alimentação

O Decreto nº 969, publicado no D.O.U. do dia 4 de novembro de 1993, altera substancialmente a participação do servidor no custeio do chamado ticket-refeição. O percentual a ser pago pelo servidos incide sobre o valor unitário da refeição e não sobre os vencimentos.

Eis, na íntegra, o que prescreve o Parágrafo Único, do Art. 7º:

*"O servidor participará do custeio do benefício-alimentação em percentual mínimo de um por cento e máximo de vinte por cento do valor unitário da refeição, em índice proporcional à sua remuneração".*

## SOBRE VETOS E MALDIÇÕES (ou: o rei pode estar nú)

Jaldes Reis de Meneses\*

A prática do veto ideológico deve ser admitida no Movimento Docente?

A pergunta é desconfortável, gera inevitável mal-estar. Menos para o vetado, já habituado ao isolamento intelectual impingido aos marxistas em certos círculos acadêmicos, acompanhado pela solidão inerente aos que remem contra a maré; mais para os vetadores, emplumados no discurso da pluralidade e do caráter democrático do movimento docente.

O veto ideológico é grave, porque questiona a pluralidade. Denuncia que o discurso da pluralidade pode estar sendo instrumentalizado, adquirindo um cariz de aparência sem substrato. Quando o sentido da ação já não corresponde ao que se escreve ou se fala os princípios metamorfoseiam-se em fetiche. Adquirem a forma de adorno ou máscara que se veste para ir ao baile.

Mas, o que se passa?

Ao longo de um ano e dois meses de exercício da atividade docente na UFPB, incorporei-me às atividades do movimento docente e da ADUF. Participei de todas as Assembléias Gerais do período, fui membro do Comando de Greve e sou membro da Comissão de Isonomia Salarial da entidade. A ADUF vivenciou um impasse de importância política medular neste período: a questão da relação com a Reitoria, expressos na polémica dos 84%. Contribui neste acoso debate para que o movimento docente fincasse uma posição de autonomia face a administração universitária. Percebi na ocasião, não nego, uma postura séria e no geral consistente da atual diretoria da ADUF.

No entanto, essa realidade nova, ativa, representativa da realidade das Assembléias Gerais e dos embates políticos recentes são solenemente ignorados na composição da nova diretoria da entidade. Prefere-se montar uma chapa baseada no critério de uma espúria confiabilidade.

É o caso de perguntar: de quem ou do que se desconfia ou confia? Quais as fontes de legitimidade política e ideológica para se conduzir, às escuras, um index?

Se há vetos ou questionamentos, eles devem vir à luz, jamais buscar legitimidade na indiferença ou apoio em uma suposta hegemonia que teme o debate explicitador das diferenças.

Visando o debate esclarecedor, lembro que o veto não pode ser lançado ao autor do artigo, arguindo-se sobre ele o anatema de direita. Nada mais risível. Fui membro do Comitê pela Amnistia em Campina Grande; tive longo percurso e experiência no movimento estudantil da UFPB; fui membro das Coordenações de Campanha de Lula, Genival Veloso e Chico Lopes.

Se o autor não é de direita, como se conceber o veto ideológico, em uma entidade que deve conservar o caráter plural e democrático?

Lanço essas questões para estimular o verdadeiro debate. Não me move, nele, qualquer vaidade ou impulso instintivo. Minha postura é racional e argumentativa.

\* Professor do Departamento de História/CCHLA/UFPB

### 84,32% - Mandado de Segurança pela Extensão

O Mandado de Segurança impetrado, pelo Reitor da UFPB, no STJ, pleiteando a extensão dos 84,32% a todos os servidores da instituição não contemplados com a ação judicial impetrada pela ADUFPB-JP/SSind foi **DENEGADO**, alegando que a questão foi superada pelo STF e que o Decreto nº 73.529/74, em seu art. 1º veda a extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais.

20 horas				
Vencimentos + GAE(100%) - NOV e DEZ				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	35,098	39,310		
Aux 2	36,853	41,275		
Aux 3	38,695	43,339		
Aux 4	40,630	45,506		
Ass 1	44,693	50,056	55,866	
Ass 2	46,928	52,559	58,660	
Ass 3	49,274	55,187	61,593	
Ass 4	51,738	57,946	64,672	
Adj 1	56,912	63,741	71,140	85,368
Adj 2	59,757	66,928	74,697	89,636
Adj 3	62,745	70,275	78,431	94,118
Adj 4	65,882	73,788	82,353	98,824
Tit	82,353	92,235	102,941	123,530

Vencimentos	
Aux 1	64
Aux 2	67
Aux 3	71
Aux 4	74
Ass 1	82
Ass 2	86
Ass 3	90
Ass 4	95
Adj 1	104
Adj 2	110
Adj 3	115
Adj 4	121
Tit	151

40 horas				
Vencimentos + GAE(100%) - NOV e DEZ				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	70,196	78,619		
Aux 2	73,706	82,550		
Aux 3	77,391	86,678		
Aux 4	81,260	91,012		
Ass 1	89,386	100,113	111,733	
Ass 2	93,856	105,118	117,320	
Ass 3	98,548	110,374	123,186	
Ass 4	103,476	115,893	129,345	
Adj 1	113,823	127,482	142,279	170,735
Adj 2	119,515	133,856	149,393	179,272
Adj 3	125,490	140,549	156,863	188,236
Adj 4	131,765	147,577	164,706	197,647
Tit	164,706	184,471	205,883	247,059

Vencimentos	
Aux 1	129
Aux 2	135
Aux 3	142
Aux 4	149
Ass 1	164
Ass 2	172
Ass 3	181
Ass 4	190
Adj 1	209
Adj 2	220
Adj 3	231
Adj 4	242
Tit	303

DE				
Vencimentos + GAE(100%) - NOV e DEZ				
	Grad.	Espec	Mestre	Doutor
Aux 1	108,803	121,860		
Aux 2	114,244	127,953		
Aux 3	119,956	134,350		
Aux 4	125,953	141,068		
Ass 1	138,549	155,175	173,186	
Ass 2	145,476	162,933	181,845	
Ass 3	152,750	171,080	190,938	
Ass 4	160,388	179,634	200,485	
Adj 1	176,426	197,598	220,533	264,640
Adj 2	185,248	207,477	231,560	277,872
Adj 3	194,510	217,851	243,138	291,765
Adj 4	204,236	228,744	255,294	306,353
Tit	255,294	285,930	319,118	382,942

Vencimentos	
Aux 1	200
Aux 2	210
Aux 3	221
Aux 4	232
Ass 1	255
Ass 2	266
Ass 3	281
Ass 4	295
Adj 1	325
Adj 2	341
Adj 3	356
Adj 4	376
Tit	470

20 horas			
GAE (100%) + 84,32% - NOV e DEZ			
ad.	Espec	Mestre	Doutor
192	72,455		
127	76,078		
123	79,882		
190	83,876		
178	92,264	102,973	
197	96,877	108,122	
122	101,721	113,528	
163	106,807	119,204	
100	117,488	131,125	157,350
145	123,362	137,681	165,217
152	129,530	144,565	173,478
135	136,007	151,793	182,152
793	170,008	189,741	227,690

40 horas			
GAE (100%) + 84,32% - NOV e DEZ			
ad.	Espec	Mestre	Doutor
385	144,911		
354	152,156		
647	159,764		
779	167,753		
757	184,528	205,946	
995	193,754	216,243	
645	203,442	227,056	
727	213,614	238,408	
799	234,975	262,249	314,699
289	246,724	275,362	330,434
304	259,060	289,130	346,956
869	272,013	303,586	364,304
586	340,017	379,483	455,379

DE			
GAE (100%) + 84,32% - NOV e DEZ			
ad.	Espec	Mestre	Doutor
546	224,612		
574	235,843		
102	247,635		
157	260,016		
173	286,018	319,217	
142	300,319	335,177	
549	315,335	351,936	
626	331,102	369,533	
189	364,212	406,486	487,784
149	382,422	426,811	512,173
521	401,543	448,151	537,781
147	421,621	470,559	564,671
559	527,026	588,198	705,838

## TABELA SALARIAL PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO/1993 DOCENTES NÍVEL SUPERIOR

### 1ª TABELA:

Vencimentos para novembro e dezembro/93 :  
41,38% mais a Gratificação de Atividade  
Executiva (GAE) de 100%.

### 2ª TABELA:

Vencimentos para novembro e dezembro/93:  
41,38% mais a Gratificação de Atividade  
Executiva (GAE) de 100% mais 84,32%

### Devolução do Imposto de Renda

O atraso que está se dando na devolução do Imposto de Renda a docentes e técnico-administrativos se deve ao fato de que a DIRF (Declaração do Imposto de Renda na Fonte) apresentada pela UFPB (em maio/93) apresentava alguns problemas e somente em 27.09.93 a UFPB foi intimada pela Receita Federal a apresentar as correções, o que foi feito em 21.10.93.

Mesmo assim, a Receita enviou grande parte das declarações para análise individual da malha fonte, onde estão sendo verificadas uma a uma. Assim, as declarações após analisadas, serão devolvidas parte em dezembro/93 e parte em janeiro/94.

## Tesouraria

# BALANCETE DO PERÍODO DE 01.01.93 A 30.06.93 (seis meses)

### RECEITAS:

Saldo anterior .....	CR\$	0,00
Contribuições de sócios .....	"	4.635.069.552,59
Contribuições Desconto Assistencial .....	"	2.903.988.426,38
Rendimentos Aplicações Financeiras .....	"	2.744.293.771,34
Receitas da Máquina Copiadora .....	"	13.512.900,00
Receitas de Descontos obtidos .....	"	4.800.000,00
Receitas Diversas .....	"	852.985.123,36
<b>TOTAL DA RECEITA .....</b>		<b>CR\$ 11.154.649.773,67</b>

### DESPESAS

Impressos e material de expediente .....	CR\$	445.619.829,88
Serviços de terceiros (honorários advocatícios etc) .....	"	1.458.585.681,74
Viagens, ajuda de custo/diárias .....	"	402.807.416,00
Contribuições e doações (ANDES-SN, CUT, DIEESE) .....	"	1.046.221.822,17
Despesas com conservação e limpeza .....	"	70.194.763,00
Despesas com jornais, revistas e publicações notas .....	"	40.806.790,00
Despesas comunicação (Correio/fax/mat. fotográfico) .....	"	60.752.046,60
Despesas com refeições (lanches/cantina) .....	"	45.881.812,00
Despesas com combustível .....	"	9.933.680,00
Despesas com material p/ máquina copiadora .....	"	140.872.362,56
Despesas c/ reforma da sede .....	"	73.705.000,00
Despesas com a greve .....	"	232.157.831,00
Despesas diversas .....	"	24.770.000,00
Despesas com eventos (Congrés., seminário, palestras) .....	"	39.854.715,00
Despesas com pessoal (H. Extra, INSS, FGTS etc) .....	"	582.934.335,17
Despesas financeiras .....	"	41.116.302,27
Despesas tributárias .....	"	9.307.800,00
Devolução Imposto Sindical .....	"	4.745.960,00
Saldo em 30.06.93 .....	"	6.424.381.626,28
<b>TOTAL DAS DESPESAS .....</b>		<b>CR\$ 11.154.649.773,67</b>

### SALDO BANCÁRIO/APLICAÇÕES EM 23.11.1993

Conta Movimento (Comodities/RDB) .....	CR\$	10.736.450,87
FGTS (Comodities) .....	CR\$	2.588.179,77
84,32% (RDB) .....	CR\$	9.778.295,00
Fundo de Greve (Poupança) .....	CR\$	11.402.181,74

**EM TEMPO:** A Tesouraria da ADUFPB-JP/SSind solicita aos professores que ainda não receberam a devolução do Imposto Sindical (indevidamente descontado em maio de 1989) que o façam com a maior brevidade possível.

## Construindo a Unidade dos SPFs

Maria Bernardete da Nóbrega \*  
Graziela de Oliveira \*\*

O ganho político da greve dos SPFs de maio de 93 foi a elaboração de uma pauta comum de reivindicações, que serviu de meio para a construção da unidade dos servidores públicos.

À época foram bastante discutidas a realidade e a substância dessa unidade dos servidores. A entrada conjunta de várias categorias (nem todas na mesma data) na greve que se deflagrou, foi seguida pelo descenso na hora de sair de greve. À medida que sentiam suas reivindicações atendidas pelo governo, algumas categorias, por vários motivos específicos, começaram a debandar. Para não tornar mais evidente a fragilidade da unidade, a ANDES deliberou pela saída de greve, mesmo sem ver satisfeitas as reivindicações específicas dos docentes.

Mais recentemente, as discussões e deliberações sobre DPC, carreira e isonomia são pautadas por equívocos e pelo ranço, tão combatido, do corporativismo. Os posicionamentos sobre Diretrizes de Plano de Carreira (DPC) revelam a dicotomia entre os sindicatos que, por um lado defendem uma carreira única para todos os servidores, como a CONDSEF e, por outro, os que acreditam ser a carreira definida de acordo com a finalidade da instituição, como a ANDES. Como incluir, por exemplo, numa mesma carreira, servidores docentes e servidores do INCRA? Embora ambos deveriam ter, no mínimo, a graduação superior, o servidor docente das IES necessita perfilar uma carreira de pós-graduação, que não deve ser, contudo, negada ao servidor do INCRA.

No que diz respeito aos salários, parece de fácil aceitação a afirmativa: a trabalho igual deve corresponder salário igual. A propósito, a quebra da isonomia na UFPB é uma aberração criada pela "Justiça" do Trabalho e que compromete a unidade dos docentes. Dentro de uma mesma carreira, nada mais justo do que manter a isonomia salarial. Em contrapartida, a isonomia dos três poderes já é um problema mais difícil de ser solucionado. Conquanto nos três poderes existem atividades que são similares - a dos servidores burocratas, por exemplo, e que portanto deveriam compartilhar de isonomia salarial, existem também atividades que exigem qualificações específicas e que não podem ser classificadas numa carreira comum (no carreirão desejado pela CONDSEF). Levando em conta a qualificação específica, o salário deve ser diferenciado. Como explicar, por exemplo, que os médicos do INSS devam receber salário igual aos professores das IES ou aos digitadores da DRT?

A discussão sobre isonomia tem se pautado mais pelo corporativismo das diversas categorias de servidores públicos do que pela análise científica de cargos e salários.

.. "O grito pela igualdade de salários assenta num erro" e este desejo jamais se realizará. Sob condições de trabalho assalariado, à distintas espécies de força de trabalho correspondem distintos valores, o que necessariamente equivale a distintos preços da força de trabalho no mercado. Seguindo esta premissa, os servidores públicos de-

vem lutar, então, por salários iguais dentro da mesma carreira, sem perder de vista a isonomia dos três poderes. As carreiras, contudo, são diferentes de acordo com as atividades e ou finalidades das instituições. O que queremos, é isonomia de política salarial, mas não salário igual para atividade desigual.

O mês de janeiro se aproxima e, dada a conjuntura e os planos do ministro da Fazenda de sacrificar o salário do funcionalismo público para resolver problemas do orçamento, novos embates colocarão à prova a capacidade dos SPFs de construir a unidade.

Os problemas do funcionalismo público extrapolam a questão salarial. A CPI do Orçamento demonstra que nós, enquanto cidadãos, não podemos deixar os destinos do país exclusivamente a cargo do Parlamento e das decisões do empresariado. Precisamos estar atentos e garantir a defesa dos interesses coletivos da maioria da sociedade. Enquanto sindicatos, somos um poder que as classes dirigentes não podem ignorar. Tampouco podemos limitar nossas lutas à reivindicações de aumentos de salários e de melhorias de condições de trabalho. Temos o dever de esclarecer à opinião pública que nós, cidadãos, precisamos somar forças para exigir o direito de decidir os rumos da Nação. Não podemos permanecer à mercê de políticos e empresários inescrupulosos, que tratam o bem público como coisa privada. Ao mesmo tempo, convém observarmos a nossa própria postura profissional, zelando pela ética e demolindo o corporativismo que

acoberta servidores irresponsáveis.

Na organização das lutas da data-base que se aproxima, às demandas específicas das diversas categorias, urge inserirmos no movimento de congregação dos servidores públicos discussões também das demandas sociais que afligem a sociedade como um todo. Precisamos resgatar nosso compromisso com as camadas mais espoliadas da sociedade. Precisamos, por exemplo, tomar posição a favor do MST, que luta pelo direito à terra e ao trabalho. A luta desses trabalhadores aponta para a solução dos problemas da fome e da miséria, da educação e da saúde, enfim da cidadania. A sua luta é também a nossa luta.

Na construção de um projeto democrático e popular, a unidade dos SPFs engloba a união de todos os trabalhadores.

Já em 1864, Marx critica-va o movimento sindical, por se manter à parte dos movimentos mais gerais e das lutas políticas. Assim, admitindo esta crítica, é preciso superar a divisão dos trabalhadores em categorias na construção da unidade dos SPFs. A falta de visão política, de solidariedade e de união entre os trabalhadores de diferentes profissões contribui para a debilidade do movimento, da qual se aproveitam as classes dominantes.

Ficar à parte dessa construção é alinhar-se às classes dominantes e compactuar com a imoralidade do poder constituído que ora nos é desmascarada pela pluralidade de CPIs.

\* Professora do Departamento de Habilitações Pedagógicas - CE  
 \*\* Diretora de Política Sindical da ADUFPB-JP/SSIND

# Os números não mentem

Paulo Rigatto  
 Prof. do Depto. de Ciências Soc. Agrárias  
 FAEM/UFPEl

Com exceção dos cálculos realizados pelo matemático Oswal de Souza sobre as probabilidades de um mesmo apostador acertar em jogos de azar no Distrito Federal, a matemática não mente.

Com base nos índices de inflação brasileiros ocorridos nos últimos quatro anos e projetados para os próximos quinze meses pela revista Suma Econômica, e nos reajustes já recebidos neste período (inclusive GEA) e previstos pela política salarial em vigor até junho de 1994, podemos analisar alguns aspectos da evolução ou involução dos vencimentos recebidos pelos SPFs, e realizar algumas projeções sobre um futuro próximo.

Abaixo são apresentados dois gráficos que procuram ilustrar os números referentes a estes valores. O primeiro gráfico ilustra as perdas ocorridas e projetadas para o ano de 1993, e o segundo da uma idéia da involução que os trabalhadores do setor público tiveram a partir de janeiro de 1990.

Para o ano em curso a projeção é de que os vencimentos em dezembro signifiquem 52% dos percebidos em janeiro. A inflação e a atual política salarial não poupa nem aqueles profissionais que recuperaram na justiça os 84,32% referente a parte dos motivos que nos colocaram na atual situação. Esses terão

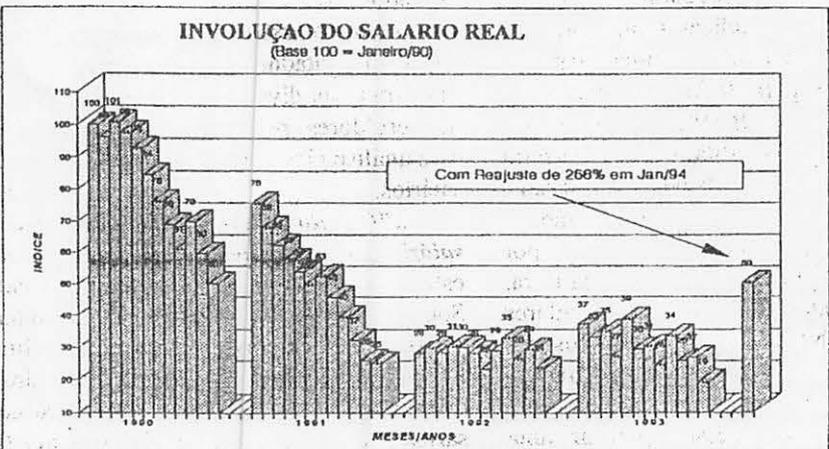
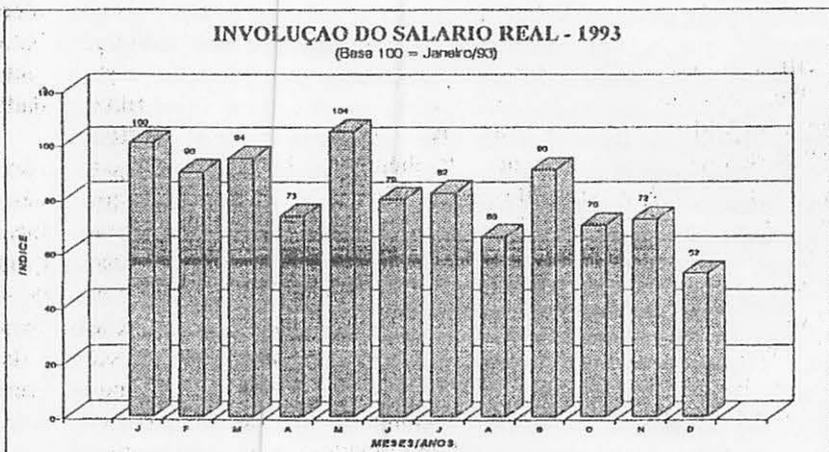
o seu poder de compra reduzido em 13% sobre janeiro. Isto lhe parece desconfortável, então faça a gentileza de interromper agora a leitura deste artigo e procure algo mais ameno em outro local deste jornal.

O segundo gráfico apresenta a involução dos salários a partir de janeiro de 1990, projetando uma perda de 81% reais no período, ou seja uma quinta parte do que já foram. Com base na atual política salarial, para repor em 100% a inflação do ano de 1993 (2.624%, contra um reajuste acumulado de 913%) o Governo teria que reajustar os salários em 268% em janeiro de 94; e mais, fazendo isto os salários alcançariam apenas 50% do valor que tinham em Janeiro de 1990, como ilustra o mesmo gráfico.

O salário de dezembro equivale a 74% do salário que estaremos recebendo agora em outubro que por sua vez representa 25% do que valia em janeiro de 1990.

Outros indicadores interessantes retirados do mesmo estudo mostram que o governo ficou devendo sobre os valores pagos em janeiro: 172% em 1991, 259% em 1992, pagou 25% a mais do que a inflação em 93 e em para 94 a defasagem acumulada em 93 já chega a 268%.

A propósito já retirou sua "sena" esta semana?



Publicado no Jornal da ADUFPel nº37 Out/93.

# ADINFORMA

ADUFPB-JP/SSind

## EM MEMÓRIA

(Sílvio Frank Alem)

Você se foi, meu querido amigo

A distância não alivia a dor

Sofro, sofro, choro e choro...

Lembro-me do CT, Assembleia Geral

Voz forte, sarcástica e irônica

Sábio

Clama por justiça, liberdade

Aplausos

O rosto duro, mas amável

O ideal

Eu, tudo ouvia, tudo aplaudia

Aprendia

ADUF - CNG - ANDES - Brasília

Amizade e confidências

O telefone toca, Célia chora

Aconteceu, Sílvio... chora

Lembro-me da ADUF

"Vá camarada, volte logo"

Aconteceu... aconteceu

Adeus, meu amigo,

Adeus...

Zaqueu, 08/12/93

Villeurbanne - France

## AOS COMPANHEIROS DO MD

(e aos filhos do Sílvio)

*Estou muito distante, mas a cruel realidade não muda. Minhas lágrimas congelam neste frio escuro. Só consigo pensar no quão cruel é a morte ao nos deixar imobilizados, tornando-nos meros espectadores de uma cena tão real e tão triste.*

*O que fazer, a não ser multiplicar e dar o amor e carinho, que não podemos mais dar ao Sílvio, aos nossos outros amigos e companheiros.*

A LUTA CONTINUA.

Cidinha

Londres, 08/12/93

## SÍLVIO FRANK ALEM

A UFPB, a ADUFPB-JP/SSind, a ANDES-SN e o Movimento Docente, nunca mais serão os mesmos, sem você, companheiro Sílvio.

Nós nunca mais seremos os mesmos. Muito dos sentimentos de cada um, que partilhou e partilha dessa "comunidade de destino", vai junto nesta sua passagem. Vai ficar sempre faltando um lugar, o seu texto de análise das conjunturas - como raros sabiam fazê-lo -, a sua voz nas assembléias e nas greves.

Emblemático, é a síntese melhor. Emblemático de toda a nossa geração, emergente das lutas estudantis, depois empenhado nas lutas docentes sindicais, na perspectiva de uma Universidade de qualidade, um Ensino Público e Gratuito, uma sociedade democrática e igualitária.

Esta bandeira foi a causa de sua vida inteira. O seu viver incansável como HOMEM PÚBLICO, acreditando-se e fazendo-se sujeito da difícil História dos que combatem a exploração, a dominação, a ignorância, dos que postulam uma sociedade mais fraterna e justa.

Você é o historiador de todos nós, vivendo e refletindo sobre o vivido, turbilhonante. Por isso sua trajetória foram muitos tempos, em tão curto tempo!

Costuma-se dizer que a morte fecha um ciclo de vida.

Mas não é essa a nossa concepção de História, companheiro. Não foi a sua. No percurso, antes, outros companheiros seus, nossos, partiram. E você e nós, continuamos. A transitoriedade da vida, neste momento de ruptura, nos redimensiona a visão das coisas findas em que você imprimiu a sua marca. Aponta à transcendência do tempo, o movimento da História, a continuidade da LUTA. Como você queria, como você gostava, como você viveu.

**EPPUR SE MUOVE!** Foi a sua última mensagem, premonitória, a dizer-nos que não se pode esmorecer. Tristes embora, continuaremos. E você, companheiro, caminhará conosco nos corações e mentes, se partilhando pela última vez, antes do merecido descanso de um guerreiro inesquecível.

**" ONDE ANDA VOCÊ? "**

Derval Golzio\*

A julgar pela presença de professores nas últimas assembléias convocadas pela AD, algo de muito estranho está acontecendo com o movimento docente. Qual a razão para tanto abandono das discussões? Qual o motivo para tanto desinteresse, em particular dos fóruns de discussão e deliberação dos docentes da UFPB? Será que não faremos senão confirmar "aquela estúpida retórica" (Caetano Veloso) de que só apenas quando parte dos docentes propõe movimento grevista aparecerem os defensores de "formas alternativas" para movimentos reivindicatórios de nossa categoria?

O último CONAD, acontecido em Pelotas-RS, deliberou que a nossa principal bandeira para o período de data-base será a recuperação da isonomia salarial. É do conhecimento de todos que, a partir dos ganhos de algumas ações judiciais, a isonomia deixou de existir entre as universidades federais e, em alguns casos, deixou de existir em uma mesma instituição (nosso caso). Pois bem. Nesta entre-safra de participação dos docentes do Campus I, como será que estaremos analisando a possibilidade de uma paralisação pelo restabelecimento da isonomia nas IFES?

As efervescentes assembléias que aconteceram no auditório da reitoria, quando da ameaça da perda dos 84,32%, por conta da Ação Rescisória impetrada pela Reitoria, nos mostraram o quanto é importante este percentual nos contracheques. Minimiza nossos problemas e nos dá mais ânimo ao trabalho, principalmente em uma instituição à beira da falência e sem qualquer possibilidade de entrar o próximo ano sem que verbas venham em forma de suplementação, ou coisa parecida.

Será que teremos o mesmo empenho de paralisações anteriores para que possamos recuperar a perdida isonomia? Será que teremos "formas alternativas de combate ao grevismo"? Será que estas respostas serão respondidas na próxima reunião por centro, dia 07/12? "Será, que será..."

Lamentos mil escutamos nos corredores do Campus. "Trabalho igual, salário idem", dizem os "garotos pós-Plano Collor". Os professores mais antigos concordam. O problema é resolver esta apatia generalizada. É bem verdade que nas últimas

assembléias os mais novos estiveram mais presentes, embora de uma forma muito tímida. Onde estariam os valorosos participantes do movimento docente de anos atrás? - Perguntam os mais novos.

Parece ser este o maior problema da atual conjuntura do movimento docente. Uma grande acomodação aos problemas mais emergentes e muita disposição em fazer desta universidade, uma universidade reconhecidamente voltada para a produção de conhecimento que minimize ou acabe com os problemas mais gritantes do sofrido povo brasileiro. Mas, colegas, não nos esqueçamos que, sem solucionar problemas do nosso dia-a-dia, de docentes das IFES, fica difícil encarar esta necessária e árdua tarefa.

A isonomia foi uma conquista difícil, fruto da organização do movimento docente. Ela precisa ser resgatada, com empenho de todos, com ou sem 84,32%. Nossas discussões devem superar este impasse da falta de motivação e das ausências nos fóruns de discussão e deliberação. Janeiro se aproxima e outras questões já nos são colocadas, a exemplo da extinção da GAE, como já anunciou a SAF. O que virá por substituição? Se confirmada, qual a nossa proposição ou contraproposição? Estaremos prontos para mais uma queda de braços?

Professor do Departamento de Comunicação/CCHLA

**SÍLVIO FRANK ALEM**

*A inquietude é a mãe da ciência. Sílvio Frank Alem era um inquieto medular ante os mistérios do mundo. Por isso, sempre provo-cou em si e nos outros a vontade de saber, de descobrir, de transformar. Mesmo em seus contrários ideológicos, como era o meu caso! Sílvio, sentirei falta de você.*

Iremar Bronzeado

# SÍLVIO, VENHA CÁ!

Hoje você está completando "zero anos". Eternidade é isso e pronto! Mas, eu teria alguma coisa para dizer a você. Digo-o hoje. Daqui de baixo a você que agora é daí de cima... Em primeiro lugar, meu santo e irreverente Sílvio, você partiu um pouco depressa. Aprendi, dos bancos de Teologia:

*a morte subitanea*

*libera me Domine!*

Nem nos consultou a nós que lhe queríamos bem, mesmo assim; que discordávamos de você; que nos completávamos com você; que nos enriquecíamos de você... Ficamos deveras sentidos com essa partida inopinada. Mas, quando o SINAL é dado, forçoso é baixar a cabeça. Quando o mistério é grande não se ousa desobedecer. Aliás, quando se deixa muita gente pensando bem de si, pode-se partir *tuta constientia*. Talvez este tenha sido o seu caso. Não sei.

Venha cá. Venha hoje, em espírito e em verdade. Leve estas ROSAS (palavras também são flores, são rosas, rosas e flores que não murcham) que vim depositar aqui. E não murcham. São melodias que certamente você gostaria

de escutar hoje. Essa sexta-feira não é DIA 13. E se fosse?

Parabéns pra você, ó garotão irreverente. Muitos anos de vida em dimensões eternas! De você ninguém discorda mais. Estive lá na Capela circunferencial, esta Capela que você, e alguém mais, sentiram-se mal no dia da inauguração e de que não participaram. Ela não pertencia ao Sobrinho. Nem a ninguém. Anteontem ela foi sua. Totalmente sua. Essa Capela é o "gabinete" do nosso Irmão mais Velho - J.C. Nem sei bem quais eram as suas relações com Ele! Nela você foi recebido no que tinha de menos você - seu corpo. Durante alguns minutos, estive ali de pé. Olhando seus olhos abertos... e fiz uma prece pelo seu descanso eterno...

**REQUIEM AETERNNAM**

**DONNA EI DOMINE,**

**ET LUX PERPETUA**

**LUCEAT EI!**

Seu irmão

F. Lúcio Pereira

educador

## SILVIO FRA

A maioria dos atuais alunos do Curso de História não chegou a ter aulas com ele. Contudo, ainda será possível aprender muito com o professor Sílvio Frank Alem. Ele deixou muitos textos: artigos, dissertação de mestrado, tese de doutorado. Será possível aprender, também, por meio daqueles que, tendo sido seus alunos ou colegas, assimilaram dele grandes e importantes lições, que poderão ser retransmitidas.

A área de atuação do professor Sílvio era a História Contemporânea, tanto a geral como a do Brasil. Ele era um excelente professor. Marxista convicto e bem preparado fazia de cada curso que ministrava um espaço privilegiado de entrosamento entre o rigor científico-acadêmico e a reflexão política, repassada de engajamento e compromissos com a história, tanto a estudada como, sobretudo, a vivida.

Para viver a história, o professor Sílvio tinha grandes projetos. Pretendia vivê-la intensa e conscientemente; vivê-la como sujeito, não só da própria história individual mas do processo histórico geral, com vistas a traçar melhores rumos para a humanidade.

Acreditava, como marxista que era, repito, na luta de classes e, esperançoso, confiante na força dos povos, acreditava na vitória dos trabalhadores. E essa sua crença não era apenas uma esperança vaga; era sua principal arma e com ela engajou-se na luta pela construção de um mundo melhor... comunista.

Sentia orgulho quando conseguia impregnar a realidade à sua volta com sua crença. Uma das suas maiores satisfações era contar aos amigos que sua filha, Nathalia, aos cinco anos escrevera sua primeira frase: "*operários do mundo, uni-vos*".

No seu trabalho na UFPB foi um **agitador**, no melhor sentido.

Em 1978, logo que aqui chegou, envolveu-se com mudanças acadêmicas e políticas.

Pesquisador do NDIHR, foi um dos principais responsáveis pela consolidação de uma proposta de pesquisa histórica que tinha por base a ligação entre a história e a realidade local e contemporânea: a história como projeto de vida.

# ANK ALEM

No Departamento de História, sua presença tirava o sossego dos acomodados de um lado, e de outro representava um dos maiores estímulos para os que queriam crescer profissionalmente. Não

lemorou muito para que ele se tornasse uma espécie de orientador dos colegas, sempre consultado, desde para a indicação de um texto mais adequado para uma determinada aula até para a elaboração de projetos de dissertação de mestrado ou mesmo de tese de doutorado.

Junto comigo e com a professora Rosa Godoy foi autor de uma proposta de reestruturação do Currículo do Curso de História, nada inocente, que, questionando tudo o que se fazia, não tinha a menor chance de ser aprovada, mas que atingiu o objetivo principal de colocar em questão a concepção de história que embasava o Curso e a caracterização do profissional por ele formado. A proposta que agora, finalmente, depois da renovação do DH, está sendo ultimada, tem muito das suas idéias.

Professor e pesquisador completo, Sílvio era um dos mais ativos participantes da ANPUH; nunca deixou de comparecer e apresentar trabalhos nos Simpósios Nacionais. Seu último trabalho acadêmico foi, justamente, uma conferência com a qual abriu o Encontro organizado pela ANPUH/PB e que tinha sido apresentada no XVII Simpósio Nacional da ANPUH, em São Paulo. Essa contribuição, com sacrifício da própria saúde (nem a limitação da cadeira de rodas impediu sua colaboração), representou seu esforço para o brilhantismo da programação. A SBPC e a ANPOCS também contaram com trabalhos relevantes do intelectual de grande porte que o professor Sílvio era.

Com a mesma eficiência de agitador/construtor foi um dos mais ativos e importantes fundadores da ADUFPB-JP, da qual foi o primeiro presidente; da mesma forma foi um dos mais destacados criadores da ANDES-SN e um dos suportes da consolidação da CUT na Paraíba. A militância no PT completava sua atuação de cidadão atento e comprometido com as lutas do seu tempo.

Nos últimos anos, a direção sindical vinha sendo sua ocupação

prioritária. Secretário Geral da ANDES-SN era, também, responsável pelas relações internacionais e é, hoje, reconhecido como importante liderança no movimento sindical latino-americano, tendo conquistado para o Brasil uma posição de destaque no contexto da luta em prol da educação no nosso continente.

Profissional de muitos méritos, Sílvio era polêmico e polemizador, crítico, às vezes sarcástico e mordaz, empolgado e empolgante. Era um intelectual exigente, agressivo na defesa de suas idéias e posições; por isso constrangia, vez por outra, os mais tímidos.

Gostava de estar sempre acompanhado, nas ações e nas concepções. Não sabia lidar com a solidão. Muito raramente se descontraía - a luta dos trabalhadores o mantinha tenso e ocupado permanentemente. Era um leitor voraz; ouvia música com muito gosto. Mas em tudo, até na diversão, procurava meios para fortalecer sua luta. Sua paixão política determinava suas emoções.

No dia 06 de dezembro de 1993, aos quarenta e seis anos, quatro dias antes do seu aniversário - dia 10 de dezembro - dia da Declaração dos Direitos Humanos da ONU - como fazia questão de lembrar, Sílvio Frank Alem deixou esta vida. Deixou-a com marcas em tudo que fez: das salas de aula à direção do sindicato. Deixou vazio um grande espaço político - o espaço de um batalhador incansável, que não desistia nunca.

Mas, para a Coordenação do Curso de História, a principal lembrança que deve ficar do Sílvio é a do grande professor que ele era. Os alunos se apaixonavam por ele; alguns poucos o odiaram; todos aprenderam com ele importantes lições e acabaram reconhecendo isso.

Os colegas, mesmo os que dele divergiam, o respeitavam e muitos o admiravam. Ele foi, também, muito amado.

Sua existência - curta - marcou a história do seu tempo. Ele será lembrado como alguém que viveu acreditando que era capaz de mudar a história; a sua própria e a do mundo.

João Pessoa, 08.12. 1993.

Joana Neves

Coordenadora do Curso de História  
(que amou o Sílvio)

**ENCARTE  
ESPECIAL**

ADINFORMA N° 16 - 16.12.93

## CAMPANHA SALARIAL E DATA-BASE

Vivemos uma crise que atinge quase todos os aspectos da sociedade: econômicos, sociais, políticos, éticos e morais. Os aspectos mais visíveis dessa crise são a fome, a miséria, a violência, desemprego, recessão, arrocho salarial, o escândalo do orçamento...

Políticos e empresários envolvidos em corrupção demonstram que o dinheiro público, oriundo dos impostos de toda a sociedade, está sendo roubado e apropriado indevidamente, ao invés de estar sendo aplicado nas políticas sociais que poderiam contribuir para melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Convém refletir também sobre a conjuntura econômica que evidencia o acirramento da crise. A inflação vem atingindo patamares alarmantes registrando, em novembro, uma taxa na ordem de 36,15%, (IGPM-FGV); no ano já alcançou 1828,42% e nos últimos 12 meses 2311,98%. Continua a execução de reajuste das tarifas públicas acima da inflação.

Esses dados contribuem para a explicação da corrosão dos salários dos trabalhadores.

A situação tende a se agravar, caso sejam aprovadas as propostas do Ministro da Fazenda que prevê aumento de impostos (5%), sobretaxa das contribuições previdenciárias e cortes nas despesas com pagamento de pessoal. Isto pode significar maior achatamento dos nossos salários; de um lado pelo não reajuste, de outro pelo aumento dos impostos e das contribuições previdenciárias.

Além disso, conforme anúncio publicado, a SAF sinaliza "resolver" o problema da isonomia nivelando, por baixo, os salários dos servidores públicos, com a criação de tabela única de vencimentos entre os três poderes e das correções na concessão de vantagens e gratificações no serviço público.

No momento, a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos propôs à SAF instalação de uma mesa de negociações sobre todos os itens da Pauta de Reivindicações. Apesar de concordar com a proposta, até o momento as negociações não se efetivaram.

A história se repete: a SAF desrespeita as entidades porque, na correlação de forças, a nossa fragilidade se mantém como um indicador que favorece o governo. O momento é de mobilização, de afirmação de nossa organização, para garantir a unidade e enfrentar a luta.

A negociação vai exigir de cada um de nós destreza na ação e força na reação.

## A QUESTÃO DA RESTAURAÇÃO DA ISONOMIA NAS IFES

### 1. A CONQUISTA DA ISONOMIA

A conquista da isonomia salarial nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi fruto da luta histórica do Movimento Docente, organizado na ANDES-SN, juntamente com outras entidades representativas dos demais segmentos da comunidade universitária, que culminou em 1987.

O documento "DA GREVE UNIFICADA DOS SPFs AOS EMBATES QUE SE AVIZINHAM" (Relatório do XXVI CONAD - Natal-93) bem exemplifica as lutas encaminhadas com esse fim, dentre as quais destacam-se as greves.

É de fundamental importância, para se dimensionar a responsabilidade que a ANDES-SN deve ter quanto a esta questão, entender a amplitude do significado da isonomia, não reduzindo-a apenas à questão salarial. A isonomia passa também pela autonomia, democratização e unidade. Em síntese: passa pela proposta de Universidade e de concepção sindical que tem nosso sindicato. Isto se expressa inclusive no RELATÓRIO DO XXVI CONAD, do qual destaca-se a seguinte formulação: "...a isonomia salarial, além de dispositivo constitucional, é um princípio político estratégico de fundamental importância na defesa do padrão unitário de qualidade, pilar do projeto da ANDES para a universidade brasileira. A luta pelo padrão unitário de qualidade passa necessariamente pela garantia da isonomia e de uma carreira única..."

Assim, a conquista da isonomia se constituiu num dos marcos mais importantes na nossa luta pela Universidade pública, laica, democrática e de qualidade, que queremos construir.

### 2. A QUEBRA DA ISONOMIA

Esta conquista, assim tão duramente alcançada, foi quebrada pelas posturas dos governos de, historicamente, não reconhecerem os direitos dos trabalhadores, induzindo-os, principalmente aos SPFs, a buscarem conjuntural e pontualmente, a via jurídica para recuperar tais direitos. Portanto, os verdadeiros responsáveis pela quebra da isonomia não são os trabalhadores, mas os governos.

Suas políticas de arrocho salarial que provocaram perdas que se acumulam desde 1987 levaram o setor das IFES, após inúmeras tentativas

de reavê-las através de embates políticos (negociação, greves...) a encaminhar a luta no campo jurídico.

Tal decisão foi fruto de um amplo processo de discussão, buscando definir uma estratégia que contemplasse, além do nível de organização jurídica da ANDES-SN e das ADs-SSind, as características do poder judiciário constitucional. Cabe a ANDES-SN não só fortalecer seus mecanismos de luta defensiva mas, principalmente, qualificar-se na formulação de propostas para as principais questões que hoje se apresentam como entraves à construção de propostas para o seu projeto de universidade, tais como: financiamento, autonomia, carreira docente, avaliação institucional, capacitação, democratização e a própria isonomia.

Tal linha de compreensão sobre a atuação do sindicato ganhou expansão a partir das análises sobre a greve de 1993, no XXVI CONAD, tomando absolutamente claro que a verdadeira luta pela isonomia, em sua expressão mais ampla, não deve dar-se apenas no campo jurídico, mas reafirmar-se no espaço da luta política.

### 3. ENCAMINHAMENTOS

- 1) Avançar na formulação da proposta de carreira única;
- 2) Deflagrar campanha nacional pelo restabelecimento da isonomia pela defesa da autonomia e de um projeto de verbas e financiamento adequados;
- 3) Realização de debates nas AD's e a nível nacional;
- 4) Campanha em defesa da isonomia, autonomia, verbas e financiamento;
- 5) Indicativo de Dia Nacional de Paralisação em defesa da isonomia com o desenvolvimento de eventos.

#### Atividades de dezembro/93

**Dia 16 Aud. CCSA - 9:00h**

**ASSEMBLÉIA GERAL**

**PAUTA:** 1) Campanha Salarial/Data-base;  
2) Posse nova Diretoria

**Às 17:h - Sala 106 CCSA**

**Mesa Redonda: ESTADO E POLÍTICA  
NEOLIBERAL**

**Prof. Cesare Giuseppe Galvan**

**Prof. Ademir Alves de Melo**

### Eleições ADUF

## MAPA DE APURAÇÃO 16ª DIRETORIA EXECUTIVA Gestão 1993/94

URNAS	Chapa	Branco	Nulos	TOTAL
CCHLA	81	8	9	98
CCSA	33	-	10	43
CCEN	94	3	2	99
CCS	85	2	1	88
CCJ	40	-	-	40
CE	75	2	-	77
CT	38	1	1	40
ADUF	3	-	-	3
<b>TOTAL</b>	<b>449</b>	<b>16</b>	<b>23</b>	<b>488</b>
(%)				

Total Eleitores: ..... 1.666  
 Total Afastados(25%)..... 416  
 Eleitores presentes..... 1.250  
 Total Abstenções..... 762 (60,09%)  
 Total de Votantes..... 488 (39,04%)

### CHAPA ELEITA:

#### ADUFPB-JP: Autônoma e Democrática

##### Presidente:

VERA LÚCIA DO AMARAL E SILVA(CCS)

##### Vice-Presidente:

ALEXANDRE ANTÔNIO G. NÁDER (CCEN)

##### Secretário Geral:

MARIA DA SALETE B. DE FARIAS (CE)

##### Tesoureiro:

AUGUSTO ANTÔNIO P. NETO(CCEN)

##### Diretor de Política Sindical:

MARIA DO SOCORRO X. BATISTA (CE)

##### Diretor de Política Educacional e Científica:

JAMACY DA COSTA ALMEIDA (CE)

##### Diretor de Política Social:

SEVERINO RAMOS DE LIMA - BIU(CCS)

##### Diretor Cultural:

CLEONICE PEREIRA CAMINHO (CCHLA)

##### Diretor de Imprensa e Divulgação:

SEVERINO AUGUSTO DOS SANTOS (CCJ)

##### Suplente de Secretaria:

WINDYZ BRAZÃO FERREIRA (CE)

##### Suplente de Tesouraria:

LINDEMBERG M. DE ARAÚJO (CCS)



João Pessoa, 27 de dezembro de 1993

Ofício.R/GR/Circ./Nº 028/93

Do: Reitor da Universidade Federal da Paraíba

À: Pro<sup>fa</sup> Vera Amaral

Presidente da ADUF-JP

## ATENÇÃO:

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind, em audiência com a Reitoria, solicitou explicações acerca da separação dos 84,32% nos contracheques de dezembro e que passará a figurar como *decisão judicial*. Transcrevemos, na íntegra, resposta do Reitor e estamos em contacto com a ANDES-SN e a nossa Assessoria Jurídica para impedir que a categoria venha a sofrer qualquer prejuízo com a referida medida.

Tão logo tenhamos novas informações, estaremos divulgando.

**MANTENHA-SE  
MOBILIZADO**

Vera Lúcia do Amaral e Silva  
Presidente

*Encaminho cópia de ofício Circular recebido da SESu, a propósito das negociações em torno introdução das IFES no sistema Siape.*

*A resistência das IFES deve-se ao fato de que a margem de erro tem sido grande por parte do Sistema, acarretando enormes prejuízos. Instituições há que saíram do Siape dois meses após a entrada, pelos problemas que surgiram.*

*Mas a possibilidade de ficar de fora do Siape esgotou-se. O que se conseguiu foi um calendário que permite algumas providências preliminares.*

*No caso da UFPB, uma providência que se fez necessário foi a mudança nos contracheques dos professores que recebem 84,32% em processo transitado em julgado. Ao invés de continuar incluído na rubrica "vencimentos" passará a figurar em rubrica específica "Decisão Judicial". O motivo é que o sistema está programado de tal forma que não aceitaria um registro de vencimento diverso daquele estabelecido para a carreira do Magistério. Não haverá, evidentemente, prejuízo financeiro para os servidores; por outro lado, a rejeição da folha pelo Sistema implicaria em atrasos e posterior correção.*

*Atenciosamente,  
Neroaldo Pontes de Azevedo  
Reitor*